00100.201746/2025-77

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 177, TERÇA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2025

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 147ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 20 DE OUTUBRO DE 2025

1.1 – ABERTURA 9

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 100 anos da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, nos termos do Requerimento nº 180/2025, do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores. 9

1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro 9

1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Eduardo Gomes) 9

1.2.3 – Oradores

Sr. Ogari Pacheco, acadêmico honorário da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil (ACFB) 10

Sr. Lauro Domingos Moretto, Presidente emérito da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil (ACFB) 11

Sr. Michel Kfouri Filho, Presidente emérito da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil (ACFB) 11

Sra. Nilce Cardoso Barbosa, 1ª Vice-Presidente da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil (ACFB) 15

Sr. Tarcísio José Palhano, acadêmico titular da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil (ACFB) e assessor do Conselho Federal de Farmácia (CFF) 18

1.2.4 – Entrega de placa comemorativa ao centenário da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil ao Sr. Lauro Domingos Moretto. 19

1.2.5 – Entrega de homenagem à Sra. Nilce Barbosa. 19

1.3 – ENCERRAMENTO 19

2 – ATA DA 148ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2025

2.1 – ABERTURA 21

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

2.2.1 – Orador

Senador Paulo Paim – Agradecimento pelo convite para participar do Encontro Anual da Rede de Líderes 2025, promovido pela Fundação Lemann, em São Paulo. Reflexão sobre a importância de fazer política com empatia, solidariedade e compromisso social. Histórico da trajetória de vida de S. Exa., com destaque para a sua atuação como Deputado constituinte e como autor de leis voltadas à igualdade racial, aos direitos da pessoa idosa, das pessoas com deficiência e da juventude. Celebração da aprovação de marcos como o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas, ressaltando seus impactos na inclusão educacional e social. Homenagem a líderes negros como Zumbi dos Palmares, Abdias Nascimento, João Cândido, Martin Luther King Jr. e Nelson Mandela, reafirmando o compromisso de S. Exa. com a democracia, a justiça social e os direitos humanos. 21

2.2.2 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa ordinária para 21 de outubro, às 14 horas. 28

2.3 – ENCERRAMENTO 28

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de prazo

Abertura de prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 602, 624, 644, 1524, 1526, 4487, 4812 e 5112/2025. . 30

3.1.2 – Comunicações

Do Senador Romário, que comunica a ausência de S. Exa. do País, no período de 20 a 24 de outubro **(Ofício nº 178/2025)**. 34

Do Senador Dr. Hiran, de não participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 583/2025-CDIR. 35

Da Liderança do PSD, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do crime organizado **(Ofício nº 16/2025)**. 36

Da Liderança do PL, de indicação de membros para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do crime organizado **(Ofício nº 21/2025)**. 37

Da Liderança do PODEMOS, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do crime organizado **(Ofício nº 32/2025)**. 38

Da Liderança do MDB, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do crime organizado **(Ofício nº 70/2025)**. 39

Da Liderança do UNIÃO, de indicação de membros para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do crime organizado **(Ofício nº 31/2025)**. 40

Da Liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, de substituição de membros na Comissão Parlamentar de Inquérito do crime organizado **(Ofício nº 31/2025)**. 41

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito do crime organizado **(Ofício nº 107/2025)**. 42

3.1.3 – Designação

Designação dos membros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito. 44

3.1.4 – Encaminhamentos

Encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 1126/2021, 4911/2023, 3758/2024, 4293 (Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 264/2017), 4560 e 4962/2025; da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2025; e do Projeto de Resolução nº 21/2025 às comissões competentes. 46

3.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 678/2024, que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.* 48

Projeto de Decreto Legislativo nº 686/2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária dos Moradores de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha, Estado da Bahia.* 51

Projeto de Decreto Legislativo nº 697/2024, que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Americana, Estado de São Paulo.* 54

Projeto de Decreto Legislativo nº 702/2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo.* 57

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 678, 686, 697 e 702/2024. ..... *60*

Projeto de Decreto Legislativo nº 242/2025, que *aprova o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV (Fumin IV), assinados em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024.* 61

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 242/2025. ..... *95*

3.1.6 – Mensagens do Presidente da República

Nº 1.500/2025, na origem (**Mensagem nº 70/2025, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.* 97

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

Nº 1.532/2025, na origem, que *restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 1282, de 2024, sancionado e convertido na Lei nº 15.236, de 16 de outubro de 2025.* 129

3.1.7 – Projetos de Lei

Nº 5278/2025, do Senador Flávio Arns, que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil.* 132

Nº 5280/2025, do Senador Rogério Carvalho, que *acrescenta os arts. 6º-A, 6º-B, 75-G, 75-H e 75-I à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre limites ao uso dos meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão na relação de emprego.* 136

Nº 5281/2025, do Senador Rogério Carvalho, que *acrescenta o Capítulo II-B ao Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o direito à desconexão do empregado.* 144

Nº 5282/2025, do Senador Rogério Carvalho, que *cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget), previsto no art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 45, de 30 de dezembro de 2004.* . 150

Nº 5283/2025, do Senador Rogério Carvalho, que *altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas, a adoção de jornada de trabalho de horário flexível de, no máximo, 36 (trinta e seis) horas semanais, em 4 (quatro) dias por semana, e de medida de bem-estar laboral com o aumento do período para as refeições.* 158

3.1.8 – Requerimentos

Nº 779/2025, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre denúncias de violações de direitos humanos e trabalho análogo à escravidão no âmbito do Programa Mais Médicos. 164

Nº 780/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil". 175

Nº 781/2025, da Senadora Damares Alves, requer informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil". 180

Nº 782/2025, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 769/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal. 185

PARTE III

4 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DA ECONOMIA DO MAR - SETOR NÁUTICO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 8 de outubro de 2025 188

5 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de outubro de 2025 227

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 257

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 260

8 – LIDERANÇAS 261

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 264

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 269

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 272

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 318

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 147ª Sessão, Especial, em 20 de outubro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Gomes.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 5 minutos e encerra-se às 11 horas e 8 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento 180, de 2025, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar os cem anos da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil.

Convido para compor a mesa os seguintes convidados: o Senador Ogari Pacheco, que já se encontra aqui na mesa, que é suplente de Senador e assumiu o mandato, é nosso Senador colega da Casa e Acadêmico Honorário da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil; o Acadêmico Sr. Lauro Domingos Moretto, Presidente Emérito da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil (*Palmas.*) o Acadêmico Sr. Michel Kfouri Filho, Presidente Emérito da Academia; a Acadêmica Sra. Nilce Cardoso Barbosa, 1ª Vice-Presidente da Academia (*Palmas.*) o Sr. Tarcísio José Palhano, Acadêmico Titular da Academia e Assessor do Conselho Federal de Farmácia, representando o Presidente Walter Jorge João. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar - Presidente.) – Gostaria, em nome do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, de toda a Mesa Diretora e dos 81 Senadores e Senadoras, desejar boas-vindas a todos, inclusive àqueles que assistem também pela TV Senado, pelo sistema digital de divulgação, por esta sessão importante, comemorativa dos cem anos da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil.

Passo, neste momento, aos cumprimentos do Presidente Davi Alcolumbre e de todo o Senado aos membros da academia e, em especial, ao Senador Ogari Pacheco, que conheço de há muito tempo. Sei da forma abnegada como desenvolve a sua atividade profissional, da sua história e, principalmente, do espírito público com relação à evolução e à necessidade de evolução do sistema público de saúde do país e da sua gente.

Passo, então, à leitura da comunicação oficial da Presidência do Senado.

Há momentos em que o tempo se curva diante da história, e a sessão especial de hoje é um deles. Reunimo-nos para celebrar os cem anos da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil.

A ACFB é uma instituição que, ao longo de um século, tem sido guardiã do conhecimento, formadora de profissionais de excelência e defensora incansável da saúde pública e do valor da ciência. Fundada em 10 de setembro de 1924, no Rio de Janeiro, a então Academia Nacional de Farmácia nasceu do ideal de um grupo de cientistas e farmacêuticos que compreenderam a urgência de criar um espaço de reflexão, intercâmbio e prestígio para as ciências farmacêuticas no país. Hoje, sob o nome de Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, é reconhecida nacional e internacionalmente como um dos mais importantes centros de pensamento e articulação científica.

Ao longo de sua trajetória, a academia acompanhou e participou dos grandes ciclos da história brasileira: da fundação das primeiras universidades à consolidação do Sistema Único de Saúde; da regulamentação dos medicamentos à expansão da biotecnologia e da farmacovigilância. Em cada momento, sua presença foi discreta, mas determinante: orientou políticas públicas, promoveu o uso racional de medicamentos e incentivou a pesquisa, sempre reafirmando que ciência e cidadania caminham juntas.

É impossível falar do desenvolvimento científico brasileiro sem reconhecer o papel estruturante da ACFB. Em seu seio, mestres, professores e pesquisadores encontram um espaço de convergência entre o saber técnico e o compromisso ético. Desde as primeiras décadas do século XX, a academia defende o ensino superior de farmácia como campo autônomo e essencial para a segurança sanitária nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também foi pioneira na defesa da formação continuada e do diálogo interdisciplinar, antecipando o conceito moderno de saúde integrada, em que farmacologia, biotecnologia, medicina e química se unem para o bem comum.

Muitos dos avanços que hoje consideramos naturais, como o controle de qualidade de medicamentos, a farmacovigilância, o desenvolvimento de vacinas e a pesquisa clínica, têm raízes diretas na influência da ACFB junto às universidades, laboratórios e órgãos reguladores. O valor da academia não reside apenas na excelência técnica – ela representa uma ponte viva entre a ciência e a sociedade, entre o conhecimento e a vida cotidiana dos brasileiros. Ao promover debates, congressos e publicações, a ACFB traduz o saber científico em benefícios concretos: segurança dos medicamentos, formação ética dos profissionais, combate à desinformação e defesa da ciência como patrimônio coletivo.

Os membros honorários e eméritos da academia ocupam lugar especial nessa história. São guardiões da memória e da ética científica. Com seu exemplo, transformaram a ACFB em um templo de saber e serviço público.

Professores, pesquisadores e gestores dedicaram suas vidas à formação de novas gerações e à consolidação de uma ciência voltada ao ser humano. Carregam a missão de unir tradição e futuro, inspirando e mantendo viva a chama da integridade intelectual. São patrimônio moral da sociedade brasileira e símbolos de um país que acredita na força transformadora do conhecimento.

Ao celebrar cem anos de história, a academia não se volta apenas ao passado, mas se projeta para o futuro. Os próximos cem anos exigirão da ciência farmacêutica respostas éticas e inovadoras aos desafios globais: pandemias, resistência antimicrobiana, envelhecimento populacional, transição tecnológica e sustentabilidade ambiental.

A ACFB tem, portanto, uma missão renovada: continuar a formar profissionais conscientes, inspirar políticas públicas baseadas em evidências, fortalecer a pesquisa nacional e garantir que a ciência brasileira mantenha sua autonomia, sua credibilidade e seu compromisso social.

Celebrar o centenário da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil é celebrar a inteligência, a dedicação e o espírito público de gerações que acreditam que o conhecimento é o caminho da liberdade e do progresso nacional.

Que o Senado Federal registre nos seus *Anais* o reconhecimento do país a essa instituição centenária, que fez da ciência não um privilégio, mas um serviço. E que os próximos cem anos sejam de ainda mais luz, rigor e compromisso com o Brasil.

Viva a Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil!

Viva a ciência brasileira!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Senador Ogari Pacheco, acadêmico honorário da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, por cinco minutos.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. OGARI PACHECO (Para discursar.) – Obrigado.

Em primeiro lugar, eu agradeço a Deus por me ter permitido estar aqui hoje, em um dia tão especial. Digo isso porque, por ocasião da epidemia de covid, eu fiquei muito doente e estive à beira da morte – não é exagero. Portanto, fiquei afastado das atividades por mais de três anos. Felizmente, há cerca de um ano e pouco, por circunstâncias, fui obrigado a retornar ao trabalho, o que foi um santo remédio. Isso me fez bem. Felizmente, estou na ativa de novo e pretendo estar... (*Palmas.*) ... ainda por bastante tempo.

Eu, que sou médico, logo que me formei, fui para Itapira, uma pequena cidade do interior de São Paulo, e circunstancialmente me envolvi com a indústria farmacêutica. Isso me deu proximidade e a oportunidade de conviver com esta categoria especial que são os farmacêuticos, a ponto de, há pouco tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu ter sido agraciado com o convite para ser um acadêmico da academia. Isso me honra profundamente.

Eu sou extremamente feliz porque, mesmo sendo médico, desde cedo envolvido com a indústria farmacêutica e com a possibilidade de trabalhar na indústria farmacêutica, tenho repetido como um mantra, há mais de 40 anos, que um país que não fabrica os seus próprios insumos farmacêuticos é um país dependente... (*Palmas.*) ... o que ficou demonstrado por ocasião da epidemia de covid. Farmacêutico, sim, porém, calcado também na produção farmacotécnica, na produção da síntese dos fármacos, sem a qual nada é possível fazer em termos de produtos farmacêuticos. Eu me sinto honrado pelo convite de participar desta cerimônia, acadêmico que sou, e espero que a gente possa cada vez mais, a exemplo do que recentemente os senhores devem ter ouvido falar sobre produção nacional de inovações significantes. Não é mera troca de cor de cápsulas, não, produção de produtos inovadores mesmo, como a polilaminina...

(*Palmas.*) ... que é a primeira de muitas com as quais nós estamos trabalhando. Sinto-me honrado e mais uma vez digo que estou profundamente agradecido por ter sido convidado para participar desta cerimônia. Aos farmacêuticos do Brasil e a todos aqueles que se envolvem com a indústria farmacêutica, com a atuação farmacêutica no Brasil, os meus cumprimentos e o meu profundo agradecimento por poder estar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Concedo a palavra ao acadêmico Sr. Lauro Domingos Moretto, Presidente emérito da academia, pelo tempo de até dez minutos.

O SR. LAURO DOMINGOS MORETTO (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Sr. Senador Eduardo Gomes, Sr. Senador Ogari Pacheco, os senhores nos oferecem uma dádiva: comemorar os cem anos da instituição da nossa academia neste Plenário do Senado. É uma honra para nós todos estarmos aqui.

Nós estamos cultuando com frequência a nossa memória, de onde viemos. E a gente se lembra do Prof. João Vicente de Souza Martins, que foi quem instituiu formalmente a nossa academia e que lutou por ela, lutou pelos seus ideais. E hoje a gente vê, com muito júbilo e honra, que o Senado da República nos reconhece em público.

Eu passei por um período difícil de recomposição da academia, após várias crises econômicas, e hoje ela está jubilante, forte e ativa. É uma dádiva receber esta homenagem.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Gostaria de agradecer e registrar algumas presenças importantes, como a de todos aqui, nesta sessão de hoje, mas também fazendo minha saudação às entidades: Sindusfarma, Presidente-Executivo Nelson Mussolini; Grupo FarmaBrasil, Presidente-Executivo Reginaldo Arcuri; Abiquifi, Presidente-Executivo Norberto Prestes; Abifina, Presidente do Conselho Odilon Costa e Presidente-Executivo Andrey Freitas; o conselho que já está conosco aqui na mesa; Abrafarma, representada pela nossa querida Adriana Gomes, Diretora de Relações Institucionais; Anfarmag, Conselheiro Carlos Alberto Oliveira; e a Abifisa, Eliana Bufaino.

Neste momento, concedo a palavra ao acadêmico Michel Kfouri Filho, Presidente Emérito da academia, por dez minutos.

O SR. MICHEL KFOURI FILHO (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, Vice-Presidente desta ilustre Casa e proponente desta sessão especial dedicada à celebração do centenário de uma instituição de grande relevância ao nosso país, a Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil (ACFB); prezados membros componentes da mesa já nominados, os quais saúdo com especial apreço, na pessoa da nossa Vice-Presidente, a ilustre acadêmica Nilce Barbosa; Senadores e Senadoras; estimados acadêmicos aqui presentes; distintos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

senhoras e senhores, expresso meus cordiais cumprimentos e desejo a todos um bom dia.

É com imensa satisfação e um sentimento de profundo orgulho que me apresento hoje como Presidente Emérito dessa academia para saudar todos os presentes.

Em nome de todos os acadêmicos, gostaria de expressar mais uma vez nossa sincera gratidão ao Exmo. Sr. Senador Eduardo gomes pela especial deferência em nos honrar com esta sessão tão especial, que marca de forma solene o encerramento das festividades comemorativas do primeiro centenário da ACFB.

Nada poderia ser mais significativo e especial do que realizar este evento nesta augusta Casa, que representa todos os estados da União e o Distrito Federal.

A escolha deste local reverbera um dos pilares fundamentais que sustentam a nossa instituição: a busca incessante pela convergência de todos os entes federados em prol de um propósito maior que transcende as particularidades regionais.

Somos um grupo seleto, porém plural de cientistas e profissionais experientes, unidos por um ideal comum: a defesa de forma altruísta e desinteressada dos interesses das ciências farmacêuticas no país.

Dedicamo-nos com afinco e paixão à preservação da nossa memória, uma memória rica e valiosa que remonta aos tempos do Brasil Império e continua a ser escrita a cada dia.

Entretanto, a memória por si só não é suficiente. Ela só adquire um verdadeiro sentido quando vibra no momento presente, quando se manifesta de forma ativa e relevante na realidade que nos cerca. É por essa razão que a academia não deve e não pode se constituir de uma instituição cristalizada voltada apenas para si mesma ou para o culto do passado.

Ao contrário, a ACFB deve vibrar em consonância com o que acontece hoje no país, com os desafios e oportunidades que se apresentam. Não poderia ser diferente. De que serviria todo o nosso cabedal de conhecimento de experiências, toda a nossa vasta memória se essas preciosidades não fossem colocadas a serviço do nosso país, do nosso povo?

Alguns alicerces sólidos e bem definidos têm pautado a nossa atuação no tempo presente, orientando as nossas ações e iluminando o nosso olhar para o Brasil do futuro.

Um desses alicerces que guiam a nossa jornada é a disseminação do conhecimento através da educação. Acreditamos firmemente que a educação é a chave para o desenvolvimento e o progresso da nossa nação.

Por isso, temos trabalhado com afinco e dedicação nesse sentido através de um programa educacional, instituído durante a minha gestão, com inestimável colaboração da acadêmica e atual Vice-Presidente Nilce Barbosa e sob a coordenação da acadêmica e Profa. Emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Silvia Guterres.

Esse programa tem demonstrado ser uma ferramenta de grande abrangência e amplitude, alcançando participantes de todas as partes do país. Oferecemos sessões semanais, aproximadamente 40 ao ano, para tratar de temas atuais dos mais diversos campos das ciências farmacêuticas, atingindo uma audiência de público altamente qualificado, por vezes com mais de 500 participantes por sessão. Chegamos a atingir mais de cinco mil participantes no último ano, o que nos enche de orgulho pois demonstra que estamos atendendo um dos nossos principais propósitos.

Outro alicerce: a expansão do letramento científico. Não queremos nos limitar a atingir apenas o público qualificado, embora esse seja de suma importância. Queremos também difundir o letramento científico junto ao público em geral, para que os cidadãos possam criticar e usar as informações escritas para resolver problemas e tomar decisões munidos de informações fidedignas e confiáveis.

O recente caso envolvendo a contaminação por metanol nas bebidas destiladas, por exemplo, nos mostrou, de forma clara e contundente, o quão importante e urgente é essa iniciativa.

A busca por parcerias estratégicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ainda no âmbito da educação, estamos em marcha com um projeto coordenado pelo acadêmico, que busca aumentar nossa capilaridade, juntamente com as faculdades e universidades brasileiras, através da celebração de acordos de cooperação. Nosso objetivo é disseminar, cada vez mais, o conhecimento em nossa área, unindo forças e somando esforços em prol de um bem maior.

A preservação da nossa memória.

Outro pilar de grande importância para a Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil é a preservação da nossa memória e da nossa história. Para tanto, criamos o Espaço Memória das Ciências Farmacêuticas do Brasil, localizado no centro de São Paulo, sob os auspícios do nosso também Presidente Emérito Acácio Alves de Souza Lima Filho e sob a criteriosa coordenação dos acadêmicos José Antonio de Oliveira Batistuzzo e Pedro de Oliveira.

Nesse espaço, reunimos um acervo de livros e peças incríveis, além de um espaço dedicado a visitações e reuniões. Nossos planos são ambiciosos. Queremos enriquecê-lo e ampliá-lo, abrindo-se para visitas guiadas ao público e, especialmente, para escolas de ensino fundamental e médio.

O incentivo à pesquisa e inovação.

No que se refere à nossa rica biodiversidade, incentivamos a valorização e pesquisa desse patrimônio natural, para a melhor utilização de seus recursos, por meio do Prêmio Pio Corrêa de Inovação em Ciências Farmacêuticas da Biodiversidade Brasileira. Estamos, neste ano, na sua terceira edição, com mais de uma centena de trabalhos escritos de extraordinária qualidade. A coordenação desse projeto está a cargo do acadêmico Hilton dos Santos, que tem feito um trabalho excepcional, demonstrando um crescimento notável a cada edição.

A nossa atenção aos desafios demográficos.

Uma grande preocupação da nossa academia reside na proximidade do fim da nossa janela demográfica, com a diminuição proporcional da nossa população economicamente ativa, que se dá em virtude do declínio da taxa de fecundidade observada entre nós, nos tempos atuais, bem como do aumento da expectativa de vida da nossa população. Em breve, a população com mais de 65 anos se aproximará da população economicamente ativa, o que já se apresenta como uma série de desafios complexos e urgentes a serem vencidos.

A valorização da pessoa idosa.

Obviamente, almejamos ter uma população idosa saudável, ativa, funcional e produtiva. Acreditamos que esse seja um pilar estratégico fundamental para os nossos governantes e para o futuro do nosso país.

A ACFB tem atuado sobremaneira para o debate sobre esse tema, afastando conceitos preconceituosos, como o etarismo, e promovendo encontros, seminários e discussões enriquecedoras sobre o tema. Nos próximos dias, inclusive, teremos um novo evento sobre longevidade e vacinação, no qual trataremos e levaremos à tona outro tema de grande importância, que se trata da vacinação. Em consonância às necessidades do nosso tempo, também nos dedicamos a combater a desinformação e promover a importância da vacinação para a nossa população, nesses projetos cruciais, sob a coordenação do acadêmico Lauro Moretto, também Presidente Emérito e nosso decano, e do acadêmico Nelson de Franco.

Como pode-se observar, as ciências farmacêuticas estão presentes em diversas etapas da jornada da vida de cada brasileiro, desde o nascimento, através das intervenções medicamentais iniciais, nos aspectos nutricionais naturais ou não, no teste do pezinho, com que identificamos possíveis problemas metabólicos, no primeiro esquema vacinal, na infância, na adolescência, na fase adulta e, finalmente, na senilidade.

Atuamos nas universidades, no ensino e na pesquisa, nos laboratórios de saúde pública, nos órgãos reguladores, no controle do ar e da água, dos efluentes, nos portos e aeroportos, nas Forças Armadas, nas análises clínicas e toxicológicas, na medicina forense, na agricultura, na indústria farmoquímica, de medicamentos e de produtos veterinários, de dispositivos médicos, de produtos odontológicos, de cosméticos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alimentos, nos laboratórios oficiais, nos hospitais, clínicas e farmácias e, sobretudo, na logística que abraça todos esses setores.

Estamos presentes em segmentos que somam mais de 50% do PIB brasileiro. Portanto, senhores, as ciências farmacêuticas constituem um conjunto de atividades de extrema importância para o nosso país, merecendo, por isso, nosso respeito e nosso destaque.

Por sua vez, esse setor vital merece atenção redobrada a alguns pontos muito sensíveis que carecem a atenção de todos nós enquanto sociedade. Nossa indústria farmacêutica nacional é pujante e moderna. Nossos produtos são de elevada qualidade, sem sombra de dúvida. Contudo, somos uma indústria de transformação, conforme o Dr. Pacheco acabou de falar, altamente dependente de ingredientes importados. Esse é um tema recorrente, do qual me lembro desde os idos da década de 70, quando eu era estudante universitário. De lá para cá, infelizmente, pouco se evoluiu, e a pandemia de covid-19 trouxe à tona novamente, de forma dramática e incontestável: o país não conseguirá se tornar menos dependente de insumos importados sem o apoio governamental em um projeto de médio e longo prazo; são necessários recursos e investimentos significativos para alcançarmos esse objetivo.

Nossas farmácias, hoje em número expressivo em todo o país, melhoraram substancialmente nos últimos anos em termos de assistência. Nós temos que caminhar, podemos caminhar ainda mais. As farmácias são o primeiro ponto de busca da população para ajuda, aconselhamento ou algum cuidado. E a população as reconhece como um estabelecimento confiável.

Dessa forma, a farmácia pode evoluir além do comércio de medicamentos e produtos para saúde e higiene. Se qualificarmos ainda mais os farmacêuticos que ali trabalham e dermos um protagonismo claro e bem definido, a assistência à população se tornará cada vez mais qualificada e ágil, e se ainda interligarmos esses pontos às redes de informação do Sistema Único de Saúde, as ações se tornarão mais racionais e produtivas, evitando retrabalhos e gerando economia ao sistema como um todo. Temos modelos bem estruturados, funcionando em Portugal, Espanha, França e em outros países da Europa, que podem servir de exemplo a serem plantados entre nós.

Por fim, gostaria de salientar que a ACFB respeita e apoia a universidade pública em nosso país. Mais de 90% da pesquisa desenvolvida no nosso país se dá em universidades públicas. Ela é feita por mestrandos e doutorandos que são bolsistas e vêm de famílias em que são os primeiros a ter acesso ao ensino superior. Isso é transformador e relevante para o nosso país. A universidade pública é a base da nossa estrutura e deve ser incentivada e respeitada.

Gostaria ainda de ressaltar que 50% dessas pesquisas no Brasil são desenvolvidas por mulheres, números que não condizem com o número de mulheres cientistas que temos em posição de liderança. Certamente, esse não é um problema isolado do nosso país. Dos 853 laureados pelo Prêmio Nobel no total, apenas 45 foram mulheres, entre 1902 e 2022. Nos últimos 30 anos, apenas 3% dos laureados em Nobel em Ciências eram mulheres. Hoje, esse número aumentou marginalmente para 4%.

Dessa mesma forma, se olharmos para a Academia Brasileira de Ciências, embora tenhamos uma mulher hoje como Presidente, apenas 14% dos seus membros são mulheres. Cabe ressaltar que, na nossa área de ciências da vida, nessa mesma academia, 41% são mulheres. Na Academia Nacional de Medicina, hoje também dirigida por uma mulher, o quadro também não é diferente.

Hoje, na nossa academia, temos uma Vice-Presidente mulher e, no seu quadro, temos um número maior de mulheres que as demais. Contudo, é preciso dar espaço e protagonismo às mulheres, lutando contra a discriminação de gênero nas ciências. (*Palmas.*)

Sras. e Srs. Senadores e colegas aqui presentes, nosso propósito é grandioso e ambicioso e dependemos de apoio de todas as formas às nossas iniciativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MICHEL KFOURI FILHO – Da mesma forma, buscamos protagonismo e espaço mais participativo nas discussões e temas relacionados à vida. Estamos convictos de que a nossa história e as nossas ações nos qualificam para isso.

Valham-se disso. Queremos oferecer cada vez mais nossa contribuição com o Brasil, pelo Brasil e para o Brasil.

Viva a Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Neste momento, cumprimento com muito carinho a Dra. Meiruze Freitas, Diretora de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, ex-Diretora da Anvisa. (*Palmas.*)

Concedo a palavra à acadêmica Sra. Nilce Cardoso Barbosa, 1ª Vice-Presidente da Academia.

A SRA. NILCE CARDOSO BARBOSA (Para discursar.) – Ilmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, Vice-Presidente do Senado e requerente desta sessão especial que homenageia os cem anos da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, na pessoa do Senador Ogari Pacheco, cumprimento todos os demais membros da mesa já nominados.

Excelentíssimos acadêmicos presentes, senhoras e senhores, bom dia.

Quero primeiramente agradecer a confiança da Diretoria da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil por me indicar para, nesta sessão, representar o Presidente, o acadêmico Dante Alário Junior.

Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, é uma grande honra para a Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil receber do Senado Federal esta sessão especial para comemorar seu centenário, que agora encerra um ano de comemorações.

O significado dessa deferência por parte de V. Sas. é imenso, pois, por meio dele, podemos ver nossa relevância científica avaliada e reconhecida. Participar do processo de desenvolvimento e promoção da ciência é nosso grande propósito, convencidos que somos do papel desta para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade. Assim, excelentíssimas senhoras e senhores, esta sessão será, para nós, inolvidável.

Ao longo de cem anos, a Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil e seus membros buscaram estudar, pesquisar, debater e divulgar tudo que se relacionasse às atividades científicas e tecnológicas no campo das ciências farmacêuticas e afins. Como órgão consultivo informativo, tem colaborado e promovido o intercâmbio cultural e científico em âmbito nacional e internacional.

Nossas origens, e é dela que falarei, remontam ao Brasil Império, mais precisamente, a 1808, quando a vinda da família real e da corte portuguesa eleva o Brasil Colônia a Reino de Portugal. Dois fatos marcam essa época e nossa gênese. O primeiro foi a necessidade de organizar um serviço de saúde que permitisse assistir as tropas dos reais exércitos e da armada de Portugal, bem como toda a corte, o que fará com que o Príncipe Regente Dom João VI sancione, ainda em 1808, um decreto criando a Botica Real Militar, anexa ao Hospital Militar e à Marinha, no Rio de Janeiro. Essa é a menção primeira de organizar-se no Brasil um serviço farmacêutico estatal. O segundo foi a organização, em 1829, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, com a finalidade de reunir médicos para debater assuntos específicos sobre saúde e doenças e definir o papel desse grupo ante as questões de saúde pública. Essa histórica instituição, posteriormente chamada Academia Imperial de Medicina e, atualmente, Academia Nacional de Medicina, abrigará, em uma de suas três seções, a Seção de Farmácia, onde os farmacêuticos permanecerão até o final do século XIX.

Com a separação dos cursos de Farmácia das escolas de Medicina em 1839, a Seção de Farmácia da Academia de Medicina do Rio de Janeiro transformou-se na Seção de Ciências Aplicadas à Medicina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e, por conseguinte, os farmacêuticos iniciaram a criação das próprias sociedades científicas, muitas das quais não prosperaram até a fundação da União Farmacêutica no Estado de São Paulo, em 1913, e da Associação Brasileira de Farmacêuticos no Rio de Janeiro, em 1916. E é nesta agremiação, Associação Brasileira de Farmacêuticos, que iniciaremos a nossa história.

Minhas senhoras e meus senhores, a importância da farmácia científica se avolumava na Europa no primeiro quartil do século XX, na Itália, Alemanha, França e Espanha, e ela muito contribuiu e influenciou para se fundar no Brasil entidades que se tornassem suas porta-vozes. Atraídos pela ideia, um grupo de visionários farmacêuticos decide criar a Associação Brasileira de Farmacêuticos (ABF) em 20 de janeiro de 1916, na então capital federal, uma sociedade sem fins lucrativos e de caráter exclusivamente científico e com amplitude para congregar profissionais de todo o país.

A fim de dar maior ênfase a seu caráter científico, por iniciativa do Dr. Isaac Werneck da Silva Santos, no início de 2020, consolidou-se a formação do Conselho Científico da ABF, com reduzido número de farmacêuticos, que era o núcleo dentro da instituição a congregar profissionais de reconhecido cabedal de cultura e que se projetavam nas lides das pesquisas, com publicações de trabalho e compêndios, e também na área empresarial.

Na Presidência da Associação Brasileira de Farmacêuticos, em 1922, Rodolpho Albino Dias da Silva organiza o primeiro congresso nacional de Farmácia. Este congresso projetará o nome da entidade para toda a comunidade científica brasileira e para as autoridades governamentais da época, angariando credibilidade como um órgão que se posicionava publicamente, imputando, por outro lado, uma elevada dose de responsabilidade aos seus dirigentes. A ABF ganha ainda maior visibilidade pelo projeto da primeira *Farmacopeia Brasileira*, liderada por Rodolpho Albino, que virá a ser oficialmente promulgada em 1926.

Em 1924, o Prof. João Vicente de Souza Martins, então Vice-Presidente da instituição, no exercício da Presidência, apresenta à sua assembleia geral a luminária ideia da mutação do Conselho Científico para a Academia Nacional de Farmácia, após vários meses de estudos, análises e sugestões de colegas, conforme seu relato pessoal, abro aspas: "Encorajado e animado, apresentei a ideia da criação da Academia Nacional de Farmácia na sessão ordinária da Associação Brasileira de Farmacêuticos, realizada em 25 de abril de 1924". E, assim, em 10 de setembro de 1924, a ABF promovia a alteração de seu estatuto, particularmente seu art. 79, que passou a ter uma nova redação, na qual definia a formação da Academia Nacional de Farmácia.

Cabe registrar que a Academia Nacional de Farmácia, atual Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, é a segunda mais antiga instituição do gênero no mundo moderno com essa denominação, sendo apenas antecedida pela Real Academia Nacional de Farmácia, na Espanha. A Academia de Ciências Farmacêuticas, porém, mostra-se altamente diferenciada desde a sua gênese, por abarcar, entre os 50 membros titulares fundadores, duas mulheres farmacêuticas: as farmacêuticas Graziela Barroso Pacheco e Jandira Fernandes Lima.

Pelo estatuto atual, a academia é composta por 120 membros titulares, mais membros eméritos, membros honorários nacionais e estrangeiros, membros correspondentes nacionais e estrangeiros, membros associados, que, em seu total, somam 175. Cabe também destacar, ainda no contexto de uma agremiação científica diferenciada, que hoje 31% das cadeiras de membros titulares são ocupadas por mulheres.

Para acolher os diferentes profissionais, como farmacêuticos, médicos, odontólogos, médicos veterinários e outros que atuam na tão complexa e multifacetada área das ciências farmacêuticas, a academia desenhou-se em seções: Farmácia, Farmácia Industrial, Ciências (Físicas, Químicas, Biológicas e Naturais), Farmacologia e Toxicologia, Medicina, Odontologia e Medicina Veterinária. Assim, desde a sua fundação, tem sido um agente ímpar de contribuição, por meio de seus membros, para desenvolvimento e divulgação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da ciência em nosso país.

Antes da industrialização, os medicamentos no Brasil eram produzidos artesanalmente nas farmácias. As preparações farmacêuticas eram prescritas pelos médicos utilizando ingredientes naturais, como plantas medicinais e substâncias químicas importadas. Ao final do século XIX, a maior parte dos medicamentos consumidos no Brasil era importada, principalmente da Europa, e não havia uma indústria farmacêutica nacional estabelecida.

Os primeiros passos para a industrialização dos medicamentos, no início do século XX, começaram com a criação de instituições de pesquisa, como o Instituto Oswaldo Cruz, em 1900, no Rio de Janeiro, e o Instituto Butantan, em 1901, em São Paulo. Esses institutos produziram soros e vacinas para combater epidemias, como a peste bubônica, a febre amarela e a varíola. Embora não fosse indústrias farmacêuticas no sentido comercial, desempenharam papel crucial na produção de medicamentos essenciais.

Nesse mesmo período, instalaram-se também as primeiras indústrias farmacêuticas privadas brasileiras, como o Laboratório Fontoura, o Laboratório Paulista de Biologia, o Laboratório Sírio-Libanês e o Laboratório Torres.

Os anos 1940 e 1950 marcar-se-ão pela expansão industrial no Brasil. O Governo incentiva a instalação de indústrias e a indústria farmacêutica começa a se consolidar. Nessa época, empresas multinacionais farmacêuticas aqui se instalam, como Merck, Bayer e Eli Lilly, ampliando o acesso aos medicamentos de síntese química.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NILCE CARDOSO BARBOSA – Os 70 anos que se seguiram foram crescentes nessa industrialização, porém, o fato é que ainda não temos no Brasil, até os dias atuais, a tão almejada independência da importação de insumos farmacêuticos ativos. Atualmente, vemos retomadas as buscas pelas moléculas advindas da nossa biodiversidade e pelos fármacos baseados na biotecnologia, que consolidam-se como um dos grandes vetores para o desenvolvimento científico e econômico.

Inúmeros cientistas brasileiros foram fundamentais para o desenvolvimento das ciências farmacêuticas nessa janela histórica de 100 anos. Através de seus trabalhos pioneiros, o Brasil se destacou em áreas como soroterapia, farmacologia e medicina tropical, salvando vidas e posicionando o país como um importante centro de pesquisa científica e biomédica do século XX. E, muito embora tenhamos demonstrado a nossa força e potencialidade por todo conhecimento que produzimos no campo das ciências farmacêuticas, precisamos de incentivo e recursos permanentes para que possamos alcançar a tão almejada autossuficiência na produção de insumos destinados aos produtos de interesse da saúde.

O fortalecimento das atividades de ciência, tecnologia e inovação deve ser um projeto de Estado, para garantir que as futuras gerações possam desfrutar de um país mais equânime e capaz de enfrentar todos os desafios, presentes e vindouros, no campo da saúde.

O contributo da ciência para a sociedade é inquestionável, pois possibilita avanços em todos os campos, enriquece-a intelectual e culturalmente, melhora a qualidade de vida das pessoas e diminui as desigualdades. Porém, o desenvolvimento científico não significa de forma automática progresso humano; torna-se crucial que a educação e a formação dos cientistas sejam encaradas de forma permanente e que incluam as dimensões éticas, sociais e políticas da atividade científica.

Queremos deixar reafirmado que a Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, este importante ente na garantia do bom uso da ciência, sente-se hoje, com esse reconhecimento por parte dos Exmos. Srs. Senadores, mais enriquecida e mais empolgada para continuar construindo pontes por meio das quais poderemos nos manter conectados como profissionais, como cientistas e, sobretudo, como seres humanos e para seguir conjugando ciência com humanidade, o que é algo possível e necessário, pois o belo da ciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está nas pessoas que dão um pouco de si todos os dias de forma a embelezar um mundo que não seria o mesmo sem o progresso científico.

Assim, o honroso e generoso reconhecimento por parte deste Senado, Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, será um acréscimo à força que nos move no sentido de contribuir para que o Brasil vença o grande desafio da iniquidade nas condições sociais e de acesso à saúde, pois, para além de serem sistemáticas e relevantes, são também evitáveis e injustas.

E assim finalizo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Registramos a presença, na galeria, dos alunos de ensino fundamental da Escola Casa de Brinquedos, de Brasília – Distrito Federal, assim como a de seus professores. (*Palmas.*)

Quero também registrar, com alegria, a presença da Dra. Danyelle Cristine, Diretora do Conselho Regional de Farmácia. (*Palmas.*)

Nesse momento, concedo a palavra ao Sr. Tarcísio José Palhano, Acadêmico Titular da Academia e Assessor do Conselho Federal de Farmácia, representando o Presidente Walter Jorge João.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ PALHANO (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, proponente e presidente desta sessão especial que comemora os 100 anos da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, as tantas atividades, as tantas ações, as tantas viagens do Presidente do Conselho Federal de Farmácia, uma verdadeira maratona do Dr. Walter Jorge João, impediram-no de participar desta sessão, razão pela qual me incumbiu de representá-lo, o que eu faço com bastante honra.

Na pessoa do Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, cumprimento os demais membros da mesa, cumprimento os acadêmicos, as acadêmicas, as demais autoridades e as senhoras e os senhores presentes nesta sessão especial.

Merecer desta Casa uma sessão especial alusiva aos cem anos da nossa academia é para todos nós acadêmicos motivo de muita honra, de muita alegria, porque seguramente ela traduz o reconhecimento desta Casa ao protagonismo que a nossa academia tem tido ao longo de todos esses anos, um século, relativo às ciências farmacêuticas no Brasil. As suas tantas ações, as suas inúmeras atividades realizadas, o estímulo permanente ao desenvolvimento da pesquisa, da ciência, da tecnologia, da inovação no âmbito das ciências farmacêuticas fazem com que a academia se transforme num grande protagonista nesse âmbito, em nosso país. E as minhas palavras, e em nome do Dr. Walter, não poderiam ser outras a não ser de reconhecimento e gratidão a V. Exa., Senador Eduardo Gomes, por esta iniciativa.

Em momentos assim de agradecimento, não tenho como deixar de recordar o Tratado da Gratidão de São Tomás de Aquino. Nesse tratado, ele divide a gratidão em três níveis: o nível mais superficial, o nível intermediário e o nível mais profundo. E o grande Prof. António Nóvoa, da Universidade de Coimbra, Portugal, resolveu fazer um estudo muito interessante, em que ele coloca as formas de agradecimento em várias línguas. Ele diz o seguinte: que, quando se diz *danke*, em alemão, quando se diz *thank you*, em inglês, quando se diz *grazie*, em italiano, quando se diz *gracias*, em espanhol, quando se diz *merci*, em francês, se está agradecendo no nível mais superficial e no nível intermediário da gratidão e que, apenas quando dizemos obrigado, estamos colocando esta gratidão no nível mais profundo do tratado de São Tomás de Aquino.

É por isso que, Senador, em nome da nossa academia, em nome do Presidente Dr. Walter e em meu próprio nome, gostaria de dizer obrigado, muito obrigado, muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Gostaríamos de registrar como próximo evento – um evento importante e merece o nosso destaque agora –, na sessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

formal de amanhã, o evento da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil "Vacinação e Longevidade: Vencendo a Hesitação", que será no dia 28 deste mês, 28/10/2025, das 14h às 18h, no Centro de Convenções da Expo Center Norte, durante o Fórum São Paulo da Longevidade de 2025. Por isso, nosso registro aqui para todos que assistem a esta sessão.

Neste momento, farei a entrega de uma placa comemorativa pelo centenário da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil ao acadêmico Sr. Lauro Domingos Moretto, Presidente Emérito.

(*Procede-se à entrega de placa comemorativa ao centenário da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil ao Sr. Lauro Domingos Moretto, Presidente Emérito.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Convido o Sr. Ogari Pacheco para fazer a entrega de flores à Sra. Acadêmica Nilce Barbosa, 1ª Vice-Presidente da ACFB, representando todas as mulheres deste país dedicadas à ciência, à pesquisa e à inovação. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega de flores à Sra. Nilce Barbosa.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Convido o Acadêmico Lauro Domingos Moretto para fazer a entrega de medalhas comemorativas e um exemplar da primeira edição da Farmacopeia Brasileira, publicada em 1926, o qual será doado à Presidência desta Casa para constituir o acervo da Biblioteca do Senado Federal. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega de medalhas comemorativas e um exemplar da primeira edição da Farmacopeia Brasileira à Presidência do Senado Federal.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Cumprida a finalidade desta sessão, eu gostaria de agradecer a presença de todos e todas aquelas que assistiram no Brasil inteiro, e que fique registrada, na TV Senado e nos órgãos de comunicação da Casa, a importância desta sessão. Agradeço a todas as personalidades que honraram com a sua participação. Acho que é importante. Esse é um segundo momento após aquela sessão muito interessante, muito importante da posse do Senador Pacheco como membro desta instituição. Agora, a instituição de que ele também faz parte faz uma homenagem à Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil. Então, eu agradeço a todos.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 148ª Sessão, Não Deliberativa, em 20 de outubro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Gomes.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 14 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

Com a palavra, nosso querido amigo e Líder Senador Paulo Paim.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Exmo. Presidente em exercício do Senado, Senador Eduardo Gomes, permita que eu responda na mesma linha. Aprendi nessa longa caminhada desses 40 anos do Congresso a respeitar muito V. Exa. V. Exa. não é amigo só meu, V. Exa. é amigo de todos aqui neste Plenário e, tenho certeza, na Câmara dos Deputados.

Presidente, inicio o meu pronunciamento dizendo que neste sábado, dia 18 de outubro, eu tive a honra de ser painelista no Encontro Anual da Fundação Lemann 2025, que aconteceu em São Paulo.

Agradeço com sinceridade a todos os organizadores daquele grande evento. Começo cumprimentando o Dr. Jorge Paulo Lemann e a todos os envolvidos neste momento tão difícil da vida nacional, mas ao mesmo tempo fortalecendo jovens lideranças. Foi um momento inesquecível o contato com tantos líderes, em sua grande maioria jovens.

Tive a alegria de compartilhar o painel de nome Equidade em Lideranças com as líderes, a Sra. Jessika Moreira, do Movimento Pessoas à Frente, a Deputada Tabata Amaral e a Basília Rodrigues, jornalista e comentarista política. Confesso, Presidente, que passei do tempo na minha fala, como quase sempre eu faço aqui, mas todos me trataram com tanto carinho que fiquei à vontade para seguir em frente, embalado pela energia que vinha do plenário. Acho que até mudei o rumo do debate, mas fiquei alegre de perceber que eles queriam que eu falasse, que eu comentasse essa longa caminhada.

Meus amigos e minhas amigas, a existência humana me fascina; esse ato sagrado de viver, de aprender e de se relacionar, de ouvir, de escutar e de falar, de se colocar sempre no lugar do outro, de sentir suas dores, suas alegrias, seus sonhos, seus desejos. Nosso horizonte deve ser sempre o de buscar a felicidade das pessoas e fazer a diferença naquilo que estiver ao nosso alcance. Para isso, é preciso fazer política com alma e coração. É preciso muito equilíbrio. É preciso oferecer o melhor de si em um caminho constante de transformação social, guiado pela sensibilidade, empatia, amor, compaixão e fraternidade, solidariedade e um compromisso inabalável com a vida.

Jung dizia que somente com a transformação da atitude do indivíduo é que começam as mudanças profundas. Isso nos conduz, Presidente, à conexão espiritual – V. Exa. eu sei que entende muito bem do que eu estou falando – tão necessária para a felicidade coletiva. A minha história, Presidente, me transformou no que sou, mas eu tenho clareza de que estou entre as exceções num país continental com mais de 213 milhões de pessoas, pois vim de família muito pobre, Presidente. Éramos dez irmãos dependendo de um salário mínimo do pai e da mãe. Aprendi muito nessa caminhada. A boa política potencializa destinos, amplia horizontes e promove o bem-estar comum. Aprendi que política se faz, como eu disse e repito aqui, com alma e com um coração batendo muito firme, nunca me esquecendo – eu sempre digo isso – de onde eu vim e por que estou aqui. Eles estão lá no local de onde eu vim. Eles estão ainda lá.

Sempre atuei, no meu mandato, ao longo desses 40 anos, olhando para trás. As leis existem para serem cumpridas, vividas e assimiladas pela sociedade e pelo Estado. Preocupa-me muito, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós... Depois de muitos anos, em todo 8 de março, eu cobrava aqui que não adiantava só jogar flores para as mulheres. Elas queriam pelo menos homem e mulher na mesma função, com o mesmo salário. Aprovamos a lei. Tenho dúvidas se ela está sendo cumprida.

Presidente, tive a honra de ser Deputado Federal constituinte, com grandes nomes de centro, de direita, de esquerda. Vou lembrar um para não lembrar somente aqueles com quem eu caminhava e com quem tinha contato com mais facilidade. Vou falar do inesquecível Passarinho. O senhor sabe que de esquerda ele não era, mas dialoguei muito com ele; por exemplo, a lei de greve eu construí com ele e foi aprovada por unanimidade no Plenário da Constituinte – Jarbas Passarinho.

A Constituição, nossa Constituição Cidadã, foi um divisor de águas. Ela reconheceu o Brasil como uma nação feita de muitas mãos e de muitas cores, de trabalhadores do campo e da cidade, de empresários, do setor produtivo, dos empreendedores, da classe média, do povo pobre e das juventudes – juventudes rebeldes. Fiz até uma poesia da rebeldia nos nossos tempos. Somos como uma engrenagem viva, em permanente movimento e todos precisamos uns dos outros, todos. Somos como uma orquestra cuja harmonia só se faz com a afinação entre os músicos, cada qual com a sua responsabilidade.

Com o tempo, fomos avançando. Vieram – e tive o apoio praticamente da unanimidade do Congresso Nacional – os Estatutos da Pessoa Idosa, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência, três marcos históricos que beneficiam cerca de 80% da população brasileira, leis fundamentais para uma sociedade que busca justiça, inclusão e dignidade. Tive a honra de ser o autor, mas houve Relatores em todas as Comissões e tive o aval do Plenário da Câmara e do Senado.

Sr. Presidente, tive ainda a alegria, procurado pela juventude, de ser o Relator do Estatuto da Juventude, que aprovamos também por unanimidade. Sublinho aqui a Lei 10.639, de 2003, do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Tive a alegria de ter sido o construtor da primeira versão em 1988.

Ao terminar a Constituinte, apresentei o Projeto de Lei 678, de 1988 – no final da Constituinte –, para tornar obrigatório, no currículo oficial das escolas, o ensino da história da África e da história do negro no Brasil.

A Lei 11.645, de 2008, ampliou a obrigatoriedade, incluindo também o estudo da história e cultura indígena. Vejam bem, em 1988, aprovei na Câmara, e, infelizmente, o Senado, depois de dez anos, arquivou, mas lembro, não está no papel, mas eu me lembro de Esther Grossi, professora do Rio Grande do Sul, e Ben-Hur, juntos, disseram: "Paim, vamos reapresentar e vamos aprovar". E assim foi aprovado.

Além dessas matérias, em outras tantas, caminhamos juntos.

Permita-me, Presidente, porque eu tenho satisfação de lembrar aqui o Estatuto da Igualdade Racial. Apresentei depois que a Assembleia Nacional Constituinte aprovou uma moção para que fôssemos à África do Sul exigir a libertação de Mandela. Lá na África do Sul, juntos, éramos a bancada negra do Congresso: Paulo Paim, Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, que já faleceu, Edmilson Valentim e, ainda, João Herrmann e Domingos Leonelli. Recebi a Carta da Liberdade da mão da Winnie Mandela, e, aqui no Brasil, inspirados nesta Carta da Liberdade do povo sul-africano, construímos o estatuto, Presidente, que este Congresso aprovou por unanimidade e o Presidente Lula sancionou.

Cota no serviço público: apresentamos, e este Congresso aprovou por unanimidade.

Revalidação das cotas nas universidades: fui Relator e este Congresso aprovou por unanimidade. Teve um ou outro, mas é normal a discordância, e, por isso eu digo que vale a visão da maioria.

Lanceiros negros heróis da pátria: era um sonho, Presidente, que os lanceiros negros do Rio Grande do Sul se tornassem heróis da pátria. Negociei até com o Exército, mas deu certo, e eles estão hoje como heróis da pátria.

Dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra: trabalhamos muito desde a Assembleia Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Constituinte e, mais recentemente, aprovamos e tornamos feriado nacional o Dia de Zumbi e da Consciência Negra. Lembro que só tem – eu me inspirei nisto também – o exemplo de Martin Luther King nos Estados Unidos, em que também é feriado nacional.

Convenção Interamericana contra o Racismo. Relatoria: aprovamos por unanimidade.

Lei de injúria como crime de racismo: aprovamos por unanimidade.

Lei da história e cultura afro-brasileira: eu já discorri aqui que fui um dos consultores. Até sobre a escola de samba como manifestação cultural nacional relatei um projeto de Maria do Rosário.

Abdias Nascimento, herói da pátria, com muito orgulho: tive a alegria de ser Relator.

Cais do Valongo, patrimônio histórico: fui autor.

Já falei dos estatutos. Aprovado no Senado o Estatuto dos Ciganos: Presidente, eu estava sentado, presidindo uma sessão, e uma senhora vestida de cigana não tinha direito à palavra, mas disse para mim: "Presidente, posso falar?". Eu olhei para ela e disse: "Pode falar". E ela me disse: "Olham-nos como se fôssemos invisíveis. Nós não somos invisíveis, somos homens e mulheres, como todos os outros". Pediu para conversar comigo, e surgiu o Estatuto dos Ciganos.

João Cândido, herói da pátria, o Almirante Negro: todos sabem a história, que eu não vou resumir. Conseguimos aprovar aqui, no Senado, como Relator. Espero que a Câmara aprove rapidamente.

Abordagem policial: uma questão humanitária. Tem que mudar a abordagem policial. O Senado aprovou com o apoio do Major Olimpio, que já faleceu. Ele estava lá atrás e disse: "Paim, mexa em tal artigo, eu defendo junto com você". E eu mexi, seguindo a orientação dele. Ele está lá no alto, mas está nos ouvindo neste momento. Eu nunca deixo de falar que a abordagem policial humanizada foi fruto de um projeto coletivo de nós todos, mas em que o Major Olimpio foi fundamental.

Sr. Presidente, está aqui no Senado ainda – vou explicar – a PEC 33, de 2016, que cria o fundo da promoção da igualdade racial. Sou o autor, porque ela estava dentro do Estatuto de Igualdade Racial, mas, naquela oportunidade, há 15 anos, eu tive que retirar, porque senão não teria aprovado. E sempre aprendi, nesse meu andar, que lei boa é lei aprovada e não só lei sonhada. Tirei, e agora existe uma PEC na Câmara evoluindo e aqui no Senado também.

Sr. Presidente, desde a Constituinte, lutamos muito para reduzir a jornada de 48 para 44 horas. Aprovamos, com muito diálogo, inclusive com o centrão, à época. Foi um avanço reduzir quatro horas. De lá para cá, apresentei a PEC 148, de 2015, para, a médio prazo, chegar às 40 horas, dialogando com todo o setor, já tenho claro, Presidente, com os empresários, com os trabalhadores, com a sociedade... Em tempo de automação, em tempo de IA, que é a inteligência artificial, nós temos que pensar também nessa realidade.

Tenho orgulho de dizer que trabalhei junto na criação da Fundação Cultural Palmares, com meu amigo Carlos Moura, que será homenageado neste Plenário no próximo dia 17. Trabalhei junto na criação do Ministério da Igualdade, para que conseguíssemos aprovar marcos históricos tão importantes como aqui citei.

Tenho que reconhecer, eu sei que todos entenderão, que foi fundamental o apoio do Presidente Lula. O Presidente Lula nos apoiou em todas essas batalhas. Eu diria que ele foi um gigante nessa luta. Cito aqui também a ex-Presidente Dilma, atual Presidente do Brics, que também nos ajudou, dentro do limite de cada espaço e levando em consideração a independência do Executivo e do Legislativo.

Não posso deixar de citar os ministérios que atuaram nessa construção. Claro que não vou citar todos, Presidente. Como digo, ninguém faz nada sozinho. Assim, ofereço, nesta tribuna, embora no silêncio do Plenário, mas, como se palmas eu estivesse aqui ouvindo, uma salva de palmas ao movimento negro brasileiro e aos que não são negros, mas que são comprometidos com a promoção da igualdade racial. Mesmo com as divergências, agradeço a todos os Congressistas, pois conseguimos aprovar praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por unanimidade as propostas que vieram da sociedade em épocas diferentes, mas assim caminha a humanidade, assim é a democracia.

Sabemos que as exceções fazem parte da regra da democracia, pois nem todos são obrigados a pensar igual, mas o respeito é importante.

Agradeço também, Presidente, aos assessores dos gabinetes que trabalharam, aos consultores das duas Casas e também do Executivo.

Aproveito para convidar todos para um momento muito especial. No dia 17 de novembro, teremos, aqui neste Plenário, uma dupla homenagem: uma, ao feriado do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, dia 20 de novembro; e outra, a Comenda Abdias Nascimento. Espero que V. Exa. esteja aqui, e será um prazer se V. Exa. presidir a sessão, que reconhecerá personalidades que se destacaram na proteção e na promoção da cultura afro-brasileira.

Sr. Presidente, eu creio profundamente que, entre os pilares de uma nação forte e justa, está a educação. Acredito muito, muito nela e afirmo: sou filho do ensino técnico, saciei minha sede de saber numa fonte generosa. Só pude concluir o meu curso em 1965 pela política de cotas adotada pela Escola Senai Nilo Peçanha, de Caxias do Sul. Quando dizem que eu falo tanto no Sistema S, eu não posso me esquecer de onde eu vim. Eu vendia banana em Porto Alegre, com 12 para 13 anos, na feira livre de um primo meu. E meus pais ficaram em Caxias. Calculem a minha alegria quando eu vi meu pai chegando e dizendo: "Renato, você vai poder voltar para casa. Você passou no ensino técnico no Senai". E nunca me esqueço: foi a Vinícola Rio-Grandense, de Caxias do Sul, que me proporcionou ajuda financeira de aproximadamente um salário mínimo para eu ter dinheiro para o ônibus ou para a bicicleta.

Enfim, essa ajuda aos cotistas funcionava da seguinte forma: cada empresa com mais de cem empregados tinha que ajudar um cotista, e eles cumpriam, cumpriam mesmo.

Como vemos, Sr. Presidente, a educação é um ato de amor, é um ato de coragem e tem o poder de transformar vidas. Nós sabemos disso. Vocês sabem disso. Os que estão nos ouvindo em casa sabem disso. Priorizar a educação é antecipar o desenvolvimento econômico, social e cultural de um país; é fortalecer os direitos humanos, sim, a diversidade, a saúde, o emprego, a paz e a democracia; é plantar a consciência ecológica e o respeito mútuo; é fomentar a livre iniciativa e preparar as próximas gerações para um mundo em transformação.

Governar não é apenas equilíbrio de contas públicas. Governar é planejar presente e futuro, independentemente de quem esteja no poder.

Educação é pedra angular, é alicerce das nações e deve ser tratada como política de Estado e não como um programa de Governo.

O Brasil é um país profundamente desigual, um país marcado, infelizmente, por racismo, preconceito e exclusões históricas.

Segundo o IBGE – nós estamos avançando –, 56,1% da população brasileira é composta por pretos e pardos, ou seja, aproximadamente 112,7 milhões de pessoas.

A luta por justiça social e equidade racial deve continuar mobilizando toda a sociedade. Foi com esse espírito que nasceu a política de cotas, no ensino superior e também nos cursos, na busca de um espaço para os negros no serviço público.

A Lei nº 12.711, de 2012, que tive o privilégio de relatar no Senado, determina que 50% das vagas nas universidades e institutos federais sejam reservadas para estudantes de escolas públicas. Dessas vagas, metade vai para alunos com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário-mínimo. Também estão incluídas cotas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, conforme dados do IBGE.

O objetivo é claro: promover inclusão, diversidade, corrigir desigualdades históricas. E os resultados falam por si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou falar dos resultados da política de cotas.

Antes da lei, em 2012, menos de 30% dos ingressantes nas universidades federais eram pretos, pardos e indígenas. Dez anos depois, esse número subiu para 50,3% (fonte: observatório da Lei de Cotas da UFRJ). Em 2012, 38% dos estudantes vinham de escolas públicas; em 2022, esse número saltou para 63% – vejam, de 38% para 63,7% (fonte: Inep). A proporção de alunos com renda de até 1,5 salário-mínimo por pessoa subiu de 29% para 51%, no mesmo período (fonte: MEC).

Desde 2016, com a inclusão das pessoas com deficiência nas cotas, o número de estudantes com deficiência nas federais – vejam bem, pessoas com deficiência – cresceu mais de 150% (fonte: Inep).

E quanto ao desempenho acadêmico, estudos mostram que os cotistas têm rendimento igual ou superior ao dos não cotistas – porque, quando o cotista teve a oportunidade, ele soube ocupar o seu espaço e sabia que tinha que ser um dos melhores –, quando comparados em condições similares, como eu disse aqui.

Embora ainda desconhecida de grande parte da população... Sr. Presidente, o que eu vou falar agora é muito importante. Embora ainda desconhecida de grande parte da população, a Lei de Cotas também beneficia as pessoas brancas pobres, não é só para negros, índios.

Cito, como exemplo, o caso da Luana, moradora do interior do Rio Grande do Sul, cuja mãe, aposentada por invalidez, ganha um salário-mínimo. Ela é branca, cabelos loiros. Procuraram-me para saber se eu poderia ajudar a sua filha, que tinha um sonho: queria ser veterinária. (*Manifestação de emoção.*)

Simples assim.

Expliquei a elas, mãe e filha, que esta poderia, sim, entrar na universidade pela política de cotas, porque ela se enquadrava na baixa renda.

Falo isso com alegria, Sr. Presidente. Hoje, ela está na UFRGS, como cotista. E tem muito orgulho. Está no segundo semestre. O sonho se tornou realidade. De fato, a política de cotas abre portas para negros e brancos pobres. Todos nós aqui aprovamos. V. Exa. nos ajudou.

Falo também de outra Luana. Essa é uma mulher negra e pobre, que, pelas cotas, fez a faculdade, passou num concurso do Senado posteriormente e, hoje, nos assessora – a nós, Senadores – aqui neste Plenário.

Todos conhecem a Luana, não é?

E essa Luana fez uma poesia chamada A Estrada – Sr. Presidente, por que é que eu falo que me toca muito o momento que estou atravessando? –, como forma de gratidão a todos nós pela política de cotas. Quem tiver interesse em ouvir a poesia, na íntegra, é possível acessar pelo nosso canal: YouTube, @paulopaimsenador.

Sr. Presidente, permita-me que eu faça esse gesto, em homenagem a todos os cotistas, que eles reconhecem muito a poesia que ela fez.

É esta aqui: A Estrada.

Aqui sou eu, na estrada. Aqui, uma bifurcação, e aqui estou eu, como menino.

Pior que a cópia foi praticamente... Vivia ali, como menino negro, e ele diz, na poesia, para mim: "E daí?". (*Manifestação de emoção.*)

Se foram 40 anos: "Quando que você vai brincar comigo, vai correr pelos campos, vai pescar, vai me contar histórias?". E o menino fica ali. A poesia fala um pouco disso.

Enfim, Presidente, a Lei de Cotas é um direito que leva o ser cidadão – brancos ou negros – a ser cidadão. É o caminho da felicidade, do pertencimento, da dignidade. É a ponte sobre o individual e o coletivo, entre o sonho e a realização, entre os invisíveis e o visível. Todos ganham. O país cresce. A autoestima da nossa gente pobre se eleva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu costumo dizer, Presidente: isso não é pauta nem de esquerda, nem de centro ou de direita.

Permita, Presidente, um detalhe: quando foi para aprovação, aqui, tinha Senadores que não são de esquerda nem de centro. Sabe o que é que me diziam? "Paim, para te ajudar, eu vou sair do Plenário" – porque iria votar, votação simbólica. E eles assim o fizeram. A eles também eu reconheço. Eu reconheço mesmo.

É a política pública baseada em dados, em justiça, em humanidade. É o Brasil se reconhecendo e se aceitando e se projetando para o futuro, com igualdade. Queremos um país grande, soberano, justo e digno. (*Manifestação de emoção.*)

Um Brasil que cumpra sua vocação histórica, sim, que cumpra sua vocação histórica de ser pátria, pátria de todos, porque pátria somos todos.

Há ainda muitos desafios, mas há também muitos caminhos.

Confesso que sou um admirador de Zumbi dos Palmares e dos lanceiros negros da Revolução Farroupilha, no meu Rio Grande.

Sou fã de Abdias – eu saía como Deputado, vinha aqui para o plenário, às vezes o plenário vazio, e assistia o discurso dele aqui –, que hoje está entre os heróis da pátria.

Lembro-me de João Cândido, o Almirante Negro. Para ele ser herói da pátria, só falta agora a decisão da Câmara.

Tem uma referência muito grande, sou obrigado a admitir, no grande Nelson Mandela. Eu tive o prazer de estar com ele duas vezes. Nelson Mandela, para mim, é o herói da diáspora do povo negro. Mandela é um símbolo universal da dignidade, da liberdade e da igualdade humana. Mandela é o ícone de todos os povos negros espalhados pelo mundo em decorrência da escravidão e das migrações forçadas.

Mandela – 27 anos no cárcere –, quando liberto, virou o Presidente da África do Sul. Repito: tenho orgulho de dizer que estive duas vezes com ele.

A primeira, na África do Sul, com Winnie Mandela, então sua esposa, que me entregou em mãos a Carta da Liberdade do povo sul-africano, que – eu já disse e repito – serviu de base para a Lei do Estatuto da Igualdade Racial.

A segunda vez foi aqui no Brasil, com ele já como Presidente. Eu tive a felicidade de entregar a ele a maior medalha que um Presidente já recebeu desta Casa.

Destaco: Mandela, quando saiu do cárcere e se elegeu Presidente, compôs o seu governo. Como ele fez, Presidente? Um branco e um negro, um branco e um negro, um branco e um negro.

Neste momento, eu quero dizer que me acompanhava também Caó, Edmilson e Benedita na entrega desse troféu àquele grande líder.

Saúdo, também, Martin Luther King, que um dia disse: "Eu sonho com um país onde negros e brancos e indígenas estejam juntos, na sombra da mesma árvore, sentados à mesma mesa, dividindo o mesmo pão". Eu sei que é uma frase conhecida, que termina e começa com pão, mas me identifico muito com ela.

Penso, meus amigos e minhas amigas, que o país precisa efetivamente refletir e agir na formação de novas lideranças, não apenas para a política, mas de todos os setores – na economia, no desenvolvimento, na ciência, na tecnologia, na educação.

Tenho orgulho de ser um dos idealizadores do programa Jovem Senador, aqui do nosso Senado, e Jovem Senadora, com alunos provenientes de escolas públicas de todo o país. O programa de 2025 teve a maioria, Sr. Presidente, de pretos, pardos, mulheres e brancos pobres, mas a maioria era de pretos, pardos e mulheres.

Em cada edição, percebemos, com clareza, a sede da nossa juventude de participação, do aprendizado e da contribuição para a construção de um Brasil melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Desde 2010, esse programa aqui do Senado envolveu milhões de alunos de todos os estados.

Por que milhões? Pois a disputa se dá pela melhor redação em cada estado e só vem para Brasília a redação número 1 – dos 27, sai um, esse único vencedor. Eu tive a alegria de passar dezenas de anos com eles aqui e aprendi muito com eles.

Por fim, Presidente, minha mensagem final evoca um ditado iorubá que diz o seguinte: "Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que [...] jogou hoje". Isso é sobre urgência de não repetirmos os mesmos erros, mas, sim, de aprendermos com eles. Presidente, o nosso aprendizado é permanente. Todos nós temos algo a oferecer. Com equilíbrio – com muito equilíbrio –, solidariedade, sensatez, diálogo e compromisso, vamos avançando.

Viva a soberania, que nos une! Viva a democracia! Viva a diversidade, que nos enriquece! Viva a educação, que abre caminhos! Viva a Lei de Cotas, que garante justiça! Viva o setor produtivo, que move a nossa nação! Vivam os trabalhadores, que constroem o Brasil! Viva a juventude! Vivam as pessoas idosas, que vieram antes de nós e fizeram a semeadura para que a nossa geração, do presente e do futuro, possa fazer a colheita! Termino dizendo: vivam, sim, as políticas humanitárias! Viva a democracia – repito –, que nos protege! Viva o Brasil, que pulsa em cada coração!

Presidente Eduardo, essa é a minha fala. Desculpe o tempo, porque eu sei que fui muito além de 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Senador Paulo Paim, peço apenas um minuto de paciência de V. Exa. para escutar o que eu... E temos aqui a visita honrosa do Senador Pastore, seu colega também que está aqui. A Maju Cotrim, que é minha amiga-irmã, jornalista, muito renomada no Estado do Tocantins...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu te peço que dê o meu abraço nela...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... é uma ativista muito dedicada a todas as causas que V. Exa. defende, também está indicada à Comenda Abdias Nascimento. E todos os funcionários, servidores da Casa, colaboradores de todos os gabinetes, Senador Davi Alcolumbre, toda a Mesa Diretora, eu tenho certeza de que só pode ter sido sorte minha, primeiro, um gesto de gratidão, porque V. Exa. me colocou aqui nesta cadeira quando, como Constituinte, junto com Siqueira Campos, criou o Estado do Tocantins na Assembleia Nacional de 1988.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu me lembro como se fosse hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Então, V. Exa. representa... E estou fazendo isso hoje, primeiro por uma questão de segurança, porque, o dia em que V. Exa. fizer o discurso de despedida aqui – eu sei que vai demorar muito a acontecer isso –, vai faltar tempo para os apartes, porque é uma história muito bonita de quatro mandatos de Deputado Federal, três mandatos no Senado.

Eu, como tocantinense, observador da Assembleia Nacional Constituinte, pude, nos momentos de maior embate, ainda muito jovem, presenciar a luta de V. Exa. e sempre acreditei, desde lá – não imaginava, em nenhum dos meus sonhos, que seria Senador, aqui, junto com V. Exa., para mim é uma honra –, já era atento à política... E me lembro, muitas vezes, de ver as suas lutas, as suas batalhas.

Hoje, com curiosidade – que, depois, vou satisfazer conversando cm V. Exa. pessoalmente –, entendi em um gesto que, se tem alguém no Brasil que em algum momento de disputa política muito forte precisou rasgar a Constituição, foi V. Exa., que o fez para a construir. Ninguém conseguiu, nesses últimos 37 anos, com fio de igualdade, trazer tantos benefícios importantes à população brasileira através da Constituição.

V. Exa. sabe que é possível ser adversário, divergente e respeitar e admirar as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – V. Exa. tem de mim a maior admiração, mas também de todos os 80 colegas Senadores e Senadoras. E eu só posso atribuir à sorte grande da magia da Constituinte que um tocantinense estivesse aqui, vendo isso se repetir, por anos a fio, e a primeira manifestação de V. Exa., a nosso contragosto, de querer deixar esta Casa para cuidar da sua vida, porque a sua vida foi cuidar do povo.

Então, eu fico muito feliz e, mesmo sendo um momento difícil para todos nós – vamos daqui a pouco discutir o futuro, numa sessão de inovação na área da saúde, que V. Exa., a meu pedido, vai abrir –, quero dizer que V. Exa. é um servidor da população brasileira, um homem de conduta ilibada, sério, participativo. A todos nós, há sempre um alerta: desempenhe bem o papel no Senado porque, se você chegar muito cedo, você vai encontrar o Senador Paulo Paim e, se você for embora muito tarde, você vai se despedir do Senador Paulo Paim. (*Risos.*)

Então, o senhor, para todos nós, é um grande exemplo. Muito obrigado. Acho que tanto o Senador Pastore quanto eu, os amigos aqui todos, estão todos muito emocionados de ver que V. Exa. prepara o seu legado para as futuras gerações, mas ainda vai servir muito ao país. Por isso que eu lhe agradeço este momento aqui. Vim com muita alegria ver que é possível um político brasileiro prestar contas de tantas conquistas que não foram solitárias, porque foram noites sem sono, muita briga, abrindo mão da própria vida pessoal, da família.

Viva o povo do Rio Grande do Sul, que trouxe o senhor para cá, para o Congresso, tantas vezes, para fazer o que o senhor está fazendo hoje aqui, prestando conta de um grande legado, de um grande mandato. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito, muito obrigado, Presidente Eduardo Gomes. V. Exa. é generoso, e eu tenho orgulho de dizer que sou seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E terminaria dizendo a V. Exa.: gratidão, gratidão, gratidão eterna. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, muito obrigado.

Nós registramos a presença na galeria aqui, para ver este momento histórico, dos alunos do ensino fundamental do Colégio Santo Ivo, de Ribeirão Preto, São Paulo. Sejam muitos bem-vindos. Aqui está o Senador Paulo Paim a falar para vocês, para as futuras gerações, que vão cuidar deste país.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa para amanhã, terça-feira, às 14h, com a pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 602/2025	Altera a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, para dispor sobre o controle da comercialização, importação, transporte, uso e destinação de produtos químicos venenosos ou potencialmente letais, visando à segurança da população e à prevenção do uso indevido dessas substâncias para fins ilícitos, e insere o artigo 278-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas para aquisição, venda e facilitação de produtos que possam resultar em risco à vida humana sem autorização legal.	CSP/CCJ (DT)
PL 624/2025	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a gratuidade obrigatória para a marcação de assentos para menores de 16 (dezesseis) anos ao lado de um responsável presente em voos domésticos e internacionais da aviação comercial em passagens adquiridas no território nacional ou com empresas aéreas brasileiras	CDH/CTFC (DT)
PL 644/2025	Estabelece normas gerais sobre as atividades de vendas por telefone (telemarketing).	CTFC (DT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PL 1524/2025	Institui a Lista Nacional de Proibição de Embarque Aéreo por Risco à Segurança Pública e à Integridade dos Passageiros – LNPE, no âmbito da aviação civil brasileira, e dá outras providências.	CI/CCJ/CSP (DT)
PL 1526/2025	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), para dispor sobre a capacitação de profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica para a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA); a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre prioridade processual em que figure como parte a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).	CDH/CAS/CE (DT)
PL 4487/2025	Altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e nº 7.353 de 29 de agosto de 1985, para incluir os Fundos dos Direitos da Mulher na destinação do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas como incentivo fiscal.	CDH/CAE (DT)
PL 4812/2025	Dispõe sobre a Lei do Trabalho Rural e institui a Política Nacional de Qualificação, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade no Trabalho Rural.	CRA/CAS (DT)
PL 5112/2025	Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para estabelecer que, no caso das ZPEs existentes em 31 de dezembro de 2024 e situadas na Faixa de Fronteira, os acréscimos de juros e de multa de mora de que tratam os incisos I e II do caput do art. 6º-C serão contados a partir da data da operação de	CAE (DT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	venda de que trata o inciso III do caput daquele mesmo dispositivo.	

Prazo: de 21/10/2025 a 27/10/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25961.09839-24 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Romário

Ofício nº 178/2025- GSROMARI Brasília, 17 de outubro de 2025

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 20/10/2025 a 24/10/2025, em Los Angeles, nos Estados Unidos.

Atenciosamente,

Senador Romário
(PL - RJ)

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4874719126

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ofício do Senador Dr. Hiran por meio do qual comunica que não participará da visita oficial ao Reino Unido, em Londres, Inglaterra, no período de 19/10 a 26/10/2025, conforme aprovado no Requerimento nº 583, de 2025.

O ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25223.08675-25

SENADO FEDERAL

Liderança do Partido Social Democrático

OFÍCIO Nº 016 – GLPSD/2025

Brasília, 7 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

ASSUNTO: Indicação do PSD para a CPICRIME.

Senhor Presidente,

Em substituição ao OFÍCIO Nº 12 – GLPSD/2025, indico para compor a **Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado – CPICRIME**, nas vagas destinadas ao Partido Social Democrático – PSD, como **Titular: Senador Otto Alencar (PSD/BA).**

Atenciosamente,

Senador OMAR AZIZ
Líder do Partido Social Democrático

Senado Federal – Ala Teotônio Vilela, Gabinetes 20 e 22. Telefone: 61-3303-5134 CEP: 70.165-900
Brasília-DF E-mail: lid.psd@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Omar Aziz

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4822778722

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25729.69429-76

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

Ofício n° 021/2025 - GLPL

Brasília, 01 de julho de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal

Assunto: indicação de parlamentares para a composição da **CPI do Crime Organizado.**

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 99/2025-SGM, datado de 30.06.2025, dirijo-me a Vossa Excelência, com os meus cordiais cumprimentos, para fazer a indicação dos seguintes parlamentares para a composição da **Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado**, criada pelo Requerimento nº 470, de 2025, sendo os Senadores Flávio Bolsonaro – PL/RJ e Magno Malta – PL/ES para as vagas de titular e o Senador Eduardo Girão – NOVO/CE para a de suplente.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar votos de elevada consideração e apreço.

Respeitosamente,

Senador IZALCI LUCAS
Líder do Partido Liberal em exercício

Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1977302661

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25765.82032-14

Of. 032/2025 - GLPODEMOS

Brasília, em 02 de julho de 2025.

À Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo a Vossa Excelência a indicação do Senador MARCOS DO VAL, para compor, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado que vai investigar o modus operandi das organizações criminosas, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região do Brasil, bem como as respectivas estruturas de tomadas de decisão.

Atenciosamente,

Senador CARLOS VIANA
Líder do PODEMOS

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1225262567

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25574.09368-50

Liderança do Movimento Democrático Brasileiro

OF. Nº 070/2025 GLMDB

Brasília, 3 de julho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais e conforme proporcionalidade partidária, a indicação dos Senadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para a composição da **Comissão Parlamentar de Inquérito,** criada pelo RQS 470/2025, *para apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias investigando-se o modus operandi de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor* ***(CPI do CRIME ORGANIZADO).***

Titular	Suplente
Alessandro Vieira (MDB/SE)	1.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

Senador **EDUARDO BRAGA**
Líder do MDB

Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6743830922

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25003.96977-39

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do União Brasil

OF. Nº 31/25 – GLUNIAO Brasília, 01 de julho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Indicação de membros do União Brasil para a composição da CPI do Crime Organizado.

Senhor Presidente,

Em resposta ao OF. Nº 104/2025-SGM, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, na vaga pertencente ao União Brasil, o Senador **Sergio Moro**, como **titular**, e o Senador **Marcio Bittar**, como **suplente**, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado.

Atenciosamente,

Senador **EFRAIM FILHO**
Líder do União Brasil

Assinado eletronicamente, por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5313088186

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25978.96869-84 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Liderança do BLPBRA

Ofício nº 31/2025-BLPBRA Brasília, 7 de outubro de 2025

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho por meio deste indicar os membros para CPI do Crime Organizado para as vagas do Bloco Parlamentar Pelo Brasil.

Serão titulares os senadores Rogério Carvalho (PT/SE) e Jaques Wagner (PT/BA) e será suplente o senador Fabiano Contarato (PT/ES). Assim, peço que tornem-se sem efeito o Ofício 11/2025-BLPBRA, de 16 de julho e o Ofício 29/2025-BLPBRA, de 06 de setembro.

Atenciosamente,

Senador Weverton
(PDT - MA)

Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3858373277

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25152.99737-37

SENADO FEDERAL

Ofício nº. 107/2025/BLRESDEM

Brasília, 15 de outubro de 2025.

Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto **Indicação de membro para a CPI do Crime Organizado.**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática indica o Senador **Jorge Kajuru** (PSB/GO), como titular, para compor a **Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado.**

Atenciosamente,

Senadora ELIZIANE GAMA
PSD - MA
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8347275874

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Designação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Presidência recebeu indicações das Lideranças e designa os seguintes Senadores para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor, nos termos do Requerimento nº 470, de 2025:

Titulares	Suplentes
Bloco Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Alessandro Vieira (MDB/SE)	(VAGO)
Sergio Moro (UNIÃO - PR)	Marcio Bittar (UNIÃO - PB)
Marcos do Val (PODEMOS - ES)	
Bloco Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Otto Alencar (PSD/BA)	(VAGO)
(VAGO)	(VAGO)
Jorge Kajuru (PSB/GO)	
Bloco Vanguarda (PL, NOVO)	
Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Eduardo Girão (NOVO/CE)
Magno Malta (PL/ES)	
Bloco pelo Brasil (PT, PDT)	
Rogério Carvalho (PT/SE)	Fabiano Contarato (PT/ES)
Jaques Wagner (PT/BA)	
Bloco Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
(VAGO)	(VAGO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Encaminhamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PRS 21/2025	Institui, no âmbito do Senado Federal, o prêmio "Inclusão em Foco", destinado a reconhecer, valorizar e homenagear as iniciativas de entidades públicas, privadas, organizações da sociedade civil e cidadãos que tenham se destacado na promoção dos direitos das pessoas com deficiência	CDH/CDir
PEC 15/2025	Altera a Constituição Federal para autorizar a implementação de bonificação de candidatos em processos seletivos para ingresso em universidade federal.	CCJ
PL 1126/2021	Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre os Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Indígenas de Saúde e os Agentes Indígenas de Saneamento.	CCJ/CAS
PL 4911/2023	Dispõe sobre a profissão de Técnico de Acesso por Cordas (TAC).	CAE/CAS
PL 3758/2024	Altera a Lei n° 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para ampliar as hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.	CCJ
PL 4560/2025	Altera o art. 282 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime o exercício ilegal da medicina veterinária.	CCJ
PL 4962/2025	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.	CSP/CCJ
PL 4293/2025 (ECD ao PLS 264/2017)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir ajuda de custo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside.	CAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 678, DE 2024

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2838326&filename=PDL-678-2024
- Demais documentos
  https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2480686&filename=TVR%20405/2024

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Data do Documento: 08/10/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 10.242, de 16 de agosto de 2023, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,11 de setembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente

2999596

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2999596

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 15/10/2025 11:03:04.667 - Mesa
DOC n.1368/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 566/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2024, da Câmara dos Deputados, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo".

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

CD253715915600

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253715915600
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 686, DE 2024

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária dos Moradores de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha, Estado da Bahia.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2839967&filename=PDL-686-2024
- Demais documentos
  https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2478828&filename=TVR%20410/2024

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Data do Documento: 08/10/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária dos Moradores de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 11.300, de 30 de novembro de 2023, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária dos Moradores de Serrinha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,11 de setembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente

2999599

Assir
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2999599

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 15/10/2025 11:02:28.287 - Mesa
DOC n.1351/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 567/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2024, da Câmara dos Deputados, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária dos Moradores de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha, Estado da Bahia".

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

CD259119425900

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259119425900
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 697, DE 2024

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Americana, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2840000&filename=PDL-697-2024
- Demais documentos
  https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2478844&filename=TVR%20428/2024

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Data do Documento: 08/10/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Americana, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato previsto na Portaria n° 9.514, de 19 de maio de 2023, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 15 de setembro de 2022, a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Americana, Estado de São Paulo.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de setembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente

2999256

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2999256

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 15/10/2025 11:02:28.287 - Mesa
DOC n.1352/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 568/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2024, da Câmara dos Deputados, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Americana, Estado de São Paulo".

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

CD250752648500

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250752648500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 702, DE 2024

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2840007&filename=PDL-702-2024
- Demais documentos
  https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2478819&filename=TVR%20435/2024

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Data do Documento: 08/10/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.795, de 2 de agosto de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a permissão outorgada à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de setembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente

2999257

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2999257

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 15/10/2025 11:02:28.287 - Mesa
DOC n.1353/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 569/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2024, da Câmara dos Deputados, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo".

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

CD253694039100

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253694039100
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2024, que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo*;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2024, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária dos Moradores de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serrinha, Estado da Bahia;*

- Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2024, que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Americana, Estado de São Paulo;* e

- Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2024, que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Santa Bárbara Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ilhabela, Estado de São Paulo.*

Devido à não instalação da Comissão de Comunicação e Direito Digital e nos termos do art. 48, X, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência despacha as seguintes matérias à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

Prazo: 21/10/2025 a 27/10/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 242, DE 2025

Aprova o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV (Fumin IV), assinados em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Legislação citada
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2919995&filename=PDL-242-2025

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Data do Documento: 20/10/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV (Fumin IV), assinados em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV (Fumin IV), assinados em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024.

§ 1º Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou revisão dos referidos Convênios, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

§ 2º A aprovação a que se refere o *caput* deste artigo é concedida sob o entendimento de que a expressão "igualdade de gênero", inscrita na Seção 1 do Artigo I e nas alíneas *c* e *i* da Seção 3 do Artigo III do Convênio Constitutivo do Fumin IV, e a expressão "equidade de gênero", inscrita na alínea *g* da Seção 2 do Artigo I do referido Convênio, devem ser compreendidas, para os fins deste Decreto Legislativo, respectivamente, como "igualdade entre homens e mulheres" e "equidade entre homens e mulheres".

3023477

Assir
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3023477

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Data do Documento: 20/10/2025

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de outubro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente

3023477

Assinado digitalmente em https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3023477

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Data do Documento: 20/10/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 243/2025/SGM-P

Brasília, 15 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2025, (Mensagem nº 291 de 2025, do Poder Executivo), que "Aprova o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV (Fumin IV), assinados em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024".

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente

3023478

Assir
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3023478

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

MENSAGEM Nº 291

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e da Senhora Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos IV – FUMIN IV e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento IV - FUMIN IV, assinada em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024.

Brasília, 17 de março de 2025.

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

EMI nº 00006/2025 MPO MRE

Brasília, 20 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à elevada manifestação de Vossa Excelência minuta de Mensagem a ser encaminhada ao Congresso Nacional solicitando autorização para a adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos IV - FUMIN IV e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV - FUMIN IV, conforme previsto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o FUMIN é um fundo administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, instituição financeira multilateral com atuação na região da América Latina e Caribe.

3. O FUMIN é uma importante fonte de recursos de assistência técnica para o desenvolvimento do setor privado na América Latina e Caribe, e a maior fonte de recursos financeiros não reembolsáveis do Grupo BID. Os projetos do Fundo compreendem parcerias com grupos empresariais, organizações não-governamentais ou órgãos públicos, e estão organizados em torno de vários temas, dentre eles microcrédito, apoio a pequenas e médias empresas e cadeias produtivas, capacitação de mão-de-obra, capital de risco e parcerias público-privadas.

4. Com vistas a permitir maior foco em sua atuação, o FUMIN está priorizando o apoio às áreas de agricultura sustentável (estimular inovações na cadeia de valor da agricultura que incrementem a produtividade e reduzam os impactos no clima); cidades inclusivas (promover melhor qualidade de vida nas áreas urbanas por meio do investimento nas inovações do setor privado); e economia do conhecimento (promover a criação de empregos e o crescimento de empresas intensivas em tecnologia, e fortalecer o ecossistema da inovação), todos temas de grande interesse para o Brasil.

5. Desde a sua criação, 198 projetos brasileiros foram apoiados pelo Fundo, representando um montante global de US$ 200,7 milhões, cerca de 9% do total de sua carteira. A esse montante se somam projetos regionais que têm o Brasil como país beneficiário, que alcançam USD 41 milhões desde a criação do FUMIN. O Fundo tem apoiado objetivos relacionados à educação financeira de mulheres e aposentados, sistematização de processos de mercado para pequenas e médias empresas, programas de empresariado jovem, criação de fundos para empresas startups, criação de oportunidades econômicas para comunidades pobres, desenvolvimento de modelos de sustentáveis

CD253945806000
Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

e desenvolvimento de parcerias público-privadas verdes, entre outros.

6. O Brasil tinha em dezembro de 2023 um total de 35 operações na carteira ativa, que correspondiam a USD 49,8 milhões em aprovações junto à instituição. Além disso, o Fundo apoiava 61 projetos regionais que incluíam o Brasil como beneficiário, em um montante total de USD 19,9 milhões.

7. Diante do exposto, e tendo em vista a necessidade de adoção de providências internas para concretizar a adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos IV e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV, submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa Mensagem a ser encaminhada ao Congresso Nacional, em conjunto com cópias dos Convênios Constitutivo e de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN IV, versões em português.

Respeitosamente,

CD253945806000

Assinado eletronicamente por: Simone Tebet, Maria Laura da Rocha

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

ASSEMBLEIA DE GOVERNADORES
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS

AB-3427 CII/
AB-1417
10 de junho de 2024
Original: espanhol
francês
inglês
português
Confidencial Para Uso Interno

Às: Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos

Do: Secretário

Assunto: Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos IV

Figura anexo o Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos IV, produto dos acordos alcançados pelos Governadores nas Reuniões Anuais das Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos realizadas em Punta Cana, República Dominicana.

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

Referência: AG-8/24, CII/AG-6/24, MIF/DE-7/24

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

Em anexo, encontra-se o Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos IV, nos termos e condições aprovados nas Reuniões Anuais das Assembleias de Governadores em Punta Cana, em março de 2024, com o Anexo A devidamente preenchido, como resultado do processo de promessas de contribuições ao Fumin IV, conforme descrito no Anexo 2 do documento AB-3399 e CII/AB-1685,

"Fundo Multilateral de Investimentos IV. Resumo para as Assembleias de Governadores do BID e do BID Invest", que foi aprovado pelas Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Interamericana de Investimentos (BID Invest) e pela Comissão de Contribuintes do Fundo Multilateral de Investimentos (BID Lab), respectivamente, por meio da Resolução AG-8/24,

CII/AG-6/24 e MIF/DE-7/24 em março de 2024.

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS IV

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO
FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS IV

CONSIDERANDO que o Fundo Multilateral de Investimentos ("Fumin I") foi criado pelo Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos, em 11 de fevereiro de 1992, renovado até 31 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO que o Fundo Multilateral de Investimentos II ("Fumin II") foi criado pelo Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II em 9 de abril de 2005 ("Convênio do Fumin II"), que entrou em vigor em 13 de março de 2007, data em que o Fumin I terminou e o ativo e o passivo do Fumin I foram assumidos pelo Fumin II;

CONSIDERANDO que o Convênio do Fumin II foi prorrogado até 31 de dezembro de 2020, nos termos do Artigo V, Seção 2 do mesmo;

CONSIDERANDO que o Fundo Multilateral de Investimentos III ("Fumin III") foi estabelecido em virtude do Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos III, datado de 2 de abril de 2017 ("Fumin III"), que entrou em vigência em 12 de março de 2019, momento em que os ativos e passivos do Fumin II passaram a ser regido pelo Fumin III; e

CONSIDERANDO que o Convênio do Fumin III foi prorrogado até 12 de março de 2026, de acordo com o Artigo V, Seção 2 do mesmo;

CONSIDERANDO que, ao reconhecer o papel fundamental da inovação empresarial para enfrentar os desafios de desenvolvimento, fomentar oportunidades para as populações pobres e vulneráveis, catalisar o crescimento econômico dinâmico, mitigar as mudanças climáticas e promover a igualdade de gênero e diversidade na região da América Latina e do Caribe, os contribuintes e os contribuintes em potencial listados no Anexo A deste reformulado Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos IV ("Convênio do Fumin IV") (cada um deles um "Contribuinte em Potencial") desejam criar uma proposição de valor do Fumin III reforçado ("Fumin IV"), no âmbito do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("Banco"), que regerá todo o ativo e passivo do Fumin III e apoiará a continuidade de suas atividades;

CONSIDERANDO que um modelo de captação de fundos de múltiplas fontes para reforçar a sustentabilidade do Fundo Multilateral de Investimentos ("Fundo") foi concebido para proporcionar uma base de captação de fundos mais diversificada na qual as contribuições dos contribuintes poderão ser complementadas por distribuições de renda líquida do Banco ("Transferência de Renda") e o Fundo poderá implementar medidas para aumentas suas rendas autogeradas e, ao mesmo tempo, impulsionar a mobilização de recursos de outras organizações; e

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

3

CONSIDERANDO que os Contribuintes em Potencial intencionam que o Fundo

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

continue a complementar o trabalho do Banco, da Corporação Interamericana de Investimentos ("CII") e de outros parceiros nos termos aqui contemplados e que a administração do Fundo pelo Banco continue segundo o Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV ("Convênio de Administração do Fumin IV").

PORTANTO, Os Contribuintes em Potencial acordam o seguinte:

ARTIGO I

OBJETO GERAL E FUNÇÕES

Seção 1. Objeto Geral.

O objeto geral do Fumin IV é promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo por meio do setor privado, identificando, apoiando, testando e orientando inovações empresariais escaláveis que abordem os desafios de desenvolvimento e procurando criar oportunidades para as populações pobres e vulneráveis, estimular o crescimento econômico e a produtividade, abordar as mudanças climáticas e promover a igualdade de gênero e diversidade nos países regionais em desenvolvimento que são membros do Banco e nos países em desenvolvimento que são membros do Banco de Desenvolvimento do Caribe ("CDB").

Seção 2. Funções.

Para implementar seu objeto, o Fumin IV terá as seguintes funções:

(a) Identificar, testar, promover e apoiar inovação liderada pelo setor privado na região, procurando criar oportunidades para as populações pobres e vulneráveis.

(b) Promover a adoção de inovações de alto impacto na região mediante replicação e ampliação da escala.

(c) Procurar assegurar que as inovações replicadas sejam eficazes e tenham um significativo impacto no desenvolvimento.

(d) Mobilizar recursos e atrair parceiros para ampliar a escala.

(e) Promover a criação de conhecimento e a aprendizagem.

(f) Operar em estreito alinhamento com o Banco e a CII como meio de aumentar a eficácia.

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

(g) Abordar as mudanças climáticas, o meio ambiente e a equidade de gênero e a diversidade, em todo o alcance de suas atividades.

CD253945806000
Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

(h) Aumentar sua eficácia no desenvolvimento mediante o estabelecimento de metas específicas e resultados mensuráveis.

(i) Buscar aumentar a renda autogerada de acordo com os objetivos de reforçar a sustentabilidade financeira a longo prazo.

(j) Adotar um nível de risco de acordo com seu mandato para testar o êxito ou fracasso desoluções inovadoras.

(k) Complementar o trabalho feito na região pelo Banco, pela CII e por outros parceiros.

(l) Fortalecer sinergias com o Banco e a CII.

ARTIGO II
CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO

Seção 1. Instrumentos de Adesão e Contribuição.

(a) Tão logo seja razoavelmente possível, após a ratificação, aceitação ou aprovação deste Convênio do Fumin IV, cada Contribuinte em Potencial depositará junto ao Banco um instrumento indicando que ratificou, aceitou ou aprovou este Convênio do Fumin IV (“Instrumento de Adesão”), e, simultaneamente ou tão logo seja possível, um instrumento que expresse sua concordância em pagar ao Fundo (“Instrumento de Contribuição”) o montante que lhe caiba, nos termos do Anexo A deste Convênio do Fumin IV (“Anexo A”) (qualquer contribuição do tipo, “Contribuição do Anexo A") com o que o Contribuinte em Potencial se tornará Contribuinte nos termos do Convênio do Fumin IV.

(b) Cada Contribuinte deve pagar sua Contribuição do Anexo A em quatro parcelas anuais de igual valor (“Contribuição Incondicional”), conforme indicado em seu Instrumento de Contribuição. A primeira parcela é devida e pagável dentro de 60 dias após a data em que o Convênio do Fumin IV entrar em vigor nos termos do Artigo V, Seção 1 ("Data de Vigência do Fumin IV”). Cada Contribuinte pagará a segunda, terceira e quarta parcelas dentro de 60 dias do primeiro, segundo e terceiro aniversário da Data de Vigência do Fumin IV, respectivamente. Os Contribuintes podem fazer pagamentos antecipados. Quaisquer Contribuintes que depositarem um Instrumento de Contribuição mais de 60 dias após a Data de Vigência do Fumin IV deverá, dentro de 60 dias após o depósito desse instrumento, pagar a primeira parcela e qualquer outra parcela subsequente que se tornar devida.

(c) Não obstante o disposto no parágrafo (b) desta Seção com relação a Contribuições Incondicionais, cada Contribuinte poderá, em caso excepcional, depositar um Instrumento de Contribuição em que declare que o pagamento de todas as parcelas dependerá de sub[illegible]

CD253945806000
Autenticado Eletronicamente, após conferência com o Original.
Avulso do PDL 242/2025 [16 de 34]
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

necessárias para fins de pagamento, nas datas mencionadas no citado parágrafo (b), do montante integral

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

de cada parcela ("Contribuição Condicionada"). O pagamento de qualquer parcela devida após qualquer uma dessas datas será efetuado no prazo de 30 dias da data de obtenção da dotação necessária.

(d) A Comissão de Contribuintes poderá, pelo voto de ao menos dois terços dos Contribuintes que representem pelo menos três quartos do poder total de voto dos Contribuintes, aprovar que o Fundo aceite contribuições (adicionalmente às Contribuições do Anexo A iniciais ou Transferências de Renda) (“Contribuições Individuais Adicionais”) de Contribuintes que sejam países membros ou Contribuintes Fundadores, nos termos que possa determinar a Comissão de Contribuintes. Os Contribuintes poderão pagar as Contribuições Individuais Adicionais, em geral, de acordo com o Artigo II, Seção 1, parágrafo (b). Se aplicável, um Contribuinte poderá estipular excepcionalmente em seu Instrumento de Contribuição referente a tais Contribuições Individuais Adicionais que sua nova contribuição é uma Contribuição Qualificada tal como descrito no parágrafo (c) desta Seção 1.

(e) Caso os Instrumentos de Adesão e Contribuição correspondentes a Contribuições do Anexo A não sejam depositados dentro do prazo de 3 anos a partir da Data de Vigência do Fumin IV, o Secretário do Banco enviará uma notificação aos Contribuintes e/ou aos Contribuintes em Potencial recomendando que o referido depósito deve ser realizado no prazo de até 12 meses contados a partir da data da referida notificação. Na medida em que os Instrumentos de Adesão e Contribuição não sejam depositados dentro do prazo estabelecido na referida notificação, a Comissão de Contribuintes deverá iniciar um processo para obter novas contribuições (“Contribuições Substitutivas”) de Contribuintes que optem por participar a fim de cobrir a parte correspondente das respectivas Contribuições do Anexo A, conforme descrito no parágrafo (f) abaixo. A Comissão de Contribuintes poderá excepcionalmente aprovar isenções temporárias de substituição da Contribuição do Anexo A em circunstâncias especiais e bem justificadas. Os Contribuintes e/ou Contribuintes em Potencial que não tenham depositado seus respectivos Instrumentos de Adesão e Contribuição ou não estejam em dia com suas Contribuições do Anexo A não serão elegíveis para realizar tais Contribuições Substitutivas.

(f) As Contribuições do Anexo A de países mutuários só podem ser substituídas por Contribuintes de países mutuários, exceto que se as Contribuições Substitutivas dos Contribuintes de países mutuários forem inexistentes ou insuficientes para cobrir a parte correspondente das Contribuições do Anexo A, os Contribuintes que contribuíram para o Fumin I ("Contribuintes Fundadores") podem realizar Contribuições Substitutivas para cobrir qualquer brecha. As Contribuições do Anexo A de países não mutuários só podem ser substituídas por países não mutuários que sejam Contribuintes Fundadores, exceto que se as Contribuições Substitutivas de Contribuintes Fundadores não mutuários forem inexistentes ou insuficientes para cobrir as parcelas correspondentes das Contribuições do Anexo A, qualquer Contribuinte Fundador poderá fazer Contribuições Substitutivas para cobrir qualquer brecha. Se os valores totais somados das pretendidas Contribuições Substitutivas excederem a parte correspondente das Contribuições do Anexo A, a parte correspondente das Contribuições do Anexo A sujeita a substituição será alocada proporcionalmente, pro rata, em relação às

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

Contribuições Substitutivas correspondentes do pretenso Contribuinte. Todas as Contribuições Substitutivas dos Contribuintes correspondentes deverão ser determinadas dentro de 180 dias após o período de 12 meses mencionado no parágrafo (e) anterior ou em outro período a ser determinado pela Comissão de Contribuintes. Se aplicável, um Contribuinte poderá excepcionalmente estipular em seu Instrumento de Contribuição referente às Contribuições Substitutivas que a Contribuição Substitutiva é uma Contribuição Condicionada, conforme descrito no parágrafo (c) desta Seção 1. A Comissão de Contribuintes terá autoridade para aprovar e/ou tomar quaisquer decisões necessárias para implementar o processo descrito no parágrafo (e) anterior e neste parágrafo.

(g) O pagamento de qualquer Contribuição do Anexo A estará sujeito ao pagamento prévio de contribuições remanescentes para o Fumin III ("Contribuição Remanescente do Fumin III").

(h) As parcelas de qualquer Contribuição Remanescente do Fumin III pagas na Data de Vigência do Fumin IV ou com posterioridade a mesma não serão levadas em consideração para fins de cálculo do poder de voto nos termos do Artigo IV, Seção 4, parágrafo (b).

(i) A Comissão de Contribuintes poderá, no momento que considerar apropriado baseado no cronograma de pagamentos das Contribuições do Anexo A e nas operações do Fundo, rever a adequação dos seus recursos e, se julgar desejável, em consulta com as Assembleias de Governadores do Banco e da CII, autorizar um aumento geral nas contribuições dos Contribuintes ("Contribuições Gerais Adicionais "), o que implicará novas contribuições de Contribuintes que optem por participar, nos termos e condições que a Comissão de Contribuintes determinar, por voto de ao menos dois terços dos contribuintes que representem pelo menos três quartos do poder de voto total dos Contribuintes, e seguindo o processo de compromisso aprovado para determinar os valores das Contribuições do Anexo A; sendo certo que qualquer desvio do referido processo requererá a aprovação da Comissão de Contribuintes. Se aplicável, um Contribuinte poderá excepcionalmente estipular em seu Instrumento de Contribuição relativo a tal Contribuição Geral Adicional que a sua nova contribuição é uma Contribuição Condicionada, conforme descrito no parágrafo (c) desta Seção 1.

Seção 2. Medidas para incentivar o pagamento pontual.

(a) Qualquer Contribuinte que pague o montante integral da sua Contribuição do Anexo A no prazo de um ano a partir da Data de Vigência do Fumin IV poderá reduzir tal pagamento em 5% do montante total da sua Contribuição do Anexo A. A referida redução será de 3% se o montante total for recebido dentro dos dois anos seguintes à Data de Vigência do Fumin IV. Para fins de cálculo do poder de voto nos termos do Artigo IV, Seção 4 (b), no caso de tais pagamentos antecipados, o poder de voto será calculado com base nos montantes originalmente pagáveis na data de cada parcela anual estabelecida no parágrafo (b) da Seção 1.

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

(b) O não pagamento por parte de um Contribuinte de qualquer parte da sua respectiva Contribuição do Anexo A até o segundo aniversário da Data de Vigência do Fumin IV resultará na incapacidade temporária de tal Contribuinte de ter seu representante desempenhando a função de porta-voz individual ou porta-voz de um grupo de países (segundo aplicável, nos termos do Artigo IV, Seção 3, parágrafo (b)) em reuniões da Comissão de Contribuintes. Nesse caso, o Secretário do Banco enviará uma notificação aos Contribuintes, indicando quais Contribuintes estão sujeitos a referida medida a partir da reunião seguinte da Comissão de Contribuintes. Tal medida será eliminada mediante notificação do Secretário do Banco, uma vez efetuados integralmente todos os pagamentos pendentes. Se um Contribuinte sujeito a tal medida fizer parte de um grupo de países e estiver a cargo do papel de porta-voz, o papel de porta-voz deverá ser desempenhado por outro Contribuinte do respectivo grupo até que a medida seja eliminada. Os Contribuintes sujeitos a esta medida manterão, no entanto, todos os demais direitos como Contribuintes, incluindo o direito de votar, o direito de receber informações, o direito de participar de reuniões (sem voz) e o direito de apresentar uma declaração individual por escrito que será anexada à ata da respectiva reunião da Comissão de Contribuintes se o Contribuinte correspondente assim solicitar. Esta medida será aplicada independentemente de o Contribuinte correspondente ter depositado seus respectivos Instrumentos de Adesão e Contribuição.

(c) Para efeitos de cálculo do poder de voto nos termos do Artigo IV, Seção 4, quaisquer Contribuições do Anexo A que não sejam pagas de forma pontual estarão sujeitas a um fator de ajuste de 0,80 a partir do segundo aniversário da Data de Vigência do Fumin IV e 0,70 após o quinto aniversário da Data de Vigência do Fumin IV. O fator de ajuste deverá ser aplicado ao valor das Contribuições do Anexo A que não forem pagas dentro do prazo e o valor resultante será considerado para fins de cálculo do poder de voto do Contribuinte relevante durante a vigência desde Convênio do Fumin IV. As Contribuições do Anexo A pagas pontualmente não estarão sujeitas a um fator de ajuste e serão consideradas pelo valor de face para fins de cálculo do poder de voto. A aplicação dos fatores de ajuste mencionados será baseada no cronograma de pagamento descrito neste Convênio do Fumin IV, independentemente de quando o Contribuinte correspondente depositar os respectivos Instrumentos de Adesão e Contribuição.

(d) A partir do segundo aniversário da Data de Vigência do Fumin IV, financiamentos não reembolsáveis com recursos do Fumin IV serão aprovados somente para Contribuintes sem pagamentos pendentes da Contribuição do Anexo A, inclusive para fins de operações regionais. Tal restrição não se aplica a (i) operações para a geração de conhecimento com benefícios regionais ou (ii) operações em países frágeis, conforme determinado pela Comissão de Contribuintes. Essa medida será aplicada independentemente de o Contribuinte correspondente ter depositado seus respectivos Instrumentos de Adesão e Contribuição.

CD253945806000

Seção 3. Pagamentos.

(a) Os pagamentos devidos nos termos do presente Artigo serão efetuados em qualquer moeda de livre conversão ou em uma das moedas dos Direitos de Saque Especiais (um “DES”)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

ou em notas promissórias (ou títulos similares) não negociáveis isentas de juros, expressas numa dessas moedas a serem pagas quando demando para cumprir com as parcelas devidas nas quatro datas de pagamento ("Contribuição Integralizada"). Os pagamentos ao Fundo em moeda de livre conversão que sejam transferidos de um fundo fiduciário de um Contribuinte serão consideradoscomo efetuados na data de sua transferência e serão imputados aos pagamentos devidos por esse Contribuinte.

(b) Esses pagamentos serão depositados em uma conta ou contas especialmente estabelecidas pelo Banco para tal propósito, e as notas promissórias serão depositadas nessa conta ou no Banco, de acordo com os termos que o Banco determine.

(c) Para determinar os montantes devidos por cada Contribuinte que efetue um pagamento em moeda de livre conversão diversa do dólar dos Estados Unidos, o montante em dólares dos Estados Unidos que constar ao lado de seu nome no Anexo A será convertido na moeda de pagamento, de acordo com a taxa de câmbio representativa estabelecida pelo Fundo MonetárioInternacional para tal moeda, mediante o cálculo da média das taxas diárias durante o semestreencerrado em 31 de dezembro de 2023.

ARTIGO III
OPERAÇÕES DO FUNDO

Seção 1. Considerações Gerais.

O Fundo tem um papel distinto dentro da associação com o Banco e a CII e deve complementar e apoiar suas atividades conforme as instruções da Comissão de Contribuintes. Para cumprir seu objeto, o Fundo deve, quando for apropriado, recorrer às estratégias e políticas do Banco e da CII e os programas para o respectivo país.

Seção 2. Operações.

Com o fim de cumprir com seu propósito, o Fundo concederá financiamento na forma de doações, empréstimos, garantias, quase-capital e capital, qualquer combinação destes ou outros instrumentos financeiros que o Fundo possa requerer de modo a cumprir seu objeto. O nível de doações dentro do programa de operações do Fundo será determinado pela Comissão de Contribuinte se o montante total de financiamento não reembolsável aprovado em um determinado ano não exceder o montante total do financiamento reembolsável aprovado no mesmo ano, em conformidade com o objetivo de reforçar a sustentabilidade financeira. O Fundo também poderá fornecer serviços de consultoria, incluindo serviços de consultoria remunerados. Os serviços de financiamento e consultoria podem ser concedidos a entidades do setor privado,

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

bem como a governos, agências do governo, entidades subnacionais, organizações não governamentais, ou outras, para apoiar operações que promovam o objeto do Fundo.

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

Seção 3. Princípios que Regem as Operações do Fundo.

(a) Os financiamentos com recursos do Fundo serão concedidos nos termos e condições deste Convênio do Fumin IV, observando as regras estabelecidas nos Artigos III, IV e VI do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("Convênio Constitutivo") e, quando apropriado, as políticas que o Banco e a CII aplicam às suas próprias operações. Todos os países regionais em desenvolvimento membros do Banco e do CDB são potenciais beneficiários de financiamento do Fundo na medida em que são potenciais beneficiários de financiamento do Banco.

(b) O Fundo deve continuar sua prática de partilhar o custo das operações com os órgãos executores, incentivar o financiamento de contrapartida apropriado e aderir ao princípio de não deslocar atividades do setor privado.

(c) Ao decidir em matéria de concessão de recursos, a Comissão de Contribuintes levará em conta, em particular, o compromisso de países-membros específicos com o mandato estabelecido para o Fumin IV, o potencial de criar oportunidades para as populações pobres e vulneráveis, mudanças climáticas, promoção da igualdade de gênero e diversidade e a implementação dos princípios orientadores das atividades do Fundo.

(d) Os financiamentos em países que sejam membros do CDB, mas não do Banco, serão efetuados em consulta e de comum acordo com o CDB, ou através deste, e nas condições que a Comissão de Contribuintes, respeitados os princípios contidos nesta Seção, vier a determinar.

(e) Não serão utilizados recursos do Fundo para financiar ou pagar despesas de projeto incorridas anteriormente à data da eventual disponibilidade de tais recursos.

(f) As doações poderão ser feitas de modo a permitir a recuperação contingente dos fundosdesembolsados, em casos apropriados.

(g) Os recursos do Fundo não serão utilizados para financiar operações no território de um país regional em desenvolvimento membro do Banco que se oponha a tal financiamento.

(h) As operações do Fundo devem incluir metas especificas e resultados mensuráveis. O impacto de desenvolvimento das operações do Fundo deve ser medido de acordo com um quadro de resultados que leve em consideração o objetivo e as funções do Fundo, conforme definido no Artigo I, e que reflita as melhores práticas para o fim de:

i. medir os resultados e o impacto no âmbito de projetos e no âmbito do Fundo, a eficiência do Fundo, o nível de inovação, e o sucesso de escalar inovação, lições aprendidas e conhecimento;

ii. um quadro para avaliar projetos de forma individual, assim como os resultados e

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

impacto do portfólio e as ferramentas adequadas para medida e avaliação; e

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

iii. difusão pública de resultados.

(i) As operações do Fundo terão como objetivo alcançar resultados específicos e contribuir para impactos mais amplos em toda a região, visando abordar a pobreza e a vulnerabilidade, apoiar a igualdade e a diversidade de gênero e/ou os objetivos climáticos e ambientais, além de adotar as metas operacionais correspondentes para esses objetivos. Da mesma forma, as operações do Fundo buscarão gerar benefícios como melhor acesso a serviços essenciais de qualidade, educação e saúde através da criação de empregos novos ou de melhor qualidade, através da expansão dos serviços financeiros, e/ou através de melhor tecnologia e resiliência climática, com uma meta para as pessoas beneficiadas. As operações do Fundo também terão como foco beneficiar micro, pequenas e médias empresas e o segmento de startups, melhorando, por exemplo, a sua produtividade, desempenho empresarial e resiliência às mudanças climáticas, com uma meta para as empresas beneficiadas. Adicionalmente, as operações do Fundo terão como objetivo dar escala ao alcance do seu impacto com uma meta para projetos em escala.

(j) As operações do Fundo devem ser elaboradas e executadas de modo a maximizar a eficiência e o impacto de desenvolvimento. A Comissão de Contribuintes pode aprovar parcerias com entidades locais para a preparação e execução de projetos.

ARTIGO IV

A COMISSÃO DE CONTRIBUINTES

Seção 1. Composição.

Cada Contribuinte poderá participar das reuniões da Comissão de Contribuintes e designar seu representante.

Seção 2. Responsabilidades.

A Comissão de Contribuintes será responsável pelo fornecimento de orientação estratégica de alto nível, direção operacional e supervisão de todos os assuntos do Fundo, pela aprovação de propostas de operações do Fundo e deve procurar maximizar a vantagem comparativa do Fundo mediante operações que gerem benefícios de desenvolvimento significativos, alta eficiência, inovação e impacto segundo as funções do Fundo conforme especificadas no Artigo I, Seção 2. A Comissão de Contribuintes deve considerar operações que se ajustem a essas funções e rejeitar para consideração, ou eliminar gradualmente, aquelas que não as promovam. Ao cumprir com suas responsabilidades, a Comissão de Contribuintes deverá buscar eficiências e concentrar sua atenção em questões estratégicas, o que poderá envolver delegação de autoridade para a aprovação de certas operações abaixo de um valor a ser definido pelos Contribuintes.

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

Seção 3. Reuniões.

(a) A Comissão de Contribuintes se reunirá na sede do Banco com a frequência requerida pelas operações do Fundo. Tanto o Secretário do Banco (atuando como Secretário da Comissão) como qualquer representante da Comissão de Contribuintes poderá convocar uma reunião. Como seja necessário, a Comissão de Contribuintes determinará sua organização, suas normas operacionais e seus procedimentos. O quórum para qualquer reunião da Comissão de Contribuintes será alcançado pela maioria do total de representantes que representem pelo menos de três quartos do poder total de voto dos Contribuintes. Os Contribuintes em Potencial podem assistir às reuniões da Comissão de Contribuintes como observadores.

(b) Os 3 Contribuintes mutuários com a maior parcela de poder de voto no Fundo poderão designar, cada um, um porta-voz individual para as reuniões da Comissão de Contribuintes. Da mesma forma, os 3 Contribuintes não mutuários com a maior parcela de poder de voto no Fundo poderão designar, cada um, um porta-voz individual para as reuniões da Comissão de Contribuintes. Para efeitos de designação de cada um dos 6 porta-vozes individuais, caso dois ou mais Contribuintes possuam o mesmo poder de voto, será considerada a soma das contribuições de cada um desses Contribuintes para o Fumin I, Fumin II e Fumin III (conforme aplicável). Os demais Contribuintes poderão designar um máximo de 7 porta-vozes, os quais representarão um grupo de países cada para os propósitos das reuniões da Comissão de Contribuintes. Qualquer país Contribuinte que faça parte de um grupo e cujo representante não seja o porta-voz designado do grupo poderá apresentar declarações individuais por escrito sobre qualquer assunto abordado em uma reunião da Comissão de Contribuintes, as quais serão anexadas às respectivas atas se o Contribuinte relevante assim solicitar. Os representantes que não sejam porta-vozes poderão participar das reuniões e excepcionalmente poderão fazer declarações orais durante a reunião. A votação sobre todas as questões será exercida por cada país Contribuinte com base no poder de voto correspondente, nos termos da Seção 4 deste Artigo IV. O estabelecimento de grupos de países deverá ser um esforço colaborativo entre Contribuintes, focado em alcançar uma representação equilibrada de Contribuintes mutuários e não mutuários, como também de Contribuintes com parcelas relativamente maiores e menores de contribuições.

(c) A partir da Data de Vigência do Fumin IV, a Comissão de Contribuintes será organizada com porta-vozes individuais e de grupos, conforme descrito no parágrafo (b) anterior. Para efeitos da designação de porta-vozes individuais, o poder de voto será calculado através da fórmula descrita na Seção 4 do presente Artigo IV, com a ressalva de que a definição de “B” deverá ser entendida como um quarto do montante total das Contribuições do Anexo A e que a definição de “C” deverá ser entendida como um sétimo do montante total esperado das Transferências de Rendas. Somente Contribuintes que tenham pago integralmente qualquer Contribuição Remanescente do Fumin III serão elegíveis para designar um porta-voz individual ou de grupo nesta instância. A partir do terceiro aniversário da Data de Vigência do Fumin IV, a Comissão de Contribuintes será reorganizada da seguinte forma: para fins de designação de porta-vozes individuais, o poder de voto será calculado utilizando a fórmula descrita na Seção 4

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

do presente Artigo IV, com a ressalva de que a definição de "B" deverá ser entendida como o montante total das Contribuições do Anexo A com Instrumentos de Adesão depositados e que a definição de "C" será entendida como o valor das Transferências de Receita já efetuadas. A partir do sexto aniversário da Data de Vigência do Fumin IV, a Comissão de Contribuintes será reorganizada da seguinte forma: para fins de designação de porta-vozes individuais, o poder de voto será calculado utilizando a fórmula descrita na Seção 4 do presente Artigo IV, com a ressalva de que a definição de "B" deverá ser entendida como o valor das Contribuições do Anexo A que foram pagas e que a definição de "C" deverá ser entendida como o valor das Transferências de Renda efetuadas.

Seção 4. Votação.

(a) A Comissão de Contribuintes buscará tomar decisões mediante consenso. Nos casos em que uma decisão não puder ser tomada por consenso a Comissão de Contribuintes ter empreendido esforços razoáveis, salvo disposição em contrário contida especificamente neste Convênio do Fumin IV, as decisões da Comissão de Contribuintes serão adotadas por maioria de dois terços do poder total de voto.

(b) O poder total de voto de cada Contribuinte consistirá de:

(i) Um montante igual a (A) a soma do "Saldo Estimado do Fundo e Metodologia do Valor Líquido Presente" a partir do último dia do Convênio do Fumin III, multiplicado pelo Poder de Voto do Contribuinte do Fumin III (conforme definido abaixo), mais (B) a Contribuição do Anexo A integralizada do referido Contribuinte, mais (C) o total das Transferências de Renda efetuadas, multiplicado pela parte proporcional do referido Contribuinte. Esta soma será dividida por:

A soma total do "Saldo Estimado do Fundo e Metodologia do Valor Líquido Presente" do Fumin III a partir do último dia do Convênio do Fumin III, mais o total das Contribuições do Anexo A integralizadas, mais as Transferências de Renda efetuadas.

(ii) O "Poder de Voto do Fumin III" é a soma da contribuição proporcional do Contribuinte ao Fumin I e ao Fumin II multiplicada por US$120.600.000, mais as contribuições integralizadas do referido Contribuinte ao Fumin III. Esta soma será dividida por:

O total das contribuições integralizadas do Contribuinte ao Fumin III a partir do último dia do Convênio do Fumin III, mais US$120.600.000.

(iii) O poder de voto deverá ser ajustado de forma trimestral a partir da Data de Vigência do Fumin IV

(iv) O poder de voto estará sujeito a um fator de ajuste, nos termos do Artigo II,

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

Seção 2, parágrafo (c), se aplicável.

Seção 5. Relatórios e Avaliação.

Depois de aprovados pela Comissão de Contribuintes, os relatórios anuais submetidos nos termos do Artigo V, Seção 2(a) do Convênio de Administração do Fumin IV serão encaminhados à Diretoria Executiva do Banco. A Comissão de Contribuintes poderá solicitar que uma avaliação independente pelo Escritório de Avaliação e Supervisão do Banco ou outro avaliador que a Comissão de Contribuintes considere apropriado seja realizada o mais tardar no quarto aniversário da Data de Entrada em Vigência do Fumin IV, e, posteriormente, pelo menos de cinco em cinco anos, a ser custeada com recursos do Fundo, para examinar os resultados do Fundo à luz do objetivo e funções do presente Convênio do Fumin IV; esta avaliação deve continuar incluindo uma aferição dos resultados de grupos de projetos, com base em referências e indicadores, nos aspectos de relevância, eficácia, eficiência, inovação, sustentabilidade e adicionalidade e o progresso na implementação das recomendações aprovadas pela Comissão de Contribuintes. Os Contribuintes devem se reunir para examinar cada avaliação independente o mais tardar na próxima reunião anual da Assembleia de Governadores do Banco.

ARTIGO V
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO DO FUMIN III

Seção 1. Entrada em Vigor.

O Convênio do Fumin IV entrará em vigor na data em que os Contribuintes em Potencial, representando pelo menos 60% do total das novas contribuições ao Fumin IV estipuladas nas Contribuições do Anexo A, hajam depositado seus Instrumentos de Adesão e Contribuição, momento no qual o Convênio do Fumin III deverá ser reformulado como Convênio do Fumin IV e todos os ativos e passivos do Fumin III serão regidos pelo Fumin IV.

Seção 2. Vigência deste Convênio do Fumin IV.

O presente Convênio do Fumin IV permanecerá em vigor por um período de sete anos a partir da Data de Vigência e poderá ser prorrogado por períodos adicionais de até sete anos. Antes do fim do prazo inicial ou qualquer período de prorrogação, a Comissão de Contribuintes consultará o Banco sobre a conveniência de prolongar as operações do Fundo por prazo adicional. A Comissão de Contribuintes, atuando com o voto de pelo menos dois terços dos Contribuintes que representem pelo menos três quartos do poder total de voto dos Contribuintes, poderá prorrogar o presente Convênio do Fumin IV pelo período acordado. A renovação do período do Fumin IV não representaria uma extensão ao calendário de Transferência de Renda.

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

Seção 3. Encerramento pelo Banco ou pela Comissão de Contribuintes.

O presente Convênio do Fumin IV será considerado encerrado caso o Banco venha a suspender ou encerrar suas próprias operações nos termos do Artigo X do Convênio Constitutivo. O presente Convênio do Fumin IV também será considerado terminado caso o Banco rescinda o Convênio de Administração do Fumin IV, nos termos do Artigo VI, Seção 3 do mesmo. A Comissão de Contribuintes poderá optar a qualquer momento pelo encerramento deste Convênio do Fumin IV, pelo voto de pelo menos dois terços dos Contribuintes que representem pelo menos três quartos do poder total de voto dos Contribuintes.

Seção 4. Distribuição dos Ativos do Fundo.

Encerrado o presente Convênio do Fumin IV, a Comissão de Contribuintes poderá instruir o Banco para que proceda a uma distribuição dos ativos entre os Contribuintes após terem sido quitadas ou atendidas todas as obrigações do Fundo. Qualquer distribuição de ativos remanescentes deve ser feita proporcionalmente aos votos de cada Contribuinte nos termos do Artigo IV, Seção 4. Os saldos restantes em notas promissórias ou títulos similares serão cancelados, na medida em que o pagamento não seja exigido para cumprir obrigações do Fundo. Alternativamente, a Comissão de Contribuintes poderá, em consulta com a Assembleia de Governadores do Banco, decidir realocar ativos para fins alternativos consistentes com o propósito do Fundo.

ARTIGO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção 1. Adesão de novos Contribuintes a este Convênio do Fumin III.

(a) Qualquer membro do Banco não incluído no Anexo A poderá aderir ao presente Convênio do Fumin IV. Qualquer país poderá, nos termos deste Convênio do Fumin IV, converter-se em Contribuinte mediante: (i) o depósito de um Instrumento de Adesão e um Instrumento de Contribuição no montante, nas datas e condições aprovadas pela Comissão de Contribuintes, cuja decisão será adotada mediante o voto de pelo menos dois terços dos Contribuintes que representem pelo menos três quartos do poder total de voto dos Contribuintes; ou (ii) o depósito de uma carta de adesão aos Convênios Fumin IV associados a Transferência de Renda.

(b) A adesão ao presente Convênio do Fumin IV por parte de não-membros do Banco estará sujeita a outras condições que a Comissão de Contribuintes possa vir a estabelecer, incluindo, sem limitação, as relativas à participação na Comissão de Contribuintes e à nomeação de um representante.

CD253945806000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

Seção 2. Alterações.

(a) O presente Convênio do Fumin IV poderá ser modificado pela Comissão de Contribuintes, cuja decisão será adotada mediante o voto de pelo menos dois terços dos Contribuintes que representem pelo menos três quartos do poder total de voto dos Contribuintes. A aprovação de todos os Contribuintes será exigida para alterar a presente Seção ou o disposto na Seção 3 deste Artigo em matéria de limitação de responsabilidades, para efetuar qualquer alteração que implique em acréscimo das obrigações financeiras ou outras obrigações dos Contribuintes, ou para alterar o Artigo V, Seção 3.

(b) Não obstante as disposições do parágrafo (a) desta Seção, qualquer alteração que implique em acréscimo das obrigações existentes dos Contribuintes decorrentes deste Convênio do Fumin IV ou envolva novas obrigações dos Contribuintes vigorará para cada Contribuinte que notificar sua adesão por escrito ao Banco.

Seção 3. Limitações de Responsabilidade.

Nas operações do Fundo, a responsabilidade financeira do Banco será limitada aos recursos e reservas do Fundo (se houver) e a responsabilidade dos Contribuintes, como tais, será limitada à parcela vencida e exigível de suas respectivas contribuições.

Seção 4. Retirada.

(a) Após o pagamento integral de uma Contribuição Condicionada ou Contribuição Incondicional, qualquer Contribuinte poderá cancelar sua participação no Convênio do Fumin IV mediante entrega à sede do Banco de notificação por escrito a respeito dessa intenção. A vigência efetiva de tal retirada ocorrerá na data indicada na notificação, mas nunca antes de decorridos 6 meses da data de entrega da mesma ao Banco. Entretanto, em qualquer momento antes da data de vigência da retirada, o Contribuinte poderá notificar ao Banco, por escrito, o cancelamento de sua notificação de retirada.

(b) O Contribuinte que deixar de participar do Convênio do Fumin IV permanecerá responsável por todas as obrigações que, assumidas em função do presente Convênio do Fumin IV, estejam vigentes antes da data efetiva da notificação de retirada.

(c) As medidas adotadas para satisfazer os direitos e obrigações assumidas pelo Banco e por um Contribuinte nos termos do Artigo VII, Seção 7 do Convênio de Administração do Fumin IV ficarão sujeitas à aprovação da Comissão de Contribuintes.

CD253945806000

Seção 5. Contribuintes no Anexo A.

Não obstante qualquer disposição em contrário no presente Convênio do Fumin IV, todos os países listados no Anexo A terão o tratamento concedido aos "Contribuintes" nos termos do pres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

EM TESTEMUNHO DO QUE, o presente Convênio do Fumin IV foi feito em textos em espanhol, francês, inglês e português, que são igualmente autênticos e que serão depositados nos arquivos do Banco, e o Banco enviará cópia devidamente certificada dos mesmos a cada um dos Contribuintes em Potencial indicados no Anexo A do presente Convênio do Fumin IV.

Feito em Punta Cana, República Dominicana em 10 de março de 2024.

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

ANEXO A **

CONTRIBUIÇÕES DOS CONTRIBUINTES EM POTENCIAL AO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS IV[1]

País	Contribuição no equivalente em dólares dos Estados Unidos[2]		
Argentina	$	12.450.592,89	*
Bahamas	$	2.075.098,81	
Barbados	$	2.075.098,81	
Belize	$	691.699,60	*
Bolívia	$	2.075.098,81	*
Brasil	$	12.450.592,89	*
Canadá	$	2.218.124,44	
Chile	$	6.916.996,05	
China	$	8.700.000,00	*
Colômbia	$	7.608.695,65	
Coréia	$	4.000.000,00	*
Costa Rica	$	2.766.798,42	*
Equador	$	4.150.197,63	
El Salvador	$	2.766.798,42	*
Espanha	$	34.331.875,56	
Estados Unidos da América	$	-	
França	$	-	
Guatemala	$	2.766.798,42	*
Guiana	$	691.699,60	
Haiti	$	138.339,92	
Honduras	$	3.458.498,02	
Israel	$	3.000.000,00	
Itália	$	-	
Jamaica	$	1.383.399,21	*
Japão	$	40.000.000,00	*
México	$	12.450.592,89	*
Nicarágua	$	-	

** Se compromissos adicionais de contribuições forem feitos antes da Data de Vigência do Fumin IV (conforme o Anexo 1 do documento AB-3399 e CII/AB-1685) ou se contribuições individuais adicionais forem feitas na Data de Vigência do Fumin IV ou posteriormente a tal data (conforme o Artigo 2, Seção 1(d)), este Anexo A será atualizado para refletir os compromissos adicionais de contribuições e será distribuído à Comissão de Contribuintes e às Assembleias de Governadores do Banco e da CII para informação após a Data de Vigência do Fumin IV. Em tal caso, a referida versão atualizada será considerada a versão final do Anexo A.

[1] Para evitar dúvidas e tal como estabelecido nos considerandos do presente Convênio do Fumin IV, este Anexo A inclui os Contribuintes que aderiram ao Convênio do Fumin III e que mantêm a sua condição de "Contribuintes" nos termos da Seção 5 do Artigo VI do presente Convênio do Fumin IV.

[2] No caso de um compromisso feito em uma moeda que não seja o dólar dos Estados Unidos, calculado à taxa de câmbio representativa do FMI, determinada mediante o cálculo da média de tal taxa de forma diária durante o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023.

* O Contribuinte em Potencial indicou a expectativa de uma Contribuição Condicionada de acordo com a Seção 1(c) do Artigo II do Convênio do Fumin IV.

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apresentação: 19/03/2025 08:40:32.733 - Mesa
MSC n.291/2025

23

Países Baixos	$	-	
Panamá	$	5.533.596,84	
Paraguai	$	4.565.217,39	*
Peru	$	6.916.996,05	*
Portugal	$	-	
Reino Unido	$	-	
República Dominicana	$	4.150.197,63	*
Suécia	$	3.350.000,00	*
Suíça	$	2.400.000,00	*
Suriname	$	691.699,60	
Trinidad e Tobago	$	2.075.098,81	*
Uruguai	$	4.150.197,63	*
Venezuela	$	-	
Total:	**$**	**203.000.000,00**	

CD253945806000

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
  - art49_cpt_inc1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2025, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto de adesão da República Federativa do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos IV (Fumin IV), assinados em Punta Cana, República Dominicana, em 10 de março de 2024.*

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

Prazo: de 21/10/2025 a 27/10/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagens do Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2025

(nº 1500/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MENSAGEM Nº 1.500

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de outubro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EXM nº 359/2025

Brasília, 25 de setembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS,** ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG**, foi removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, **Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 08/10/2025, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 274576735398235921814201645 38

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7054729** e o código CRC **A1072315** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.000655/2025-82 SEI nº 7022261

sição de Motivos (SEI-Atos) 359 Indicação de CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS - Nepal (7054729) SEI 00333.000824/2025-84 /

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00333.000824/2025-84

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1786/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 16/10/2025, às 20:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7074087** e o código CRC **6DC9EA3F** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000824/2025-84 SEI nº 7074087

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
CLAUDIO BAIA GARAGLIA LINS
CPF Informações pessoais
ID.: [redacted]

1960	Filho de [redacted] Informações pessoais ,nasce em [redacted] Informações pessoais
Dados Acadêmicos:	
1983	Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes/RJ
1985	CPCD - IRBR
1991	Mestrado em Literatura, Universidade de Brasília/DF
1994	Diplome D´Études Approfondies, Literatura, Université de Paris IV - Sorbonne, Paris/FR
1994	CAD – IRBR
2007	CAE - IRBR, Experiências de Coordenação. O Sistema Italiano de Apoio às Exportações: Comparação com o Brasil
Cargos:	
1986	Terceiro-secretário
1991	Segundo-secretário
1999	Primeiro-secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento
2017	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1986-89	Divisão de América Meridional II, Assistente
1989-90	Departamento Cultural, Assessor
1990-92	Divisão de Cooperação Intelectual, Assistente
1992-95	Delegação junto à UNESCO, Paris, Segundo-Secretário
1995-98	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
1998-2001	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assessor
2002-05	Embaixada em Roma, Primeiro Secretário e Conselheiro
2005-08	Embaixada em Túnis, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado
2008-10	Divisão da Europa I, Chefe
2010-15	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos - II, Chefe do Gabinete
2012	Embaixada em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios em missão transitória até 15/12/2012
2013-14	Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em Missão Transitória até 20 de janeiro de 2014
2015-16	Embaixada em Islamabade, embaixador
2016-18	Embaixada em Dushanbe, embaixador, não-residente
2018-20	Embaixada em Cabul, embaixador, não-residente
2020-	Embaixada em Nassau, embaixador

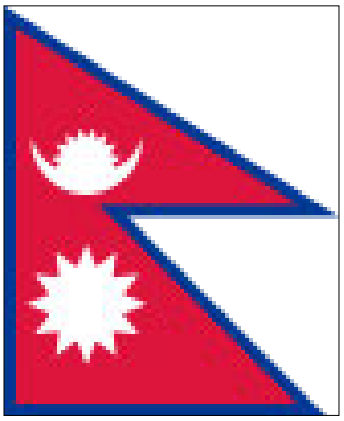
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Condecorações:	
1986	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, primeiro lugar
1999	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
2000	Légion d´Honneur, França, Oficial
2009	Ordine della Stella della Solidarietà Italiana, Itália, Cavaleiro.
2009	Légion d´Honneur, França, Oficial.
2010	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NEPAL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DADOS BÁSICOS SOBRE O NEPAL	
NOME OFICIAL:	Nepal
GENTÍLICO:	nepalês
CAPITAL:	Katmandu
ÁREA:	147 181 km²
POPULAÇÃO:	31.6 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Nepalês (44,6%), *maithali* (11,7%), *bhojpuri* (6%), outras (37,7%). Muitos falam inglês no governo e nos negócios.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Hindu (81,3%), budista (9%), mulçumana (4,4%), *kirant* (3,1%), cristã (1,4%), outras (0,5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. Assembleia Nacional (*National Assembly*), composta por 59 membros, eleitos para mandatos de 6 anos e renovação de 1/3 a cada 2 anos; e Casa dos Representantes (*House of Representatives*), composta por 275 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ram Chandra Paudel (desde 13 de março de 2023)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeira-Ministra interina, Sushila Karki (desde 12 de setembro de 2025)
CHANCELER:	Ministra de Negócios Estrangeiros Arzu Rana Deuba (desde 15 de julho de 2024)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI):	US$ 43,42 bilhões (2024) / US$ 46,08 bilhões (est. 2025)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (*PPP*) (FMI):	US$ 169,12 bilhões (2024) / US$ 180,64 bilhões (est. 2025)
PIB *PER CAPITA* (FMI):	US$ 1.380 (2024) / US$ 1.460 (est. 2025)
PIB *PPP PER CAPITA* (FMI):	US$ 5.410 (2024) / US$ 5.720 (est. 2025)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	4% (2025, est.); 3,1% (2024); 2% (2023); 5,6% (2022); 4,8% (2021); -2,4% (2020); 6,7% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2023):	0,60 (146ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023):	70 anos
ALFABETIZAÇÃO (2023):	77%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024):	10,7%
UNIDADE MONETÁRIA	rúpia nepalesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Nirmal Raj Kafle (desde 09/2022)
EMBAIXADOR EM KATMANDU:	Carlos Alberto Michaelsen den Hartog (desde 28/09/2021)
BRASILEIROS NO PAÍS:	30 (estimativa, após repatriação em abril de 2020)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-NEPAL (US$ milhões) Fonte: Ministério da Economia							
Brasil → Nepal	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025 (jan-jun)**
Intercâmbio	2,51	3,56	4,3	8,3 (+93%)	1,7 -79,5%)	9 (+430%)	2,3 (+28%)
Exportações	2,38	3,42	4,1	7,8 (+90%)	1,5 -80,8%)	8,6 (+473%)	2,2 (+31%)
Importações	0,13	0,14	0,2	0,5 (+150%)	0,2 (-60%)	0,4 (100%)	0,1 (-16%)
Saldo	2,25	3,28	3,9	7,3	1,3	8,2	2,1

APRESENTAÇÃO

Com área de pouco mais de 147 mil km², o Nepal é um país localizado na Ásia Meridional, sem saída para o mar e com fronteiras terrestres com a Índia – ao sul – e com a China (região do Tibete) – ao norte. Apesar de laico em sua constituição, mais de 80% da população do país é hinduísta. Com elevação média superior a 2500 metros do nível do mar, o Nepal possui a montanha mais alta do mundo – o *Sagarmatha* ou Everest, com mais de 8800 metros de altura – e seus rios apresentam grande potencial hidrelétrico. Em razão da presença da Cordilheira do Himalaia ao norte, a população nepalesa tende a concentrar-se nas áreas de planície da região do *Terai* – próximas à fronteira com a Índia – e na área central, menos montanhosa – onde se localiza a capital, Katmandu. Sua localização torna o país extremamente vulnerável a desastres naturais, como inundações, deslizamentos de terra e terremotos.

Entre o fim do século XVIII e o início do XIX, o principado de *Gorkha* unificou diversos principados e estados na região sul do Himalaia no Reino do Nepal. Após a Guerra Anglo-Nepalesa de 1814-16, o país contou com autonomia em assuntos internos, ainda que, em matéria de política externa, o Império Britânico mantivesse ascendência. A independência nepalesa foi reconhecida pelo Reino Unido por meio do tratado de amizade de 1923. Em 1951, o monarca nepalês instituiu sistema de gabinetes, em substituição ao arranjo de primeiros-ministros hereditários (criado após a Guerra de 1814-16). O arranjo durou até 1960, quando os partidos políticos foram novamente proibidos. Em 1990, com o estabelecimento de regime democrático pluripartidário, o Nepal tornou-se uma monarquia constitucional.

Em 1991, as primeiras eleições livres no país marcaram tentativa de limitar os poderes do monarca, porém havia diversas forças centrífugas, que desejavam a república, em detrimento da monarquia. Durante a guerra civil, entre 1996 e 2006, aspirações étnicas se somavam ao embate entre diferentes visões do comunismo. Após a guerra, a monarquia foi dissolvida e foi assinado acordo de paz entre os vários grupos armados. Para supervisionar o cumprimento dos termos do acordo de paz, foi instalada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

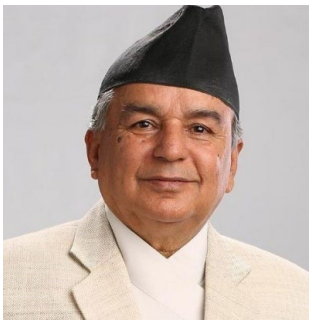
em janeiro de 2007, a Missão das Nações Unidas no Nepal (*UNMIN*).

Com a Constituição interina de 2007, o país himalaio manteve o sistema parlamentarista de governo e passou a denominar-se República Democrática Federal do Nepal, nome alterado para "Nepal" em 2020. Mesmo com o terremoto de 2015, o país manteve-se firme em seu processo de paz e reconstrução, com vistas a assegurar estabilidade política. Ainda naquele ano, a mais recente Carta Magna nepalesa foi promulgada. Em 2017, o país avançou na implantação do federalismo, por meio da realização de primeiro pleito eleitoral nos níveis local e estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ram Chandra Paudel

Presidente da República



Nascido em setembro de 1944, Paudel formou-se em literatura nepalesa pela Universidade Tribhuvan, em Katmandu, em 1970. Começou seu envolvimento na política aos 16 anos e foi um dos fundadores do "Nepal Students' Union", a ala estudantil do "Nepali Congress", em 1970. Durante sua juventude, passou 12 anos na prisão, por lutar contra o regime "Panchayat", em vigor de 1961 a 1990, que concentrava todos os poderes nas mãos do rei. Em 1991, foi eleito para o Parlamento pela primeira vez e tornou-se, no mesmo ano, o Ministro de Desenvolvimento Local e, em 1992, Ministro da Agricultura. Foi Presidente do Parlamento de 1994 a 1999 e Vice-Primeiro Ministro e Ministro do Interior entre 1999 e 2002. De 2007 a 2008, foi novamente Vice-Primeiro Ministro e também Ministro para a Paz e Reconstrução. Foi líder parlamentar do "Nepali Congress" e líder da oposição entre 2008 e 2013.

Atualmente, é um dos líderes do "Nepali Congress", o partido com mais cadeiras no Parlamento. Foi eleito ao cargo em 9 de março de 2023, por votação parlamentar, e assumiu em 13 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sushila Karki
Primeira-Ministra interina

Nascida em 7 de junho de 1952, na cidade de Biratnagar, formou-se em direito na universidade Tribhuvan, em Katmandu, e passou a trabalhar como advogada no ano seguinte. Foi detida por participação nos protestos de 1990 que determinaram o fim do regime do "Panchayat", sustentáculo do absolutismo real vigente no Nepal à época. Posteriormente, foi nomeada juíza *ad hoc* da Corte Suprema, em 2009, e foi *Chief Justice*, cargo análogo a Presidente do STF, entre julho de 2016 e junho de 2017. Aposentou-se com grande prestígio em decorrência de seu papel ativo no combate à corrupção.

Foi nomeada Primeira-Ministra interina em 12/09, após os protestos "Gen Z", em setembro de 2025, que levaram à renúncia do PM Sharma Oli.

É a primeira mulher a ocupar o posto de PM no Nepal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nirmal Raj Kafle

Embaixador do Nepal em Brasília

Mestre em Políticas Públicas e Gestão pela Universidade de Melbourne, na Austrália, e, também, Mestre em Administração de Negócios pela Universidade de Tribhuvan, no Nepal, Nirmal Raj Kafle é Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Nepal em Brasília, desde setembro de 2022. Ele é diplomata de carreira e já serviu em diversos postos como: Secretário-Adjunto ao Ministérios de Assuntos Estrangeiros do Governo de Nepal responsável pela Divisão da Europa e Américas; Representante com as Nações Unidas em Nova Iorque; e Conselheiro em Beijing. Antes de ingressar no serviço diplomático, atuou no Ministério de Educação e Esportes e foi Oficial Administrativo no Conselho de Pesquisa sobre Agricultura do Nepal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em fevereiro de 1976. O Nepal inaugurou sua Embaixada em Brasília em 2010. No mesmo ano, o Brasil criou sua Embaixada em Katmandu, inaugurada em 2011.

O fluxo de visitas bilaterais entre os dois países é ainda modesto. Destaca-se visita ao Brasil, em 2011, do então vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, oportunidade em que foram firmados os três acordos existentes entre os dois países, referentes a cooperação técnica, consultas bilaterais e isenção de vistos.

Em 2012, em Katmandu, foi realizada a primeira reunião de consultas políticas. Em 2018, o então Secretário das Relações Exteriores do Nepal visitou o Brasil para a II reunião de consultas. Na mesma viagem, a autoridade nepalesa visitou a EMBRAPA com o objetivo de explorar possibilidades de cooperação técnica, em especial nas áreas de cultivo de café em elevadas altitudes e controle de pragas do setor cafeeiro; cultivo de ervas medicinais; agricultura familiar; pecuária leiteira; e produção de cana-de-açúcar.

O Acordo de Cooperação Técnica, que entrou em vigor internacional em 2018, foi promulgado no Brasil em outubro de 2020. Não obstante, a cooperação técnica tem sido vertente destacada do relacionamento bilateral, por meio de projetos *ad hoc*. Destaca-se, nessa área, a cooperação trilateral, realizada entre os dois países em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), voltada à universalização do programa nepalês de transferência de renda para a infância (*Child Grant*) e à implementação de cidades amigas das crianças (*child friendly cities*). A pedido do Nepal, o Brasil prestou, ainda, cooperação em governança e gestão federativa.

Há interesse nepalês em receber projetos e consultoria de empresas brasileiras na construção de usinas hidrelétricas. Fundamentam o interesse do Nepal o grande potencial hidrelétrico dos rios do país asiático; a possibilidade de expansão do mercado de energia local; a localização estratégica do país, como vizinho da China e da Índia; e a capacidade técnica de empresas brasileiras na área. Ainda não foi, porém, estabelecida nenhuma iniciativa concreta nessa área.

No âmbito das organizações internacionais, o Nepal tem-se manifestado favoravelmente à maioria das candidaturas e pleitos brasileiros. Nesse sentido, o país da Ásia Meridional aceitou troca de votos entre a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança, mandato 2022-2023, e a do Nepal ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), mandato 2024-26. O Nepal já declarou apoio à proposta do G-4 para reforma do Conselho de Segurança da ONU.

No contexto de sua despedida de Katmandu, em setembro de 2021, a então embaixadora do Brasil foi recebida pela presidente do Nepal, Bidya Devi Bhandari. Naquela oportunidade, bem como quando da apresentação das cartas credenciais do atual embaixador brasileiro (22/10/21), a então chefe de Estado nepalesa teceu comentários positivos sobre o Brasil e o adensamento da cooperação bilateral em áreas como desenvolvimento sustentável, cultura e educação.

8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Brasil apresentou, em novembro de 2021, texto padrão de acordo-quadro sobre cooperação educacional, que ainda aguarda retorno do Ministério da Educação do Nepal. Em 2022, o Nepal demonstrou interesse em uma reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais em Katmandu, que deve ser realizada no primeiro semestre de 2024.

Em 2023, o Nepal demonstrou interesse em realizar uma cooperação técnica com o Brasil, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica, nas áreas de cooperativismo e agricultura familiar. Também salientou a importância e prioridade dada a temas de meio-ambiente e florestas.

No dia 28 de julho de 2023, o Embaixador em Katmandu se reuniu com o Sr. Dilip Kumar Paudel e conversou sobre os mecanismos de cooperação bilaterais. Na ocasião, o secretário-adjunto informou que entrou em contato com o Ministério da Economia do Nepal e que faria as gestões internas necessárias para identificar áreas de cooperação técnica e dar prosseguimento aos respectivos acordos de cooperação.

Em abril de 2024, foi realizada missão de prospecção da ABC ao Nepal, na área de laticínios. A delegação brasileira foi integrada por técnicos da ABC e representantes da Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais (EPAMIG) e do Instituto de Laticínios Cândido Tostes (ILCT), associado à EPAMIG. Os contatos mantidos com autoridades e setor produtivo indicaram interesse do lado nepalês em projeto de cooperação no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Nepal, que poderá ser firmado durante a próxima reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais, em Katmandu. A ABC está finalizando a primeira versão do projeto, para enviar para avaliação nepalesa.

De 27 a 29 de maio de 2024, esteve em Brasília missão de alto nível da Comissão de Serviço Público do Nepal, liderada pelo presidente daquela entidade, Sr. Madhav Prasad Regmi. Além do presidente, a missão foi composta por mais 10 integrantes daquela Comissão e por funcionário do PNUD. O embaixador do Nepal no Brasil, Nirmal Raj Kafle, acompanhou as atividades da missão. A agenda da visita consistiu em reuniões no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos; no Ministério da Saúde; no Instituto Rio Branco; e no Itamaraty.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente no Nepal era composta, até a eclosão da pandemia de COVID-19, por cerca de sessenta nacionais, em sua maior parte missionários evangélicos, acompanhados de suas famílias, que realizam trabalhos sociais junto a comunidades carentes nepalesas.

De acordo com dados do Departamento de Imigração do país, pouco mais de 3.800 brasileiros estiveram no Nepal em 2019, tendo o turismo como objetivo principal.

Face às medidas de restrição de movimento implementadas pelo governo nepalês para combate à COVID-19, o Itamaraty, por meio da Embaixada em Katmandu, logrou repatriar 34 nacionais brasileiros que se encontravam retidos naquele país asiático. Os nacionais foram transportados por voo fretado até Nova Delhi,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

onde embarcaram em aeronave também fretada que partiu da capital indiana em 14 de abril de 2020, com destino ao Brasil.

Comércio bilateral

O Brasil mantém com o Nepal comércio bilateral superavitário. Em 2024, a corrente de comércio registrou US$ 9 milhões (aumento de 430% em relação a 2023). As exportações brasileiras foram de US$ 8,6 milhões (aumento de 473%), as importações somaram US$ 400 mil (100% de aumento), e o superávit brasileiro foi de US$ 8,2 milhões.

Em 2024, grande parte do crescimento nas exportações brasileiras deve-se ao expressivo aumento nas vendas de milho, constituindo 71% das exportações brasileiras. Os demais produtos vendidos pelo Brasil foram: produtos hortícolas frescos ou refrigerados (20%); outras matérias de origem vegetal (4,5%), peças de carros (2,3%); e medicamentos (1%).

A pauta de importação do Nepal, em 2024, é formada majoritariamente por revestimentos de piso (72%); artigos confeccionados de matérias têxteis (11%); acessórios de tecidos têxteis (6,7%); e demais produtos da indústria de transformação (3,9%).

Em março de 2015, foi criada a Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil (CCINB). Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento na área de turismo e hotelaria, entre a CCINB e a Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, com vistas a fomentar investimentos brasileiros e a melhorar a estrutura turística no Nepal. As obras de infraestrutura de transportes e de reconstrução pós-terremoto representam oportunidades para as exportações do setor brasileiro de maquinário de engenharia civil. Dada a capacidade técnica brasileira na construção de hidrelétricas, há possibilidade de prestação de consultorias – com eventual transferência de conhecimento – na área, conforme interesse manifestado pelas autoridades nepalesas durante a segunda reunião de consultas políticas. Não há registros de investimentos diretos brasileiros atualmente no Nepal e nepaleses no Brasil.

O agronegócio apresenta potencial de expansão para o Nepal. Em 2021, as exportações brasileiras do setor para o Nepal registraram cerca de US$ 3,15 milhões – participação de 77% no total das vendas. Para comparação, em 2020 (último dado disponível no *ITC-UN Comtrade* para parceiros comerciais), a Argentina – que figura entre os 11 principais exportadores para o Nepal – exportou US$ 78 milhões para o Nepal, com quase 100% de produtos do agronegócio. Os principais produtos vendidos por aquele país sul-americano foram soja, cereais e óleos vegetais. O açúcar brasileiro entra no país himalaio por intermédio do Bangladesh. Ainda assim, a fatia de mercado de ambos os países é bastante discreta, sobretudo se comparados à Índia – principal fornecedor de gêneros agrícolas para o Nepal, em razão dos custos logísticos reduzidos pela proximidade territorial.

De 1 a 3 de março de 2024, a Embaixada do Nepal organizou a ExpoNepal, no Shopping Pier 21, em Brasília, com a presença de empresários e autoridades nepalenses, para divulgar produtos e destinos turísticos do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA INTERNA

O atual sistema de governo no Nepal é o parlamentarismo, em que o presidente é o chefe de estado, enquanto o primeiro-ministro mantém a posição de chefe de governo.

O poder Legislativo é bicameral, composto pela Assembleia Nacional (câmara alta) e pela Casa dos Representantes (câmara baixa). A primeira é composta por 59 assentos, em que 56 membros são eleitos por colégio eleitoral formado de líderes de governos municipais e estaduais, enquanto três são nomeados pelo presidente, a partir de recomendação do governo. Para alcançar o número de 56 assentos por via indireta, cada uma das sete províncias do país elege oito representantes, incluindo ao menos três mulheres, um *dalit* (considerada a mais inferior das castas do hinduísmo) e ainda uma pessoa com necessidades especiais ou de minoria étnica. O mandato é de seis anos, com previsão de renovação de 1/3 dos membros a cada dois anos.

A Casa dos Representantes, por seu turno, possui 275 assentos. Embora todos sejam diretamente eleitos, 165 membros são escolhidos, por maioria simples, em sistema distrital; e 110 membros são selecionados, em sistema nacional, a partir de votação proporcional com base em listas partidárias. O mandato dos parlamentares dessa câmara é de cinco anos.

O primeiro-ministro é o chefe de governo do Nepal. Segundo a Constituição do país, o ocupante do cargo deve ser o líder do partido político com maioria na Casa dos Representantes. O primeiro-ministro é responsável por presidir o Conselho de Ministros e por recomendar os nomes que comporão o referido gabinete ao presidente da República, que os nomeará. De julho de 2024 até as manifestações de setembro de 2025, o Primeiro-Ministro era K.P. Sharma Oli. Após sua renúncia, foi nomeada, em 12 de setembro de 2025, juíza aposentada da Suprema Corte nepalesa, Sushila Karki, como Primeira Ministra interina.

A chefia do poder Executivo do Nepal é exercida pelo presidente da República, cuja eleição ocorre indiretamente, por meio de colégio eleitoral formado por membros do Parlamento Federal e das assembleias estaduais, para mandato de cinco anos, com apenas uma reeleição possível. Desde março de 2023, o cargo é ocupado pelo presidente Ram Chandra Paudel.

O poder Judiciário do Nepal compreende a Suprema Corte, a Alta Corte e tribunais distritais. A Suprema Corte é composta por um ministro-presidente – nomeado pelo presidente da República, a partir de recomendação do Conselho Constitucional – e até vinte juízes – também nomeados pelo presidente, a partir de recomendação do Conselho Judiciário. O ministro-presidente exerce mandato de seis anos, enquanto os juízes permanecem no cargo até os 65 anos de idade. O sistema jurídico resulta de amálgama entre *common law* britânica e conceitos hinduístas, com códigos civil e penal em vigor desde 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apesar dos avanços no processo de reconciliação nacional e estabilização pós-conflito civil, o Nepal ainda busca fortalecer seu sistema político para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como deixar o grupo dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR), em 24 de novembro de 2026. Nesse contexto, o completo estabelecimento do Federalismo, bem como a finalização dos trabalhos das Comissões de Justiça de Transição – Verdade e Reconciliação; e de Investigação de Desaparecimentos Forçados de Pessoas –, criadas em 2015, são passos cruciais.

À nova Carta Constitucional de 2015 seguiu-se a um período politicamente conturbado, com diversas tentativas de conciliação e diálogo político (inclusive a eleição de duas assembleias constituintes sucessivas). Temas de grande relevância, como sistema de governo e federalismo, continuaram com aspectos indefinidos. Fator adicional de instabilidade, o Nepal foi assolado por terremoto em abril daquele ano. Seguiu-se, no entanto, com o processo político, de modo que Bidhya Devi Bhandari (do *CPN-UML*) foi eleita indiretamente para presidente, em outubro de 2015. Com vistas a conter a agitação política dos partidos *madhesi* e manter a estabilidade do país no contexto pós-terremoto, a primeira emenda constitucional, aprovada em janeiro de 2016, incluiu previsões para assegurar representação proporcional de minorias e distritos eleitorais baseados na população.

Após as eleições legislativas de 2017, as primeiras após a adoção da Constituição de 2015, conformou-se ampla maioria dos partidos de origem na tradição comunista. Em fevereiro de 2018, K.P. Sharma Oli, do Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista Unificado, *CPN-UML)* assume a chefia do governo, com apoio do Partido Comunista do Nepal (Centro-Maoísta, *CPN-MC*). Meses depois, o "centro-maoísta" e o partido "marxista-leninista" se fundem, sob a suposta promessa de que o líder do *CPN-MC*, Pushpa Kamal Dahal, conhecido como Prachanda, assumiria a chefia do governo na metade do mandato. Ao reunir as duas principais agremiações políticas comunistas do país, o Partido Comunista do Nepal (*NCP*) passou a congregar as principais lideranças históricas do Nepal, mas o experimento teve curta duração.

Em 2020, crescentes divergências no interior da coalizão dificultaram as ações do governo e levaram, em dezembro, à primeira dissolução da Casa dos Representantes. A decisão foi considerada ilegal pela Suprema Corte do país, por violar dispositivo constitucional. Em maio, após o retorno da Casa dos Representantes, por determinação judicial, sem novas eleições, o então primeiro-ministro K.P. Oli não logrou obter voto de confiança. Em seguida, a presidente dissolveu a casa legislativa mais uma vez. Em reação, a Suprema Corte nepalesa, novamente, anulou a decisão presidencial e determinou que a presidente deveria dar posse a Sher Bahadur Deuba como primeiro-ministro, uma vez que o político do Congresso Nepalês (de orientação social-democrata) havia obtido número suficiente de assinaturas para liderar o governo.

Sob o governo Deuba e em seu apoio, os maoístas retomaram sua agremiação partidária independente, o *CPN-MC* (49 assentos na câmara baixa), e Kumar Nepal fundou o Partido Comunista do Nepal (Socialista Unificado, *CPN-US)*, com 25 cadeiras. Além dessas agremiações e do próprio Congresso Nepalês (63 membros na Casa dos Representantes), o *Partido Socialista do Povo do Nepal* (*PSP-N*, com 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

representantes) também deu sustentação ao governo de coalizão liderado por Deuba. O partido de K.P. Sharma Oli, *CPN-UML*, era o principal grupo opositor, com 94 integrantes na câmara baixa. Em 13 de maio de 2022, foram realizadas eleições locais, nas quais a coalizão governamental obteve o maior número de eleitos, seguida pelo *CPN-UML* e pelo *CPN-MC*.

Eleições gerais para as assembleias estaduais e para o parlamento nacional foram realizadas em novembro de 2022. O "Nepali Congress", liderado pelo PM Sher Bahadur Deuba, obteve 89 cadeiras na Câmara de Deputados ("House of Representatives - HoR"). Pelo mesmo sistema eleitoral misto, o CPN-UML do ex-PM K.P. Sharma Oli obteve 78 cadeiras e os maoístas ("CPN-Maoist Centre") de Pushpa Kamal Dahal, 32 cadeiras. Em 25 de dezembro, Pushpa Kamal Dahal, líder dos maoístas ("CPN-Maoist Centre"), cujo partido foi o terceiro mais votado nas últimas eleições, encontrou-se com o ex-PM K.P. Sharma Oli. Nessa ocasião, ficou acertado que os maoístas deixariam a coalizão governamental liderada por Sher Bahadur Deuba (líder do "Nepali Congress"), e se uniriam ao partido liderado por Oli (CPN-UML), para formar nova coalizão governamental. Oli aceitou, em troca de várias concessões, que Dahal chefiasse o governo nos primeiros 2 anos e meio. No mesmo dia 25, Dahal apresentou a então Presidente Bidya Devi Bandhari a composição da nova maioria na "House of Representatives" (HoR). Subseqüentemente, Bandhari aceitou sua nomeação para o cargo de Primeiro-Ministro. No dia seguinte, Pushpa Kamal Dahal tomou posse como PM pela terceira vez.

No entanto, no fim de fevereiro de 2023, Dahal anunciou apoio a Ram Chandra Paudel, candidato do partido da oposição “Nepali Congress”, para as eleições presidenciais que ocorreriam em 9 de março. Tal apoio surpreendeu o CPN-UML - que esperava ter apoio para um candidato de seu partido - e causou o rompimento da coalização governamental formada após as eleições de dezembro. Em poucos dias, 16 ministros renunciaram aos seus cargos, inclusive a Chanceler Bimala Rai Paudyal, que havia tomado posse em 17 de janeiro de 2023.

As eleições de 9 de março confirmaram o favoritismo de Ram Chandra Paudel, do “Nepali Congress”, que tomou posse como Presidente em 13 de março.

No dia 23 de novembro de 2023, dezenas de milhares de manifestantes pro-monarquia se reuniram em Katmandu. Os protestantes pediam a restauração da monarquia hindu, ao invés do governo parlamentarista secular de 2008. Os manifestantes fazem parte da campanha “*Saving Nation, Nationality, Religion, Culture, and Citizen Rescue Campaign*”, liderada pelo político e empresário Durga Prasai e atrelada à instabilidade política do país, marcada pelas mais de dez mudanças de governo desde o fim da monarquia. Por fim, a polícia recorreu à utilização de cassetetes e gás lacrimogêneo para deter os manifestantes.

Tendo como aparente epicentro um desentendimento entre o CPN-MC (Comunist Party of Nepal - Maoist Centre), do Primeiro-Ministro Pushpa Kamal Dahal, e o NC (Nepali Congress), do ex-PM Sher Bahadur Deuba, sobre eleições de cargos na província de Koshi, chegou ao fim, em março de 2024, a aliança entre aqueles dois partidos (com seus respectivos aliados) que comungam, ao menos retoricamente, ideologias políticas divergentes. No dia 6 de março, o então PM Dahal anunciou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reforma de seu gabinete, com a indicação dos vinte ministros que o comporiam, confirmando assim o fim daquela coligação e a criação de nova aliança com o NPC-UML (Communist Party of Nepal- Unified Marxist-Leninist), do ex-PM K.P. Sharma Oli e outros partidos de esquerda. No dia 10, Dahal empossou mais dois Ministros, ampliando para 22 o número de integrantes de seu Gabinete e buscando, assim, assegurar-se de ampla maioria para obter voto de confiança no Parlamento nepalês.

No dia 12 de julho de 2024, o governo do Nepal, liderado pelo então Primeiro-Ministro Pushpa Kamal Dahal, foi destituído por moção de censura no Parlamento. O Presidente Poudel convidou K.P. Sharma Oli, líder do CPN-UML (Comunist Party of Nepal-United Marxist-Leninist), a formar novo governo. Em 15 de julho, o governo do PM K.P. Sharma Oli anunciou novo gabinete de 22 membros, sendo 10 do Nepali Congress, 8 do CPN-UML e 3 de dois outros partidos da coalizão governista. Indicou, para pasta dos Negócios Estrangeiros, Azu Rana Deuba, esposa de Sher Bahadur Deuba, líder do "Nepali Congress", ex-PM em diversas ocasiões, formador da atual coalizão governamental juntamente com K. P. Sharma Oli. Azu Rana Deuba foi a terceira pessoa a assumir o cargo de chanceler em pouco mais de um ano. Em março de 2024, o então PM Dahal havia realizado ampla reforma ministerial e indicado Narayan Kaji Shrestha para o cargo, substituindo Narayan Prasad Saud, que ocupava o cargo desde abril de 2023.

Em setembro de 2025, após violentos protestos, o Primeiro-Ministro K.P Sharma Oli e outros membros do governo renunciaram. Os protestos, que resultaram em dezenas de mortos e centenas de feridos, tiveram início após suspensão, via decreto, de 26 redes sociais, sob a justificativa de que deveriam concluir processo de registro no país. Devido à grande participação de jovens, o movimento foi apelidado de “Gen Z”, a qual está habituada ao uso da internet e de redes sociais.

A situação escalou depois que, no dia 8/9, seguranças do Parlamento alvejaram manifestantes com projéteis reais, o que causou a morte de 19 jovens. No mesmo dia, o governo nepalês decretou toque de recolher nos bairros de Baneshwor e Balwatar, próximos à sede do Governo, e em setores do bairro de Maharajgunj, onde se situam as residências do Presidente da República e do PM KP Sharma Oli. Porém os protestos continuaram. Em 9/9, os manifestantes invadiram e incendiaram o Parlamento, os escritórios do PM, a residência oficial do Presidente da República e as residências particulares de importantes politicos do país, como do PM K.P Sharma Oli, do ex-PM Pushpa Kamal Dahal (“Prachanda”) e do ex-PM Sher Bahadur Deuba, líder do Partido do Congresso e integrante da coalizão governamental. Os três políticos revezam-se no poder há décadas, o que motivou a hostilidade dos manifestantes contra eles. O presidente da República, Ram Chandra Paudel, aceitou a renúncia do PM Oli e nomeou o atual gabinete parlamentar como "caretaker government", até que solução política para a crise institucional seja encontrada.

Em 12/09, o PR Paudel nomeou, como Primeira-Ministra do governo interino, Sushila Karki, juíza aposentada da Corte Suprema do Nepal, até que novas eleições, previstas para 4 de março de 2026, sejam realizadas. Após sua nomeação, o Parlamento foi dissolvido. Sushila Karki é a primeira mulher a ocupar o posto de Primeiro-Ministro do Nepal. Em decorrência do histórico de combate à corrupção em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sua atuação como juíza, o nome de Sushila Karki foi bem visto pelos líderes dos protestos "Gen Z", os quais estiveram presentes, juntamente com o PR Paudel e o comandante do exército, General Ashok Raj Sigdel, nas negociações que culminaram na nomeação da nova PM.

POLÍTICA EXTERNA

Até meados do século XX, o Nepal manteve-se relativamente fechado para o exterior. Com o processo de descolonização na Ásia Meridional, o país gradualmente se abriu a contatos externos. Destacam-se, nesse sentido, i) o fortalecimento de vínculos com a Índia, em particular por meio da assinatura, em 1950, do Tratado de Paz e Amizade indo-nepalês, cujos termos asseguram o respeito à soberania mútua, livre movimentação de bens e pessoas, além de colaboração em matérias de defesa e política externa; e ii) o ingresso do Nepal na Organização das Nações Unidas, em 1955. No âmbito multilateral, Katmandu tem procurado aumentar seu engajamento em instituições políticas e econômicas. Como país de menor desenvolvimento relativo (PMDR) e país em desenvolvimento sem litoral, a atuação do Nepal nas Nações Unidas baseia-se na defesa do estabelecimento de uma ordem multilateral, calcada no respeito às normas internacionais, principalmente no que concerne ao respeito à soberania; à manutenção da paz e da integridade territorial; bem como à contenção das mudanças climáticas. Nesse sentido, o Nepal votou a favor da resolução da AGNU que condenou agressão russa à Ucrânia, em 2/3, ainda que não tenha aderido a qualquer sanção. No mesmo foro, defendeu o fim das hostilidades, a proteção dos civis e o respeito ao direito internacional humanitário (inclusive passagem segura para os nepaleses), além de exortar as partes ao diálogo.

Em sua alocução durante o debate geral da 76ª Sessão da AGNU, em setembro de 2021, o então MNE Khadka assinalou considerar prioritárias a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável, o combate à mudança do clima ("ameaça existencial"), o enfrentamento ao terrorismo e à intolerância, a reforma da "arquitetura econômica global" e do sistema multilateral (AGNU e CSNU), para fortalecê-lo e torná-lo mais inclusivo e efetivo.

Nesse contexto, as relações externas nepalesas possuem atualmente cinco grandes dimensões: i) as relações com a Índia e com a China; ii) com os países da Ásia Meridional; iii) com países doadores ("parceiros para o desenvolvimento") e organismos internacionais; e iv) com países receptores de mão-de-obra nepalesa, devido à importância de suas remessas para a economia do Nepal; bem como v) a participação em organizações internacionais, com defesa do multilateralismo e do sistema baseado em normas.

O relacionamento do Nepal com a Índia é histórico. Ambos os países, que compartilham 1850 quilômetros de fronteiras, são multiétnicos e multiculturais, bem como têm o hinduísmo como religião majoritária. A Índia é o maior parceiro comercial nepalês, respondendo por cerca de mais da metade de seu comércio externo, e a maior fonte de turistas direcionados ao país himalaio. O governo indiano preocupa-se com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabilidade política no Nepal, inclusive questões envolvendo minorias étnicas que habitam os dois países. Há desentendimentos pontuais, ainda, no que concerne a questões fronteiriças, ao aproveitamento do potencial hidrelétrico de rios compartilhados e ao comércio dos superávits energéticos sazonais.

Desentendimento ainda mais recente diz respeito a diferendo territorial envolvendo as áreas de Kalapani, Limpiyadhura e Lipulekh, localizadas na fronteira tríplice com a China. Em maio de 2020, o governo indiano inaugurou, virtualmente, 80km de estradas para melhorar a conexão do país com posto de fronteira com a China localizado no chamado "Passo de Lipulekh". O governo do Nepal objetou a obra pois passaria na área sul de Kalapani, reivindicada pelo Nepal, mas sob controle indiano. Em seguida, publicação pelo governo do Nepal, em maio de 2020, de mapa oficial incluindo as referidas áreas como parte de seu território levou a protestos do governo indiano e à escalada na retórica de ambos os lados. Ambos concordaram em tratar do tema no âmbito de mecanismo bilateral já existente, que, no entanto, não chegou a ser ativado. Em visita a Nova Delhi, em abril de 2022, o então primeiro-ministro Deuba tratou do tema com o primeiro-ministro Modi, e instou o lado indiano a instalar o mecanismo de diálogo. Na visita, foram anunciadas ainda outras iniciativas em infraestrutura e conectividades, como a inauguração da primeira ligação ferroviária entre os dois países (Jayanagar, Índia - Kurtha, Nepal) além de projetos conjuntos no setor energético. Visita do PM Modi a Lumbini, localidade nepalesa de importância religiosa e próxima à fronteira com a Índia, em maio de 2022, constituiu mais um passo no estreitamento das relações bilaterais. A visita foi marcada pela assinatura de seis memorandos de entendimento, com destaque para cooperação acadêmica e energética, e insere-se no contexto de uma série de viagens do chefe de governo indiano a locais sagrados, sobretudo para o hinduísmo, no Nepal.

As boas relações que o governo nepalês tem buscado com a China vêm servindo, historicamente, como contrapeso à presença indiana. Os turistas chineses já são o segundo maior grupo que anualmente visita o Nepal (o setor turístico corresponde a mais de 7% do PIB do país). Sem acesso direto ao mar, o Nepal dependia exclusivamente do acesso a portos indianos, mediante acordo bilateral. Nos últimos anos, a China tem sido a principal fonte de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Nepal, que ingressou, em 2017, na *Belt and Road Initiative* (*BRI*) chinesa, com vistas a atrair capital voltado à infraestrutura - em especial de energia e transportes. As relações bilaterais receberam, em outubro de 2019, o *status* de parceria estratégica. Em março de 2022, após viagem à Índia, o então MNE da China, Wang Yi, visitou o Nepal. Encontrou-se com sua contraparte nepalesa o então MNE Narayan Khadka, ocasião em que assinou nove acordos e fez visitas de cortesia à então Presidente do Nepal e ao Primeiro-Ministro. Encontrou-se também com delegação do *CPN-MC*, chefiada por "Prachanda", e com delegação do *CPN-UML*, da oposição, chefiada pelo ex-PM KP Sharma Oli.

Em julho de 2023, a China e o Nepal lançaram um novo projeto dentro do escopo da *BRI* intitulado *Silk Roadsters.* Focado no fortalecimento de relações entre as populações, o projeto fomenta o treinamento de habilidades, intercâmbios e trocas entre empresas dos países. O Nepal será a primeira nação a receber esse projeto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

China, que pretende implementá-lo em outros países como comemoração dos 10 anos da *BRI*. A escolha do Nepal para este papel pode ser atrelada à aproximação recente de Kathmandu com Washington, mostrada na ratificação de acordo de cooperação com a *Millennium Challenge Corporation* na soma de US$ 500.000.000. Beijing tem interesse em distanciar os EUA e a Índia do Nepal. Nesse contexto, o PM Pushpa Kamal Dahal realizou visita à Beijing em setembro de 2023. Em 2025, o PM KP Sharma Oli participou da 25ª Cúpula da Organização de Cooperação de Shangai (SCO). O Nepal não é membro da Organização, mas foi convidado, pelo Presidente Xi Jinping, a participar da Cúpula como parceiro de diálogo. Após a Cúpula, o PM Oli foi a Pequim, onde assistiu ao desfile que celebrou 80 anos da vitória chinesa sobre o Japão na 2ª Guerra Mundial.

Na região da Ásia Meridional, o Nepal concerta-se com os demais países por meio de organismos regionais. Juntamente com o Afeganistão, o Bangladesh, o Butão, a Índia, as Maldivas, o Paquistão e o Sri Lanka, o Nepal ajudou a fundar, em 1985, a Associação para a Cooperação Regional no Sul da Ásia (*SAARC*), cujo secretariado é sediado em Katmandu. A Iniciativa de Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial da Baía de Bengala (*BIMSTEC*), de que o Nepal é parte desde 2004, é igualmente relevante à diplomacia nepalesa. Por meio de cooperação técnica e econômica, seus membros – Bangladesh, Butão, Índia, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia – buscam criar ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, e acelerar o progresso social, mediante assistência mútua em áreas como comércio, investimentos, tecnologia, turismo, agricultura, pesca, transporte e comunicação, além de têxteis.

No grupo de países desenvolvidos fora da Ásia e parceiros para o desenvolvimento, destaca-se a relação daquele país asiático com os Estados Unidos da América, com quem mantém arranjo tarifário baseado no Sistema Geral de Preferências (SGP). O arranjo faz com que os EUA sejam o segundo maior mercado do Nepal, ainda que exclua produtos têxteis da lista de preferências estendidas – cerca de 10% das exportações do país himalaio para os EUA, em 2020.

Em fevereiro de 2022, o Parlamento nepalês aprovou o acordo de cooperação do Nepal com a *Millenium Challenge Corporation*, agência governamental norte-americana para a assistência ao desenvolvimento – separada do Departamento de Estado e da USAID. A MCC seleciona países com base em diversos índices de terceiras instituições, relativos à governança, direitos humanos e perspectivas de redução da pobreza, e desenvolve acordos abrangentes, *"compacts"*, com os países escolhidos, com duração de cinco anos. O tema foi objeto de ampla controvérsia no Nepal, em razão de resistência a uma alegada perda de soberania em aspectos da política de desenvolvimento. O partido *CPN-MC* opôs-se ao instrumento até a véspera de sua aprovação, mas ao fim manteve-se no bloco de sustentação do governo.

Com os países receptores de sua mão-de-obra migrante, o Nepal busca manter relacionamento cooperativo, na medida em que a diáspora nepalesa no exterior é significativa. As remessas daqueles trabalhadores impactam significativamente o consumo interno das famílias e, consequentemente, a economia do país. Muitos trabalhadores nepaleses têm-se fixado na Malásia, na Índia e em países do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Cooperação do Golfo (CCG), principalmente Catar, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita.

Nos dias 4 e 5 de janeiro de 2024, o Chanceler indiano, Subrahmanyam Jaishankar, realizou visita ao Nepal e se encontrou com o Chanceler nepalês, Narayan Prakash Saud. Na ocasião, os ministros mediaram a comissão mista Índia-Nepal e discutiram temas relacionados ao comércio, agricultura, energia, turismo e trocas culturais. Também, acordaram sobre MdE de cooperação em energia renovável, acordo de facilitação de lançamento de satélite, concessão de empréstimos indianos para desenvolvimento de projetos de alto impacto no Nepal e finalizaram acordo de exportação 10,000 megawatts (MW) de energia do Nepal para Índia durante 10 anos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos anteriores à pandemia de COVID-19, o Nepal experimentou forte crescimento econômico, calcado na maior estabilidade política, nas atividades de reconstrução pós-terremoto de 2015, bem como na expansão dos setores manufatureiros – principalmente cimento – e de turismo. A economia do país, porém, enfrentou dificuldades com o impacto da pandemia no turismo e na atividade econômica, especialmente no setor de serviços, bem como a volatilidade nas remessas dos nepaleses residentes no exterior. Nesse contexto, o PIB nepalês expandiu-se em 6,7% em 2019, mas caiu 2,1% em 2020 e cresceu 4,2% em 2021 e em 2022.

Atualmente, o país continua retomando seu crescimento econômico, ainda que o ritmo de crescimento venha desacelerando. Segundo o FMI, a lenta recuperação – em relação ao período da COVID-19 - baseia-se na retomada do turismo, nos bons resultados do setor agrícola e na manutenção de remessas externas. Alguns analistas, no entanto, alertam para o risco de deterioração das condições econômicas do país. Empréstimos elevados, com condicionantes, podem levar o país a uma situação de "armadilha da dívida".

Na última década, a ampliação do fornecimento e do acesso à energia elétrica (ainda no período anterior à COVID-19), contribuiu significativamente para a melhoria do padrão de vida dos nepaleses, de modo que, atualmente, mais de 90% da população tem acesso a energia elétrica, em comparação a menos de 50% em 2010. No entanto, 41% da população vive com receitas inferiores a US$ 3,20 por dia.

Em 2020, o Banco Mundial passou a incluir o Nepal no grupo de países de renda média baixa. O indicador utilizado para a atualização foi a renda nacional bruta per capita, que, em 2022, foi de US$ 1.290 (o *status* de país de renda média baixa abrange países com renda nacional bruta per capita entre US$1,036 a US$4,045).

Após o colapso de 2020, as importações cresceram rapidamente, alimentando um grande deficit na conta corrente (8.3% do PIB) em 2021. A retomada econômica global em 2021 facilitou remessas mais robustas, que, combinadas com a política monetária nepalesa, permitiram crescimento de 25,7% nas importações. Houve também aumento de 30% nas exportações, ainda que com ordem de magnitude significativamente menor. O turismo reduziu-se em 90% durante a pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo o Banco Mundial, no ano de 2021, o envio de recursos pela força de trabalho nepalesa empregada no exterior correspondeu a 22,7% do PIB do país.

Dados do Banco Mundial apontam ainda que a economia do país vem gradualmente experimentando transição de economia agrária de subsistência para maior participação dos setores industrial e de serviço. A agricultura correspondeu a 24,3% do PIB do Nepal, em 2020; a indústria registrou 11,8%; e os serviços representaram 53,3%. Além de sua importância em termos de renda familiar, a baixa competitividade da agricultura nepalesa torna o setor extremamente sensível à atuação estrangeira, por meio de IEDs ou de exportações. O país cultiva grãos, especialmente arroz, milho e trigo. Com ganhos expressivos de produtividade, a cana-de-açúcar, a batata, a juta e o tabaco têm aumentado sua parcela na produção agrícola nepalesa.

Para atrair mais investidores, o Nepal tem melhorado seu ambiente de negócios. Dados do *Doing Business* do Banco Mundial indicam que entre 2017 e 2019, o Nepal saiu da 105ª para a 94ª posição do mundo, em termos de facilidade para realizar negócios. A situação é ainda mais favorável quando considerados apenas os países da Ásia Meridional: o Nepal é o 3º país, atrás somente da Índia e do Butão. Entre os avanços na estrutura administrativa, econômica e financeira do país, destacam-se medidas de combate à inadimplência e à corrupção; a introdução do Sistema Integrado de Impostos (*ITS*); e a modernização de leis sobre investimentos estrangeiros, transferência de tecnologia, e sobre parcerias público-privadas. No ano de 2020 (Internacional Trade Center – United Nations Comtrade, ITC-UN Comtrade), os principais países investidores no Nepal foram a Índia, com 30%, e a China, com 15% do estoque total.

Diante das dificuldades associadas à sua posição geográfica, o comércio exterior do Nepal é bastante diminuto como percentagem de seu PIB. As estimativas do *ITC-UN Comtrade* indicam que a corrente de comércio do país registrou, em 2021, US$ 14,2 bilhões – aumento de 25% em comparação a 2020. As exportações e as importações foram, respectivamente, de US$ 1,6 bilhão e US$ 12,5 bilhões; de modo que a balança comercial se manteve deficitária, com US$ 10,8 bilhões. Em 2021, os principais destinos das exportações do Nepal foram Índia (80,1%); EUA (7,2%); Alemanha (2%); China (1,4%) e Reino Unido (1,3%). Os principais fornecedores para o país foram Índia (73,4%); China (13,9%); Hong Kong (1,9%); EUA (1,6%) e Singapura (1,4%).

Ainda segundo o *ITC-UN Comtrade*, em 2021, os principais produtos exportados pelo Nepal foram gorduras e óleos; café/chá/mate/especiarias; tapetes; fibras sintéticas e artificiais; resíduos da indústria alimentícia. A pauta importadora nepalesa foi composta por combustíveis; ferro e aço; máquinas mecânicas; veículos e suas partes e acessórios; máquinas elétricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1768	Diversos reinos na região unificados sob a monarquia Xá, do povo *Gurkha*
1792	Expansão nepalesa barrada por uma derrota para chineses no Tibete
1814-1816	Guerra anglo-nepalesa, encerrada com o acordo de fronteira em vigência atualmente
1846	Derrubada da dinastia Xá. O poder passa a ser exercido hereditariamente pela família Rana. O país fica isolado de relações externas
1923	Tratado com o Reino Unido afirma a soberania do Nepal
1950	Assinatura do Tratado de Paz e Amizade com a Índia
1951	Fim do poder dos Ranas. Monarquia Xá restaurada
1955	O Nepal ingressa na Organização das Nações Unidas
1960-1962	Instauração do sistema *Panchayat*, sem partidos, com poder centrado no rei
1985	Fundação da Associação para a Cooperação Regional no Sul da Ásia (*SAARC*), com Secretariado em Katmandu
1990	Rei Birendra cede à pressão e permite uma nova constituição democrática
1991	Primeira eleição democrática
1992	Realização da 1ª Cúpula de Investimentos no Nepal
1996	Início da guerra civil
2004	O Nepal ingressa na Iniciativa de Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial da Baía de Bengala (*BIMSTEC*)
2005	Restauração da monarquia absolutista, pela suspensão da constituição.
2006	Reabertura do Parlamento e assinatura de acordo de paz com os maoístas, formalmente dando fim ao conflito civil
2007	Instalação da Missão das Nações Unidas no Nepal (*UNMIN*), para supervisionar o cumprimento dos termos do acordo de paz celebrado no ano anterior (janeiro)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2007	Preparação da Constituição interna do Nepal
2008	O Nepal torna-se uma república, com nome oficial de República Democrática Federal do Nepal
2012	Após o malogro em elaborar a nova Constituição, a Assembleia constituinte é dissolvida
2015	Criação das Comissões de Justiça de Transição – Verdade e reconciliação; e Investigação de desaparecimentos forçados (fevereiro)
	Terremoto causa devastação em Katmandu (abril)
	Pormulgação da nova Constituição, após sucessivas tentativas de conciliação e diálogo político (setembro)
	Eleição indireta da presidente Bidhya Devi Bhandari (outubro)
2015-2016	Bloqueio da fronteira pela minoria *madhesi*, com apoio da Índia
2017	2ª Cúpula de Investimentos no Nepal (março)
	A China e o Nepal realizam o primeiro exercício militar conjunto (abril)
	O Nepal ingressa na iniciativa chinesa *Belt and Road* (maio)
	Realização das eleições parlamentares, nos níveis local, estadual e nacional
	Com a nomeação dos chefes dos governos locais e o início dos trabalhos nas assembleias locais, a transição do unitarismo para o federalismo no Nepal avança
	Reeleição da presidente Bidhya Devi Bhandari (março)
2019	3ª Cúpula de Investimentos no Nepal (março)
	O Primeiro-ministro KP Oli participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos (janeiro)
	Inauguração do oleoduto Nepal-Índia (setembro)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Durante visita do primeiro-ministro chinês, Xi Jinping, a relação bilateral com a China é elevada ao status de parceria estratégica (outubro)
	Lançamento da campanha *Visit Nepal 2020* (dezembro)
2020	Consequência da pandemia da COVID-10, a campanha *Visit Nepal 2020* é suspensa (março) Nome do país é alterado para "Nepal" (novembro)
2021	Ascensão de Sher Bahadur Deuba ao cargo de Primeiro-Ministro (julho)
2022	Ascensão de Pushpa Kamal Dahalao cargo de Primeiro-Ministro (dezembro)
2023	Eleições presidenciais elege Ram Chandra Paudel (março)
2024	Ascensão de KP Sharma Oli ao cargo de Primeiro-Ministro (julho)
2025	Protestos populares, apelidados de "Gen Z" devido à grande participação de jovens, causam a renúncia do PM KP Sharma Oli e de outros membros do governo em 09/09.
2025	Em 12/09, Sushila Karki, juíza aposentada da Corte Suprema, é nomeada como Primeira-Ministra interina, até que novas eleições sejam realizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1976	Estabelecimento (07/02) das relações diplomáticas entre o Brasil e o Nepal (mantidas por meio de Consulado Honorário em Katmandu e de Embaixada não residente, cumulativa com a missão brasileira em Nova Delhi)
1992	Presença da delegação nepalesa, chefiada pelo então Primeiro-Ministro Girija Prasad Koirala, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro.
2000	Início das negociações do Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Nepal.
2002	Visita ao Brasil do então ministro da Saúde do Nepal, Sharat Singh Bhandari.
2004	Apoio da delegação nepalesa à proposta brasileira de promover cooperação internacional e aumentar recursos para eliminar a fome e a pobreza mundiais, na 59ª sessão da Assembléia Geral da ONU (AGNU).
2007	Manifestação explícita de apoio do governo nepalês à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), durante o debate geral da 62ª AGNU.
2009	Encontro do embaixador do Brasil em Nova Delhi, Marco Antônio Brandão, com diversas autoridades nepalesas. Na ocasião, o Governo do Nepal reiterou apoio ao Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU).
	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, ocasião em que manteve encontros com o então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim; e com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.
2010	Apresentação de credenciais pelo primeiro embaixador do Nepal no Brasil, Pradumna Bikram Shah.
	Criação da Embaixada do Brasil em Katmandu (julho)
2011	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, quando foram assinados o Acordo de Cooperação Técnica e o Memorando de Entedimento para o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Bilaterais
	Início do funcionamento da Embaixada do Brasil em Katmandu.
2012	Realização da primeira reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais, em Katmandu.
2013	Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Nepal, no Congresso brasileiro (porém não instalado)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2018	Realização da segunda reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais, em Brasília (25 de janeiro).
2024	Missão prospectiva da ABC a Katmandu (abril)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDOS BILATERAIS			
TÍTULO	**DATA DE CELEBRAÇÃO**	**ENTRADA EM VIGOR**	**PUBLICAÇÃO**
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	03/08/2011	30/10/2011	19/10/2011
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais	03/08/2011		19/09/2016
Acordo de Cooperação Técnica	03/08/2011	30/12/2018	05/10/2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem da Presidência da República

- nº 70, de 2025 (nº 1500/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

A matéria vai à CRE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MENSAGEM Nº 1.532

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que "Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para modificar disposições relativas ao Fundo Garantia-Safra e ao Benefício Garantia-Safra.". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15.236, de 16 de outubro de 2025.

Brasília, 16 de outubro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem da Presidência da República

Nº 1.532, de 2025, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, sancionado e convertido na Lei nº 15.236, de 16 de outubro de 2025.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projetos de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
N° 5278, DE 2025

Institui o Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25630.62329-04

SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Institui o Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil, a ser celebrado, anualmente, no dia 22 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Síndrome do X Frágil (SXF), também referida como Síndrome de Martin-Bell, é reconhecida na literatura médica como uma das causas hereditárias mais prevalentes de deficiência intelectual, afetando notavelmente um a cada 7.000 meninos e uma a cada 11.000 meninas em todo o mundo, de acordo com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos. Tal condição é decorrente de uma mutação no gene FMR1 localizado no cromossomo X, resultando numa expansão de repetições de trinucleotídeos CGG, com mais de 200 cópias, que inviabilizam a produção da proteína FMRP, fundamental para o desenvolvimento cerebral.

A SXF está frequentemente relacionada a condições comórbidas, sendo notável a associação com o Transtorno do Espectro Autista, ocorrendo em até 60% dos casos constatados. Estudos demonstram que a apresentação clínica da SXF é altamente variável, apresentando um fenótipo caracterizado por dificuldades cognitivas, comportamentais e motoras, que frequentemente se manifestam de forma a confundir

Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3820388151

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25630.62329-04

diagnósticos, levando a equívocos durante o processo de avaliação clínica, em que pessoas afetadas são erroneamente diagnosticadas com Transtornos do Déficit de Atenção com Hiperatividade ou do Espectro Autista.

A vivência diária com uma pessoa que possui essa síndrome expõe as diversas dificuldades que as famílias enfrentam para acessar tratamentos e terapias essenciais ao desenvolvimento e bem-estar das pessoas afetadas. É amplamente reconhecido que intervenções precoces, envolvendo terapias ocupacionais, fonoaudiologia e suporte psicológico, proporcionam melhorias significativas na qualidade de vida, promovendo a autonomia e mitigando os desafios sociais e acadêmicos enfrentados.

Neste contexto, a instituição do Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil se revela, além de necessária, imperativa para a consolidação de políticas públicas que visem à disseminação de informações precisas e à promoção de uma compreensão mais ampla acerca das múltiplas facetas da SXF.

Adicionalmente, deve-se destacar que o tema da proposição foi debatido em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, no dia 22 de setembro de 2025. O evento, formalizado pelo Requerimento nº 85, de 2025, contou com a presença de representantes de organizações de saúde, familiares de portadores da condição e especialistas no assunto.

Conforme relatos emocionados dos participantes, a falta de informações sobre a síndrome, por gerar incertezas que dificultam o diagnóstico e o acesso a tratamentos adequados, deixa as famílias em um estado de angústia e ansiedade. O desejo por terapias mais acessíveis e por profissionais capacitados nas escolas reflete a necessidade urgente de uma abordagem mais sensível e informada.

Diante do exposto, conclamamos o Congresso Nacional a aprovar a presente proposição, convictos de que sua implementação representa um passo decisivo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconheça e valorize a singularidade no tratamento das condições de saúde, como a Síndrome do X Frágil, assegurando que todas e todos tenham seus direitos plenamente respeitados e promovidos.

Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3820388151

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25630.62329-04

SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO ARNS

Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3820388151

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 5280, DE 2025

Acrescenta os arts. 6º-A, 6º-B, 75-G, 75-H e 75-I à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre limites ao uso dos meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão na relação de emprego.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25949.76271-79

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Acrescenta os arts. 6º-A, 6º-B, 75-G, 75-H e 75-I à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre limites ao uso dos meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão na relação de emprego.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguintes arts. 6º-A e 6º-B:

"**Art. 6º-A.** Qualquer que seja a modalidade de prestação de serviços, presencial, híbrida ou telepresencial, é dever do empregador informar o empregado, de forma detalhada, acerca dos meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão previstos no parágrafo único do art. 6º desta Consolidação, de forma a tornar precisos os seus parâmetros e a sua extensão.

Parágrafo único. A informação prevista no *caput* deste artigo será prestada por meio de documento de fácil compreensão entregue ao empregado, com atestado de recebimento, antes da implementação dos meios ou do início das atividades que demandem seu uso e a cada alteração relevante de configuração ou de finalidade."

"Art. 6º-B. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão previstos no parágrafo único do art. 6º deverão:

I – preservar a intimidade e a vida privada do empregado e de sua família;

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3924222336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25949.76271-79

II – assegurar que as metas e a duração diária e semanal de trabalho sejam idênticas entre as modalidades presencial, híbrida e telepresencial, para empregados que desempenhem a mesma função, nos termos do art. 461 desta Consolidação; e

III – garantir o direito à desconexão do trabalhador, na forma do art. 75-I desta Consolidação."

Art. 2º O Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 75-G a 75-I:

"**TÍTULO II**

DAS NORMAS GERAIS DE TUTELA DO TRABALHO

.....

CAPÍTULO II-A

DO TELETRABALHO

.....

Art. 75-G. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão do teletrabalho, a fim de preservar a intimidade e a vida privada do empregado e de sua família, na forma do inciso I do art. 6º-B desta Consolidação, observarão o seguinte:

I – incidência apenas sobre as atividades laborais do empregado, sendo vedada a captação, por quaisquer meios, de atividades alheias ao trabalho prestado;

II – preservação da imagem do empregado e de sua família, sendo vedada a sua captação sem prévio e expresso consentimento daqueles cuja imagem será captada;

III – não interferência em aplicativos particulares do empregado, quando o trabalho for desenvolvido em equipamentos de sua propriedade; e

IV – desativação nos períodos anteriores e posteriores à prestação dos serviços, bem como nos períodos de repouso e descanso previstos nesta Consolidação e nas demais leis trabalhistas.

Art. 75-H. A garantia de que as metas e a duração diária e semanal de trabalho sejam idênticas entre as modalidades

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3924222336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25949.76271-79

presencial, híbrida e teletrabalho, prevista no inciso II do art. 6º-B desta Consolidação, observará o seguinte:

I – se o teletrabalho for prestado por jornada, os meios informatizados de controle garantirão o usufruto dos repousos intra e interjornada, bem como de intervalos regulares para hidratação e satisfação das necessidades fisiológicas do empregado;

II – se o teletrabalho for prestado por produção ou por tarefa, além da paridade prevista no *caput*, deverão ser assegurados ao empregado os seguintes intervalos:

a) pelo menos 11 (onze) horas contínuas entre dias consecutivos de trabalho;

b) pelo menos 1 (uma) hora para alimentação e repouso do empregado;

c) pausas regulares para hidratação e satisfação de suas necessidades fisiológicas; e

d) pelo menos 24 (vinte e quatro) horas semanais contínuas de repouso remunerado, sem prejuízo do repouso da alínea "a".

Art. 75-I. O direito do empregado à desconexão de suas atividades laborais, previsto no inciso III do art. 6º-B desta Consolidação, consiste na garantia de que o empregado não será acionado pelo empregador:

I – antes e após a sua jornada de trabalho;

II – nos intervalos intra e interjornada;

III – nas pausas regulares para hidratação e satisfação das necessidades fisiológicas;

IV – durante o repouso semanal remunerado, férias e feriados nacionais ou locais; e

V – em outros períodos previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

§ 1º O descumprimento do disposto neste artigo ensejará a condenação do empregador ao pagamento de horas extras e de multa ao empregado, variável entre 1 (um) e 10 (dez) salários mensais do trabalhador.

§ 2º Na aplicação da multa prevista no § 1º, o juiz considerará:

I – o prejuízo do contato do empregador na vida privada e na intimidade do empregado;

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3924222336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25949.76271-79

II – os motivos declinados pelo empregador para realizar o contato; e

III – eventual reiteração da conduta ilícita pelo empregador.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se às modalidades de trabalho presencial e híbrido."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 8 de setembro de 2025, o Itaú dispensou aproximadamente mil funcionários de maneira abrupta.

De acordo com notícia veiculada no sítio eletrônico do G1, o Itaú "realizou hoje desligamentos decorrentes de uma revisão criteriosa de condutas relacionadas ao trabalho remoto e registro de jornada".[1]

O ato demissional gerou fortes reações das entidades representativas dos trabalhadores, que denunciaram ausência de critérios claros para a mensuração da produtividade no teletrabalho. Também foram apontados comportamentos abusivos da empresa, no sentido de não serem respeitados os mais basilares direitos conferidos aos trabalhadores brasileiros, como as durações diária e semanal do trabalho, além da fruição de repouso semanal remunerado e de feriados.

Diante de tal impasse, necessário que o Parlamento atue, no sentido de conferir segurança jurídica aos meios digitais utilizados pelo empregador para fiscalizar o empregado em teletrabalho.

É nesse sentido que apresentamos a presente proposição, que contempla quatro eixos.

[1] https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/09/09/por-que-itau-demitiu-cerca-de-mil-funcionarios-que-trabalhavam-de-casa.ghtml, acesso em 18 de setembro de 2025,

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3924222336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25949.76271-79

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

O primeiro é o relativo à preservação da intimidade e da vida privada do empregado que labora em teletrabalho. De acordo com a proposição ora apresentada, os meios de controle remoto de trabalho devem: a) incidir apenas sobre as atividades laborais do empregado, sendo vedada a captação, por quaisquer meios, de atividades alheias ao trabalho prestado; b) preservar a imagem do empregado e de sua família, sendo vedada a sua captação sem prévio e expresso consentimento daqueles cuja imagem será captada; c) não interferir em aplicativos particulares do empregado, quando o trabalho for desenvolvido em equipamentos de sua propriedade; e d) ser desativados nos períodos anteriores e posteriores à prestação dos serviços, bem como nos períodos de repouso e descanso previstos nesta Consolidação e nas demais leis trabalhistas.

O segundo eixo relaciona-se aos limites temporais do trabalho prestado à distância. O projeto ora apresentado garante que as metas e a duração, diária e semanal, de trabalho sejam idênticas entre o teletrabalho, o labor híbrido e o trabalho presencial.

A proposição determina, também, que se o teletrabalho for prestado por jornada, os meios informatizados de controle garantirão o usufruto dos repousos intra e interjornada, bem como de intervalos regulares para hidratação e satisfação das necessidades fisiológicas do empregado. Se o teletrabalho for prestado por produção ou por tarefa, além da referida paridade, deverão ser assegurados ao empregado os seguintes intervalos: a) pelo menos 11 (onze) horas corridas entre dias consecutivos de trabalho; b) pelo menos 1 (uma) hora para alimentação e repouso do empregado; c) intervalos regulares para hidratação e satisfação das necessidades fisiológicas do trabalhador; e d) pelo menos 24 (vinte e quatro) horas semanais contínuas de repouso remunerado, sem prejuízo do repouso do item “a”.

O terceiro eixo consiste em assegurar o direito à desconexão, evitando que o empregado seja incomodado por seu empregador em seus períodos de repouso. Para garantir a efetividade da norma, impõe-se o pagamento de horas extras e de multa de um a dez salários, em prol do empregado que tiver o seu direito desrespeitado. Estende-se, como não

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3924222336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25949.76271-79

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

poderia deixar de ser, a proteção ora criada para os labores híbrido e presencial.

O quarto eixo, talvez o mais importante, é no sentido de garantir ao trabalhador prévio conhecimento das regras do controle digital incidente sobre o teletrabalho, de maneira a lhe dar plena ciência de suas balizas. Determina-se, na proposição ora apresentada, que ao empregado seja disponibilizado documento que explique de maneira simplificada os mecanismos de controle do trabalho remoto.

Com todas essas providências, espera-se colaborar para a melhoria nas condições em que o teletrabalho é prestado em território nacional.

Nesse sentido, pede-se o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador Rogério Carvalho

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3924222336

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943) - 5452/43
https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 5281, DE 2025

Acrescenta o Capítulo II-B ao Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o direito à desconexão do empregado.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25722.92219-13

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Acrescenta o Capítulo II-B ao Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o direito à desconexão do empregado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo II-B ao Título II:

"**TÍTULO II**

.....

.....

CAPÍTULO II-B

DO DIREITO À DESCONEXÃO

Art. 75-G. É assegurado ao empregado o direito à desconexão, consistente em não permanecer acessível fora da jornada contratual de trabalho, inclusive nos períodos de descanso e de afastamento legal.

§ 1º O envio de comunicações fora da jornada não caracteriza, por si só, tempo à disposição, salvo se houver exigência de leitura, resposta, participação ou execução de tarefa antes do início do período de trabalho subsequente, vedado o envio reiterado ou em volume que possa comprometer o direito do empregado à desconexão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866726423

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25722.92219-13

§ 2º É vedado qualquer prejuízo remuneratório ou funcional, bem como qualquer forma de retaliação, em razão do exercício do direito à desconexão.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se a todas as modalidades de prestação de serviços, inclusive teletrabalho, trabalho remoto e híbrido, ainda que com uso de dispositivos pessoais ou de quaisquer meios telemáticos, informatizados ou análogos.

Art. 75-H. O contato fora da jornada somente é admitido em situações excepcionais, imprevisíveis e inevitáveis, para prevenir ou mitigar risco relevante à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou ao patrimônio, assegurar a continuidade de serviço essencial ou cumprir determinação legal ou regulatória inadiável.

§ 1º O chamado excepcional será justificado e assegurará, quando cabíveis, nos termos do Capítulo II do Título II desta Consolidação, o pagamento das horas extraordinárias ou a compensação de jornada.

§ 2º São vedadas práticas de disponibilidade permanente, inclusive metas de resposta fora da jornada, indicadores de tempo de conexão ou mecanismos equivalentes e obrigação de manter dispositivo conectado.

Art. 75-I. A violação ao disposto neste Capítulo sujeita o empregador a multa administrativa, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por empregado prejudicado, aplicada em dobro na reincidência e observado o disposto no Título VII desta Consolidação, sem prejuízo da responsabilidade civil.

Parágrafo único. No caso de microempresa ou de empresa de pequeno porte, o valor da multa será de R$ 400,00 (quatrocentos reais) a R$ 4.000,00 (quatro mil reais), por empregado prejudicado, observados os demais parâmetros previstos no *caput* deste artigo.

Art. 75-J. O enquadramento do empregado nas hipóteses do art. 62 desta Consolidação não afasta o direito à desconexão previsto neste Capítulo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866726423

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25722.92219-13

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição acrescenta o Capítulo II-B – Do Direito à Desconexão ao Título II da CLT, com os arts. 75-G a 75-J, a fim de resguardar a fronteira entre tempo de trabalho e descanso efetivo, em um cenário de uso intensivo de meios telemáticos. A ideia é estabelecer, observada a proporcionalidade, regras objetivas que preservem o espaço de recuperação física e mental do empregado, sem ingerência indevida na organização interna do trabalho.

O núcleo normativo do Projeto de Lei prioriza a proteção da saúde, do descanso e da vida privada do empregado, impedindo disponibilidade contínua fora da jornada. A proteção alcança todas as modalidades de trabalho (presencial, híbrido e teletrabalho) e veda prejuízo remuneratório, danos funcionais e retaliação, assegurando tratamento igualitário e inibindo práticas abusivas. Ao mesmo tempo, cria previsibilidade para o empregador ao não considerar conduta indevida o mero envio de comunicações sem exigência de leitura, resposta, participação ou execução de tarefa antes do período seguinte de trabalho, desde que as remessas não sejam reiteradas ou em volume capaz de comprometer o direito à desconexão do empregado.

Além disso, em situações excepcionais, imprevisíveis e inevitáveis, a proposição admite o contato fora da jornada de trabalho, para prevenir ou mitigar risco relevante, assegurar a continuidade de serviço essencial ou cumprir determinação legal ou regulatória inadiável. Nesses casos, há necessidade de justificativa e de contrapartida adequada, consistindo em pagamento das horas extraordinárias ou compensação de jornada, nos termos do Capítulo II do Título II, para os empregados sujeitos a esse regime, sem prejuízo do direito à desconexão daqueles mencionados no art. 62 da CLT. Essa disciplina evita a banalização de chamados fora do horário que não estejam de acordo com a legislação trabalhista e mantém vedada a disponibilidade permanente.

Quanto à efetividade, o Projeto sujeita o empregador a multa administrativa, nos termos do Título VII da CLT, com aplicação em dobro na reincidência, sem prejuízo da responsabilidade civil. Com isso, por meio

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866726423

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25722.92219-13

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

de valores proporcionais e critérios e parâmetros de aplicação conhecidos, reforça o enfrentamento aos riscos psicossociais da hiperconexão, como fadiga, estresse e burnout, favorecendo redução de afastamentos, qualidade do trabalho e produtividade sustentável.

Ante o exposto, considerando a relevância social e econômica do direito à desconexão dos trabalhadores, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2866726423

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943) - 5452/43
https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452
  - art62

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 5282, DE 2025

Cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget), previsto no art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25864.76305-07

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget), previsto no art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget), previsto no art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 2º O Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção VI:

"**CAPÍTULO V**

DA EXECUÇÃO

.....

SEÇÃO VI

DO FUNDO DE GARANTIA DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS (FUNGET)

Art. 892-A. O pagamento dos valores decorrentes de decisão judicial transitada em julgado será garantido, na forma desta Seção, pelo Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget).

Art. 892-B. O Funget, observada a disponibilidade de seus recursos, garantirá o pagamento das seguintes verbas rescisórias, em caso de execução inexitosa de sentença judicial transitada em julgado:

I – saldo salarial;

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3307371507

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25864.76305-07

II – aviso prévio indenizado proporcional ao tempo de serviço, na forma do art. 487, § 1º, desta Consolidação e da Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011;

III – férias proporcionais e adquiridas, acrescidas do terço constitucional, nos termos do Capítulo IV do Título II desta Consolidação;

IV – gratificação natalina, nos termos da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962; e

V – depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), acrescidos da indenização devida ao empregado dispensado sem justa causa, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Parágrafo único. Considera-se inexitosa a execução de sentença judicial transitada em julgado quando, após esgotados todos os meios possíveis para a localização de bens penhoráveis do executado, não forem encontrados bens suficientes para garantir a satisfação dos créditos reconhecidos em juízo.

Art. 892-C. O Funget será gerido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e fiscalizado pelo Ministério Público do Trabalho.

§ 1º O Conselho Superior da Justiça do Trabalho editará os atos normativos necessários à implementação e ao funcionamento do Funget, nos termos do inciso VII do art. 7º da Lei nº 14.824, de 20 de março de 2024.

§ 2º Compete ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho estabelecer a ordem de prioridade dos credores no acesso aos recursos do Funget, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e proteção ao crédito trabalhista.

Art. 892-D. São recursos do Funget:

I – multas aplicadas em decisão judicial transitada em julgado, em decorrência da inobservância dos preceitos desta Consolidação, salvo disposição em contrário nesta Consolidação ou na decisão judicial que as aplicou;

II – multas aplicadas em decisão judicial transitada em julgado, decorrentes de violações de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, salvo disposição em contrário na decisão que as aplicou, nesta Consolidação ou em lei específica;

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3307371507

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25864.76305-07

III – multas por ato atentatório à dignidade da Justiça aplicadas pela Justiça do Trabalho com amparo no art. 77 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;

IV – multas aplicadas pela fiscalização do trabalho;

V – metade do valor arrecadado em decorrência das custas gerais e específicas previstas no art. 789-A desta Consolidação;

VI – valores em contas judiciais, pendentes de devolução ao devedor trabalhista, que não sejam levantados após o período de dois anos, contado de sua notificação;

VII - dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e em seus créditos adicionais;

VIII - recursos que venham a ser destinados ao Funget em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou de termo de ajustamento de conduta;

IX - resultados das aplicações dos recursos do Funget;

X – doações; e

XI – outros recursos que lhe sejam destinados.

Art. 892-E. O pagamento das verbas rescisórias previstas no art. 892-B desta Consolidação, quando realizado com recursos do Funget, constituirá crédito da União, inscrito em dívida ativa, em face do devedor trabalhista da ação originária.

§ 1º A inscrição em dívida ativa será promovida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mediante encaminhamento de certidão pelo juízo da execução trabalhista, contendo:

I – a qualificação completa do devedor;

II – o valor pago pelo Funget, discriminado por natureza de verba;

III – a data do pagamento; e

IV – os fundamentos legais da responsabilidade.

§ 2º O crédito inscrito em dívida ativa na forma deste artigo:

I – terá natureza não tributária;

II – será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da legislação aplicável aos créditos da Fazenda Nacional; e

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3307371507

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25864.76305-07

III – poderá ser cobrado mediante execução fiscal, nos termos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§ 3º A União ficará sub-rogada nos direitos do credor trabalhista originário até o limite do valor efetivamente pago pelo Funget.

....."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 3º da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, determinou que a lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget), integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas.

Passados mais de vinte anos da vigência da referida emenda, o Congresso Nacional ainda não aprovou a lei que cria o mencionado fundo, deixando sem proteção os créditos de decisões judiciais transitadas em julgado, proferidas pela Justiça do Trabalho.

Diante de tal quadro de inércia legislativa, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 27/DF, cuja relatora foi a ministra Cármen Lúcia.

No bojo do voto condutor, a relatora consignou que a inércia deste Parlamento em regulamentar o mencionado art. 3º milita contra a eficiência das execuções trabalhistas, consoante se depreende do excerto abaixo transcrito:

Na espécie, a falta de deliberação formal da matéria pelo Congresso Nacional configura quadro de omissão inconstitucional do Poder Legislativo na instituição e regulamentação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, mecanismo que pode contribuir para a eficiência das execuções trabalhistas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3307371507

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25864.76305-07

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Ao fazê-lo, ofereceu algumas balizas que poderiam orientar a atuação do Congresso Nacional, tais como: a) a observância dos arts. 9º a 13 da Convenção nº 173 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no sentido de delimitar quais verbas laborais seriam garantidas pelo Funget; e b) a gestão do Funget pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Seguindo o norte traçado pela referida decisão do STF, apresenta-se o projeto de lei em testilha, para a criação do Funget.

Na proposição, além da criação do fundo, determina-se que ele garantirá o pagamento das mais basilares verbas rescisórias devidas ao trabalhador, em caso de ausência de bens do executado aptos a garantir a execução, tais como: a) saldo salarial; b) aviso prévio indenizado proporcional ao tempo de serviço; c) férias proporcionais e adquiridas, acrescidas do terço constitucional; d) gratificação natalina; e e) depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), acrescidos da indenização devida ao empregado dispensado sem justa causa.

Além disso, atribui-se ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho a missão de expedir os atos normativos indispensáveis ao funcionamento do Funget, nos termos do art. 7º, VII, da Lei nº 14.824, de 20 de março de 2024. Na mesma toada, confere-se ao Ministério Público do Trabalho a tarefa de fiscalizar o Funget.

Por fim, a fim de subsidiar o mencionado fundo, foi previsto rol extenso de fontes para o seu financiamento, na forma do art. 892-D que se busca inserir na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com isso, busca-se evitar eventual desabastecimento do fundo em testilha.

Espera-se, portanto, contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões,

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3307371507

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25864.76305-07

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Senador Rogério Carvalho

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3307371507

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943) - 5452/43
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452
- Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - EMC-45-2004-12-08 , PEC DA REFORMA DO JUDICIÁRIO - 45/04
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;45
    - art3
- Lei nº 4.090, de 13 de Julho de 1962 - Lei do Décimo Terceiro Salário (1962) - 4090/62
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1962;4090
- Lei nº 6.830, de 22 de Setembro de 1980 - Lei de Execução Fiscal - 6830/80
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1980;6830
- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - Lei do FGTS (1990) - 8036/90
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8036
- Lei nº 12.506, de 11 de Outubro de 2011 - LEI-12506-2011-10-11 - 12506/11
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011;12506
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13105
    - art77
- Lei nº 14.824 de 20/03/2024 - LEI-14824-2024-03-20 - 14824/24
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14824
    - art7_cpt_inc7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 5283, DE 2025

Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas, a adoção de jornada de trabalho de horário flexível de, no máximo, 36 (trinta e seis) horas semanais, em 4 (quatro) dias por semana, e de medida de bem-estar laboral com o aumento do período para as refeições.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25143.14090-47

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer como critérios para desempate em licitações públicas, a adoção de jornada de trabalho de horário flexível de, no máximo, 36 (trinta e seis) horas semanais, em 4 (quatro) dias por semana, e de medida de bem-estar laboral com o aumento do período para as refeições.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece como critérios para desempate em licitações promovidas por órgãos e entidades das administrações direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, a adoção, por parte das participantes do certame, de jornada de trabalho de horário flexível de, no máximo, 36 (trinta e seis) horas semanais, em 4 (quatro) dias por semana, e de medida de bem-estar laboral com o aumento do período para as refeições.

Art. 2º O art. 55 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passa a vigorar acrescido do inciso III-A:

"**Art. 55.** .....

.....

III-A – a adoção de jornada de trabalho de horário flexível de, no máximo, 36 (trinta e seis horas) semanais, em 4 (quatro dias) por semana, e aumento do período para as refeições.

....." (NR)

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8606733075

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25143.14090-47

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Art. 3º O *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar acrescido do inciso V:

"**Art. 60.** .....

.....

V – a adoção de jornada de trabalho de horário flexível de, no máximo, 36 (trinta e seis horas) semanais, em 4 (quatro dias) por semana, e aumento do período para as refeições.

....." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A nossa proposição objetiva adotar como critérios para desempate em licitações promovidas por órgãos e entidades das administrações direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias a jornada de trabalho de horário flexível de, no máximo, 36 (trinta e seis) horas semanais, em 4 (quatro) dias por semana, e de medida de bem-estar laboral com o aumento do período para as refeições por parte das empresas participantes do certame.

Desse modo propomos a alteração pontual da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que *dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, a fim de que no caso de empate em uma licitação, sejam adotadas as medidas indicadas neste projeto de lei como o primeiro critério para o desempate.

Hoje, no mundo todo, cresce a tendência de se adotar medidas trabalhistas que visam ao bem-estar laboral, destacando-se a redução da

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8606733075

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25143.14090-47

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

jornada de trabalho semanal e outros benefícios para os empregados que têm vínculos empregatícios.

Ressaltamos que a Constituição brasileira prevê, expressamente no *caput* do seu art. 6º, a saúde e o lazer como direitos sociais. Ademais, de acordo com o § 3º do seu art. 217, cabe ao Poder Público incentivar o lazer, como forma de promoção social.

Dessa forma, enquanto aguardamos, neste Congresso Nacional, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 148, de 2015, que reduz a jornada de trabalho semanal máxima no Brasil, propomos este projeto como forma de estimular a redução da carga horária semanal e promover o bem-estar dos trabalhadores.

Esperamos que o projeto de lei tenha boa acolhida por nossos Pares, haja vista promover o incentivo à adoção de jornada de trabalho reduzida e outras medidas que vão ao encontro dos interesses dos trabalhadores.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

Assinado eletronicamente, por Sen. Rogério Carvalho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8606733075

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
- Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais - 13303/16
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13303
  - art55
- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos (2021) - 14133/21
  https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14133
  - art60_cpt

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 779, DE 2025

Requer informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre denúncias de violações de direitos humanos e trabalho análogo à escravidão no âmbito do Programa Mais Médicos.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações sobre denúncias de violações de direitos humanos e trabalho análogo à escravidão no âmbito do Programa Mais Médicos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações sobre denúncias de violações de direitos humanos e trabalho análogo à escravidão no âmbito do Programa Mais Médicos.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais providências foram ou estão sendo adotadas pelo Ministério da Saúde (MS) para investigar as alegações de trabalho análogo à escravidão e tráfico de pessoas relativas aos profissionais cubanos que atuaram no Programa Mais Médicos, especificamente sobre a retenção de até 75% da remuneração e o alegado desvio de $1,5 bilhão de dólares para o regime cubano, sob a forma de financiamento de ditadura estrangeira?
2. Quais ações foram implementadas para a recuperação dos $50 milhões de dólares que, segundo relatos, o Brasil deixou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

receber após a ruptura unilateral do contrato por parte de Cuba? Enviar cópia do contrato.

3. O Ministério da Saúde possui informações sobre o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) Médicos Cubanos sob a presidência do Deputado Federal Alan Garcês, que atestava as violações de direitos humanos, monitoramento, perseguição e restrições de ir e vir desses profissionais? Em caso negativo, quais medidas serão tomadas para localizar e divulgar este relatório que, segundo depoimentos, "sumiu" da pasta?
4. O Ministério da Saúde investigou a denúncia de que os familiares dos médicos cubanos em Cuba eram mantidos como "reféns" e sofriam monitoramento e chantagem, e que a retenção do passaporte no Brasil era prática comum, caracterizando, segundo os relatos, sequestro de familiares e coerção política?
5. O Ministério da Saúde instaurou inquérito para apurar a denúncia de que militares cubanos atuavam como "olheiros" e coordenadores em território nacional, controlando a vida dos médicos, suas saídas da cidade, relacionamentos e punindo, por exemplo, em casos de gravidez com a deportação imediata?
6. Considerando que o ex-Secretário Nacional de Atenção Primária informou que durante a gestão do governo Bolsonaro, os profissionais cubanos que permaneceram no Brasil após o encerramento da cooperação só foram integrados ao Programa Médicos pelo Brasil mediante a obtenção do Cadastro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e aprovação no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida), o Ministério da Saúde pode confirmar que todos os médicos estrangeiros atuantes hoje em programas governamentais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

cumprem essa exigência, coibindo a atuação de profissionais sem a devida qualificação?

7. Qual é a posição atual do Ministério da Saúde a respeito das decisões judiciais (como a da 14ª Vara Federal, a pedido do Ministério Público Federal) que consideraram lesiva a atuação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) por ter cobrado uma taxa de administração de 5% e uma dupla remuneração por serviços de assessoria e vigilância (cerca de R$ 50 milhões)?
8. O Ministério da Saúde tomou alguma ação para reverter a decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) mencionada na audiência, que alegadamente recorreu para que o Brasil não recebesse de volta o recurso da Organização Pan-Americana da Saúde considerado lesivo?
9. Quais medidas foram adotadas para recuperar ou auditar os arquivos e dados referentes à gestão do Programa Mais Médicos que, segundo o depoimento de ex-servidores do Ministério da Saúde, foram apagados antes da transição de governo em 2019, impedindo a análise técnica do programa?
10. Considerando a denúncia de que a Organização Pan-Americana da Saúde serviu como "lavagem jurídica institucional" e "escudo jurídico" para repasses bilionários do Brasil a Cuba, blindando-se da fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério da Saúde pretende alterar a forma de contratação em programas futuros para garantir a transparência e a auditabilidade dos recursos públicos, proibindo o uso de organismos internacionais como intermediários financeiros?
11. Que medidas de fiscalização foram tomadas para garantir que os $15 bilhões de reais propostos para melhoria da infraestrutura da saúde na Atenção Primária, previstos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

programa, foram de fato investidos? Solicita-se um relatório de execução orçamentária detalhado desse montante.

12. O Ministério da Saúde está investigando as denúncias de que médicos brasileiros foram reprovados em processos seletivos ou impedidos de se inscrever no Programa Mais Médicos, mesmo em cidades como Fernandópolis (SP), para justificar a narrativa de falta de interesse da classe médica e facilitar a contratação dos cubanos?
13. O Ministério da Saúde tem conhecimento das denúncias de que aproximadamente 40% dos atuais participantes do Programa Mais Médicos (com Registro no Ministério da Saúde - RMS) não possuem registro em Conselho Regional de Medicina e, portanto, estão à margem da fiscalização das autarquias médicas, o que representa um risco à saúde da população? Quais medidas serão tomadas para coibir a prática de que profissionais atuem como médicos sem estarem sujeitos à fiscalização profissional?
14. Diante da denúncia de que o Brasil possui atualmente cerca de 494 cursos de medicina, e que 78% dos municípios que os abrigam não possuem as condições mínimas de infraestrutura (hospital, leitos do Sistema Único de Saúde - SUS, profissionais) para formação de qualidade (conforme pesquisa do Conselho Federal de Medicina - CFM), o Ministério da Saúde, em articulação com o Ministério da Educação (MEC), está adotando medidas para frear a abertura indiscriminada de escolas médicas, bem como fechar cursos com qualidade comprovadamente baixa no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE?
15. O Ministério da Saúde tem conhecimento da iniciativa de abrir uma faculdade de medicina em Pernambuco com vagas específicas para integrantes do Movimento dos Trabalhadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

Rurais Sem Terra (MST)? Qual a posição do Ministério sobre o uso de critérios ideológicos/políticos e não técnicos para o ingresso em cursos de medicina? O Ministério da Saúde já tomou providências no âmbito administrativo para impedir tal abertura, conforme ações judiciais já iniciadas?

16. Tendo em vista as denúncias de que os médicos do programa Médicos pelo Brasil (MPB) – contratados por Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com plano de carreira e estabilidade – estariam sofrendo perseguição, assédio local (inclusive sexual), e sendo forçados a sair do programa por meio de mudanças de regras no edital (aumento da nota de corte da prova de título de especialista de 60 para 70), o Ministério da Saúde está investigando tais alegações? Em que estágio se encontra essa investigação e quais medidas serão tomadas para garantir a estabilidade e a defesa desses profissionais concursados e bolsistas?
17. O Ministério da Saúde tem conhecimento das denúncias de que os médicos bolsistas do Programa Mais Médicos tiveram a carga horária aumentada de 40 para 44 horas, e sofreram aumento na cobrança do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)? Quais medidas o Ministério da Saúde adotará para atender às reivindicações de melhores condições de trabalho para estes profissionais?
18. O Ministério da Saúde pode comprovar, com base em dados auditáveis e não em cálculos baseados em estimativas populacionais (4.000 pessoas por médico), a real necessidade de médicos no país, considerando que o Brasil já ultrapassava o índice de 1 médico por 1000 habitantes, preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) à época da criação do Programa Mais Médicos, e que hoje o índice é próximo ao da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (3,5 médicos por 1000 habitantes)?

19. Diante das sanções impostas pelo Governo dos Estados Unidos a ex-servidores ligados ao Programa Mais Médicos e do teor dos relatos na Audiência Pública, quais as ações que estão sendo tomadas pelo Ministério da Saúde para investigar e responsabilizar agentes públicos brasileiros envolvidos em esquemas de violação de direitos humanos internacionais e utilização de recursos públicos para fins ideológicos?
20. Quais contratos, programas e parcerias hoje vigentes no Ministério da Saúde que a OPAS conta como parte? Enviar todos os documentos.
21. Solicita-se a lista de todas as viagens a Cuba, Varadero e Miami realizadas por servidores do Ministério da Saúde, desde 2013 até o momento,

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento de Informações tem por objetivo formalizar e exigir a apuração das gravíssimas denúncias de violações de direitos humanos, trabalho análogo à escravidão, uso indevido de recursos públicos e precarização da qualidade da assistência médica, todas veiculadas e detalhadas na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, Minoria e Igualdade Racial (CDHMIRA), realizada em 09 de outubro de 2025, na Câmara de Deputados. As denúncias, apresentadas por ex-gestores do Ministério da Saúde, conselheiros de medicina e parlamentares, ultrapassam a esfera da gestão pública, adentrando o campo dos crimes contra os direitos humanos e a soberania nacional, exigindo a manifestação e ação imediata do órgão.

Em primeiro lugar, é imperativo que o Ministério da Saúde apure as alegações de Violação de Direitos Humanos e Trabalho Análogo à Escravidão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

no âmbito do programa mais médicos. O programa Mais Médico, criado há mais de uma década, precisamente no governo Dilma Russef, foi apresentado como a resposta emergencial a falta de profissionais em regiões remotas. Na prática, porém, ele se transformou num instrumento de cooperação ideológica e exploração de trabalhadores estrangeiros.

Em 2018, a Fundação de Direitos Humanos de Cuba, que é uma organização sem fins lucrativos e foi criada em 1992, moveu um processo na Flórida, acusando a Organização Pan-Americana de Saúde de ter colaborado ativamente com tráfico de pessoas e trabalho escravo por ocasião do programa Mais Médicos. Essa fundação acusa a OPAS de ter feito com que 15.000 cubanos entre 2013 e 2018 no Brasil exercessem trabalho semelhante a trabalho escravo. Denuncia ainda que ao invés dos médicos cubanos receberem por volta de R$ 11.400 que os médicos brasileiros recebiam, elas recebiam somente R$ 2.900. O restante desse valor, seja 3/4, era enviado para Cuba.

Durante esse período, apura-se que 1,5 bilhão de dólares foi enviado para Cuba somente com desvios de salários desses profissionais cubanos. E a OPAS recebia 5% do valor contratual por essa prestação de serviço, o que equivale a cerca de 75 a 100 milhões de dólares que essa entidade recebeu do Brasil.

Durante a audiência pública, foi relatado que os profissionais cubanos do Programa Mais Médicos (PMM) eram submetidos a um regime de exploração laboral, com retenção de até 75% de sua remuneração pelo governo cubano, e que a diferença salarial era destinada, inclusive, ao financiamento de uma ditadura estrangeira. Relatos de monitoramento constante, retenção de passaportes, proibição de convivência familiar e coerção política, com familiares em Cuba sendo usados como "reféns", configuram, inequivocamente, o que especialistas e os próprios médicos cubanos classificaram como trabalho análogo à escravidão e tráfico de pessoas. A inércia do Estado brasileiro em apurar e reaver os $1,5 bilhão de dólares desviados e os $50 milhões de dólares não devolvidos após a ruptura unilateral do contrato, conforme os relatos, é inadmissível, sendo crucial a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

recuperação e divulgação do relatório do Grupo de Trabalho (GT) Médicos Cubanos que detalhava estas violações.

Os ouvidos na audiência pública da Câmara dos Deputados em outubro de 2025 relataram que médicos cubanos recebiam cerca de R$ 2,9 mil, enquanto três quartos do valor pago eram repassados ao governo de Cuba, com intermediação da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Ademais, os presentes na audiência acrescentaram que esses profissionais trabalhavam sob vigilância, com documentos retidos e restrições de locomoção, o que o Conselho Federal de Medicina considera trabalho análogo à escravidão, de acordo com o artigo 149 do Código Penal e as Convenções 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Adicionalmente, o Requerimento busca esclarecimentos sobre o uso Indevido da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a falta de transparência na gestão dos recursos. A inserção da OPAS como intermediária financeira, cobrando taxas e duplas remunerações, foi classificada como uma "lavagem jurídica institucional", cujo objetivo seria blindar a destinação de recursos públicos da fiscalização de órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU). Além disso, a denúncia de que arquivos e dados da gestão do PMM foram apagados impede qualquer análise técnica ou responsabilização, exigindo-se a retomada das investigações sobre a autoria e os motivos deste ato.

A Precarização da Assistência e a Questão da Qualidade Profissional também são focos centrais, já que as evidências apresentadas mostram que a qualidade da assistência foi comprometida pela atuação de profissionais com apenas o Registro no Ministério da Saúde (RMS), sem a devida revalidação do diploma (Revalida) e fora da fiscalização dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs). Tal prática, que ainda persiste em grande parte do contingente do atual programa, coloca em risco a vida dos cidadãos brasileiros, contrariando a premissa de que o PMM resolveria o problema da saúde. Soma-se a isso o fato de que médicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25126.82332-10 (LexEdit)

brasileiros foram, propositalmente, impedidos de participar do programa, para justificar a narrativa da falta de interesse, ao mesmo tempo em que a falta de fiscalização dos R$ 15 bilhões destinados à infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde, prevista no programa, permanece sem resposta.

Dessa forma, o presente requerimento é uma medida indispensável para que o Congresso Nacional, no exercício de sua função fiscalizadora, possa obter as informações necessárias para dar seguimento às denúncias de forma técnica e transparente, adotando as providências cabíveis para responsabilizar os agentes públicos envolvidos nas violações e garantir a segurança e a dignidade dos profissionais e da população brasileira.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimento nº 779, de 2025, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde, sobre denúncias de violações de direitos humanos e trabalho análogo à escravidão no âmbito do Programa Mais Médicos.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 780, DE 2025

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25370.11065-01 (LexEdit)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações detalhadas sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações detalhadas sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

Nesses termos, requisita-se de forma pormenorizada o que segue:

1. O Ministério das Relações Exteriores tem participado ativamente das audiências de supervisão de cumprimento da sentença perante a Corte IDH?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25370.11065-01 (LexEdit)

2. Quais informações o governo brasileiro tem repassado à Corte sobre o cumprimento das medidas de reparação, em especial sobre a conclusão de ações penais, cíveis e trabalhistas e o pagamento de indenizações?

3. O MRE tem atuado em conjunto com os demais órgãos do governo federal (MDHC, MTE, etc.) para a coleta e o envio de dados e documentos que comprovem a implementação das medidas da sentença?

4. Quais providências o governo tem adotado para mitigar os desafios e superar os obstáculos que impedem o cumprimento integral das medidas impostas, como a morosidade da justiça e a falta de recursos?

JUSTIFICAÇÃO

Em 1998, a explosão de uma fábrica de fogos em Santo Antônio de Jesus, na Bahia, vitimou 64 pessoas, em sua maioria mulheres e crianças. O trágico evento, que expôs a precariedade das condições de trabalho e a falta de fiscalização no setor, resultou na condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em 2020. A sentença, no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil", impôs ao Estado brasileiro, entre outras medidas, a obrigação de implementar uma política de inspeção rigorosa em fábricas de fogos.

A urgência do tema se mantém, pois a fiscalização do trabalho é um dever fundamental do Estado, assegurado pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos sociais dos trabalhadores. A ausência de uma política de inspeção sistemática viola não apenas a sentença da Corte IDH, mas também o direito à segurança e à saúde no trabalho. O trabalho infantil, que foi uma das características da tragédia de 1998, é um crime e uma violação gravíssima dos direitos das crianças, garantidos pelo art. 227 da CF/88.

A jurisprudência da Corte Interamericana, especialmente em casos de violações trabalhistas e de direitos das crianças, como no caso Xucuru vs. Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25370.11065-01 (LexEdit)

e outros, impõe ao Estado o dever de proteger os mais vulneráveis. A negligência na fiscalização do trabalho e na proteção contra condições insalubres e perigosas é uma falha contínua do Estado, que precisa ser corrigida. O PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos), em sua diretriz de combate à violação de direitos no trabalho, orienta o governo a atuar de forma a garantir a segurança e a dignidade dos trabalhadores, com especial atenção aos setores de alto risco.

Diante do exposto, o presente Requerimento visa a garantir que o Ministério das Relações Exteriores esteja cumprindo com sua obrigação de representar o Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, prestando informações atualizadas e completas sobre o cumprimento da sentença no caso 'Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil'. O papel fiscalizatório do Poder Legislativo é essencial para assegurar transparência internacional e responsabilização adequada do Estado brasileiro em matéria de direitos humanos.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2025.

Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimento nº 780, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 781, DE 2025

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25414.13702-58 (LexEdit)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações detalhadas sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações detalhadas sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

Nesses termos, requisita-se de forma pormenorizada o que segue:

1. O Ministério das Relações Exteriores tem participado ativamente das audiências de supervisão de cumprimento da sentença perante a Corte IDH?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25414.13702-58 (LexEdit)

2. Quais informações o governo brasileiro tem repassado à Corte sobre o cumprimento das medidas de reparação, em especial sobre a conclusão de ações penais, cíveis e trabalhistas e o pagamento de indenizações?

3. O MRE tem atuado em conjunto com os demais órgãos do governo federal (MDHC, MTE, etc.) para a coleta e o envio de dados e documentos que comprovem a implementação das medidas da sentença?

4. Quais providências o governo tem adotado para mitigar os desafios e superar os obstáculos que impedem o cumprimento integral das medidas impostas, como a morosidade da justiça e a falta de recursos?

JUSTIFICAÇÃO

Em 1998, a explosão de uma fábrica de fogos em Santo Antônio de Jesus, na Bahia, vitimou 64 pessoas, em sua maioria mulheres e crianças. O trágico evento, que expôs a precariedade das condições de trabalho e a falta de fiscalização no setor, resultou na condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em 2020. A sentença, no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil", impôs ao Estado brasileiro, entre outras medidas, a obrigação de implementar uma política de inspeção rigorosa em fábricas de fogos.

A urgência do tema se mantém, pois a fiscalização do trabalho é um dever fundamental do Estado, assegurado pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos sociais dos trabalhadores. A ausência de uma política de inspeção sistemática viola não apenas a sentença da Corte IDH, mas também o direito à segurança e à saúde no trabalho. O trabalho infantil, que foi uma das características da tragédia de 1998, é um crime e uma violação gravíssima dos direitos das crianças, garantidos pelo art. 227 da CF/88.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25414.13702-58 (LexEdit)

A jurisprudência da Corte Interamericana, especialmente em casos de violações trabalhistas e de direitos das crianças, como no caso Xucuru vs. Brasil e outros, impõe ao Estado o dever de proteger os mais vulneráveis. A negligência na fiscalização do trabalho e na proteção contra condições insalubres e perigosas é uma falha contínua do Estado, que precisa ser corrigida. O PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos), em sua diretriz de combate à violação de direitos no trabalho, orienta o governo a atuar de forma a garantir a segurança e a dignidade dos trabalhadores, com especial atenção aos setores de alto risco.

Diante do exposto, o presente Requerimento visa a garantir que o Ministério das Relações Exteriores esteja cumprindo com sua obrigação de representar o Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, prestando informações atualizadas e completas sobre o cumprimento da sentença no caso 'Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil'. O papel fiscalizatório do Poder Legislativo é essencial para assegurar transparência internacional e responsabilização adequada do Estado brasileiro em matéria de direitos humanos.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2025.

Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

Requerimento nº 781, de 2025, da Senadora Damares Alves, solicitando informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sobre o acompanhamento oficial do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o envio de informações sobre o cumprimento da sentença no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 782, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 769/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

AUTORIA: Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25291.62334-72 (LexEdit)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 769/2024, que "cria funções comissionadas e cargos de provimento efetivo da carreira de Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial no quadro de pessoal do Supremo Tribunal Federal".

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2025.

Senador Omar Aziz
(PSD - AM)
Líder do PSD

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)
Líder do MDB

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DA ECONOMIA DO MAR - SETOR NÁUTICO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal
Frente Parlamentar da Economia do Mar – Setor Náutico (FPEMSN)

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

8 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Ata Circunstanciada da ***Reunião de Instalação da Frente Parlamentar da Economia do Mar – Setor Náutico (FPEMSN),*** realizada em 8 de outubro de 2025, quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

ITEM 1 – Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

ITEM 2 – Aprovado o Regulamento Interno da Frente Parlamentar;

ITEM 3 – Eleita a Comissão Executiva da Frente Parlamentar com a seguinte composição:
Presidente: Senador Esperidião Amin;
1º Vice-Presidente: Deputado Claudio Cajado;
2º Vice-Presidente: Deputado Cobalchini;
3º Vice-Presidente: Senadora Damares Alves;
4º Vice-Presidente: Senador Jorge Seif;
5º Vice-Presidente: Senador Laércio Oliveira;
6º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Vampiro;
7º Vice-Presidente: Senador Plínio Valério; e
8º Vice-Presidente: Senador Wilder Morais

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Senador **JORGE SEIF**
Vice-Presidente da FPEMSN

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 8 de outubro de 2025
(quarta-feira)
às 14h30

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR DA ECONOMIA DO MAR - SETOR NÁUTICO - FPEMSN

	Instalação da Frente Parlamentar na 57ª Legislatura
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Instalação da Frente Parlamentar na 57ª Legislatura

Assunto / Finalidade:

Item 1: Instalar a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: Deliberar sobre o Estatuto da Frente Parlamentar;

Item 3: Eleger a Comissão Executiva da Frente Parlamentar.

Participantes:

Sr. Augusto Aras
Subprocurador-Geral da República

Sr. Leandro Ferrari
Presidente da Associação Náutica Brasileira - ACATMAR

Sr. Agnaldo Hilton dos Santos
Presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região - SINDIPI

Sr. Eduardo Athayde
Diretor da Associação Comercial da Bahia (ACB)

Vereador Fernando Pegorini
Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí-SC

Sr. Joaci Góes
Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGB

Almirante Bettega
Almirante de Esquadra da Marinha do Brasil

Sra. Maria Eduarda Lomanto
Secretária do Mar do Município de Salvador-BA

Sr. Adriano Silva
Prefeito do Município de Joinville-SC

Sr. Adriano Silva
Prefeito do Município de Joinville-SC

Resultado: Item 1: Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: Aprovado Estatuto da Frente Parlamentar;

Item 3: Eleita a Comissão Executiva da Frente Parlamentar, com a seguinte composição:

Presidente: Senador Esperidião Amin;
Vice-Presidentes: Deputado Claudio Cajado; Senador Jorge Seif; Deputado Cobalchini; Senadora Damares Alves; Senador Plínio Valério; Deputado Luiz Fernando Vampiro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Laercio de Oliveira e Senador Wilder Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico

Senado Federal			
TITULARES		**SUPLENTES**	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE		
EFRAIM FILHO			
CLEITINHO			
ROMÁRIO			
PLÍNIO VALÉRIO			
CHICO RODRIGUES	PRESENTE		
FLÁVIO ARNS			
ZEQUINHA MARINHO			
CIRO NOGUEIRA			
JORGE KAJURU			
VENEZIANO VITAL DO RÊGO			
DR. HIRAN			
LUIS CARLOS HEINZE			
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE		
JORGE SEIF			
NELSINHO TRAD	PRESENTE		
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE		
ASTRONAUTA MARCOS PONTES			
JAIME BAGATTOLI			
FERNANDO DUEIRE	PRESENTE		
DAMARES ALVES	PRESENTE		
JAYME CAMPOS	PRESENTE		
CARLOS PORTINHO			
IZALCI LUCAS	PRESENTE		
LAÉRCIO OLIVEIRA			
TEREZA CRISTINA			
ORIOVISTO GUIMARÃES			
ROGERIO MARINHO			
LUCAS BARRETO			
VAGO			
VAGO			

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Câmara dos Deputados	
TITULARES	**SUPLENTES**
CLAUDIO CAJADO	
JULIO LOPES	
LEUR LOMANTO JÚNIOR	
COBALCHINI	
EDUARDO DA FONTE	
PEDRO UCZAI	
DELEGADO BRUNO LIMA	
LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
COVATTI FILHO	
MAGDA MOFATTO	
PEDRO WESTPHALEN	
ALCEU MOREIRA	
BACELAR	
JORGE GOETTEN	
WILSON SANTIAGO	
MÁRIO NEGROMONTE JR.	
ROBERTA ROMA	
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	
GEOVANIA DE SÁ	
ISMAEL	
ARTHUR LIRA	
ADOLFO VIANA	
DANIELA REINEHR	

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
WEVERTON
STYVENSON VALENTIM
PROFESSORA DORINHA SEABRA
AUGUSTA BRITO
WILDER MORAIS
SÉRGIO PETECÃO
ZENAIDE MAIA
PAULO PAIM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal
Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico

ESTATUTO

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º A Frente Parlamentar Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico, criada pela Resolução do Senado Federal nº 15, de 2025 reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º – São finalidades da Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico:

I - defender os interesses relacionados ao setor náutico, como o desenvolvimento da infraestrutura portuária e aquaviária, o fortalecimento da indústria náutica nacional e o incentivo aos serviços relacionados às atividades náuticas;

II - acompanhar os projetos de interesse do setor náutico no âmbito do Congresso Nacional;

III - assessorar Senadoras e Senadores na elaboração e na votação de projetos que sejam abrangidos pelas finalidades da Frente Parlamentar.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 3º A Frente Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituída por prazo indeterminado e funcionará em dependências do Senado Federal.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa a Frente Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros da Frente Parlamentar que tiverem sido reeleitos dele continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nela ingressar.

Art. 4º A atuação da Frente dar-se-á por meio de:

I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal
Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo da Frente Parlamentar.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES DA FRENTE PARLAMENTAR

Art. 5º A Frente Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, uma vez por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões da Frente Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I
DOS MEMBROS

Art. 6º A Frente Parlamentar será integrada pelos parlamentares do Congresso Nacional que a ela aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo

§ 1º Ao filiar-se o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se da Frente Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

§ 3º É vedado a qualquer membro perceber remuneração pelo exercício de cargo de direção.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) intervir e votar nas reuniões da Frente Parlamentar;

c) participar dos subgrupos e missões da Frente Parlamentar.

II - Dos deveres:

a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;

c) comparecer e votar nas reuniões da Frente Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS

Art. 8º A Frente Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

§ 1º A Frente Parlamentar poderá ser constituída por Senadores e Deputados, ou somente por Senadores, obedecendo, quando for o caso, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros da Frente Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva,sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva que deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros da Frente Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente da Frente Parlamentar e será composta por:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal
Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico

a) um Presidente, necessariamente membro do Senado Federal;

b) oito Vice-Presidentes; e

c) dois Secretários

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros da Frente Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:

I - organizar o programa de atividades da Frente Parlamentar;

II - noticiar à Frente Parlamentar fatos recentes sobre o tema nela tratado;

III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme a constituição da Frente Parlamentar, ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional, ou do Senado Federal, conforme a constituição da Frente Parlamentar;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração do Estatuto;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal
Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico

XI - divulgar os trabalhos da Frente Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa a Frente Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso da Frente Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

I - representar a Frente em suas atividades;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;

III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;

IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões da Frente Parlamentar ou da Comissão Executiva;

V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;

VI - submeter à aprovação da Frente Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse da Frente Parlamentar;

VIII - dar conhecimento à Frente Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros da Frente Parlamentar e às Comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição da Frente Parlamentar, todas as informações recebidas sobre matérias pertinentes aos assuntos tratados pela Frente Parlamentar, bem como os trabalhos apresentados pelos membros da Frente Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas na Frente Parlamentar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;

XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XVI - designar o Secretário Executivo;

XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros da Frente Parlamentar, bem como pelas Comissões de ambas as Casas Legislativas, ou somente do Senado Federal, em sintonia com a constituição da Frente Parlamentar.

Art. 13. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos da Frente Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 14. O Presidente designará o Secretário Executivo da Frente Parlamentar, escolhido dentre pessoas que detenham notório conhecimento administrativo ou sobre o tema tratado pela Frente Parlamentar.

CAPÍTULO IV
DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 17. As viagens e missões internacionais dos membros da Frente Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional ou do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com a constituição da Frente Parlamentar.

Art. 19. No fim de cada gestão, a documentação pertinente à Frente Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente da Frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal
Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico

Art. 20. Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 8 de outubro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
08/10/2025 - 1ª - Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todos.

Declaro aberta a reunião de instalação da Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 15, de 2025, cuja pauta se destina a:

Item 1: instalar a frente parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: deliberar sobre o estatuto da frente parlamentar;

Item 3: eleger a comissão executiva da frente parlamentar.

Até o momento, esta frente parlamentar conta com a adesão de 29 Senadores e 23 Deputados Federais.

Aos Parlamentares que desejarem compor a frente parlamentar, informo que os termos de adesão ainda estão disponíveis, exclusivamente em formato eletrônico.

Em caso de dúvidas ou necessidade de apoio, durante o processo de adesão, a Secretaria da frente está à disposição para prestar o suporte necessário.

Compõem a mesa o Almirante de Esquadra Bettega, representante do Comandante da Marinha, Almirante Olsen, e o nosso querido amigo - começando a fazer pender a balança para a Bahia - Augusto Aras, Subprocurador-Geral da República - respeitável amigo, muito bem-vindo, igualmente, aqui.

Eu não sei se o nosso Prefeito de Joinville já se encontra aqui.

Quero ainda convidar o Sr. Eduardo Athayde, Diretor da Associação Comercial da Bahia - como os senhores veem, o prato é pesado -; o Vereador Fernando Pegorini, para contrabalançar, de Santa Catarina, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí. Já antecipo o local onde nasceu a ideia: foi na Câmara de Vereadores de Itajaí que nasceu a ideia de constituir esta frente, cujo projeto já estava sendo encaminhado também através do Deputado Cobalchini, Deputado Federal por Santa Catarina; aí a balança está pendendo para Santa Catarina.

Desejo convidar ainda, para integrarem - acho que vamos ter que dar uma esticadinha -, para comporem a mesa - considerem-se, por favor, compondo a mesa -, o Sr. Agnaldo Hilton dos Santos, Presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região (Sindipi); de igual sorte, o Sr. Eduardo Athayde; e meu querido amigo Joaci Góes, inspirador desta frente e que nos honrou com vários subsídios que integram o escopo desta frente parlamentar.

Como eu falei há pouco, existe um provérbio, que não é usado na Bahia, mas o é em Santa Catarina: "Falou no diabo, ele aparece". Deputado Cobalchini, há pouco citado, seja bem-vindo.

Eu vou citando ainda a presença do Leandro Ferrari, que é, sem dúvida alguma, o fundamento teórico e prático desta frente parlamentar, com livro publicado, com estudos e com uma constante atividade de pesquisa aplicada à questão.

Rejubilo-me aqui com a presença do ilustre Senador Almirante Wilder, Almirante de longo curso, com intenso treinamento em Goiás...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PL - GO. *Fora do microfone*.) - Águas profundas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - ... nos mares, rios e lagos de Goiás; e do querido amigo Laércio Oliveira.

Eu quero registrar a presença da Sra. Maria Eduarda Lomanto. Está presente? *(Pausa.)*

Peço ao Deputado Luiz Fernando Vampiro, um dos maiores doadores de sangue dos hospitais de Santa Catarina... Ontem o médico Alckmin ficou meio assustado com essa apresentação, meu querido amigo, Deputado Federal pelo nosso estado.

Mas eu creio que a Sra. Maria Eduarda Lomanto é a primeira Secretária Municipal do Mar, na Secretaria do Mar do Município de Salvador, na Bahia. O prato voltou a pender para a Bahia. E, como isso não é uma disputa competitiva, mas é uma disputa para contribuir para a frente, eu vou fazer, aqui, uma brevíssima explicação do nosso porquê.

Eu já tinha antecipado, Cobalchini, que você já vinha liderando o propósito de fazer a frente parlamentar, e, numa reunião na Câmara de Vereadores de Itajaí, eu fui instado a também fazer no Senado. O resultado se encontra, hoje, aqui refletido, na adesão de 29 Senadores e 23 Deputados Federais. Então, ainda que, formalmente, ela não seja uma frente parlamentar mista, ela já o é pela constituição, ou seja, pela composição real, identificada e registrada.

Então, é a 1ª Reunião da Frente Parlamentar da Economia do Mar, oficialmente criada por resolução do Senado, mas que poderá, a qualquer momento, ser complementada por uma resolução da Câmara, passando a ser, como deve ser, mista, do Congresso Nacional, uma vez que os interesses dizem respeito ao Brasil como um todo, na sua extraordinária diversidade e na amplitude que a pretensão de ser economia do mar impõe.

Portanto, em matéria da proposta, que está em andamento ainda, muito embora no Senado ela já esteja consolidada, com essas explicações, eu dou sequência ao aspecto formal. *(Pausa.)*

A proposta de estatuto foi enviada previamente a todos os membros por *e-mail*. Aqueles que quiserem uma cópia física da proposta poderão solicitá-la.

Eu considero que essa proposta de estatuto ainda vai abranger as Vice-Presidências, a própria Presidência e as coordenações que nós teremos. E eu almejo que elas sejam bicamerais também. Essa é a proposição que eu faço, independentemente do conteúdo regimental propriamente dito deste estatuto.

E eu anuncio como constantes as seguintes teses de organização: nós vamos ter Vice-Presidentes, sem numeração de primeiro, segundo ou terceiro, já que nós somos, propriamente, uma Comissão provisória, a começar pelo - não autoproclamado, mas espero que seja proclamado - Presidente.

Então, nós teremos uma alternância de Deputados e Senadores, à medida que se consolidarem, e, ao final da reunião, se tivermos mais alguma adesão, será outro número. Se forem os números que eu já enunciei - 29 e 23 -, teremos distribuição equânime.

Eu anuncio, neste momento, então, que provisoriamente assumo a Presidência. E, para os Vice-Presidentes - que eu vou enunciar agora, sem prejuízo de outros -, por alternância de unidade federada e de Casa, eu proponho o nome do Deputado Claudio Cajado, para fazer o equilíbrio entre os estados da Federação.

O Vice-Presidente seguinte - este eu, pessoalmente, me senti obrigado a convidar - é o Senador Jorge Seif, pela sua afinidade na atividade da pesca - profissional, portanto.

Pela iniciativa que já vinha conduzindo, o Deputado Cobalchini.

A Senadora Damares Alves, que foi uma entusiasta na adesão.

O Senador Plínio Valério, do Estado do Amazonas.

O Senador Laércio Oliveira...

E eu pediria que fossem inscritos, ainda na condição de quem esteve aqui presente, os Deputados Vampiro e...

Acho que são esses.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Não, o Senador já está...

O Wilder?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PL - GO) - Acho que é discriminação. É porque nós não temos mar em Goiás? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Não. O Wilder já está inscrito e descrito como um almirante de longo curso, formado nos campos de Goiás. O senhor acha que é fácil? *(Risos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PL - GO) - Sr. Presidente, inscreva-me também aí, ué... Também quero participar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Como Vice-Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PL - GO) - Nós já temos um projeto já de fazer um canal e levar o mar para Goiás. Só faltava isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Pelo menos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Pelo menos o estaleiro.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PL - GO) - Com toda a certeza, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Aliás, o Senador Laércio chamou de chalana aquela embarcação. Eu acho que ele estava querendo provocar o senhor.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PL - GO) - Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Finda esta parte, para a qual eu peço a aprovação, condicionada à expansão da frente parlamentar, se houver uma salva de palmas e nenhum assobio, eu considero aprovado. *(Palmas.)*

Aprovado.

Como eu tenho a convicção de que o nosso Joaci Góes e o Dr. Aras podem ser tentados a alguma impugnação, eu quero deixar gravado que não houve nenhum assobio de apupo. Portanto, foi aprovado mesmo.

Senhores e senhoras, nós estamos aqui reunidos, portanto, com a finalidade de instalar a Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico, criada pela Resolução nº 15, do Senado Federal.

Eu quero agradecer complementarmente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Ainda bem que eu falei bem do Seif, não é? *(Risos.)* Aquele provérbio funciona; se você fala o nome, o diabo aparece. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - É hora, portanto, de agradecer.

Quero registrar e pedir que ainda inscrevam, como Vice-Presidente da nossa frente parlamentar, o querido amigo Fernando Dueire, que, pelas suas origens, representa o grande Almirante Ibn Battuta, que andou pela Faixa de Gaza, mas nasceu no Marrocos. E esse nome é um nome emblemático.

O historiador aqui confirma.

O SR. AUGUSTO ARAS (*Fora do microfone*.) - Posterior a Marco Polo, ele foi mais do que Marco Polo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Até porque o Marco Polo usou muita estrada.

O SR. AUGUSTO ARAS (*Fora do microfone*.) - Foi, justamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Senhores, o Brasil dispõe, como todos nós sabemos, de uma costa de extensão superior a 7,4 mil quilômetros de extensão. Se formos multiplicar isso pelas 200 milhas de mar territorial e, no mínimo, outro tanto de interesse econômico, nós temos um continente maior do que o Brasil.

Quando nós fazemos essa conta no meu estado, nós temos 95 mil quilômetros quadrados de superfície terrestre e mais de 200 mil quilômetros quadrados de superfície no mar territorial.

Então, claro que, fazendo-se uma análise do que a nossa costa representa, nós temos uma dádiva e uma responsabilidade que não conhecemos na sua inteireza e que é merecedora de uma atenção maior.

Nós não temos a pretensão de que esta frente parlamentar cubra essa responsabilidade, mas eu quero agradecer àqueles que nos empurraram para isso, que são, especialmente, os estudiosos e os empresários, neste caso especialmente do setor náutico, sem prejuízo, evidentemente, daqueles da pesca - tanto é que eu já citei aqui o Presidente do nosso sindicato -, daqueles que têm a visão do turismo, do turismo histórico, da história, da geografia do nosso país e do nosso futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que seremos nós se não cuidarmos do mar? O que seremos nós, Isolados, ilhados no continente? Isso pode acontecer.

Em várias porções do mundo, o mar não está aberto nem para os que confrontam, que têm litoral marítimo. Por quê? É só observarmos, inclusive, na América do Sul, o que é que está ocorrendo no nosso noroeste, o que é que nós estamos vivenciando de tensões no Golfo Pérsico, na África... Enfim, o cenário mostra que nós não temos o direito de negligenciar a nossa atenção.

E o Congresso - por isso que eu insisto na frente parlamentar que abrange as duas Casas - tem o dever não só de fiscalizar, mas de contribuir para que as Forças Armadas possam cumprir com a sua missão, e, no caso, em especial, a Marinha, que tem a missão funcional.

Quero saudar a presença aqui do nosso Coordenador da bancada federal de Santa Catarina, Deputado Pedro Uczai.

Hoje ainda tivemos uma reunião com os dirigentes dos nossos institutos federais, e lá estava - não sei se veio aqui - o Diretor do Instituto Federal de Itajaí - esteve conosco hoje de manhã. Ou seja: a juventude que estuda, o profissional que se forma...

Tem que ter, como norte - no caso, o norte civil -, uma frente parlamentar de pessoas que representam o povo - e, no Senado, os seus estados -, para contribuir com essa tarefa sagrada de, em primeiro lugar, cuidar, inclusive com a visão de sustentabilidade; cuidar e proteger aquilo que é de direito internacionalmente reconhecido como nosso e de nossa responsabilidade.

Esse é o teor da minha manifestação inicial, que eu gostaria que fosse transcrita na ata. Não vou cansá-los com...

E gostaria de ouvir o maior número possível de integrantes da nossa reunião. Por isso, eu vou, democraticamente, pedir apenas uma limitação de tempo, e fica por conta da sensatez de cada um.

Mas, se passar de cinco minutos, eu vou exercer algo que eu sempre exerci com muita moderação, mas hoje de manhã, quando eu assistia ao Senador Laércio Oliveira, presidindo a sessão que vai cuidar do limite da dívida do Brasil, ele acionava o botão cada vez que alguém parava e dizia a palavra "despender". Vai gastar, ele toca a sineta. Ou seja: foi um exercício do pão-durismo. Eu vou ser pão-duro com o tempo.

Então, com o maior respeito, eu concedo a palavra...

Antes de conceder a palavra ao Almirante Bettega, eu quero registrar a presença - e farei isso à medida que compareçam - do Prefeito de Lebon Régis, Marcelo Spautz; do Prefeito de Peritiba, Paulo José Deitos; do Vereador Pio Elias... Eu nem vou mostrar, mas é o representante da juventude política do Município de Antônio Carlos.

Por favor.

Você vê que a juventude dura bastante lá, não é? *(Risos.)*

Dura e trabalha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Dura e trabalha.

O amigo, Vereador Vagner da Costa, também do Município de Antônio Carlos, e, à medida que chegarem, eu vou anunciando outras pessoas.

Mas agora eu concedo, com muita honra, a palavra ao Almirante de Esquadra Bettega, que representa aqui o Chefe da Marinha, Almirante Olsen.

O SR. ARTHUR FERNANDO BETTEGA (Para expor.) - Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Exmos. Sras. e Srs. Parlamentares integrantes da Frente Parlamentar de Economia do Mar, voltada ao setor náutico; demais autoridades; representantes de associações, sindicatos, entidades da sociedade civil.

É com imensa satisfação que agradeço, em nome da Marinha do Brasil, o convite para compor esta distinta mesa.

Além do agradecimento que expresso por força de ofício, como Chefe de Estado-Maior da Armada, representando o Comandante da Marinha, Almirante Olsen, eu gostaria de ressaltar que a nossa reunião, hoje, nesta Casa Legislativa, me alegra o espírito, em termos pessoais.

Como marinheiro por escolha e vocação, há mais de 42 anos, durante os quais pude observar a destinação do Brasil como um país marítimo, avalio que o presente momento sinaliza que a sociedade brasileira está despertando para a importância da nossa Amazônia Azul e dos setores da economia a ela afetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiramente, gostaria de enaltecer a iniciativa do Senador Esperidião Amin, autor do projeto de resolução que propiciou a instituição desta frente parlamentar.

Senador, este momento representa não somente um futuro promissor para o setor náutico, mas um exemplo para os outros segmentos de atividades relacionadas ao uso sustentável do mar e das vias navegáveis interiores. Temos a plena convicção de que a economia do mar é um vetor essencial para o desenvolvimento nacional, pois o futuro do Brasil está no mar ou dele depende.

A instituição da Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico representa um marco no amadurecimento do debate sobre a inserção do Brasil no contexto marítimo. Seu propósito, voltado à promoção de ações concretas em prol dos interesses do setor náutico, abordará temas fundamentais, como: o desenvolvimento da infraestrutura portuária e aquaviária, o fortalecimento da indústria náutica nacional, o turismo náutico e o incentivo aos serviços associados às atividades marítimas.

Há de se evidenciar também que essa iniciativa estimula a sinergia de esforços entre os serviços e negócios do setor náutico, que são interdependentes e que necessitam de articulação e organização para bem prosperar.

A economia do mar cresce a um ritmo acelerado, especialmente em países que compreendem o valor estratégico dos seus espaços marítimos. No Brasil, porém, ainda há muito a ser feito para transformar esse imenso potencial em real prosperidade.

É preciso ter em mente que os frutos desse empreendimento contribuirão de forma significativa para a geração de empregos, a inovação, a sustentabilidade, a segurança energética e a integração territorial do nosso país.

A Marinha é partícipe desse esforço e apoia, com veemência, esta Frente Parlamentar e as iniciativas dela decorrentes, reafirmando assim o nosso compromisso com a valorização da maritimidade brasileira e com a construção de um país que reconhece e defende seus espaços oceânicos.

Nesse sentido, merece ser destacado que a Autoridade Marítima Brasileira exerce relevante papel como regulador e fiscalizador, realizando atividades essenciais para garantir a segurança da navegação, a proteção do meio ambiente marinho e a afirmação da soberania nacional sobre a nossa extensa Amazônia Azul.

Como exemplo, podemos citar o trabalho da Diretoria de Portos e Costas da Marinha, que tem implementado medidas para propiciar o avanço das atividades do setor náutico, como a modernização dos sistemas de habilitação de amadores, a digitalização e simplificação dos processos das capitanias dos portos, programas de incentivo à regularização e certificação de embarcações, além de promover a formação e a capacitação de profissionais marítimos.

Cabe ainda destacar o papel do Planejamento Espacial Marinho como um instrumento técnico essencial e alinhado aos objetivos da frente parlamentar que oferece uma base para proposições legislativas, orientando a alocação de recursos e identificando oportunidades para o desenvolvimento regional. Esse planejamento, coordenado pela Marinha, por meio da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), permite harmonizar o crescimento das atividades econômicas...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTHUR FERNANDO BETTEGA - ... sociais e ambientais nas águas jurisdicionais brasileiras, garantindo que a exploração dos recursos do mar ocorra de forma sustentável, eficiente e segura.

O avanço no ordenamento espacial do mar trará melhores condições para a criação de marinas, terminais turísticos e polos industriais náuticos planejados e ambientalmente responsáveis, impulsionando a geração de empregos e atraindo investimentos.

Nesse contexto, a Marinha do Brasil enfrentará desafios e terá oportunidades decorrentes do fomento ao setor náutico. O aumento da demanda por mão de obra aquaviária qualificada, por exemplo, exigirá a ampliação da capacidade de formação profissional no ensino profissional marítimo.

O incremento das atividades ligadas ao uso do mar pelo setor náutico também ensejará uma maior ação da Marinha para garantir a segurança da navegação. É essencial, portanto, que esse crescimento do setor náutico seja acompanhado pela modernização e fortalecimento das capacidades do poder naval para proteger o mar brasileiro, sua gente e suas riquezas. Investir no fortalecimento das capacidades da Marinha é uma condição fundamental para garantir à sociedade os benefícios advindos da exploração e do uso sustentável do mar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao afirmar, por fim, repetidamente, que o Brasil é inviável sem o mar, o Almirante Olsen, Comandante da Marinha, enfatiza a visão sistêmica e abrangente que devemos ter ao tratar das questões marítimas, reconhecendo esse espaço como um fator vital para a prosperidade da nossa nação.

Diante de todos esses aspectos mencionados, saúdo a iniciativa parlamentar e conclamo todos para que sejam multiplicadores desse esforço transformador, para que possamos, juntos, construir um Brasil mais justo, inovador e sustentável.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Muito obrigado, Presidente, Senador Esperidião Amin, grande mestre e, como estamos aqui tratando de mar, bússola e farol dos meus caminhos, pensamentos e ações.

Quero cumprimentar V. Exa., os demais membros da mesa, o Deputado Cobalchini, o Almirante Bettega, nosso querido Procurador Augusto Aras, Vereador Fernando Pegorini; cumprimentar o Dr. Joaci Góes, nosso querido colega, Deputado que foi; Augusto; Eduardo Athayde também; cumprimentar Leilane, representando aqui as marinas do Brasil; a Secretária do Mar, Maria Eduarda Lomanto; meu colega Lomanto Júnior, Deputado Federal, autor do projeto, de um PL que trata dos portos, da infraestrutura portuária, da exploração dos portos e da atividade laboral dos portos.

Cumprimento também o Roberto Muniz, representando aqui a CNI, a figura do nosso baiano Ricardo Alban. É um prazer, Roberto, você estar aqui com a gente, foi Senador da República também. E cumprimento, ainda, na pessoa de Georges Humbert, Vice-Presidente da Associação Comercial da Bahia, a figura da nossa querida Presidente Isabela Suarez, que encaminha também o seu representante.

Presidente, Senador Amin, nós estamos vendo aqui o peso da Bahia, o peso dos que aqui participam desta peça vestibular da Frente Parlamentar da Economia do Mar e do Setor Náutico, demonstrando a importância que esta frente terá, a partir deste momento. V. Exa. colocou de forma muito clara que será bicameral, participando Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas, para que nós possamos ouvir críticas, sugestões, opiniões e fazermos essa intermediação entre o Parlamento e a sociedade civil organizada, o ministério, através do Comando da Marinha, e diversos entes que têm o mar como um princípio não apenas de atividade econômica, mas de lazer, como é o caso da nossa Bahia; de exploração de transportes; de modo econômico, a ser explorado; de preservação ambiental; e - por que não? - de segurança, já que nós temos projetos da Marinha importantíssimos que estão sendo desenvolvidos no intuito de fazermos com que a nossa costa e as nossas riquezas sejam preservadas e, acima de tudo, defendidas.

Portanto, essa frente, Senador Amin, se revestirá... E hoje nós podemos ver a importância dela pelas presenças marcantes dos que estão aqui, ela será fundamental para que nós possamos traçar políticas públicas que venham ao encontro do que os diversos setores, os plurais setores, possam pensar e nos sugerir no sentido de que possamos melhorar projetos e leis, em que estejam regramentos jurídicos em andamento ou que venham a ser elaborados.

Por isso, me considero aqui extremamente reconhecido através da condição de Vice-Presidente do Presidente Senador Amin. V. Exa., com sua cultura e capacidade de aglutinação de forças políticas, com o prestígio que V. Exa. tem no cenário nacional, com a sua história política, não apenas em Santa Catarina, mas no Senado da República, com a inserção de forma plural nos ministérios, nos governos, seja no Governo Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - ... ou nos entes estaduais, terá a condição plena de traçar o caminho que nós devamos seguir, no sentido de fazermos com que essa frente seja altiva, forte, como outras frentes, a exemplo da Frente da Agropecuária, a Frente do Comércio e a Frente do Empreendedorismo.

Portanto, nós aqui iniciamos um momento histórico no Parlamento brasileiro, no Senado e na Câmara, que, eu não tenho dúvida nenhuma, trará grandes benefícios ao longo dos nossos trabalhos.

Tenho certeza de que os que vieram aqui e os que estão se comprometem a fazer da economia do mar um futuro promissor para o nosso país.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Agradeço ao Deputado Claudio Cajado pelas generosas palavras.

V. Exa. tem um compromisso em seguida com a deliberação de medidas provisórias...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. *Fora do microfone*.) - Eu espero que possa vir para o Senado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Que Deus...

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. *Fora do microfone*.) - ... não sei se virá.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Que Deus o ilumine.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. *Fora do microfone*.) - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Que Deus o ilumine.

Eu registro também aqui a presença... Antes de passar a palavra ao Dr. Augusto Aras, desejo registrar aqui a presença do Dr. Roberto Muniz, que representa aqui a nossa Confederação Nacional da Indústria, do Deputado Leur Lomanto Júnior, que segue a tradição baiana de pregar que o sol voltará a brilhar - Lomanto Júnior pregou duas gerações atrás, se o Dr. Joaci não me desmentir - e da Secretária Maria Eduarda Lomanto, que eu já tinha anunciado antes e que se encontra entre nós, Secretária do Mar de Salvador.

Com a palavra o Dr. Augusto Aras, por favor.

O SR. AUGUSTO ARAS - Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento inicialmente o nosso Presidente desta Frente Parlamentar da Economia do Mar, Senador Esperidião Amin, cujas qualidades e adjetivos tão verdadeiros já foram aqui expostos pelo Deputado Claudio Cajado, eminente Deputado baiano.

Na pessoa do Presidente Esperidião Amin, eu cumprimento todos os membros dessa bancada, desta mesa importante e os Srs. Parlamentares também aqui presentes.

Cumprimento o Almirante Bettega, representante do Comandante-Geral da Marinha, Almirante Olsen, na representação dos militares, porque, de alguma maneira, além da Marinha, também o Exército Brasileiro e a Aeronáutica fazem parte da guarda do nosso território, que não se limita apenas às terras do Brasil, mas também aos oceanos e espaço aéreo.

Cumprimento o amigo, farol da Bahia, Joaci Góes e, na sua pessoa, todos os baianos que aqui se fazem presentes. Cumprimento a Secretária Maria Eduarda Lomanto, em homenagem às mulheres que hoje se somam a esse movimento brasileiro em defesa do que já é seu há muito e há muitos séculos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados, senhoras e senhores, cabe-me hoje, por generosidade do Presidente, lembrar que, na gestão do cargo de Procurador-Geral da República, de 2019 a 2023, coube-nos dar início a um movimento, na esteira da Marinha, já iniciado pela Marinha: a criação da Amazônia Azul. Salvador, nossa capital, é a capital da Amazônia Azul, por sugestão do almirante que ali comandou a nossa região, e isso faz de Salvador não só a capital da Amazônia Azul, mas também uma baía que tem mais de mil quilômetros de costa, o que representa significativamente muito para o Brasil e para a economia do Brasil. Dizia-se, Senador Amin, que, se a Baía de Todos-os-Santos, uma das maiores do mundo, segundo aprendemos na escola, fosse bem aproveitada, poderia alimentar toda a América do Sul com a criação de espécies em cativeiro. Não é à toa que a Bahia já é grande produtora de camarões, uma grandeza da carcinicultura.

Como então Procurador-Geral da República, fizemos congressos, seminários, encontros, interlocuções com a Marinha, interlocuções com as Forças Armadas, para que nós pudéssemos hoje não somente louvar a criação da Frente Parlamentar da Economia do Mar, mas, mais que isso, bradar não somente que a Amazônia Verde é nossa, ou todo o Brasil é nosso, mas também bradar que, desde a década de 70, com as 200 milhas marítimas, Eliana Pittman já cantava: "Esse mar é meu/ Leva seu barco pra lá desse mar/ Esse mar é meu/ Leva seu barco pra lá".

É assim que eu agradeço ao senhor, a V. Exa., pela deferência de me conceder a palavra.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - *(Fora do microfone.)...* tanto para a cantora, quanto para quem a lembrou e lembrou a composição também.

Eu, com a mesma parcimônia, concedo a palavra ao Mané Ferrari, para não descaracterizar o nome do nosso inspirador, o nosso Leandro Ferrari, e segue-se o Senador Fernando Dueire, que alegou compromisso e já está inscrito.

O SR. LEANDRO FERRARI - Boa tarde a todos.

Primeiro, um agradecimento mais do que especial ao Senador Esperidião Amin, ao Deputado Cobalchini. Dois anos atrás, a gente tentou fazer isso e, de fato, essa sinergia entre Senado e Câmara dos Deputados, entre todos, foi muito importante para que hoje esta instalação da Frente Parlamentar pudesse acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu quero saudar aqui o setor náutico: quero saudar Ernani Paciornik, que está aqui, do Grupo Náutica, dos Boat Shows; quero saudar o Colunna, da Associação dos Construtores de Barco; Roberto Paião, que representa os grandes estaleiros do Brasil; também meu grande amigo Agnaldo, o Vereador Fernando e o nosso jurídico Piva, que também está aqui; e Senador Jorge Seif.

A instalação da Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico é um marco histórico. É o reconhecimento por esta Casa de que a náutica não é luxo, e sim, um motor econômico vital para o futuro do Brasil. Por anos, fomos um setor invisível, mas a verdade é que, em cada estaleiro, em cada marina, existe uma complexa cadeia produtiva: é indústria, é comércio, é serviço, é turismo, é geração de milhares de empregos qualificados.

Aqui os números falam mais alto. Uma única embarcação de médio a grande porte gera quatro empregos diretos a oito indiretos. Esse é o único setor que integra e movimenta todas as cadeias econômicas do turismo, da hotelaria à gastronomia. É o mais importante. Gera emprego desde a construção e, infinitamente, para sempre, enquanto o barco existir, com impostos contínuos nas marinas e nos serviços especializados. Para falar do nosso estado, só em Santa Catarina - dado recente do Sebrae -, são 1.060 empresas que trabalham com o setor náutico, com a economia do mar. São mais de 400 mil empregos diretos e indiretos somente no Estado de Santa Catarina.

Não podemos errar esse caminho. Países como a Itália já cometeram o erro de taxar a náutica como luxo. A experiência da *tassa barca* na Itália resultou em colapso nas vendas, êxodo de embarcações e demissões de mais de 20 mil pessoas, com a arrecadação ficando muito abaixo do esperado. No entanto, senhores, a história italiana não para no erro. O poder público e a iniciativa privada, como estamos fazendo aqui, desfizeram a taxa punitiva e transformaram a visão sobre o setor. E o resultado: a economia do mar do setor náutico da Itália, em 2024, consolidou-se como uma das quatro maiores forças motrizes da economia daquele país. A lição é cristalina: tributar o setor como luxo faz a economia naufragar, mas corrigir a rota, como a Itália fez, gera prosperidade real.

Bloquear a criação do IPVA para embarcações, um risco que já se provou desastroso lá fora, é mais do que necessário; garantir que o setor náutico não seja incluído no imposto seletivo...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO FERRARI - ... não somos um bem supérfluo, somos uma cadeia produtiva de tecnologia, de emprego e de renda; apoiar a criação de incentivos, como o bem-sucedido Pró-Náutica em Santa Catarina, que transformou o Estado de Santa Catarina como o maior polo da economia do mar do setor no país, gerando vários empregos e renda.

O Brasil tem diante de si uma janela única: ou tratar o mar como um limite, ou finalmente vê-lo como o horizonte de oportunidades que ele realmente é.

Contamos com essa frente parlamentar para transformar o potencial da nossa costa e dos nossos rios em um legado de prosperidade e dignidade para todos os brasileiros.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire. E segue-se o Deputado Cobalchini.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco/MDB - PE) - Agradeço a deferência, Presidente.

Eu tenho um compromisso já agora, em seguida, mas, antes, saúdo os queridos Senadores, a Senadora Eudócia, o Senador Jorge Seif, o nosso Senador de Sergipe, pernambucano, Laércio Oliveira, os Deputados e as autoridades aqui presentes.

Já foi dito aqui sobre nossas duas Amazônias, a verde e a azul. A azul é basicamente o território marítimo sobre que o Brasil tem jurisdição. As duas são praticamente do mesmo tamanho, estamos falando de 7 milhões de quilômetros quadrados. E a azul tem uma riqueza tão grande quanto a Amazônia verde. A Amazônia Azul é repleta de riquezas. A economia azul responde por 7% do PIB brasileiro, 5% dos empregos formais, e movimenta R$2 trilhões por ano no Brasil. Isso tem a ver diretamente com a pesca, com a exploração de petróleo e gás, com a inovação, com o transporte marítimo, com o turismo e com muitas outras atividades.

Aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, numa boa provocação, eu protocolei um projeto, o PL nº 4.759, de 2025, que pretende ser moderno, porque gera uma sinergia entre o meio ambiente, o turismo, a geração de emprego e a soberania nacional. Isso tem a ver com a geração de renda, com o emprego, com sustentabilidade e com o turismo. É o que precisamos fazer para que o nosso país cresça. E coincidentemente, ou não coincidentemente, hoje temos a instalação da Frente Parlamentar da Economia do Mar, que tem tudo a ver com esse projeto apresentado. Na minha opinião, isso demonstra que tudo conspira para que esse projeto, que é de extrema importância para o país, se some e seja discutido num fórum multifacetado, com diferentes observadores, vivências, testemunhos. E portanto, esse projeto, que está na mesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, eu o coloco à disposição dos Senadores aqui presentes para que possam assumir a sua relatoria. E, a partir disso, ligados à nossa frente, nós possamos prosperar de uma maneira objetiva e pragmática no sentido de que nós tenhamos um bom produto para esse tema tão relevante para o país, com que todos nós, de alguma forma, estamos envolvidos.

Esse projeto dialoga com o que nós estamos falando. Quando cada um aqui falava, eu imaginava que tinha feito o projeto que eu apresentei. Nós estamos em sintonia e em comunhão, é claro. Precisamos de inteligência, precisamos melhorar esse projeto para que, sim, nós tenhamos um bom produto.

Muito obrigado, Senador Amin.

Muito obrigado a todos os senhores que aqui estão com o mesmo propósito com que eu estou. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Agradeço, com muita satisfação, as palavras generosas, que nos abrem horizontes, do querido amigo Senador Fernando Dueire.

Registro ainda a presença da Sra. Liliam Catunda, Diretora de Relações Institucionais da Abipesca.

Registro a presença entre nós, fugazmente, da Senadora Eudócia, que já nos deixou.

Registro, com muita satisfação, a presença do nosso Prefeito de Joinville, Adriano Silva. É a maior cidade do nosso estado, é uma cidade muito rica em água, além de rica em qualidade da sua gente e na economia que desenvolve.

Concedo a palavra ao Deputado Cobalchini. Segue-se a Secretária do Mar - a primeira do Brasil - soteropolitana, de Salvador, portanto. Concedo a palavra ao Deputado Cobalchini e, logo após, à Dra. Maria Eduarda Lomanto.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC) - Muito boa tarde a todos.

Eu quero, Senador Amin, cumprimentá-lo efusivamente. Não poderia estar em melhores mãos esta Frente Parlamentar da Economia do Mar. Mané, quando conversamos, num dado momento, eu entendi que esta frente parlamentar ser presidida pelo Senador Amin ia conferir a esta frente um peso político muito grande. Eu tenho, nesses pouco menos de três anos que eu aqui estou... Tenho muito mais anos lá em Santa Catarina como Deputado Estadual. Tenho lá a primeira experiência de frente parlamentar, lá na Assembleia Legislativa, sobre economia do mar, que eu presidi por alguns anos, inspiração, é claro, do nosso... Eu tenho dificuldade de falar Leandro, falo Mané Ferrari - Mané carinhosamente. Então, não tive nenhuma dificuldade, mas nenhuma dificuldade de abdicar... Estava colhendo algumas assinaturas lá na Câmara, e, com certeza, se continuássemos, teríamos muitas! Podemos ainda colhê-las, Senador. Então, eu quero, da forma como puder... Eu abdiquei, obviamente, mas que bom, Senador, que esta frente parlamentar será mista, com Câmara e Senado, por sua decisão.

Eu quero também cumprimentar o nosso Prefeito de Joinville, Adriano Silva. Como falou o Senador Amin, Joinville é a principal cidade do território catarinense, embora não seja capital; acredito que seja o único estado cuja capital não é a maior cidade do estado.

Quero cumprimentar também aqui o Almirante Bettega; o Dr. Aras - é uma alegria vê-lo aqui -; também o nosso Senador Jorge Seif, que é também uma referência do setor náutico em Santa Catarina e no Brasil, como é referência para Santa Catarina também o nosso grande amigo Mané Ferrari. Quero cumprimentar a todos.

Eu aprendi hoje aqui - eu não sabia - da Secretaria do Mar. Não sabia. Começamos aprendendo aqui. E que bom saber da forma como a Bahia valoriza o mar.

E, por todos os números que já foram aqui relatados, é realmente uma frente que tem uma magnitude imensa na economia brasileira e na de cada um dos estados que têm o privilégio de ter o oceano. Então, parabéns a todos!

Senador Esperidião Amin, sucesso. Não tenho nenhuma dúvida de que a sua condução vai conferir a esta Comissão muito sucesso...

(Soa a campainha.)

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC) - ... muito êxito, inclusive, nas iniciativas legislativas.

Muito obrigado.

Parabéns a todos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Agradeço ao querido amigo, Deputado Cobalchini.

Concedo a palavra à Secretária Maria Eduarda Lomanto. Segue-se o Sr. Agnaldo Hilton dos Santos, do Sindicato da Pesca de Itajaí e Região.

Eu consulto se o Senador Laércio deseja usar da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Nem direito de resposta, Senador, a alguma alusão feita à sua forma de presidir a sessão de hoje? *(Risos.)*

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco/PP - SE. *Fora do microfone*.) - O senhor me representa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Com a palavra a Secretária Maria Eduarda Lomanto.

A SRA. MARIA EDUARDA LOMANTO - Boa tarde a todos.

É um prazer enorme. Muito obrigada, Excelência, Senador Esperidião Amin, um Senador tão querido da nossa família.

Quero cumprimentar o Sr. Procurador Augusto Aras também - muito obrigada pelas palavras.

Quero cumprimentar o Deputado Cobalchini, de Santa Catarina, onde eu tive o prazer já de compartilhar, no Governo do Luiz Henrique, alguns trabalhos.

Quero cumprimentar todos os baianos aqui presentes: meu querido Eduardo Athayde; carinhosamente, meu tio Joaci Góes, porque é a nossa grande referência, pensando na economia do mar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC. *Fora do microfone*.) - Foi designado, há pouco, Farol.

A SRA. MARIA EDUARDA LOMANTO - Farol. Muito bom!

Quero também cumprimentar Leilane; o nosso querido advogado Vice-Presidente da Sustentabilidade, Georges Humbert; e também Marco Lomanto, do Ministério do Turismo.

Acho que estamos num grande momento, Senador. É com muita honra que, desde abril, a convite do Prefeito Bruno Reis, eu assumi a Secretaria do Mar com grandes objetivos. Realmente, é a primeira secretaria do Brasil que tem uma visão integrada de todo esse desafio do desenvolvimento econômico e social. Eu costumo repetir muito que não existe o desenvolvimento social sem o desenvolvimento econômico.

É importante que a gente pense que nós temos R$80 bilhões que vêm do mar, pensando na Bahia. Quando a gente pensa em Salvador, especificamente 2,8% do nosso PIB vêm do mar. Quando pensamos na nossa Bahia, nós somos a segunda maior baía, em termos da Baía de Todos os Santos, navegável do mundo. Então, temos todas essas características de ser uma baía mais navegável, pelo nosso clima, pela nossa temperatura, pela nossa visibilidade.

Em Salvador, nós temos 153 naufrágios catalogados que podem ser utilizados como um grande parque de mergulho.

Nós temos, em Salvador, a honra de ter o Cimatec Mar, com toda a pesquisa científica cada vez mais se desenvolvendo e atraindo os jovens para a engenharia naval e para todas as carreiras náuticas.

Dentro da prefeitura, nós temos um grande programa de qualificação, em que já foram treinados, dentro das carreiras náuticas, mais de mil pessoas para darem vazão a esse enorme potencial de crescimento.

Eu espero que, com o exemplo da Secretaria do Mar, em Salvador, outras secretarias do mar em outros estados, em outras cidades, realmente, pensem desta forma: de colocar uma pauta pensando numa política de Estado, não só numa política de Governo.

Pensando na nossa infraestrutura náutica, pensando nos pescadores e marisqueiras, pensando em toda a parte de eventos internacionais, a gente consegue, com toda a potencialidade que o Brasil tem, ser cada vez mais referência.

Recentemente, eu vejo que a Itália já está alcançando números maiores do que a França, do que a Inglaterra.

Com a frente parlamentar, com todas essas ações integradas, com todas as excelências aqui e com os estudos que estão sendo feitos, eu tenho certeza de que o Brasil vai ser um grande expoente na economia azul.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Como o tempo está avançando, eu tenho que pedir que todos sigamos o exemplo da Secretária Maria Eduarda na economia do tempo. Eu tenho um compromisso solidário com o Judiciário - por solidariedade, não por causa própria.

Por isso, eu vou conceder a palavra ao Agnaldo, pedindo que ele economize tanto quanto no suprimento de mecas que o senhor guarda, de maneira muito sovina, no seu frigorífico. Meca... O senhor sabe o que é, não é? Espadarte, carne, fibra pura.

Com a palavra o nosso Agnaldo. Segue-se o Prefeito de Joinville, que vai me esperar.

O SR. AGNALDO HILTON DOS SANTOS - Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É um prazer estar com os senhores aqui. É muita honra também. A gente sabe a importância de se instalar a Frente Parlamentar da Economia do Mar.

Eu vejo minha Marinha na nossa cidade com a fabricação de quatro fragatas agora, dando toda essa potência ao Brasil, que precisa da nossa Salvamar, porque estamos talvez até sendo invadidos por outros barcos estrangeiros. E a gente sempre colocou a Marinha... Eu sou soamarino grau cavaleiro, mas tenho a referência também de a Marinha, como também nosso Prof. Benjamim, formar nossos pescadores, dando, sim, essa segurança no mar das nossas embarcações e trazendo emprego e renda para toda a região.

Quero externar também aqui ao meu sempre querido amigo, parceiro, meu Vereador, representando as câmaras de Vereadores, e, além disso, ao nosso Prefeito Robison... E, junto com ele, nossa Itajaí...

Itajaí é um polo náutico, também, que é referência em regatas, com Volvo Race e, com o nosso Ernani, com as nossas Boat Shows, que são referências... Não precisa ir para fora do país para ver essa questão, mas, especialmente, acho que Itajaí é uma grande referência de potência também aqui.

Olhando assim de frente, também estão os nossos Deputados, os Senadores, o Prefeito, que sempre gosta da costela do amigo Sérgio Goedert, mas que está comendo agora um peixinho com a gente também aqui.

A minha referência à imprensa.

Quero cumprimentar meu querido, sempre parceiro também aqui, Amaro, e todos os assessores que fazem acontecer este evento, como os assessores de comunicações aqui. A importância é isso... Não adianta só o Parlamentar trabalhar, mas o assessor precisa muito dessa retaguarda.

Quero agradecer especialmente ao Mané Ferrari, que a gente acompanha, de longa data, aqui, de eventos por aí afora.

E não posso deixar de falar da pesca, que é tão importante para o setor nessa economia.

Posso falar do nosso Senador Jorge Seif, porque o seu pai, Jorge Seif, é um marco na nossa região, principalmente. Foi ele que revolucionou a pesca de Itajaí, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e do Brasil, com as suas embarcações, a dinâmica da sua grande estrutura.

O que eu posso falar também aqui... Quero agradecer, cumprimentando, às mulheres, através da Abipesca, que estão aqui na minha retaguarda, à sempre parceira Laís e a todas as mulheres que se fazem presentes, civis e militares.

A importância nossa, Sr. Presidente, é falar que o Brasil compõe no segmento do Codex Alimentarius... Por que falo isso? As embarcações nossas trazem e levam para os nossos consumidores, através das nossas indústrias, as nossas exportações, que estão passando um momento muito delicado. Por isso, a importância de fazer a nossa dinâmica do setor pesqueiro, cada vez mais, se colocar à frente na economia no mar, porque aí, sim, nossa riqueza, como o Mané falou, da prestação de emprego e renda está, cada vez mais, sendo fortalecida. Por isso, temos que abrir novos canais, como falei com o Senador ao meio-dia. Há a dificuldade hoje da questão do tarifaço, que prejudicou muito o setor. Como ele falou de meca, 100%, a sua totalidade, eram exportados, e não estamos conseguindo mais fazer isso. Saímos de um patamar de quase US$1,3 milhão para vir agora para US$200 mil. É difícil. Setembro agora, basicamente, vai ser zero.

Estamos lutando com o Governo para que possamos cada vez mais fortalecer as indústrias, as embarcações, que trabalham com isso, nossos pescadores e os armadores também. A economia do mar serve para isso, é o nosso endereço.

A gente vê que os Parlamentares sempre nos recebem muito bem aqui.

O que a gente pode falar também é que, dentro de tudo, temos que caminhar juntos, como falaram Bahia e Santa Catarina. Acho que o Brasil do Oiapoque ao Chuí ganha com isso, com a importância de essa economia ser implantada.

Quero parabenizar...

(Soa a campainha.)

O SR. AGNALDO HILTON DOS SANTOS - ... que se engajaram nesta primeira reunião.

Tenho certeza de que, juntos, vamos caminhar, e o Brasil será feliz como sempre.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Cumprimento o nosso querido Presidente do Sindipi, nosso amigo Agnaldo dos Santos.

Concedo a palavra ao ilustre Prefeito de Joinville; segue-se o Senador Jorge Seif.

O SR. ADRIANO SILVA (Para expor.) - Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero agradecer aqui pelo convite e parabenizar a todos os Parlamentares por esta frente parlamentar.

Trata-se de um tema extremamente relevante, que vai, com certeza, fazer a diferença tanto no nosso estado como no litoral brasileiro e em cidades como a de Joinville. Eu já vou comentar algumas questões específicas da nossa cidade e como isso pode trazer grandes resultados.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Cobalchini, também o Almirante Bettega, o Sr. Augusto Aras e o Vereador Fernando Pegorini.

Também quero agradecer a presença da nossa Vereadora de Turismo, que é pautada no turismo em Joinville, Vanessa Falk, que está aqui, está ali atrás. Ela é especializada em turismo e é uma defensora muito dessa área.

Também não vou me arvorar a entrar no tema da pesca, Senador Seif, porque, com certeza, o senhor é que sabe exatamente tudo o que deve ser realizado no país, mas eu vou usar muito o exemplo do turismo náutico e da náutica brasileira na área de lazer.

Aqui, atrás de mim, nós temos o Paião, Presidente da Ferretti e da Okean Group, e também o nosso amigo da *Revista Náutica*, o Ernani, que, inclusive, está construindo em Joinville um grande *pier* conosco. Nós fizemos uma licitação, ele acabou levando a obra, e a gente está fazendo uma grande infraestrutura náutica lá.

Em Joinville, nós tivemos um exemplo: nós fizemos a urbanização de uma região, que é a Vigorelli, e essa urbanização da Vigorelli com infraestrutura fez com que os restaurantes que viviam ali de frutos do mar e tudo mais aumentassem em cinco ou seis vezes o seu faturamento. Então, isso significa que, quanto mais nós investirmos em infraestrutura no litoral, mais nós podemos aumentar muito esse mercado.

E nós temos a Baía da Babitonga, que é um ambiente muito prazeroso para se ter a embarcação na área de lazer - nós temos mais de 3 mil embarcações registradas somente em Joinville.

Onde estão os desafios? Os desafios estão na burocracia, Senador.

Nós, hoje, para conseguirmos repor um flutuante que havia sido arrastado por um ciclone, levamos cinco anos para fazer essa reposição, e por pura burocracia: a SPU tem que dar anuência, porque é terreno da União - aí se leva um ano e meio para ter anuência -; a Marinha tem que dar anuência, logo depois da SPU - e aí você vai, passo a passo -; depois, meio ambiente; e assim por diante.

Quando você vê, passaram-se quatro anos, cinco anos, e, se eu não fosse reeleito, talvez essa obra não teria saído.

Quantas infraestruturas náuticas que poderiam estar ajudando a pesca, poderiam estar ajudando hoje comunidades, como o Senador Jorge Seif está ajudando também, lá na comunidade Morro do Amaral, a gente construir uma estrutura para aquela comunidade pescadora, mas, com certeza, nós vamos passar por essas questões burocráticas.

E o pior disso tudo: o ano que vem é ano eleitoral, e, em ano eleitoral, a SPU não pode fazer avaliação desses terrenos que estão dentro da área municipal.

Então, nós temos que avançar nessa questão burocrática. Hoje a área náutica sofre muito com isso.

E nós temos um potencial gigantesco. Se compararmos à Flórida, a Flórida tem mais barcos de lazer do que todo o Brasil, e nós temos um litoral gigantesco, com águas calmas, com ambientes extremamente possíveis de ser percorridos aí pelo lazer.

Temos indústria de ponta. As nossas indústrias hoje, praticamente... Eu tento comprar barco deles e não consigo, porque, cada vez que eu vou, está mais caro, porque eles estão exportando tudo.

É uma realidade, e isso é muito bom, porque mostra a qualidade do nosso capital humano e técnico aqui...

(Soa a campainha.)

... mas a gente tem que ter uma legislação específica e ajudar toda essa indústria e a infraestrutura náutica a crescer no país.

Então, parabéns pela frente parlamentar, porque eu tenho certeza de que isso vai trazer grandes resultados.

Obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Muito obrigado ao Prefeito!

Os senhores veem, pela natureza das colocações do Prefeito e da Secretária, como eles estão mais perto da realidade do que Brasília, não é?

Com a palavra o Senador Seif, e segue-se o Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, Fernando Pegorini.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) - Senhoras e senhores, muito boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu faço questão, aqui, de mencionar o nosso Almirante Bettega, o Vereador Pegorini, o Senador Fernando Dueire, que já nos deixou, o Deputado Cajado, que já nos deixou, o honorável Augusto Aras - muito obrigado pela presença do senhor; o senhor honra muito a nossa frente parlamentar -, o Laércio Oliveira, nosso Senador, o nosso galã de Santa Catarina... Sabe quem é, Amin? Sabe quem é o galã? Pela risada, ele já se entregou. *(Risos.)*

O Deputado Cobalchini, meu amigo.

Ele não admitia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC. *Fora do microfone*.) - Se o senhor dissesse que era outra pessoa...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) - Meu amigo Wagner Lúcio, meu amigo Agnaldo Hilton, Presidente do nosso Sindipi, Senador Wilder Morais, que nos prestigiou, Liliam Catunda, da Abipesca, da qual também saúdo o Jairo, o Eduardo Lobo, a Caroline, meu amigo querido e Prefeito Adriano Silva, Prefeito de Peritiba, Deputado Vampiro, Senadora Eudócia e todos os demais... A Maria Eduarda, aqui representando as mulheres do setor marítimo.

Dr. Augusto Aras, deixe-me falar uma coisa para o senhor: em 2023, foram instaladas aqui, no Congresso Nacional, mais de 230 frentes parlamentares, e eu gostaria de registrar isso para o senhor, porque muitas são feitas mais num momento de comoção social, no momento de um problema que aconteceu em algum lugar, mas, na verdade, elas não têm continuidade. E, por isso, nesta minha primeira parte aqui da fala, eu quero agradecer ao Papai do Céu e aos catarinenses pela vida e pelo mandato do Senador Esperidião Amin. *(Palmas.)*

O Senador Esperidião Amin é um homem diligente e respeitado. O senhor veja quem passou nesta sala, por exemplo: de Pedro Uczai, do PT, a Jorge Seif, do PL.

Então, nós estamos pegando dois extremos, realmente, pelo respeito que esse homem tem nesta Casa e no Estado de Santa Catarina. Sem dúvida nenhuma, se não o maior, um dos maiores políticos contemporâneos com quem eu tenho a honra de servir ao Brasil, aqui no Senado. *(Palmas.)*

Obrigado.

Então, eu tenho certeza de que essa frente parlamentar vai dar frutos, devido à liderança do Senador Esperidião Amin, o qual me convidou para ser também parte dessa frente.

O mar, Senador Amin, como o senhor bem sabe, tem muitas potencialidades.

Pesca, maricultura e algicultura são áreas das quais eu faço parte, e, aos 12 anos, meu primeiro trabalho, com meu pai, foi vendendo e limpando peixe. Tudo o que eu tenho foi graças ao mar.

Até hoje, meu velhinho, com 74 anos - eu agradeço, mais uma vez, ao Agnaldo, pela referência - é um grande homem, um visionário e inovador no setor da pesca.

Pesca, maricultura e algicultura são potenciais que nós temos, mineração de riquezas - óleo, gás, minérios -, nossa querida Amazônia Azul, transporte, navegação, turismo, lazer, portos, marinas, proteção, soberania e salvaguarda.

De tudo isso, que são temas correlatos e importantíssimos, eu quero destacar aqui o papel da Marinha do Brasil, instituição do meu coração, Almirante Bettega. Eu tenho a honra e eu encho a boca para falar que eu tenho o Mérito Tamandaré, uma honraria que marcou a minha família, e também eu tenho o Mérito Naval, devido a grandes trabalhos que fizemos juntos, quando eu fui Ministro da Pesca do Presidente Bolsonaro.

A soberania engloba todos esses temas, e, durante muitos anos, o Brasil ficou de costas para o mar, e essa frente parlamentar vem num momento oportuno.

Por exemplo, Senador Amin, nossa frente pode dar uma força muito grande na BR do Mar.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) - Nós estamos batendo cabeça com ferrovia, com rodovia, e nós temos esse mar maravilhoso com mais de 8,5 mil quilômetros, para nós explorarmos na cabotagem, na navegação, no transporte.

Não posso deixar de falar da minha Itajaí, porque eu sou filho de Itajaí, adotado - sou carioca de nascimento, catarinense de coração -, que é um exemplo para o Brasil, sem demérito à nossa querida Bahia, Salvador.

Nós temos uma indústria náutica forte, indústria pesqueira forte, indústria de lazer náutica, eu digo, de iates, fortíssima. Nós temos portos maravilhosos - Itajaí o senhor conhece -, Itajaí, Navegantes, além dos outros.

Então, Itajaí hoje realmente vive muito da economia do mar.

Nós somos um porto que tem uma cidade, porque Itajaí se desenvolveu graças à pesca, minha atividade - temos empresa, temos fábrica de gelo, a maior embarcação de atum do Brasil é de nossa família e está operando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu quero dar essa grande responsabilidade de me comprometer, como Vice-Presidente desta frente parlamentar, a ajudar a Marinha do Brasil.

Nós precisamos que vocês estejam fortes para proteger a nossa costa, para proteger a nossa Amazônia Azul, para proteger as nossas 200 milhas náuticas, que realmente têm sido violadas aí constantemente. Vocês têm um papel fundamental na soberania e na construção de todos os demais itens aqui que falaram.

Com essas palavras, agradeço-lhe demais, Senador Amin, e parabenizo mais uma vez o senhor. Tenho muito orgulho de servir o Brasil ao seu lado e, agora, faço uma declaração de amor: eu te amo - um amor hétero, está bom? *(Risos.) (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Quando ele fala em árabe é mais discreto, não é? Habibi. *(Risos.)*

Concedo a palavra ao nosso Presidente da Câmara, Fernando Pegorini; e, a seguir, ao Sr. Eduardo Athayde. *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO PEGORINI (Para expor.) - Muito obrigado, nosso Presidente, Senador Esperidião Amin, pessoa por quem eu tenho um carinho especial, meu padrinho político.

Há 20 anos, começamos a trajetória juntos dentro da política, desde a época ainda de Juventude Progressista. Já estou aqui, pelo menos, agora, há três mandatos, e hoje como Chefe do Poder Legislativo.

É uma grande honra estar aqui ao lado do Subprocurador-Geral Augusto Aras.

Eu também sou jurista, fui Procurador-Geral também do Legislativo da minha cidade e, hoje, sou Chefe do Poder Legislativo.

Então, quero cumprimentar os demais membros da mesa aqui também, nosso Almirante, nosso Deputado Cobalchini, e faço referência aqui justamente porque já participava: começou esse início junto com o Mané Ferrari.

Quero cumprimentar o Senador da minha cidade de Itajaí...

Você é adotado, mas você é itajaiense, amigo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) - Com certeza, 30 anos já.

O SR. FERNANDO PEGORINI - Trinta anos... Então, tem quase mais tempo que eu.

Quero cumprimentar os demais Deputados e Senadores, agradecer aqui...

Fiquei muito feliz: 23 Deputados Federais, 29 Senadores, um tema...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC. *Fora do microfone*.) - Durante a reunião, o número aumentou para 31 Senadores.

O SR. FERNANDO PEGORINI - Para 31 Senadores agora. Então, demonstra que realmente o tema é de grande importância para o nosso Brasil.

Quero cumprimentar aqui o Mané Ferrari, o Roberto Paião aqui também, que é o Presidente da Okean e Ferretti; cumprimentar aqui o Eduardo Colunna também, da Acobar; cumprimentar aqui o Ernani, da revista *Náutica*. Os demais aqui... O nosso Presidente do Sindipi, que é também do nosso município e tem a sua grande importância, o Agnaldo Santos.

Esta reunião...

Quero cumprimentar os demais também que têm a participação...

Wagner Lucio foi uma pessoa muito importante, que trouxe também todo o setor náutico aqui com o Presidente da Acatmar, o Mané Ferrari, à Presidência da Câmara de Vereadores de Itajaí, e foi onde começou esse grande debate e a preocupação do Parlamento municipal. Chamamos imediatamente o Senador Esperidião Amin, que nos atendeu muito rapidamente, e paramos para ouvir realmente as demandas no tema.

A questão...

Eu sou do município de que várias pessoas já falaram aqui, de Itajaí. Tem uma pujança econômica muito forte. A arrecadação, por exemplo, deste ano vai para R$3,4 bilhões, do Município de Itajaí, e boa parte disso vem daqui, do setor náutico.

É um município de 300 mil habitantes. Então, para ter uma arrecadação, esse movimento, a gente sente que realmente vem boa parte do Porto de Itajaí.

É uma cidade universitária e que, nos últimos anos, tem fortalecido muito no setor náutico, principalmente aqui de produção, e aí entram grandes empresas, das quais eu já mencionei aqui a Ferretti, a Azimut, entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui, nós estamos falando só o setor de produção: chegamos a quase 4 mil pessoas que têm empregos diretos dentro do município, tirando aqui lazer, entre outras coisas.

Então, é uma grande preocupação que nós temos, principalmente aqui em reforma tributária, quando se fala de IPVA para esse setor, porque é um produto supérfluo. A gente não pode enxergar esse setor como o setor de pessoas ricas que vão comprar um iate, entre outras coisas...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO PEGORINI - ... e deixar de analisar que, por trás disso, tem muita gente...

A economia, que é o que a gente vai discutir aqui, é a economia do mar - não é, Mané? -, para defender essas pessoas que estão participando aqui, direta e indiretamente, e que têm a pujança econômica aqui para o nosso Brasil.

E aí eu defendo aqui o nosso Município de Itajaí. Fico feliz que... Eu quero levar essa ideia da secretaria municipal da economia do mar para o Município de Itajaí. A gente já vem debatendo o Porto de Itajaí, entre outras coisas, para colocar numa secretaria, mas é uma ideia importante que vamos aqui... Eu peço até o apoio político dos demais, para que a gente possa sensibilizar o nosso Prefeito Municipal, Robison Coelho, que tem uma defesa juntamente aqui com o nosso Senador Esperidião Amin e todos nós, o Prefeito Robison; o Vice-Prefeito, Rubens Angioletti; a Câmara Municipal...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO PEGORINI - ... não está aqui o Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, mas defende também a ideia, e vamos levar isso para todo o nosso Brasil, Senador.

Muito obrigado, e vamos alimentar vocês com muitas informações através da Câmara Municipal também. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Agradeço as palavras do querido amigo Fernando Pegorini, e lembro que a Secretária do Mar formou mais de mil profissionais em seis meses desta gestão - errei o número?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Então, está certo. Parabéns para mim! *(Risos.)*

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Athayde, recomendando que o senhor se acautele do que vai falar, porque, em seguida, falará o Sr. Joaci Góes, qualquer erro, qualquer escorregão, será sem direito de resposta.

Portanto, nessas condições suaves, eu lhe passo a palavra, e já vou alertando os seguintes: vai depender da economia de combustível nós podermos ouvir a todos.

Obrigado.

O SR. EDUARDO ATHAYDE - Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, por este momento histórico.

Cumprimento todos da mesa, o meu querido amigo Augusto Aras; o Almirante Bettega; os Srs. Deputados; a minha querida amiga Duda Lomanto, primeira Secretária Municipal de Economia do Mar do Brasil.

Enquanto nós estávamos conversando aqui, Duda me autorizou a promover um encontro, Senador Esperidião Amin, diretamente entre o Estado da Bahia e Santa Catarina. Estamos estabelecendo o dia 24 de novembro deste ano para ser o primeiro encontro entre a Bahia e Santa Catarina, para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - No dia seguinte é o Dia de Santa Catarina.

O SR. EDUARDO ATHAYDE - Então, vamos comemorar na Bahia, na Bahia de Todos os Santos, o Dia de Santa Catarina.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO ATHAYDE - Eu queria, diante do que nós ouvimos aqui, lembrar a todos que a economia do mar começa na terra. É muito importante que isso fique claro.

Algum tempo atrás, conversando com um político de Mato Grosso, eu o convidava para participar do nosso Grupo Economia do Mar, em que hoje temos cerca de 520 pessoas, é um grupo empresarial, WhatsApp. Ele me disse: "Eu sou Mato Grosso, o que eu tenho a ver com a economia do mar?". Eu perguntei: "Por onde você exporta tudo que você produz? Por onde você respira? Tira-se o mar, paralisa-se o país".

Então, é muito importante, neste momento histórico... Eu acho que nós não podemos, Almirante Bettega, esquecer-nos do Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho neste momento. Ele que, em 2004, num artigo da *Folha de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

S.Paulo, descortinou a visão da Amazônia Azul, que hoje nós debatemos aqui, são 5,7 milhões de quilômetros quadrados - aliás, o IBGE já adotou a Amazônia Azul no mapa oficial do Brasil, que deixou de ter 8,5 milhões de quilômetros quadrados para, assim, ter 14,2 milhões de quilômetros quadrados. Então, é muito importante que a gente se atente a isso, e finalizando, Senador Amin, é muito importante que a gente abrace a educação para o mar. *(Palmas.)*

Nós estamos, na Bahia, trabalhando com as escolas azuis. Nós temos que levar isso para o ensino fundamental. Nas nossas universidades, nós temos Oceanografia, nós temos Geologia Marinha, mas nós não temos uma cadeira sobre economia do mar. Nós temos que avançar.

O Brasil, como disse o Senador aqui, movimenta R$2 trilhões por ano na economia do mar, o mesmo que movimenta a agricultura. Nós não temos um atlas da economia do mar. Na agricultura, cada grão de soja tem mais tecnologia do que esse meu celular aqui; no mar, nós não temos. Há a grande economia do mar - petróleo e gás, porto, pesca industrial -, mas tem a pequena economia do mar, que são as praias, as pousadas, o turismo, o pequeno turismo. Nós temos que olhar porque ela é muito maior do que o que a gente está pensando olhando apenas para o mar. Então, de novo, a economia do mar começa na terra.

Parabéns aos municípios como Itajaí, que estão na frente, se articulando nesse sentido, mas nós precisamos, Senador, finalizando a minha fala, focar na educação para o mar. Parabéns à nossa querida Marinha do Brasil, à nossa Cirm (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar), pelo grande trabalho que tem feito.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Com a palavra o nosso farol, querido amigo Joaci Góes, que é uma das poucas razões pelas quais eu tenho alguma inveja da Bahia. *(Risos.)*

O SR. JOACI GÓES - Eminente Senador Esperidião Amin, eu queria começar a minha fala manifestando um pequeno protesto contra uma dimensão minúscula do belo pronunciamento do Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) - Muito obrigado.

O SR. JOACI GÓES - Ele, ao agradecer ao seu augusto e venerável pai, cometeu uma impropriedade: chamar de velhinho um adolescente de 74 anos. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Sou solidário com o protesto.

O SR. JOACI GÓES - Mas, olha, Senador, toda vez que falo sobre este assunto, eu me sinto no dever de evocar um nome que tem tudo a ver com o que nós estamos discutindo aqui, que é a figura absolutamente histórica do Almirante Paulo Moreira da Silva, nascido no Rio de Janeiro, em 1919, e morto em 1983, que, há cerca de 55 anos, escreveu um livro rigorosamente seminal: *O Desafio do Mar*. Ele foi inclusive o operador do navio-escola Almirante Saldanha. Talvez esse tenha sido o grande contributo, o primeiro grande contributo, merece todas as homenagens esse grande almirante, como, de resto, a Marinha do Brasil, à qual eu tenho muita honra de figurar, e não é de agora, desde o Almirante Henning, quando foi Comandante do 2º Distrito Naval da Bahia, até hoje, passando por tantas figuras, todas elas grandes amigos meus, dentre eles, o notável brasileiro Almir Garnier da Silva, para quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Mas queria dizer aqui, nesta oportunidade, e como a Bahia está aqui tão bem representada por tantas figuras que já se expressaram, dizer do meu acerto em ter, entre os meus amigos, o Senador Esperidião Amin e o notável baiano Augusto Aras. Eu, por exemplo, escrevi alguns livros, mas o livro mais importante que eu escrevi, apesar de 850 páginas, não é pelo seu conteúdo. As pessoas dizem: "Olha, o seu livro é razoável. Já o prefácio é uma maravilha, porque foi escrito por Augusto Aras". *(Risos.) (Palmas.)*

E ver essa menina que está aqui, é uma espécie de sobrinha, uma sobrinha afetiva, tamanha a minha relação com o Lomanto Júnior, com o pai dela, com os tios dela, com o tio dela, inclusive, que está ali, o Marquinhos Lomanto, e que está fazendo um trabalho sobre esse assunto, como ele falou aqui, o Eduardo, que é o maior especialista vivo na Bahia hoje sobre as questões do mar. Há mais de 30 anos, ele é o Diretor no Brasil da WWI (Worldwatch Institute), ele é o maior conhecedor dessa temática do mar; e ela, fazendo esse trabalho, esse esforço de coligir informações em vários domínios para formar um centro que seja capaz de preparar mão de obra para essa questão do mar.

Então, eu quero dizer, Senador, que, na sua rica biografia, eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar que, de todos os componentes dessa sua trajetória existencial que o Brasil tanto aprecia e admira, esta iniciativa, sem dúvida alguma, é a mais importante de todas, porque, como o próprio Paulo Moreira da Silva e tantos outros brasileiros afirmaram, nós somos um país de caranguejos.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOACI GÓES - Vivemos na costa do mais extenso litoral, num só oceano que o país possui, mas de costas para as riquezas do mar.

Hoje mesmo, fora do mar territorial brasileiro, eu tive a oportunidade de acompanhar, no distrito naval, o trabalho de fiscalização da Marinha para evitar a presença, sobretudo, de navios chineses. A pesca fora do mar territorial dos navios chineses é tão intensa que, neste momento, já está prejudicando a piscosidade dentro do mar territorial, onde o Brasil tem uma presença pequena.

Então, o que eu queria era recomendar ao Senador Amin que uma providência imediata seria a formação, incumbir as nossas universidades de preparar profissionais para operar as questões do mar. Você quer fazer uma casa, quer fazer um prédio, você tem um engenheiro, você quer fazer um supermercado, você tem os especialistas, mas você não encontra hoje pessoas, técnicos, profissionais a quem recorrer para fazer, por exemplo, a piscicultura no mar.

Só a Baía de Todos-os-Santos, pela tranquilidade das suas águas e pela temperatura das suas águas, estudos teóricos apontam para a possibilidade de ali nós alimentarmos o Brasil, e não fazemos isso. Então, nós temos, Senador, que sair do discurso para a ação. A primeira providência é esta, a de preparar profissionais para operar a economia do mar. Esses números que nós estamos apontando, estudos especulativos - especulativos ainda - apontam para a efetiva possibilidade de que o subsolo do mar seja mais rico do que a parte seca do planeta Terra.

Portanto, Senador, parabéns por esta sua iniciativa! Eu tenho certeza de que este encontro de hoje é um marco na história do desenvolvimento e da racionalidade operacional do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco/PP - SC) - Quero mais uma vez agradecer a generosidade da palavra do meu amigo Joaci Góes.

Vou ter que me ausentar; vou passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Jorge Seif.

E não me despeço ainda porque espero poder retornar, mas àqueles que saírem eu quero deixar um abraço muito afetuoso e dizer que nós vamos fazer história daqui para a frente.

Muito obrigado. *(Palmas.) (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Continuando a nossa instalação da Frente Parlamentar da Economia do Mar, queria, antes de passar para o próximo orador, juntar-me aqui ao Agnaldo e fazer uma homenagem para um dos grandes produtores de pescado da cidade de Itajaí, que hoje vai para a casa de Papai do Céu, Sr. David Gregório - a sua família toda o Pegorini também conhece -, um homem que ajudou a construir Itajaí, ajudou a construir a pesca em Itajaí, um grande industrial - sua família continua na atividade - e que hoje, tenho certeza, está descansando; um homem inclusive muito religioso, correto e que hoje nos deixou. Acho que é merecida esta homenagem a ele, à Mara, ao Douglas, ao Frans, a toda a sua família. Nós temos muito carinho e devemos muito a ele. Itajaí, o setor pesqueiro de Itajaí deve muito ao Sr. David Gregório, que hoje nos deixa.

Queria passar a palavra para o Dr. Eduardo Colunna, da Associação dos Construtores de Barcos.

O SR. EDUARDO COLUNNA - Boa tarde a todos.

É uma honra fazer parte desta iniciativa da frente parlamentar, hoje aqui com a sua primeira reunião instaurada.

Quero reiterar tudo o que os muitos conhecedores aqui colocaram por estarem no setor e atuando em prol do setor. Como disse o Mané Ferrari, nós somos uma indústria muito intensiva em mão de obra, em todas as suas etapas. Eu costumo dizer que o barco nasce, e depois dele é que vem toda a economia do mar. Então, o barco não é o mais importante; ele só faz parte de, no caso da indústria, um início que vai gerar, enquanto o barco perdurar - por sinal, dura muito mais do que um automóvel -, empregos que vão estar garantidos por longa data. Eu acho que essa é a nossa maior bandeira.

Os nossos profissionais são treinados e têm um tíquete salarial maior do que o da construção civil, do que o de muitos outros setores. E tem um agravante: quando foram colocados aqui os problemas que tiveram na Itália, nos Estados Unidos, com impostos similares ao IPVA, que destruíram... Nos Estados Unidos, para se ter uma ideia, caiu em 90% o setor. Nós estamos falando de um país que vende aproximadamente 300 mil barcos por ano. Nós, o Brasil, produzimos 4,5 mil barcos por ano. Então, é um estrago realmente muito grande que, em alguns casos, pode se recuperar, mas em outros não se recupera. Essa mão de obra, uma vez dispensada, não vai ter colocação numa outra atividade.

Então, acho que isso é uma responsabilidade muito grande nossa, a gente discute muito isso, e eu acho que essa frente abre portas para que a gente possa levar as demandas. Tem muita coisa boa, mas tem muita coisa que é desafiadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando a gente fala também do imposto seletivo, que vem na reforma tributária, ele vai ser com uma alíquota determinada em função do grau de agressão ao meio ambiente.

Bom, o setor náutico é protetor do meio ambiente, não agressor. A gente tem uma evolução ao longo do tempo, com os motores, e, hoje, com a eletrônica, a emissão é muito menor do que era 20, 30, 40 anos atrás.

Tem um projeto dum barco, do qual o Ernani faz parte, do Grupo Náutica, que é uma embarcação que vai estar exposta na COP 30. É a primeira embarcação... Inclusive, estamos com o apoio da Marinha, Almirante.

Essa embarcação vai ter a solução de hidrogênio. Tem algumas etapas.

Nessa primeira etapa, toda a hotelaria, toda a parte elétrica do barco é gerada por geração de uma célula de combustível a hidrogênio. Isso é emissão zero. Se você tem um hidrogênio de baixo carbono, você está gerando energia sem emissão.

A segunda e terceira etapa do projeto contemplam ter um barco, no final, que vai pegar água do mar, através de um eletrolisador, vai tirar o hidrogênio, e esse hidrogênio vai alimentar a célula de combustível e vai ter energia. Isso é autossustentável.

Nós sabemos que o setor marítimo é o que mais polui. É que tem muito mais automóvel, mas o maior poluidor é o marítimo. E, na etapa intermediária, existe um motor de série que é fabricado... Que não é uma coisa que é uma utopia, uma tentativa. É um motor real, que, com 20% de hidrogênio, é um motor híbrido, emite 80% menos. Isso, qualquer estaleiro ou o Paião pode botar na Okean dele esse motor, fabricado pela MAN, da Alemanha.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO COLUNNA - Então, eu acho que a gente contribui muito.

Isso é uma preocupação, Senador, muito importante hoje, porque a gente vai determinar, com a reforma tributária, todo o futuro desse setor, não é? Então, é importante dar essa atenção.

É muito bacana ter a Bahia em peso aqui. Agora, no fim do mês, a gente vai ter um *boat show* lá. Já tivemos um em Itajaí, tivemos Rio, São Paulo. Agora, no fim do mês, com todos convidados para participar do *boat show* na bela Bahia Marina, de 30 de outubro a 2 de novembro. Então, vai estar muito bacana.

Então, não vou me alongar, mas obrigado pela oportunidade.

Parabéns ao Mané Ferrari, ao Paião, ao Ernani, da Náutica, a todos que contribuem para o setor e a todos vocês, porque é muito importante hoje a gente poder conversar com o Governo, através de uma frente como esta, e botar esse lado, que é o que está por trás de existir um barco, de existir a economia do mar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Obrigado, Dr. Eduardo, pelo seu pronunciamento.

Eu só queria também registrar a preocupação do Dr. Joaci Góes sobre formação de pessoas e mencionar aqui meu amigo Benjamim Teixeira, que é Diretor-Geral do *campus* de Itajaí, do Instituto Federal Catarinense.

Lá nós já formamos mais de mil PEPs e POPs, que hoje é uma necessidade do setor náutico, seja de lazer, seja de pesca ou seja de cabotagem, do que for, a formação de novos profissionais, e nós somos parceiros lá do instituto federal, que tem parceria com a Marinha do Brasil, que, muitas vezes, não tem condições, não tem estrutura de formar esse marinheiro, esse homem do mar.

Então, um convênio entre eles habilitou o Instituto Federal Catarinense, e nós somos colaboradores com emendas, com apoio político a essa grande instituição que está aqui nos prestigiando - quero fazer essa menção.

Quero também dizer ao senhor que uma outra preocupação que é importante que nós registremos é que a última pesquisa sobre os nossos recursos marinhos, falando de biodiversidade e estoques marítimos, foi feita pela Marinha do Brasil - o Revizee - me parece que em 1996.

Estou certo, Almirante?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Em 1996. Estou correto.

Nesta frente parlamentar, com o prestígio do Senador Esperidião Amin e com a força de Senadores e Deputados, Dr. Joaci, eu tenho certeza de que nós teremos, como o senhor mencionou a Secirm - e muito bem mencionado, agradeço-lhe por isso -, o grande Sérgio Gago Guida...

O SR. BETTEGA (*Fora do microfone*.) - O Guida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Sérgio Guida, meu amigo, presidiu-a na época em que eu era Ministro da Pesca.

O SR. BETTEGA (*Fora do microfone*.) - O Secretário está ali.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Ah, o Secretário está aí.

É o novo Secretário?

Bem-vindo, obrigado pela sua presença.

Nós vamos fazer um esforço muito grande. Eu vou conversar com o Senador Esperidião Amin, para dar toda a estrutura, especialmente em questão de orçamento, para que vocês possam desenvolver um Revizee 2, atualizá-lo e, inclusive, nos ajudar a desmontar algumas narrativas do ecoterrorismo, que infelizmente hoje se instalou no nosso país, de que o mar está acabando, de que o peixe está acabando, de que está tudo acabando. Nós sabemos que não temos pesquisas à altura para saber quais são, verdadeiramente, os estoques pesqueiros.

Aqui nós temos vários representantes do mar, que vivem da economia do mar, que é o caso meu, da minha família, do Agnaldo, do Pegorini e de tantos outros da Bahia aqui que eu não sei. Hoje vivemos cada dia mais processos restritivos, com base, muitas vezes, em ideologia e num protecionismo exagerado.

Então, obrigado pela presença do Secretário da Secirm.

Queria passar agora a palavra, para o seu pronunciamento de até cinco minutos, para o Dr. Ernani, do Grupo Náutica.

Obrigado. Seja bem-vindo à nossa frente parlamentar.

O SR. ERNANI PACIORNIK (Para expor.) - Bom dia, muito obrigado.

Eu acho que todo mundo aqui já colocou a importância da economia do mar. Eu acho que essa ideia... Eu copio o Mané, na coisa de estarmos virados de costas. Há 15 anos já que a gente está nessa batalha, eu mais para cima, ele mais no Sul. Eu pego do Paraná para cima, ele pega Santa Catarina, que vale hoje, na economia do mar, quase que como 80% do Brasil.

Eu acho que a gente tem que ficar esperto, alerta, porque, quando você pega um imposto que tira uma pessoa que vai deixar de comprar o barco, vai usar o barco em Punta del Este ou em Miami, porque vai ficar mais barato ir para lá usar do que usar aqui, cada barco desses perde 50 empregos na fabricação, 50 empregos no dia a dia, e na cadeia inteira vai ser um desastre. Não é o exemplo de um lugar ou de outro, por uma demagogia - que a gente sabe que é -, porque o imposto vai diminuir, não vai aumentar. Você hoje tem fábrica de barco mediana que tem mais emprego que fábrica de caminhão, porque uma é feita com robô e a outra é feita com gente, é artesanal, é mão de obra intensiva.

Então, se a gente deixar isso passar, vai detonar muito; o mal vai ser muito pior do que o bem. Isso está claro. Entre num estaleiro e veja. Eu acho que o Eduardo Colunna falou bem.

Eu, quando fiz o barco, a minha pretensão do barco de hidrogênio era outra, mas eu dei à Acobar, à frente parlamentar, a quem quisesse, para usar isso.

A náutica, sim, está contribuindo para a transição energética. A gente está fazendo um barco com zero emissão, e não é a indústria naval que está fazendo. É a indústria náutica, porque eu sou indústria náutica. Eu vivo dela. Como o Seif vive da pesca, como ele falou, eu vivo da náutica há 40 anos.

Hoje, é muito importante isto daqui, porque, no ano passado, eu fiz 40 anos. As pessoas duvidam, mas eu fiz 40. E, hoje, eu estou fazendo 41. E esta frente foi um grande presente que vocês me deram.

Muito obrigado pela oportunidade de, no meu aniversário, ver a frente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Somos nós quem agradecemos o prestígio do senhor por estar aqui nos ajudando com esta grande missão que é instalar e começar a olhar, com mais carinho, com mais zelo, com mais investimento, com desburocratização, com estudo, com investimento, com parcerias, fortalecendo o setor privado, fortalecendo o setor público, para que esses setores se falem, fortalecendo nossa soberania com a Marinha do Brasil e com a Secirm.

Obrigado pela presença do senhor.

Eu quero passar a palavra, agora, para o Dr. Roberto, do Grupo Okean Ferretti, por até cinco minutos.

Obrigado pela presença do senhor na nossa Comissão.

O SR. ROBERTO PAIÃO (Para expor.) - Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu gostaria de deixar os meus agradecimentos ao Senador Esperidião Amin, que prontamente nos atendeu, em Itajaí, com uma escuta cuja qualidade todos sabemos, que pôde proporcionar esta frente parlamentar; e ao Fernando Pegorini, que nos recebeu ali na Câmara dos Vereadores.

Eu creio que é um momento muito importante para a náutica ou para economia do mar, como nós estamos chamando, porque, em todos esses anos, é a primeira vez que eu vejo tantos setores ligados e vejo atores muito importantes, como o Mané Ferrari, como o Edu Colunna, como o Ernani, juntos.

E eu não represento somente aqui o Estaleiro Okean, mas falo pelos meus parceiros de negócio e tantos outros estaleiros em Santa Catarina e no Brasil, porque muitos não puderam estar aqui. Na minha fala, fica o fortalecimento da indústria.

Essa é uma indústria, como todos falaram, de grande relevância, com alta condição de empregabilidade e uma mão de obra extremamente especializada.

Para se falar de desenvolvimento da economia do mar, precisa ter barco na água, precisa de uma construção bem feita, e o desenvolvimento dessa indústria tem crescido de uma forma muito sustentável nos últimos 10, 12 anos. O número de funcionários, o número de barcos na água, o crescimento dos barcos, isso está trazendo uma sustentação para essa economia e, certamente, o crescimento do número de empregos.

Não é só sobre a montagem. Muitos dos produtores importam *kits* e montam, mas muitos, como nós, começamos os processos de nacionalização e desenvolvimento da indústria local, junto com a federação da indústria, junto com as escolas Senai, fortalecendo a indústria. Indústria forte, economia forte.

Então, nós vemos, hoje, polos moveleiros com dificuldades para exportação. Todos nós estamos vendo as reações ou as questões relacionadas ao tarifaço e nós sentimos isso, Senador, em Santa Catarina.

Na contramão disso, nós montamos uma moveleira, porque nós podemos nacionalizar os nossos móveis, nós podemos dar emprego e nós podemos fortalecer a indústria. O mesmo de muitas empresas químicas que vêm para o Brasil para sustentar essa base de matéria-prima para a área de compósitos; o mesmo das de curtumes. Não preciso trazer couros de fora; temos indústrias ricas e importantes no Brasil.

O nosso povo é capaz não só de exportar bens primários, mas de montar produtos, de estabelecer um novo padrão de qualidade ao Brasil.

Dá-nos orgulho, ao andar pelas feiras no mundo, ver os nossos produtos nos Estados Unidos e na Europa e ver que nós temos um potencial de crescimento e de sustentação dessa economia do mar.

É uma indústria extremamente relevante, extremamente empregadora, e eu creio que o cuidado principal para essa indústria é enxergá-la como um dos pilares de sustentação dessa economia e ter os cuidados e a didática que existem daquilo que já aconteceu nos países como os Estados Unidos e a Europa. Que nós não cometamos o mesmo erro.

Então, creio que esta frente parlamentar vai tomar o cuidado destas quatro frentes - do serviço...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO PAIÃO - ... da indústria, do turismo e do comércio - e eu creio que nós vamos ter grandes avanços em proteção ao crescimento dessa indústria.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Obrigado, Dr. Roberto.

Só para avisá-los que só temos mais três oradores, e, em seguida, encerraremos. Também temos a sessão deliberativa aqui do Senado.

Eu gostaria de convidar agora o Sr. Benjamim Teixeira, a quem me referi há pouco, do Instituto Federal Catarinense, que tem uma grande parceria com a Marinha do Brasil em formação de mão de obra para o mar.

Benjamim, a palavra é sua, por até cinco minutos; se puder economizar, eu lhe agradeço.

O SR. BENJAMIM TEIXEIRA (Para expor.) - Obrigado, Presidente, por quem tenho um carinho especial. Eu o chamo carinhosamente de Júnior, porque Jorge Seif veio depois, e a nossa relação é a mais antiga, não é, Júnior?

Eu queria parabenizar o Senado Federal, o Parlamento, por esta iniciativa.

Como oceanógrafo de formação, para mim, é muito fácil vir falar desse tema aqui, porque eu falo com muito amor.

Eu queria agradecer ao Almirante Bettega. Peço-lhe que leve o meu abraço lá para o Almirante Olsen, meu amigo; para meu amigo especial, o Almirante de Esquadra Sílvio Luís, que me condecorou também como soamarino; assim como para meu grande parceiro e amigo Agnaldo dos Santos, Presidente do nosso Sindipi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Falamos de várias coisas, e eu fiquei muito feliz quando ouvi falar da educação e da formação de mão de obra para o mar.

Agradeço também ao Pegorini, nosso Chefe do Legislativo. Também sou de Itajaí. Eu não queria nem falar isso, porque acaba ficando chato, parece que veio a comissão, que veio um avião só de Itajaí para cá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) - Um da Bahia e um de Santa Catarina.

O SR. BENJAMIM TEIXEIRA - Mas isso mostra...

Eu sou mineiro quase baiano. Há 30 anos, estou em Santa Catarina, um estado pelo qual sou completamente apaixonado. Minas que me perdoe, mas não tinha mar, virei oceanógrafo e fui, acredito, para o melhor estado da nossa Federação. *(Palmas.)*

Alguns anos atrás, aconteceu um evento que marcou muito a pesca no nosso estado. Um naufrágio aconteceu, algumas vidas se perderam, mas, como todos os grandes desastres, a gente não tem que olhar para aquilo só com luto, a gente tem que ver o que a gente pode fazer para melhorar.

No meio de toda aquela tristeza, a Marinha resgatou... Inclusive, Almirante Bettega, queria, assim, parabenizar mais uma vez a Marinha do Brasil - eu adoro falar isso -, porque um dos tripulantes, um náufrago, no momento, estava há quase 48 horas, no inverno, perdido em alto mar, e ninguém sabia direito a localização, quando o helicóptero da nossa Marinha de Tamandaré o resgatou, quase escurecendo. Ninguém acreditava; foi um verdadeiro milagre de Deus, mas operado pelas mãos da nossa Força. E, quando um dos rapazes chegou ao porto, ele falou: "Eu me salvei e consegui salvar mais cinco tripulantes da minha embarcação, graças ao Instituto Federal de Santa Catarina".

Eu até me emociono e tento ser forte para não chorar, porque, para mim e para minha equipe que eu lidero hoje, isso não tem preço para um educador. Isso é mostrar que a educação, literalmente, salva vidas, não só trazendo dignidade para quem trabalha. Vou falar no nosso caso - né, Agnaldo? -, como pescador; eu sou um professor de pescadores.

O nosso instituto é um instituto no qual todos os professores são mestres e doutores, e nós damos aula para pescadores. Por que eu falo isso? Porque é um público excluído. A gente vê muito falar de indígena, de quilombola, mas esquecemos os nossos pescadores.

(Soa a campainha.)

O SR. BENJAMIM TEIXEIRA - Quando a gente fala que a gente ajudou a Marinha do Brasil a formar mais de mil aquaviários do Grupo 3, que é o grupo de pescadores, desde 2014, a gente está falando, assim, de levar dignidade, porque eles estão trabalhando e estão trabalhando no mar, sem qualificação, sem carteira. E, por qualquer autoridade marítima, Polícia Federal, Ibama e por aí vai, ele é tratado como um vagabundo, como um marginal; e ele não é, ele é um pai de família que está lá trabalhando para levar o pão para casa, mas para levar um alimento de qualidade, que é o pescado, para a nossa mesa.

Então, assim, com muito orgulho, eu e o nosso Instituto Federal de Santa Catarina trabalhamos e podemos e queremos colaborar muito com esta frente parlamentar.

E, para finalizar, nós, com a Marinha do Brasil, antes de se falar em cultura oceânica, já estávamos tentando levar mentalidade marítima para a população brasileira. E, para o ano que vem, nós esperamos levar para o MEC o primeiro curso de licenciatura em Ciências do Mar. Para quê? *(Palmas.)*

Para formar professores para trabalhar no nível médio, para a gente deixar de ficar de costas para o mar.

Muito obrigado a todos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Obrigado, Benjamim, por suas contribuições!

Eu queria convidar a Sra. Leilane Loureiro, que é da Associação Náutica da Bahia, para dar suas contribuições.

A SRA. LEILANE LOUREIRO - Boa tarde a todos. É um prazer muito grande estar aqui, representando a Bahia. Sou mais uma da comitiva da Bahia. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) - Mais uma do avião.

A SRA. LEILANE LOUREIRO - Isso, exatamente.

Quero agradecer ao nosso Senador Esperidião Amin; ao Deputado Claudio Cajado, que sempre nos deu muito suporte e muito apoio na área náutica; e ao Deputado Leur Lomanto, que também é um militante da área.

A gente vê que, finalmente, a gente está conseguindo caminhar um pouco mais para o desenvolvimento da economia do mar, a gente consegue enxergar a importância do nosso setor na parte de infraestrutura, na geração de emprego. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

somos um país com um litoral muito grande e com uma cultura náutica muito reduzida. Então, a gente precisa inserir na escola, desde as crianças, um pouco do que é a cultura marítima.

A Marinha tem feito um trabalho muito bom nesse sentido, mas eu acho que falta a nós da comunidade começarmos um pouco mais firmes nesse trabalho. A Secretária do Mar, aqui presente, tem feito também um trabalho brilhante na nossa cidade. Inclusive, nós hoje temos o SAC Náutico, uma iniciativa inovadora para o nosso país, em que o turista estrangeiro chega e consegue fazer toda a documentação de entrada no país em um único local. Nós já tivemos, em pouco mais de um ano, mais de 1,5 mil atendimentos. Isso faz uma grande diferença para desenvolver o turismo náutico.

Precisamos também ter um pouco de foco na infraestrutura, porque a gente não consegue desenvolver o setor se nós não tivermos uma infraestrutura forte. A burocracia para a gente instalar um empreendimento náutico, principalmente na área de lazer, é muito grande. A gente tem dificuldade não só de meio ambiente, como também de patrimônio da União. Há diversos outros setores em que a gente precisa atuar, de forma a criar os incentivos - eu falo de incentivo, mas de forma simplificada, de se fazer esse tipo de infraestrutura para a gente conseguir se desenvolver. A gente não tem como desenvolver a náutica sem ter o local onde parar os barcos, sem ter o local onde fazer os consertos e toda a manutenção dos barcos em si.

Só para vocês terem uma ideia... Eu represento aqui a Associação Náutica da Bahia e o Cluster Tecnológico Naval. Só para vocês terem uma ideia, lá na Bahia Marina, nós, em um único empreendimento, geramos mais de 1,5 mil empregos. Então, a gente precisa levar isso para outros lugares do país e trabalhar um foco para que a gente consiga desenvolver o setor.

Então, estou muito grata de estar aqui participando hoje e tendo a oportunidade de falar, para que a gente possa reverberar isso para todo o país. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Sra. Leilane, quero agradecer a sua presença e parabenizá-la pelo seu empreendimento. Que Papai do Céu a abençoe e multiplique pessoas de coragem e de empreendedorismo como a senhora! A senhora abrilhanta a instalação da nossa Frente Parlamentar da Economia do Mar.

Muito obrigado.

Quero convidar o nosso último palestrante, por assim dizer, Sr. Cláudio Murilo Xavier, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia. O senhor tem cinco minutos - nosso orador, melhor dizendo. *(Risos.)*

O SR. CLÁUDIO MURILO MICHELI XAVIER - Obrigado pelo convite.

Na verdade, eu estou representando aqui a Federação das Indústrias, mas também faço parte do *cluster* dos conselhos de infraestrutura do estado.

Falar de economia do mar é falar de melhoria da realidade da população local e da população dos arredores.

Quando a gente coloca economia do mar, é muito importante ver o alcance que essa economia do mar tem quando a gente vai até outros países e divulgam, vendo a importância que eles estão dando, porque na hora de fazer uma soja brasileira... A soja brasileira tem altas taxas de produtividade, mas não consegue atingir mercados porque tem uma logística ineficiente, quando, na verdade, a gente tem uma grande dádiva que é essa marinha, esse mar, esse oceano, que poderia facilitar isso aqui.

Quando você fala em intermodalidade, você está falando também que, de zero a 500, o mais eficiente é a rodovia, e não é o mais barato, mas é o mais eficiente, porque a qualquer hora você pode colocar; de 500 a 1,1 mil, ferrovias; mas, de 1,1 mil em diante, o grande consumidor do Brasil está nos países que compram a mercadoria produzida no Brasil. Então, nisso, a gente tem uma possibilidade de eficiência muito grande, primeiro, porque a gente tem, no caso da Bahia, Senador, e é tão importante a gente colocar isso, a segunda maior baía do mundo, e dizem que a segunda melhor também para navegação. E isso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) - Só perde para Santa Catarina. *(Risos.)*

O SR. CLÁUDIO MURILO MICHELI XAVIER - Pronto.

E por que isso? E aí se fala assim: por que é a segunda melhor? A segunda melhor para navegação. Primeiro, porque ela tem uma localização estratégica, ela não está só no Nordeste, ela está no meio do Brasil; segundo, ela tem águas profundas e abrigadas.

Eu estava recentemente numa apresentação lá em Dubai e as pessoas demoraram a acreditar que, enquanto os outros lugares têm uma necessidade de calado de 12m, de 11m, o início da baía é com 53m. E ela vai até na frente do porto com 23m. É uma coisa absurda! Pararam a apresentação para checar no mapa se aquilo era verdade, e isso é uma vantagem competitiva que o Brasil tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando a gente fala também em águas abrigadas é porque está numa península, está abrigado, então, enquanto a maioria dos portos tem, em vários dias do ano, uma dificuldade de operação, lá, nos últimos 20 anos, se eu não me engano, foram três vezes que se parou o porto por uma condição não tão favorável.

Quando a gente fala também em condições meteorológicas, elas são excelentes, não só quanto a vento, mas também em chuvas e tantas outras vantagens. Tem um baixo nível de assoreamento, e isso é um fator fundamental, já que tantos outros portos aqui precisam de dragagem, às vezes, duas vezes por ano. Se diz que às vezes um navio de grande porte gasta quase duas horas a menos para atracar no porto que lá está. E por que isso? Porque as condições, como se colocou aqui, são muito favoráveis.

E aí, em relação a isso, a gente se atenta para o fato de que o mundo está caminhando para os navios pós-Panamax. São navios que precisam não só... Os navios 366 precisam de uma dimensão e uma largura de 240m, então, não é toda abertura de baía que permite se fazer isso. Enquanto outros podem um, dois navios, lá, como são 13km de um lado a outro, teoricamente, teria que ter quatro vezes treze. É claro que não é, porque a profundidade não é isso e nem alcança isso aqui, mas é uma vantagem competitiva muito grande.

Como se não bastasse, a gente tem uma amplitude de maré de mais de 3m.

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MURILO MICHELI XAVIER - O porto lá, na verdade, foi colocado como o porto mais eficiente do Brasil, segundo o Banco Mundial, e o sexto do mundo na categoria dele.

Mas eu queria só colocar, e eu achei muito interessante, o também baiano colocou aí e outras pessoas, a parte de escolaridade. A gente tem o Cimatec, que é um dos principais centros de inovação, e desenvolveu o FlatFish, que seria um submarino de importância muito grande em nível mundial, um *case* mundial, e está se criando todo um sistema, um ecossistema de economia do mar.

Para terminar, Senador, eu acho que é muito importante a gente ver as oportunidades que estão criadas nessa baía, mas também em todo o litoral.

É com grande prazer que a Federação e todas as entidades da Bahia veem a instalação desta Comissão. A gente espera que, com certeza, os fomentos e o apoio sejam necessários para a gente desenvolver o que a gente já recebeu de tão grado e de tão bom nessas vantagens competitivas.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Pessoal, para finalizar, vou dar um minuto para a nossa mesa aqui fazer sua complementação, suas saudações finais, começando pelo meu amigo Pegorini, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Itajaí.

O SR. FERNANDO PEGORINI - Inicialmente, só quero cumprimentar aqui agora V. Exa., Senador Seif, itajaiense. Quero dizer que o seu trabalho, o desempenho de V. Exa. e também do Senador Amin abrilhantou essa noite aqui, ou melhor, essa tarde, com todos que deram diversos depoimentos; Benjamim, que também é do nosso município, deu uma grande palavra.

A primeira reunião que nós tivemos, Senador, foi no Legislativo itajaiense, com o Roberto Paião, que é da Okean e Ferretti; também com o Mané Ferrari, Presidente da Acatmar; teve o Márcio, da Fibrafort também; também o Wagner Lucio; mas quero dizer do depoimento que nós tivemos de um italiano, nato, que é o Francesco, que representava naquela oportunidade a Azimut e que então falou para nós, dentro da Câmara de Vereadores: "Fernando Pegorini, o que nós vivemos na Itália, quando eles implantaram o imposto, simplesmente devastou o mercado na Itália. Acabou". Então, foi um depoimento de uma pessoa que viveu aquilo. Ele falou: "Eu estou vendo um filme que está passando na minha cabeça, e não quero ver isso aqui também para o Brasil, principalmente para Itajaí, para o mercado brasileiro".

Então, quero dizer que ele falou o que aconteceu lá. Depois, o Parlamento voltou atrás e parou realmente para analisar o setor náutico, e hoje conseguiu voltar com a pujança agora de uma quarta economia, a economia do mar da Itália, mas será que nós vamos ter que viver tudo aquilo pelo que eles passaram, para depois a gente enxergar que errou e voltar atrás?

Então, é só isso que eu queria colocar no final.

Parabéns a todos, e vamos nos unir para a economia do nosso mar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Obrigado, Pegorini.

Nosso Almirante Bettega tem um minuto para as suas considerações finais

O SR. ARTHUR FERNANDO BETTEGA - Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu parabenizo os oradores que me antecederam.

A Marinha está em linha com o pensamento dos senhores, e eu reitero que vários elementos, narrados aqui, que compõem a economia do mar são indissociáveis do desenvolvimento nacional. A Marinha é vetor componente de todo esse esforço, e está disposta, obviamente, a permanecer contribuindo com os esforços de todas as comunidades aqui representadas.

Eu entendo também que, como a economia do mar é a resultante dessas inúmeras atividades desenvolvidas pelo poder marítimo, compondo o poder marítimo, é importante ressaltar que esses elementos precisam ser protegidos. Para tal, é imprescindível que nós disponhamos de um poder naval coerente, de uma marinha moderna, eficaz e que tenha sua credibilidade dentro do ambiente geopolítico no qual vivemos. Então, reitero que nós devemos ser capazes de enfrentar as diversas ameaças que compõem o nosso cenário e que interfeririam ou interferem, como narrado por alguns, interferem nas nossas atividades, no desenvolvimento do nosso país.

Portanto, parabenizo, mais uma vez, os Parlamentares componentes da frente e desejo todo sucesso ao trabalho dos senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco/PL - SC) - Pessoal, queria comentar com as senhoras e os senhores que, contra a nossa vontade, muitas questões foram incluídas na reforma tributária. Não é o momento oportuno para eu dar minha opinião, mas eu creio que a maioria de vocês sabe como nós - eu, Esperidião Amin - nos comportamos e votamos contra mais aumento de impostos. Infelizmente, fomos minoria, mas a nossa esperança é 2026, e está na mão de cada um das senhoras e senhores, como cidadãos brasileiros, fazer escolhas certas, perguntar para seus Deputados e Senadores se eles são a favor de aumento de impostos, se vão trabalhar contra aumento de impostos... Esse é um papel de cada um, exercendo a sua cidadania e escolhendo melhor os seus representantes, para que nenhum governo de plantão, seja de direita ou seja de esquerda, consiga, já respondendo ao Pegorini...

Na época em que Santa Catarina iria implementar o tal do IPVA, eu fui um dos que conversou também com o Senador, Governador Jorginho Mello, e conseguimos demovê-lo, demover o Cleverson de qualquer ideia de criação de imposto. Na verdade, ele estava seguindo... O novo código tributário estava sendo implementado, mas ele, naquele momento, absorveu, por algum tempo.

Esperamos que, até ano que vem, nós consigamos fazer maioria na Câmara e no Senado para reverter absurdos como esse, Pegorini.

E, também, uma das palavras que mais utilizei ali, Almirante, foi a palavra "soberania", e nós somos signatários da PEC do Senador Portinho que destina 2% do PIB brasileiro para as Forças Armadas, incluindo a Arma Marinha, a Força da Marinha do Brasil.

Nós sabemos que vocês passam por um momento de dificuldade econômica, financeira, e que vocês precisam ter previsibilidade para os investimentos.

Nós precisamos desenvolver o Sisgaaz, o sistema do Preps, de navegação, de salvaguarda; vocês precisam, acima de tudo, ter todas as guarnições pagas, rancho, combustíveis, porque, hoje, questões fundamentais... Muitos militares me procuram no meu gabinete e nos sensibilizam. Realmente dói, no nosso coração, saber que as nossas Forças Armadas, todas elas, precisam dessa ajuda, mas nós vamos aprovar essa PEC aqui, eu garanto para o senhor, para que as Forças Armadas estejam fortes e com recursos para investir na nossa soberania.

Antes de encerrar esta reunião, senhoras e senhores, quero agradecer aos setores públicos, setores privados, Vereadores, representantes, entidades de classe, pela presença com que muitos nos honram. Meu amigo Agnaldo, Mané Ferrari, tantas outras pessoas, Sra. Maria Eduarda, representando aqui a voz feminina também, a Sra. - como que é o nome dela, meu Deus? Esperem aí -, a Sra. Leilane, que aqui deu um depoimento também mostrando a força das mulheres nesse segmento...

Mas antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião, pelo estatuto aprovado e pelas notas taquigráficas que compõem o depoimento de cada uma das senhoras e dos senhores.

As Sras. e os Srs. Senadores e Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

E cumprida a finalidade desta reunião, agradeço a Deus. Saúdo mais uma vez e parabenizo o nosso querido amigo, Senador e... Como que fala? Não é ancião, senão ele vai ficar bravo comigo. Nosso decano Esperidião Amin, grande figura, homem honrado desse Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cumprida a finalidade, declaro encerrada esta reunião, agradecendo mais uma vez às senhoras e aos senhores pela presença.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATA DO GRUPO PARLAMENTAR DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal
Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

2ª REUNIÃO DE 2025

8 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Ata Circunstanciada da ***2ª Reunião de 2025 do Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (GPOTCAM)***, realizada em 8 de outubro de 2025, quarta-feira, às 14h, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, com o seguinte resultado:

ITEM 1: Realizada a Assembleia do Parlamento Amazônico em 2025;

ITEM 2: Pactuada a Declaração do PARLAMAZ para a COP30.

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Senador **NELSINHO TRAD**
Presidente do GPOTCAM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 8 de outubro de 2025
(quarta-feira)
às 14h

RESULTADO

2ª Reunião

GRUPO PARLAMENTAR DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - GPOTCAM

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
VICE-PRESIDENTE: Deputada Socorro Neri

	Debates sobre temas pertinentes ao Grupo Parlamentar
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Debates sobre temas pertinentes ao Grupo Parlamentar

Assunto / Finalidade:

Item 1 - Assembleia do Parlamento Amazônico 2025;

Item 2 - Pactuação da Declaração do PARLAMAZ para a COP 30, em Belém-PA.

Participantes:

Sr. José Fernando Chumpi
Membro da Assembleia Nacional da República do Equador

Sr. Roy Moham
Membro da Assembleia Nacional da República do Suriname

Sra. Yenica Acosta
Vice-Presidente do Parlamento Amazônico pela Colômbia

Apresentação

Sra. Vanessa Grazziotin
Diretora-Executiva da OTCA

Deputada Socorro Neri
Vice-Presidente do Parlamento Amazônico pelo Brasil

Embaixador João Marcelo Galvão de Queiroz
Diretor do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores

Embaixador Carlos Alfredo Lazary
Senior Fellow da Plataforma Cipó

Sra. Alice Amorim
Chefe da Assessoria Extraordinária para a COP30

Sr. Keith Alger
Presidente do Instituto Caucus Brasil

Resultado: ITEM 1: Realizada a Assembleia do Parlamento Amazônico em 2025;

ITEM 2: Pactuada a Declaração do PARLAMAZ para a COP30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

2ª, Reunião

Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Senado Federal		
TITULARES		**SUPLENTES**
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	
EDUARDO BRAGA		
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	
JAQUES WAGNER		
NELSINHO TRAD	PRESENTE	
PLÍNIO VALÉRIO		
ZEQUINHA MARINHO		
ELIZIANE GAMA		
DAMARES ALVES	PRESENTE	
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	
PAULO PAIM	PRESENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	
HAMILTON MOURÃO		

Câmara dos Deputados		
TITULARES		**SUPLENTES**
SOCORRO NERI	PRESENTE	
PEDRO AIHARA		
GENERAL PAZUELLO		
DUDA SALABERT		
SIDNEY LEITE		
DRA. ALESSANDRA HABER		
HERCÍLIO COELHO DINIZ		
LEBRÃO		
JÚNIOR FERRARI		
CORONEL CHRISÓSTOMO		
PROFESSORA GORETH		
MEIRE SERAFIM		
CÉLIA XAKRIABÁ		
NILTO TATTO		
ADAIL FILHO		
DUDA RAMOS		
ZÉ ADRIANO		
PROFESSORA MARCIVANIA		

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
IZALCI LUCAS
WEVERTON

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

STYVENSON VALENTIM
PROFESSORA DORINHA SEABRA
AUGUSTA BRITO
SÉRGIO PETECÃO
ZENAIDE MAIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECLARAÇÃO DO PARLAMENTO AMAZÔNICO

Plenário de Parlamentares dos oito países amazônicos

Reunidos em Brasília, no marco da 12ª Assembleia Ordinária do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), e conscientes de nossa responsabilidade histórica com a Região, as e os parlamentares dos oito países da Região Amazônica:

Manifestamos nossa vontade de contribuir ativamente para a proteção da Amazônia e para o fortalecimento da cooperação amazônica.

Reconhecemos que a Amazônia, maior floresta tropical do mundo, desempenha um papel essencial para o equilíbrio climático global e a conservação da biodiversidade, e que se encontra hoje em um ponto crítico, ameaçada pelo aquecimento global, pelo desmatamento e degradação de suas florestas e pelo aquecimento global, por incêndios e secas recorrentes, pela perda de glaciares tropicais que ameaça o ciclo da água, por atividades ilegais como a mineração e a extração ilegal de madeira, pelo crime organizado transnacional e pelos impactos crescentes da mudança climática, que comprometen sua função ambiental e o bem-estar dos povos amazônicos.

Destacamos a importância de fortalecer a coordenação e as alianças entre Estados, parlamentos, governos, instituições científicas, setor privado e sociedade civil para enfrentar a mudança climática e seus efeitos, focando especialmente na cooperação regional e internacional.

Enfatizamos a necessidade de avançar as ações de mitigação a nível internacional, e o financiamento dos países desenvolvidos para ações de adaptação que permitam implementar novos e mais ambiciosos compromissos nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa e de planos de adaptação aos efeitos adversos da mudança climática, relevando o papel crítico dos países amazônicos na regulação climática global e na conservação da floresta tropical.

Reafirmamos nosso apoio à COP 30 em Belém, onde pela primeira vez a comunidade internacional se reunirá no coração da Amazônia para definir o rumo da ação climática global, e convocamos os parlamentares de todos os países amazônicos a participar ativamente nos eventos da conferência pertinentes a suas competências.

Frente a esse cenário crítico, e reconhecendo os esforços comuns já empreendidos, as Declarações de Belém (2023)[1] e de Bogotá (2025)[2] traçaram um caminho comum para evitar o

[1] Declaração de Belém, 2023. Disponível em: https://otca.org/wp-content/uploads/2021/09/Declaracion-de-Belem.pdf

[2] Declaração de Bogotá, 2025. Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/declaracion-bogota-termino-v-encuentro-presidentes-organizacion-tratado-cooperacion

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ponto de não retorno e promover um modelo de desenvolvimento sustentável. Por isso, reafirmamos nosso compromisso de apoiar sua plena implementação na região.

TOMANDO EM CONSIDERAÇÃO

Que o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA 1978)[3] reafirma a soberania de seus Estados Partes sobre seus respectivos territórios amazônicos e, nesse sentido, estabelece os princípios de cooperação pacífica entre os Estados membros e o desenvolvimento harmônico da Amazônia, reconhecendo a importância de coordenar ações conjuntas em benefício da região e seus povos.

Que a Declaração de Belém (2023) revitalizou a agenda estratégica de cooperação amazônica, com 113 compromissos concretos organizados em 16 eixos temáticos.

Que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) se consolidou como a principal instituição para a ação conjunta dos países amazônicos, requerendo maior autonomia financeira e fortalecimento institucional.

Que a Cúpula de Bogotá (2025) reafirmou o compromisso presidencial com a Amazônia, com o desenvolvimento sustentável e com a participação ativa de povos indígenas, comunidades locais, sociedade civil e parlamentos nacionais.

Que a COP 30 (Belém, 2025) constitui uma oportunidade histórica para consolidar um legado amazônico na governança climática global, e para projetar a voz unificada dos países e povos amazônicos em defesa da vida e do clima.

Que a institucionalização do PARLAMAZ em seus respectivos parlamentos e seu vínculo com os órgãos da OTCA e as Comissões Nacionais Permanentes estabelecidas em virtude do Tratado de Cooperação Amazônica são importantes para articular medidas legislativas nacionais em torno da agenda amazônica.

DECLARAMOS

Nosso compromisso com a plena implementação da Declaração de Belém e da Declaração de Bogotá, impulsionando desde os parlamentos nacionais a criação de marcos legais e orçamentários que viabilizem seus compromissos.

Que respaldamos o trabalho que realizam os Estados no marco da OTCA como organismo central da cooperação amazônica, promovendo seu fortalecimento institucional e financeiro, e apoiando seu reconhecimento como agência implementadora capaz de acessar diretamente a fundos internacionais de clima e biodiversidade.

---

[3] Tratado de Cooperação Amazônica, 1978. Disponível em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2021/03/TRATADO-DE-COOPERACION-AMAZONICA.pdf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Que saudamos a adoção da Resolução RES/EXT-III MRE-OTCA/02 pela III Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores da OTCA, que estabelece um canal de diálogo periódico entre o Parlamaz e a OTCA, e convocamos sua implementação com o objetivo de facilitar o entendimento e o intercâmbio de informações sobre temas de interesse comum.

Que convocamos aos países desenvolvidos a ampliar o acesso ao financiamento climático, fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a implementação de políticas públicas na Amazônia, por meio de instrumentos que promovam a cooperação entre os países, a captação de recursos internacionais e o fortalecimento de iniciativas de desenvolvimento local de baixo carbono.

Que apoiamos o Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas, como uma instância que permita fortalecer e promover o diálogo entre os países amazônicos e os povos indígenas da região Amazônica.

Que reconhecemos os avanços no processo de revitalização da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), em especial a adoção de seu Plano Estratégico 2025/2030, como referência para a agenda temática do PARLAMAZ e pela colaboração em gestão do conhecimento e a capacitação das novas gerações para a gestão das políticas públicas na Amazônia.

Que favorecemos o espírito de cooperação pacífica entre os Estados membros e a defesa da soberania, da paz, da segurança e da confiança mútua na região.

Que assumimos o compromisso de promover legislação e cooperação em matéria de manejo integrado do fogo, proteção de florestas, luta contra os delitos ambientais e o crime organizado transnacional para o fortalecimento das capacidades de monitoramento, ciência, educação e inovação na região.

Que apoiaremos medidas legislativas para priorizar os investimentos em bioeconomia, educação ambiental e infraestrutura verde, assim como a cooperação científica e tecnológica entre os países amazônicos.

Que manifestamos nosso apoio pleno à COP 30 em Belém e a sua proposta de Mutirão Global, convencidos de que este momento decisivo deve ser o marco de um novo pacto internacional, no qual os países desenvolvidos assumam compromissos concretos de financiamento, transferência de tecnologia e apoio às ações locais de mitigação e adaptação à mudança climática.

Que concordamos com as decisões adotadas por nossos governos para o lançamento e o fortalecimento no do Fundo Tropical das Florestas (TFFF, por sua sigla em inglês) por sua importância como mecanismo de conservação das florestas com potencial inovador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trabalhamos no fortalecimento da abordagem da justiça ambiental e climática na agenda parlamentar amazônica, promovendo leis que garantam os direitos coletivos dos povos indígenas, comunidades locais e afrodescendentes, bem como sua participação efetiva nas decisões que afetam seus territórios e modos de vida.

Que fazemos um chamado aos países amazônicos e à comunidade internacional a atuar com urgência para cumprir o compromisso de parar e reverter o desmatamento e a degradação das florestas até 2030, condição essencial para evitar o ponto de não retorno da Amazônia.

Que reafirmamos que o PARLAMAZ é e será uma voz coletiva em defesa da Amazônia e de seus povos, e que trabalharemos de maneira coordenada com os poderes executivos, os povos indígenas, a sociedade civil e a comunidade internacional para transformar compromissos em ações concretas, em benefício dos povos amazônicos e da humanidade.

Brasília, 8 de outubro, 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ABAIXO ASSINAM

Em outubro de 2025.

Pelo Parlamento da Bolívia:

Romina Gomez	———

Pelo Parlamento do Brasil:

Fabiano Neri	Fabiano Neri

Pelo Parlamento da Colômbia:

Carlos Ardila.	Yenica Acosta Inscanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARLAMAZ

Pelo Parlamento do Equador:

Pelo Parlamento da Guiana:

Pelo Parlamento do Perú:

JENY LUZ LOPEZ MORALES	T. Francis J. Paredes Castro

Pelo Parlamento do Suriname:

ROY R MOHAN.	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
08/10/2025 - 2ª - Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. Fala da Presidência.) - Muito boa-tarde a todos.

Segunda reunião do ano de 2025. Oito de outubro de 2025.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 2ª Reunião do ano de 2025 do Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, instituído pela Resolução do Senado Federal 13, de 2021, cuja pauta destina-se a:

1 - Realização da 7ª Assembleia do Parlamento Amazônico, com pactuação da declaração do Parlamaz para a 30ª Conferência das Partes, COP 30, em Belém do Pará, com a seguinte Ordem do Dia:

Item 1: Eleição de Vice-Presidentes dos Parlamentos com novas Legislaturas;

Item 2: Relato sobre a reunião da Mesa Diretora;

Item 3: Apresentação da Presidência da 30ª Conferência das Partes, COP 30;

Item 4: Apresentação da resolução da 3ª Reunião, Extraordinária, de Ministros de Relações Exteriores dos países membros da OTCA e, por fim, assinatura da declaração da 7ª Assembleia do Parlamaz.

Até o momento, o Grupo Parlamentar da OTCA conta com a adesão de 14 Senadores, 18 Deputados Federais. É esse grupo que mantém firme a delegação do Brasil no Parlamento Amazônico.

Aos Parlamentares brasileiros que desejarem compor o grupo, informo que há termos de adesão disponíveis com a secretaria desta reunião e que os termos também podem ser baixados na página do grupo parlamentar, no *site* do Senado Federal.

Informo a todos e a todas presentes que está disponível o serviço de interpretação simultânea dos idiomas espanhol e inglês para o português e vice-versa.

Para ouvir em português, sintonizar o aparelho no canal 74.7; para ouvir em espanhol, sintonizar no canal 72.9; e, para ouvir em inglês, sintonizar no canal 72.1.

Neste momento, passamos ao primeiro item da pauta, qual seja, a realização da 7ª Assembleia do Parlamento Amazônico.

Havendo número regimental, nos termos do Regimento Interno do Senado e do art. 11 do Regimento Interno do Parlamento Amazônico, invocando novamente a proteção de Deus, dou início à 12ª Assembleia Ordinária do Parlamento Amazônico, realizada este ano em Brasília, tendo como anfitrião o Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Quero, inicialmente, agradecer às delegações parlamentares aqui presentes e cumprimentar cada um dos Srs. e Sras. Parlamentares que se deslocaram dos seus países, das suas cidades, dos seus estados, para fortalecer este nosso fórum parlamentar.

Faço também aqui um agradecimento especial à OTCA, na pessoa da sua Diretora Executiva, ex-Senadora, Sra. Vanessa Grazziotin, que mais uma vez, gentilmente, atendeu ao nosso chamado para participar do nosso fórum e recebeu os Parlamentares, hoje pela manhã, na visita institucional à sede da OTCA; à Fundação Internacional Caucos de Conservação, na pessoa do Presidente do Instituto Caucos Brasil, Sr. Keith Alger; agradeço também a cooperação permanente com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamaz, que tem ampliado os espaços de estudo e aprofundamento de temas prioritários para os nossos Parlamentares e, ainda, contribuindo constantemente para que nossas reuniões aconteçam no formato presencial.

Quero, ainda, saudar a equipe da Plataforma Cipó e agradecer a cooperação profícua com os estudos relacionados à institucionalização do Parlamento. Hoje, o Embaixador Carlos Alfredo Lazary vai fazer sua intervenção no ponto relacionado ao tema da institucionalização do nosso Parlamento.

Agradeço também à Presidência da COP, que nos prestigia com a participação da Sra. Alice Amorim, Chefe de Articulação Parlamentar da conferência, e do Embaixador Mauricio Lyrio, líder do Brasil nas negociações.

Por motivos de agenda, o Embaixador Lyrio vai fazer sua fala no último ponto da Ordem do Dia.

Senhores e senhoras, passo imediatamente à Ordem do Dia.

V. Exas. receberam, em suas pastas, a proposta de seguimento da nossa assembleia.

O primeiro ponto da Ordem do Dia é a eleição de Vice-Presidentes dos Parlamentos que iniciaram novas legislaturas.

Quero dar boas-vindas aos seguintes Congressistas: Sr. José Fernando Chumpi, da Assembleia Nacional do Equador; e o Sr. Roy Moham, da Assembleia Nacional do Suriname.

Gostaria que ficassem em pé.

A eleição de Vice-Presidente ocorre sempre com a concordância da delegação do país que está presente hoje.

Tanto o Equador quanto o Suriname contam apenas com o seu representante, propondo, neste momento, a dispensa dessa formalidade, para que, de forma simples e calorosa, possamos empossá-los com uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Declaro empossados o Vice-Presidente da Assembleia Nacional do Equador, José Fernando Chumpi, e o Vice-Presidente da Assembleia Nacional do Suriname, Sr. Roy Moham.

Passo a palavra, neste momento, para uma breve saudação dos Congressistas.

Primeiro, pela ordem, José Fernando Chumpi, da Assembleia Nacional do Equador, e, posteriormente, Roy Moham, da Assembleia Nacional do Suriname.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ FERNANDO CHUMPI (*Tradução simultânea*.) - Boa tarde, Sr. Senador de Parlamaz.

Gostaria de saudar, por parte do povo equatoriano e da minha província amazônica Morona Santiago, especialmente.

Eu acredito que esta reunião une a todos os povos amazônicos das nossas nações, que se encontram para fortalecer a integração, a cooperação e a defesa da Amazônia equatoriana, da Amazônia de Parlamaz dos oito países que integram esta importante instituição latino-americana.

Para mim, é uma grande honra e é a primeira vez que eu estou neste evento tão importante. Por isso, eu gostaria de cumprimentá-los, em nome do meu povo.

Estamos aqui e estamos unidos a todos os integrantes, assembleístas e legisladores dos oito países que integram esta instituição tão importante. Estamos aqui para defender os territórios amazônicos.

Muito obrigado e muito boa-tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Com a palavra, Roy Moham, do Suriname.

O SR. ROY MOHAM (*Tradução simultânea*.) - Muitíssimo obrigado.

Nós concordamos com o rascunho que foi produzido, o relatório, conforme nos foi entregue.

Eu considero que...

Nós concordamos com todas as contribuições que foram elaboradas pelo Parlamaz para apoiar, assim, a realização da COP 30, e eu penso que nós temos feito muitos esforços para conseguirmos ter êxito.

Temos também que enfatizar os conteúdos que foram evocados pelas comunidades locais.

Eu gostaria muito de agradecer e estamos prontos para a COP 30, de Belém. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Para o próximo ponto da Ordem do Dia, chamo à mesa a Vice-Presidente do Parlamaz pela Colômbia, a representante parlamentar Yenica Acosta. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Será um breve relato sobre a reunião da Mesa Diretora do Parlamaz, e demais atividades parlamentares, realizada no marco dos Diálogos Amazônicos, cúpula de países amazônicos ocorrida em Bogotá no mês de agosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Neste momento, passo a palavra à Parlamentar Yenica Acosta.

A SRA. YENICA ACOSTA (*Tradução simultânea*.) - Boa tarde aos presentes.

Uma cordial saudação ao Presidente do Parlamento Amazônico. Obrigada por nos receber. De igual modo, nossa Deputada Socorro Neri, também muito obrigada. Sempre somos muito bem acolhidos nessas terras.

Eu acho que a apresentação está sendo ainda montada, é isso? *(Pausa.)*

Bem, dentro da experiência e do aprendizado que nós tivemos no encontro interparlamentar em Bogotá, faz alguns meses, tivemos a oportunidade de nos reunirmos - os Parlamentares amazônicos - em um encontro do nosso Parlamento onde o nosso objetivo principal era planejar estratégias alternativas e ações em resposta, de uma forma urgente, à crise ambiental que nós temos no nosso bioma amazônico. Como segundo objetivo desse encontro, tivemos: promover modelos sustentáveis e justos em defesa dos direitos da Amazônia e dos seus povos indígenas; consolidar uma declaração parlamentar que foi revisada por todos os membros do Parlamento Amazônico, com a finalidade de ser um instrumento para poder procurar não apenas a proteção do nosso bioma, mas também a restauração da governança nos territórios indígenas; e, por último, fortalecer o papel parlamentar, que era sobre o que hoje conversávamos no evento anterior, no encontro da OTCA, que era fortalecer essa criação de leis, orçamentos e mecanismos de acompanhamento ambiental em cada um de nossos países.

Alguns temas-chaves que foram discutidos, tratados nesse encontro: necessidade de marcos legais coordenados contra o desmatamento; participação efetiva de povos indígenas; mecanismos de financiamento direto a comunidades; controle de economias ilícitas em territórios amazônicos; debate sobre hidrocarbonetos e limites de extrativismo; inclusão ativa na definição de políticas, destacando a proposta de tipificar danos nos crimes ambientais; iniciativa para reconhecer a Amazônia e seus rios como sujeitos de direito. Esses foram os temas tratados em cada um dos espaços e intervenções que foram realizadas nesse encontro interparlamentar na cidade de Bogotá. Dados de referência: temos entre 2001 e 2023 a informação de que foram desmatados mais de 60 milhões de hectares na Amazônia colombiana, perdão, na Amazônia dos países amazônicos; houve aumento de 45% dos focos de incêndio entre 2014 e 2024, concentrados no arco de desmatamento; há 850 espécies ameaçadas de extinção em todo o bioma amazônico, segundo o relatório da Otca.

Na Colômbia, a Amazônia passou a representar 39% do território hídrico e 19% em 2025. O desmatamento em 2024 aumentou 74% com relação a 2023. Os 47% do nosso território colombiano pertencem à Amazônia, onde vivem aproximadamente 1 milhão de habitantes. E o Brasil reportou que 30% do ouro produzido entre 2021 e 2022 foi ilegal e 90% do ouro proveio de estados amazônicos.

Dentro das experiências que tivemos nesse encontro, houve a consolidação de uma bolsa amazônica comum entre as regiões parlamentares; a participação paritária e liderança feminina que nos caracteriza nesse grupo Parlamentar amazônico; avanços na diplomacia parlamentar e articulação com a Otca e com a COP 30, que vem avançando nesse grande objetivo que é trabalhar de um modo articulado; criação da Rede Bioamazônia, que integra a ciência política, o conhecimento ancestral; intercâmbio de propostas legislativas, como a gente vem trabalhando com nossos irmãos peruanos; identificação de boas práticas: restauração de comunidades comunitárias, turismo sustentável, bioeconomia, que é um dos temas que nos que nos traz em relação a este novo encontro; construção de confiança e cooperação entre países amazônicos.

Muitas lições foram aprendidas nesse encontro. É indispensável que os acordos se traduzam em leis efetivas. Isso é algo que nós vimos insistindo, que não fique apenas nesses encontros, num documento e que a gente possa também levar isso e transformar numa realidade e poder ter essa parceria, um trabalho conjunto entre Congressistas para legislarem nos nossos países de um modo linear, correto, efetivo.

O diálogo político e técnico conjunto fortalece a governança regional. A gente vem evidenciando que um diálogo nos permite resultados de forma imediata entre os diferentes setores. É urgente uma transição energética justa, não baseada no extrativismo. A Amazônia não só enfrenta uma crise ambiental, mas também uma dívida social e ecológica. A participação das mulheres indígenas potencializa a dimensão ética e espiritual da conservação, e restaurar a floresta é também restaurar a esperança e a justiça climática.

Essas lições aprendidas foram também praticamente tomadas de cada uma das intervenções dos nossos diferentes membros do Parlamento Amazônico nas sessões que tivemos na cidade de Bogotá.

As recomendações dadas e que estiveram dentro das conclusões são: a primeira delas foi criar uma plataforma de Parlamaz virtual para um intercâmbio legislativo; desenhar um pacote mínimo de leis, modelos amazônicos; criar um observatório parlamentar amazônico para monitorar a restauração, o financiamento e políticas públicas que só vemos no diário hoje; estabelecer também um sistema de alerta prévio regional frente a incêndios, mineração ambiental e delitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambientais; promover uma agenda legislativa, de 2025 até 2030, com leis harmonizadas entre os países amazônicos; em nossa grande tarefa, garantir um orçamento nacional e fundos internacionais para a restauração e educação ambiental; fortalecer a bioeconomia amazônica mediante incentivos a comunidades, mulheres e jovens empreendedoras; consolidar o reconhecimento jurídico da Amazônia como sujeito de direitos; e impulsionar a preparação conjunta em uma posição parlamentar rumo à COP 30. Essas foram as recomendações que ficaram dentro do comunicado desse relatório do encontro parlamentar na cidade de Bogotá, que foi realizado alguns meses atrás no nosso país, na Colômbia.

Considero que foi um avanço entre os diferentes países. A participação foi muito ativa. De toda forma, também tivemos aproximações entre os nossos delegados. E também a insistência nesse espaço é que a ótica estivesse mais próxima para ajudar na tomada de decisão, que busca a preservação do nosso bioma. E é importante a participação dos Parlamentares nesses cenários com a finalidade também de fortalecer o evento que nos próximos dias vai culminar em Belém, na COP 30, que é um cenário onde vão tomar decisões que beneficiam a todos os países amazônicos. E esperamos que possamos também deixar essas declaratórias que trabalhamos nos últimos meses como um instrumento e insumos para que os nossos Presidentes possam tomar as melhores decisões nesse importante evento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Quero agradecer aqui imensamente à representante Yenica Acosta e também ao representante Carlos Ardila, que gentilmente recepcionaram os Parlamentares nesse grande evento ocorrido na Colômbia.

Obrigado, Congressista Yenica Acosta, pela sua explanação.

Representante Juan Carlos, seja muito bem-vindo. Obrigado também por tudo.

Antes de ir para o outro item, gostaria de registrar a presença do Embaixador do Equador, Carlos Alberto Velastegui, e também do Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira e do Embaixador João Marcelo Galvão.

Próximo item da ordem do dia é a apresentação da Presidência da 30ª Conferência das Partes (COP 30), que será realizada em Belém do Pará, em novembro.

Convido para sentar aqui, ao lado esquerdo - Sra. Yenica, pode permanecer à mesa -, a Sra. Alice Amorim, Chefe da Articulação Parlamentar da COP 30.

Os Parlamentares que quiserem fazer uso da palavra poderão se manifestar.

Eu pediria para a Parlamentar Yenica tomar nota, como Secretária *ad hoc,* daqueles que se manifestarem que querem falar após a fala da Sra. Alice Amorim.

Com a palavra a Sra. Alice Amorim.

A SRA. ALICE AMORIM - Boa tarde a todas e a todos.

Buenas tardes, Senador Nelsinho Trad, Yenica. É um prazer estar aqui com vocês.

Bom, vou falar em português, tentar falar de forma mais lenta, para que todos possam compreender.

Gostaria de agradecer, em nome do Embaixador André Corrêa do Lago, o convite para estar aqui e parabenizar essa iniciativa de integração parlamentar regional num contexto de COP 30.

É muito importante e fundamental que nós tenhamos, em direção à COP, mas além, uma articulação, espaços de articulação regional que nos ajudem a entender melhor as semelhanças e as formas de colaboração nos desafios da mudança do clima e nas oportunidades também que estão colocadas na agenda da mudança do clima, para nós termos um desenvolvimento, um modelo de desenvolvimento na região que seja mais compatível com as nossas realidades.

Primeiro, só para esclarecer, eu não sou chefe de articulação parlamentar. A gente, infelizmente, não tem, não possui esse cargo na Presidência da COP, mas sou Diretora de Programas da equipe da COP e, com isso, responsável, junto com outros membros da equipe, pela forma como a gente organiza os diferentes pilares de uma conferência do clima.

Que pilares são esses a que a gente vem se referindo? A gente, toda COP, toda conferência do clima se divide em quatro grandes áreas de atuação. A primeira é a Cúpula de Chefes de Estado, que, no caso da COP 30, acontece alguns dias antes do início da conferência, mas que, tradicionalmente, pelo menos desde o Acordo de Paris, ocorre durante a etapa das negociações. A importância, o principal objetivo dessa etapa da conferência é justamente termos um alinhamento na sinalização política dos Chefes de Estado, trazendo a relevância, a priorização, o impacto e as ações que estão sendo tomadas em relação à mudança do clima por cada país.

Este ano, temos um aspecto importante a ser tratado, relevante também para nossa região, que é o fato de todos os países terem se comprometido a apresentar as suas NDCs, as suas contribuições nacionalmente determinadas, até o início deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ano, até fevereiro deste ano. Por quê? Porque, de acordo com o ciclo do Acordo de Paris, de cinco em cinco anos, a gente tem que voltar a revisitar esses compromissos, essas metas nacionais.

Até o momento, a gente tem cerca de 50 NDCs apresentadas. Esse dado, de um lado, nos reocupa, porque, de fato, todos os países... Isso mostra, na verdade, de um lado que, embora as NDCs, as contribuições estejam cada vez mais sofisticadas, mais elaboradas na forma como elas aterrissam na política doméstica de cada país, por outro lado, elas estão atrasadas em relação ao que deveriam estar, para que o Secretariado da UNFCCC, da convenção do clima, possa realizar o seu relatório síntese, que vai ser apresentado antes da Conferência do Clima.

Então, esse é um tema importante para o segmento de chefes de Estado, porque todos os países se comprometeram e, mal ou bem, é um dos indicadores do que a gente precisa ter de mensagem saindo de Belém, que é a mensagem de reforço ao multilateralismo. Essa é uma das prioridades dessa COP 30; é uma das prioridades, eu diria, da nossa região - que é o fortalecimento do regime multilateral -, por ser a única maneira possível de endereçarmos um desafio da magnitude da mudança do clima.

O segundo grande pilar de uma conferência do clima, em que a gente está ativamente trabalhando - inclusive, tivemos, neste espaço, este momento de a região trazer diversos Ministros de Meio Ambiente juntos... Recentemente, foi no México, onde teve uma reunião ministerial de ministros recentemente, que é o tema das negociações. Aqui, nós temos uma agenda pré-determinada, uma agenda mandatada pelas negociações da UNFCCC, na qual nós temos que avançar em alguns temas muito caros para nossa região. Um deles é o tema de adaptação à mudança do clima. Acho que, na declaração, inclusive, há uma referência à agenda de adaptação.

Aqui, para nós brasileiros, depois do último, do triste episódio do ano passado, no Rio Grande do Sul - e, ao mesmo tempo, inclusive tivemos a seca na Amazônia e as enchentes no Rio Grande do Sul -, isso nos traz um alerta de que a agenda de adaptação à mudança do clima é uma agenda urgente. Ela precisa ser tratada em todos os níveis: no nível municipal, no nível estadual, no nível nacional e com arranjos de cooperação regional. Todos nós sabemos como a América Latina é uma região vulnerável, que a Amazônia é uma região vulnerável e que o conhecimento dessa vulnerabilidade e as medidas que precisam ser tomadas, nacional ou regionalmente, sejam aceleradas, sejam, de fato, mais implementadas após a COP 30.

Então, a agenda de adaptação, que, nos itens de negociação, se materializa nos indicadores do GGA, que é a meta global de adaptação, é um dos resultados esperados; é uma das esferas de negociação em que a gente espera conseguir avançar, de forma consistente, na COP 30.

Outros aspectos das negociações que também são muito caros para nossa região e para os quais é importante que haja um diálogo entre os diferentes Parlamentos, entre diferentes representantes do poder público e outros atores da sociedade civil, é o tema da transição justa.

Então, para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de se debruçar nesse item, especificamente, das negociações, existe o Programa de Trabalho sobre Transição Justa no âmbito da convenção do clima, e esse programa de trabalho precisa avançar para medidas concretas de arranjos de cooperação regionais, locais; de mecanismos de transferência de tecnologia, de formação de capacidades.

É muito interessante entender - e eu adoraria ouvir a reflexão de vocês sobre isso - o que é esse olhar regional para a transição justa. Nós temos... Esse tema aparece, na convenção do clima e nas discussões, muito com o olhar da questão energética, sobretudo da indústria do carvão, que não é uma realidade da maioria dos nossos países, em termos de quantidade de trabalhadores, mas, conforme vai passando o tempo, ela está se complexificando e trazendo diferentes *nuances*; por exemplo, o que significa uma transição justa para aqueles indivíduos que estão no crime ambiental, atuando no desmatamento, e que deveriam ser integrados à sociedade com outras atividades econômicas, que é uma realidade muito específica da nossa região.

Esse tema não está colocado no programa de trabalho, digamos assim, de transição justa, mas está, sim, colocada ali a discussão de texto que abarca, por exemplo, como tratamos o trabalho informal; que arranjos, que mecanismos de proteção social precisam ser colocados para lidar com a informalidade numa região, por exemplo, em que você tem ondas de calor extremo e em que quem trabalha ao ar livre está diretamente impactado por ondas de calor, o que tem um impacto muito grande na vida no trabalho. Tudo isso está dentro do debate da transição justa, e a gente espera avançar significativamente nesta COP.

O terceiro e último ponto que eu vou destacar, embora eu tenha mais de 20 itens mandatados, é a agenda de financiamento.

O Acordo de Paris definiu que todos os recursos, todos os fluxos financeiros deveriam ser compatibilizados com a mitigação, com a descarbonização das nossas economias, mas também com a construção de resiliência de forma progressiva, que é o que a gente chama de Artigo 2º, 1, "c". Logo antes do início da COP, será apresentado, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Embaixador André, pelas Presidências - conjuntamente pela Presidência da COP 30 e da COP 29 - um *roadmap*, um mapa do caminho, do US$1,3 trilhão.

Essa é uma parte dessa discussão que sai da COP 29 e que tem esse novo momento, de apresentar um relatório que sintetiza uma série de consultas e submissões que foram feitas publicamente pela UNFCCC ao longo dos últimos meses, uma contribuição do como chegamos lá. Se há um consenso de que temos que avançar em mobilizar mais recursos para a questão climática, a pergunta que fica é: como fazemos isso?

Aqui, eu acho que tem um ponto importante em relacionar o papel dos Parlamentos com o debate que acontece na COP, porque, cada vez mais, fica claro que parte dos recursos - que já estão sendo utilizados para a questão climática e vão precisar ser ainda mais - têm origem doméstica. Então, estamos falando de debate sobre reforma de subsídios, estamos falando sobre compras públicas, estamos falando sobre recursos fiscais que tendem a ser cada vez mais escassos.

Para concluir, acho importante mencionar que a gente tem ainda duas grandes áreas de atuação.

Uma delas é a Agenda de Ação, que a gente espera que seja uma grande entrega desta COP. No caso, a Presidência da COP 30, a proposição que nós fizemos e que tem sido muito aceita, com muitas organizações, muitos países da região se engajando nesse processo, é de que a agenda de ação tem que ser a implementação ou a aceleração da implementação de soluções.

A gente não chega mais a Belém ou à COP num momento em que os resultados de uma COP são novos anúncios, novos compromissos que não sejam cumpridos. Ao contrário, ao longo, pelo menos, dos últimos dez anos, desde o Acordo de Paris, uma série de iniciativas já foram lançadas, uma série de ações já foram tomadas.

Mas como a gente faz para que aquelas iniciativas que deram certo sejam aceleradas, sejam mais conhecidas e recebam mais recursos, mais apoio ou maior alcance; e aquelas que não deram certo sejam simplesmente descontinuadas? Esse processo de organização ou de orquestração da agenda de ação é bastante complexo, mas a gente espera que ele traga resultados.

Para fechar, um exemplo, quando a gente fala do TFFF, que é uma prioridade não só para o Brasil, mas para vários países da região, ele é fruto de um desses processos de entendimento do que é necessário para acelerar uma economia que protege, que valoriza a conservação florestal, mas também a biodiversidade, e para que coloque em outro patamar a forma como a gente lida com ativos florestais.

Bom, fico à disposição e agradeço a atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Muito obrigado, Sra. Alice Amorim.

Conforme a ordem de inscrição...

Antes, porém, gostaria de registrar a presença... Nós temos um Parlamentar da Bolívia que está remotamente, que é o Carlos Arrien. Se der para pô-lo lá, para todo mundo ver. *(Pausa.)*

Tá. Na hora em que ele falar, a gente o põe para todo mundo ver que ele está por lá.

A Parlamentar Ruth Luque, do Peru. Seja bem-vinda.

Também gostaria de registrar a presença do Encarregado de Negócios da Colômbia, Leonardo Quinteiro; Sr. Ricardo Montenegro, Ministro Conselheiro da Embaixada da Colômbia; Sr. Raúl Alejandro Delgado, Segundo-Secretário da Embaixada da Colômbia. Sejam todos muito bem-vindos.

Também gostaria de registrar a presença dos estudantes de Relações Internacionais e Direito da Univali (Universidade do Vale do Itajaí, do Estado de Santa Catarina) e dos Profs. Diego Lopes e Daniel Correa. Sejam bem-vindos todos.

De acordo com a ordem de inscrição, a primeira Parlamentar inscrita pode falar. Quem é?

A SRA. YENICA ACOSTA (*Tradução simultânea*.) - Da parte do Peru, a Deputada Jeny López.

A SRA. JENY LUZ LÓPEZ (*Tradução simultânea*.) - ... Brasil, Colômbia, Equador, Brasília, Suriname. Os Ministros que se encontram... e cada um dos que estão presentes nesta sala.

No dia de hoje, me acompanha a minha colega Ruth Luque.

Sr. Presidente, entre as ações prévias da COP 30, de novembro, em outubro, dia 3 de outubro, participaram autoridades como o Ministro do Ambiente Juan Carlos Castro, o Embaixador do Brasil no Peru e a Coordenadora da ONU, onde foi retificada a necessidade de continuar gerando consensos internacionais e o multilateralismo para adotar soluções concretas na defesa da vida e do futuro dos povos amazônicos, mediante a adoção e o financiamento climático de proteção sustentável das florestas como compromisso político das instituições do Estado peruano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Peru está avançando no registro nacional de medidas de mitigação climática e fortalecimento da participação dos mercados de carbono para conservar as florestas e a biodiversidade da Amazônia e estabelecer também estratégias do nosso Governo para enfrentar a importância climática. E, nessa linha, temos otimismo e ressalto o compromisso dos países amazônicos integrantes do Parlamaz pelo trabalho que vem sendo realizado para a COP 30 do mês de novembro.

Assim, também como Presidente da Comissão Agrária, foi feito um projeto de lei sobre incêndios florestais e estamos cuidando do que é o meio ambiente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Agradeço à Parlamentar que já falou.

A próxima.

A SRA. YENICA ACOSTA (*Tradução simultânea*.) - A Deputada Francis Paredes, Peru.

A SRA. FRANCIS PAREDES (*Tradução simultânea*.) - Muito obrigada.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Presidente do Parlamaz, Nelsinho Trad, a Alice Amorim e também a Sra Yenica Costa, Vice-Presidente do Parlamento Amazônico da Colômbia, e enviar um cumprimento fraterno à minha colega congressista Karol Paredes, que não pôde estar presente no dia de hoje porque - também é parte do ofício - tem muitos cargos de responsabilidade. E, nessa linha, eu gostaria de cumprimentar cada um dos meus colegas representantes do seu país, como Equador, Colômbia, Bolívia, e outros que estão aqui com a gente com um único objetivo: continuar traçando e reconhecer esta linha de trabalho que viemos marcando desde o Brasil até Belém. Isso está nos permitindo ter uma visão diferente como cidadãos e Parlamentares, que estamos atravessando agora situações complicadas e difíceis, de modos diferentes, com diferentes problemáticas, mas isso não nos impede que, em todas as reuniões que viemos tendo, o Peru sempre levante a voz e sempre se apresente com distintas iniciativas legislativas, que, neste momento, já são lei, como também vem sendo feito pelos nossos irmãos da Colômbia e continuamos seguindo os exemplos dos outros Parlamentares.

Nessa linha de trabalho, tem muito a ser feito e eu agradeço infinitamente a contribuição que vem sendo feita pela ótica... como vem sendo feito desde o início para que essas reuniões que nós temos para estabelecer este canal de diálogo, as propostas, as temáticas, as incidências que nós vamos tendo para ir mitigando e para que a população entenda qual é a importância de proteger a nossa biomassa dentro disso, os problemas em comum que temos, como o tráfico não apenas de pessoas, que é um problema de que quase não falamos, mas é um tema sensível, como a delinquência, o aquecimento global...

Eu falei, na parte da manhã, que no passado tínhamos queimadas. Isso vem sendo replicado em Ucayali também. Neste momento continuamos lutando por essa questão do que vêm a ser também as inundações, pelo que eu tenha conhecimento de todos os países que são parte deste Parlamaz, pois o Peru é o único em que ainda não temos... e ainda temos que continuar trabalhando com a temática, neste caso, de fazer a manutenção dos nossos rios.

Há pouco tempo também, se eu posso mencionar isso, tivemos algumas questões em comum com a Colômbia. Mas, no que a gente vem trabalhando, sabemos que o que nos unifica, além das delimitações das nossas fronteiras, é que são países que querem seguir adiante.

Por isso, aqui, neste Parlamento e dentro do trabalho que vem sendo feito, mantemos que se continue fazendo este trabalho a partir do Legislativo, do Executivo, com iniciativas concretas, reais, porque, neste momento, pelo menos os rios da Amazônia e do Peru estão com uma porcentagem muito alta de mercúrio e essa contaminação está chegando aos nossos peixes, está chegando às nossas crianças, a toda a nossa população vulnerável. Há brechas muito grandes e precisamos continuar trabalhando dentro dessas fronteiras.

Eu gostaria de recordar também a iniciativa que, em algum momento, nasceu deste Parlamento com relação ao que era uma polícia nacional, justamente em questões ambientais. Proximamente, em dezembro, será colocada a primeira pedra em Ucayali. Isso foi fruto de todas essas conversas, com todos os frutos que vamos colhendo, graças ao convite da ótica que sempre foi feita e com cada um dos colegas com essa interação que temos. Concluímos que ainda há muito a ser trabalhado e coincidimos em que as iniciativas precisam sair não apenas do nosso escritório, mas para proteger todo o mundo.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco/PSD - MS) - Agradecemos à Parlamentar.

O próximo.

O SR. JUAN CARLOS LOZADA VARGAS (*Tradução simultânea*.) - Bom, boa tarde a todos e a todas.

Começando com a saudação ao nosso Presidente, o Senador Nelsinho Trad, e à nossa Vice-Presidente, companheira do Congresso de Colômbia, a Dra. Yenica Acosta; uma saudação a todos os Parlamentares que estão aqui presentes dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diferentes países pan-amazônicos; e uma saudação muito especial para a delegação do Governo brasileiro, que, de forma muito hospitaleira, nos acolheu e, claro, ilustra aqui como será o caminho para a COP30, para a qual faltam poucos dias.

Desejamos a todos uma grande sorte na organização e que tudo saia muito bem durante os dias da COP no Brasil. Para nós, como latino-americanos e pan-amazônicos, é uma COP transcendental, não é? É assim que a gente vê. Após dez anos do Acordo de Paris, foi necessário fazer um balanço para onde vai o multilateralismo, em termos da defesa do ambiente do planeta. Esta COP é absolutamente decisiva. É decisiva para os Parlamentares amazônicos, porque nossa Amazônia, como é evidenciado pelos estudos do Prof. Nobre e outros, está se aproximando ao ponto de não retorno.

Então, se não há um momento mais adequado talvez na história do multilateralismo para alçar a voz pela Amazônia, não vamos encontrar nenhum momento melhor do que este. Este é o melhor momento, o momento mais importante para fazer as exigências que talvez, como países pan-amazônicos, nos correspondem em termos da corresponsabilidade que deve ter o mundo com a conservação da Amazônia.

Então, para isso, é preciso ter unidade. Era o que pedíamos ao Presidente Petro, ao Presidente Lula, ao Presidente Noboa, à Presidente Boluarte e aos demais Presidentes, tanto do Suriname, como Venezuela e demais países pan-amazônicos, com relação à declaração de Bogotá, uma declaração que, para os que estamos na defesa do meio ambiente, ficou muito curta, uma declaração que, apesar de ter avanços importantes em termos da representação, por exemplo, dos povos indígenas, não diz nenhuma palavra sobre a expansão da fronteira agrícola, não fala nada sobre a proliferação de combustíveis fósseis na Amazônia.

Além do mais, vê-se afetada a própria institucionalidade dos países pan-amazônicos em termos ambientais, logo antes da COP 30, como a gente pôde ver com a lei de devastação no Brasil, com aumento de 44% do desmatamento na Colômbia, com o fechamento do Ministério de Meio Ambiente ou a fusão do Meio Ambiente com o Ministério de Minas e Energia no Equador e assim sucessivamente.

Então, como organização de Parlamentares pan-amazônicos, nos correspondem como uma voz plural os Parlamentos. Não somos o Executivo. O Executivo tem uma visão única de como deve ser governado um país. No entanto, os Parlamentos convivemos com múltiplas visões sobre uma nação; portanto, se somos uma organização parlamentar, todas essas visões devem estar do mesmo modo representadas. No nosso caso, claro, temos esta grande preocupação de que a América Latina, a região pan-amazônica especialmente, vai chegar à COP 30 muito mais debilitada do que esperávamos com relação a um bloco de negociação que, precisamente, poderia colocar de presente a responsabilidade.

Foi feita uma apresentação extraordinária, onde um dos pontos mais importantes foi o tema dos mecanismos de financiamento. Nós não podemos continuar sem que paguemos mais sobre esse assunto. Parte dos orçamentos que temos para adaptação, mitigação, até para perdas e danos estão sendo colocados por países que não criaram o problema. E os países que, sim, criaram o problema querem, supostamente, "ajudar", entre aspas, através de créditos. Então, quem são os que terminam pagando os créditos? Os mecanismos de financiamento internacional para a salvaguarda dos ecossistemas não podem continuar estando a cargo dos que não têm a responsabilidade histórica do dano. Então, na COP 30, tomara que nossos países sejam capazes de alçar essa voz pela Amazônia, porque não temos nenhuma outra forma.

Eu gostaria de fechar, dizendo uma outra coisa, Presidente - já que eu abusei da generosidade no tempo -: nós apresentamos ontem um relatório ao Governo brasileiro, como rede parlamentar, por um futuro livre de combustíveis fósseis. Esta rede é composta por mais de 800 Parlamentares, a nível internacional. Faço parte do Comitê Global e também do Comitê Amazônico.

Criamos uma rede de dez Parlamentares amazônicos aqui, que nos acompanham, e alguns representantes, como a Ruth Luque, que está aqui também atrás de mim, a Senadora Cecília, da Bolívia, e, também, as assembleístas Jahiren Noriega e Cecilia Baltazar, do Equador.

E nos coordenamos para apresentar um projeto de lei a cinco Congressos, de modo simultâneo - apresentamos na Bolívia, no Equador, no Peru e no Brasil -, para discutir sobre a não proliferação da exploração de novas jazidas de petróleo e de gás na Amazônia, como uma forma de conservação dos nossos ecossistemas e, claro, dos povos indígenas que habitam nessas regiões, para os quais essas medidas são alarmantes, com risco de desaparição, como ocorreu no Peru, há 70 anos já.

Queríamos deixar isso, porque, sem esta discussão estrutural, essa conversa estrutural sobre os gases de efeito estufa na Amazônia, sem isso, o restante da discussão se torna jardinagem.

Obrigada pela discussão.

A SRA. YENICA ACOSTA (*Tradução simultânea*.) - O representante do Suriname, Congressista Roy Ramdath Moham.

O SR. ROY MOHAN (*Tradução simultânea*.) - Presidente, distintos colegas, aqui temos a urgência que é a mudança climática e o futuro para nossa Amazônia. Temos que adotar, implementar, ações para a proteção da Amazônia. Hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em dia a Amazônia enfrenta fogo, seca e outros problemas que dizem respeito a ilícitos penais. Então, 33% do nosso território tiveram um dano florestal.

Neste ano, também, lançamos ações climáticas, um centro de ações climáticas para a proteção das regiões. As prioridades incluem a proteção das nossas costas, em razão da aceleração... e, obviamente, o desenvolvimento e a responsabilidade de ações econômicas que protejam os ecossistemas.

Mas sabemos que as regiões amazônicas dos diferentes países são importantes, razão pela qual todos os Parlamentares da região estão lutando para que existam engajamentos e possamos, então, reforçar as ações para proteger a região da Amazônia.

Já na Turquia adotamos alguns posicionamentos comuns. E são os três pontos que vou alegar agora. As nossas nações têm que adotar proteção ecológica e fluxo financeiro importante em favor das comunidades locais e das populações indígenas. Esses se encontram no centro das soluções. Por isso que adotamos um grupo de trabalho, no seio do Parlamaz, para que possamos conceder medidas de cooperação.

Durante a COP 30, nós iremos trabalhar e teremos a função do Parlamento não somente para a proteção, mas para liderar ações que possam contribuir para esses esforços comuns.

A Amazônia tem que estar no coração de nossas decisões, sobretudo para a proteção das florestas em favor das futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Gostaria de registrar a presença da Gabriela Oliveira, Diretora do Observatório Parlamentar da Ação Climática da Cepal ONU, bem como do Prof. Seixas Lourenço, Presidente da Unamaz (Associação de Universidades Amazônicas).

Secretária Yenica como próxima a ser chamada para falar.

A SRA. YENICA ACOSTA (*Tradução simultânea*.) - Tem o uso da palavra a Congressista Ruth Luque, do Peru.

A SRA. RUTH LUQUE (*Tradução simultânea*.) - Boa tarde.

Uma saudação a todos os integrantes do Parlamaz.

Quero um pouco retomar o que disse o meu colega Parlamentar da Colômbia, Carlos.

Como integrantes desta rede parlamentar contra os combustíveis fósseis, que precisamente está fazendo um trabalho há quase dois anos, ontem, nós apresentamos um relatório, que se chama Protegendo o coração de nosso planeta: roteiro dos Parlamentares para uma Amazônia livre de combustíveis fósseis.

Esse relatório, de que trouxemos alguns exemplares aqui e que eu gostaria de, inclusive, integrá-lo ao fim desta pequena apresentação, expõe, de forma muito concreta, essa situação de degradação acumulativa, sistêmica e estrutural que ameaça a nossa Amazônia, mas que, além disso, bota em risco essa crise climática global. Consideramos como Parlamentares desta rede que, de cara à COP tão importante que vai ser feita aqui, precisamos realmente que a Amazônia cobre um peso central no debate político-público não somente com o compromisso, que, claro, tem que vir dos governos, mas também gerando mudanças fundamentais a partir de legislações já existentes.

Uma iniciativa tem a ver com essa proposta de que nós falamos nesses países de não permitir mais exploração na Amazônia, que permite precisamente gerar um debate político para não somente falar da Amazônia, mas especialmente das populações indígenas que estão aí e que estão acumulando, por muitas décadas, contaminação, e hoje, muitas vezes, os governos seguem vendo a Amazônia como uma zona de exploração.

Mas, além desse relatório, nós destacamos como impactos esse desmatamento e fragmentação dos ecossistemas, essa situação de migração que obriga as populações indígenas a irem e a violência que ameaça especialmente as mulheres dessas populações indígenas que, além disso, estão expostas a situações de violências, somado à presença de economias ilícitas que existem na Amazônia.

Mais uma coisa que assinalamos também no relatório é que precisamos avançar em níveis de responsabilidade mais concretos, não só dos governos, mas também das empresas.

Essa lógica de responsabilidade social e empresarial e princípios voluntários que foram trabalhados há um tempo são insuficientes. Estamos precisando avançar em processos mais vinculantes, obrigações mais firmes, nas quais os estados e governos assumam obrigações muito mais concretas para que precisamente esse processo de transição, que tem abertura neste debate e que tem a ver com recursos que estão na Amazônia, seja realmente justo e com diálogo com as populações indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, o relatório também diz que não queremos ter uma Amazônia submetida a uma lógica de extração, mas que precisamos caminhar com uma lógica de desenvolvimento que respeite a vida e a dignidade das populações indígenas.

Permitimo-nos levar, por favor, ao Presidente do Parlamaz esse relatório, que tem uma versão executiva preparada com os membros titulares do Parlamaz, e esperamos que contribua também com sua discussão com uma preocupação da nossa casa comum, que é a Amazônia.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Convido a Parlamentar para... *(Pausa.)*

Não havendo mais, passamos ao próximo item da Ordem do Dia.

Convido a Secretária *ad hoc*, Sra. Yenica Acosta, e a Sra. Alice Amorim que possam retornar às suas bancadas para formar outra mesa.

Agradeço-lhes a colaboração.

Agora nós vamos fazer a apresentação da Resolução 3, da reunião extraordinária dos Ministros de Relações Exteriores dos países-membros da OTCA, que foi pactuada em Bogotá, no último mês de agosto.

A resolução, que agora projetamos na tela, é a que os senhores têm em suas pastas e é o produto das atividades do grupo de trabalho criado a partir da reunião dos presidentes amazônicos de Belém e que teve como objetivo examinar o vínculo institucional entre o Parlamaz e o Tratado de Cooperação Amazônica.

Nós do Parlamento Amazônico sempre acompanhamos os trabalhos desse grupo de trabalho, por intermédio dos nossos próximos convidados.

Eu gostaria de compor a mesa convidando a Diretora-Executiva da OTCA, Senadora Vanessa Grazziotin; o Embaixador João Marcelo Galvão de Queiroz; e o Embaixador Carlos Alfredo Lazary.

Vamos começar as nossas atividades passando a palavra ao Embaixador Carlos Alfredo Lazary, para que faça uma breve explanação do que tem sido o trabalho da cooperação da Plataforma Cipó com a Secretaria do Parlamaz no tocante a esse tema.

Apenas alerto aos expositores que nós temos um horário, que é até começar a sessão do Congresso, às 16h. Então, peço brevidade.

Com a palavra o Embaixador Carlos Alfredo Lazary.

O SR. CARLOS ALFREDO LAZARY - Obrigado, Senador.

É um prazer estar aqui.

Saúdo aos colegas da mesa, a todos os embaixadores presentes e a todos os Parlamentares amazônicos.

Eu queria agradecer também a confiança e a generosidade ao Senador Nelsinho Trad de nos convidar, de convidar a Plataforma Cipó e a mim - realmente é um prazer estar aqui.

Eu represento aqui um instituto de pesquisa que tem se dedicado em muito a todo o trabalho relativo a meio ambiente, a mudanças do clima e, especialmente, a questões da Amazônia. A diretoria da Plataforma Cipó é formada por Maiara Folly, Mariana Rondon, Marília Closs, que está aqui hoje, e Murilo Amatneeks, ambos aqui presentes. É um instituto de pesquisa com foco em cooperação internacional e na agenda climática, que completou cinco anos em 2025, e tem atuado na pesquisa sobre a cooperação amazônica e diplomacia parlamentar.

Destaca-se, nesse sentido, o que já foi mencionado aqui, o painel que foi apresentado, o painel de acompanhamento da implementação da Declaração de Belém, que foi lançado - apresentado e lançado - por ocasião da V Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica.

Destaca-se, também, um trabalho que subsidiou em muito aqui a atuação do Parlamento, que foi um estudo comparado sobre Parlamentos regionais, que visou a subsidiar esta iniciativa sobre cenários para o seu fortalecimento institucional, e que gerou uma série de recomendações.

Antes de continuar, eu queria, Senador, dizer duas coisas.

Primeiro, eu queria me solidarizar e mostrar o meu alívio, como cidadão honorário do Equador, pelo episódio acontecido com o Presidente Daniel Noboa ontem. E eu queria dizer, enfim, que foi com muito alívio que recebemos a notícia de que ele saiu incólume desse episódio. É sempre bom ter livres de ameaças de violência os mandatários ou os representantes do povos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E a segunda coisa, Senador, é lembrar que este Parlamento, o Parlamaz, está completando 36 anos de existência. Ele nasceu em 1989, em Lima, no Peru, e teve como coincidência importante politicamente a realização da primeira cúpula da Amazônia, a primeira cúpula de presidentes da Amazônia, em Manaus. Ali, o objetivo era congregar todas as forças vivas da Amazônia para construir uma posição conjunta que seria levada, três anos depois, à II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. E o Parlamento nasceu nesse contexto, Senador.

Nós temos aqui presentes entre nós uma testemunha ocular desse evento de 1989, o Prof. Dr. Seixas Lourenço, que na época já era o Presidente da Associação de Universidades Amazônicas, que tinha sido criada dois anos antes, em 1987, e que esteve presente convidado para a cerimônia, em Lima, de lançamento da criação do Parlamento Amazônico, que foi um movimento político que persiste até hoje. E nós temos o privilégio de ter tido essa aposta tomada com entusiasmo pelo atual Presidente, o Senador Nelsinho Trad.

A criação do Parlamento já mostrava uma coisa importante, já reconhecia primeiro as assimetrias que existiam na Amazônia e que precisavam ser trabalhadas, e que precisavam ser trabalhadas com políticas de Estado. E o papel dos Parlamentos é fundamental nisso. Não se faz políticas de Estado sem os Parlamentos.

Essa premissa, esse valor, esse motivador, que lançou o Parlamaz de 1989, segue presente até hoje. Basta ver o entusiasmo e a participação dos atuais Congressistas que são membros do Parlamento.

E as duas funções do Parlamento são importantes para a Amazônia. A função de criar legislação, a função que chamamos, em português, legiferante; e a função, não menos importante, de fiscalização dos atos do Poder Executivo. Nessas duas vertentes, os Parlamentos exercem o seu papel na construção dos próprios países. E no caso da Amazônia não é diferente. Então, essa transplantação dessas duas ações dos Parlamentos para a Amazônia, é perfeitamente cabível e até desejável. E isso que se espera, e tem sido o trabalho da Plataforma Cipó oferecer aos Parlamentares e à direção do Parlamento Amazônico os subsídios técnicos necessários para isso.

Esse painel agora, essa nossa discussão, tem a ver com a institucionalização do Parlamento. E para isso é preciso saber por quê, de onde nasce essa questão? Isso nasce, desde o princípio, daquilo que motivou, do mesmo que motivou a criação da OTCA. A OTCA foi criada em função da dificuldade institucional que tinha a Secretaria Pro Tempore do Tratado de Cooperação Amazônica de cumprir o seu papel, em função de problemas gerais, institucionais e específicos, da rotatividade que existia entre os países e que gerou uma ciclotimia que procuramos evitar.

Então, quando a Plataforma Cipó foi chamada para assessorar e dar o seu testemunho ao Parlamento Amazônico, teve em conta esse diagnóstico dos males que causaram e, coincidentemente, em 2011, a interrupção dos trabalhos, tanto do Parlamaz quanto da Unamaz. Ou seja, essa coincidência... Quem não acredita em coincidência, vai buscar neste ano de 2011, talvez, algumas das explicações, mas foi isso que moveu a Plataforma Cipó a apresentar, juntamente com todas aquelas outras pessoas que têm interesse no assunto, as propostas para a institucionalização tanto do Parlamaz quanto da Unamaz.

Isso significa trabalhar para evitar que o que aconteceu em 2011 volte a acontecer agora. E é por isso que surgiu a proposta de incluir, nos trabalhos da OTCA e do próprio Tratado de Cooperação Amazônica, um compromisso institucional com a continuidade desses dois órgãos.

Então, essa é uma questão que me parece fundamental.

A reativação se deu graças à liderança do Senador Nelsinho Trad, em 2019-2020, um pouco antes da pandemia, quando nos encontramos, Senador. E isso gerou, aqui no Congresso Brasileiro, uma reativação também, e uma reativação renovada desse grupo de cooperação interparlamentar e do Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, de acompanhamento brasileiro.

Então, a plataforma tem feito alguns trabalhos importantes: acompanhamento, como mencionei, da Declaração de Belém, dos 113 parágrafos operativos da declaração, e esse vínculo institucional que foi proposto, já desde o ano passado, quando fomos convidados pelo Senador para apresentar as nossas ideias e fazer um trabalho de subsídio a essa questão.

Como mencionei, o painel de monitoramento foi muito útil. Acho que mostrou um trabalho sério, que realmente serve e serviu para avançar nesse trabalho. A Declaração de Bogotá consolidou esse ciclo iniciado em Belém, e em Bogotá reafirmou-se o objetivo de fortalecer e consolidar o Parlamaz. A questão é como fazer isso.

Então, é o que vamos escutar, talvez hoje aqui neste painel, especialmente da pessoa que presidiu o grupo de trabalho, pelo Governo brasileiro, que é o Sr. Embaixador João Marcelo Queiroz.

Queria mencionar que a plataforma também olha para o trabalho do Parlamaz com a visão de alguns temas prioritários. Isso tem sido colocado na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A defesa intransigente da soberania, que é o que está no nascedouro do próprio Tratado de Cooperação Amazônica e que está na própria autonomia das atividades com que se desenvolve o fortalecimento das políticas públicas.

Já se falou aqui na emergência climática, no desmatamento e na governança ambiental. Não vou voltar a isso.

Quero mencionar sobre políticas públicas e articulação do combate às ilegalidades. Isso foi mencionado por um dos senhores e das senhoras aqui.

A questão da saúde acho que é muito importante. Isso tem sido colocado sempre nas nossas manifestações. Saudamos a retomada das reuniões da comissão especial de saúde da Amazônia, recentemente em Quito, no Equador.

E também estamos prontos a colaborar naquilo que se refere a um ponto importante da agenda, que é a questão da bioeconomia, com o turismo comunitário associado a ela.

A gestão do conhecimento, isso ficou muito claro em Belém do Pará, Senador, que foi o compromisso dos presidentes... Foi reafirmado em Bogotá, o compromisso dos presidentes em basear as políticas públicas na melhor informação científica disponível. E para isso é fundamental a ferramenta do monitoramento. E, quando falamos em monitoramento, falamos em ORA (Observatório Regional Amazônico), que foi uma questão criada durante a terceira cúpula de presidentes, em 2009, e que hoje já é uma realidade. Os senhores puderam ver, hoje de manhã, ao visitar a OTCA, a existência física do Observatório Regional Amazônico. E ali isso tem importância para a gestão do conhecimento, porque o observatório funcionará melhor com o apoio de quem consegue validar a melhor informação científica disponível.

E menciono aqui, de novo, o papel da Associação de Universidades Amazônicas (Unamaz), e do painel científico que também foi criado em Belém do Pará, em 2023.

Lembro que o TFFF (Tropical Forests Forever Fund) tem um braço fundamental na sua existência, que vai ser o monitoramento. E o monitoramento se fará com a melhor técnica possível para poder ser implementado.

A participação social. Devo dizer que, na participação social, é importante ouvir a voz dos amazônidas - isso ficou claro em Belém do Pará -, promover interlocução efetiva com os mecanismos de participação social previstos em Belém, o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas, e a OTCA social. Lembro o papel das Comissões Nacionais Permanentes de Cooperação Amazônica (CNPs), que, a meu ver, deveriam ser ampliadas nos nossos países para incorporar vozes da própria sociedade, de quem tem a ver com o dia a dia da Amazônia.

E um outro ponto fundamental nessa questão da participação social é como capacitar a sociedade civil a melhor acompanhar a gestão da Amazônia. E eu vejo nisso um papel importante dado à educação ambiental, que já foi mencionado aqui. E, na educação ambiental, a Unamaz tem um papel muito importante a desempenhar também na formação de professores e mestres,

Os desafios para o próximo período - e eu termino já, Senador - primeiro, como já foi falado aqui, a COP 30. Lembro que, em 1989, na primeira reunião do Parlamaz, discutia-se a grande, a mãe das COPs, que foi a Rio 92. Ali é que nasceram as COPs de mudanças do clima. E em 1992 é que foram assinados a Convenção do Clima, a Convenção de Biodiversidade, a Convenção de Desertificação e aquilo que o Parlamentar da Colômbia mencionou, que é o compromisso assumido pelos 190 países, do princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que está na base de toda a nossa agenda presente para garantir um adequado financiamento à gestão do meio ambiente e à mitigação e à adaptação às dificuldades com o clima. Menciono também a questão da diplomacia parlamentar pela cooperação amazônica, visando fortalecer estratégias comuns, como a aliança parlamentar por transição justa.

Eu queria trazer um tema aqui, Senador, de que o senhor já me ouviu falar, a Taíssa também já me ouviu falar e vários colegas, que é o papel das assessorias legislativas dos Parlamentos na continuidade dos trabalhos. Eu não sei se está aqui o colega Tarciso Dal Maso, mas ele representa o exemplo perfeito de como os corpos permanentes dos Congressos, das nossas Assembleias, podem garantir para além do natural calendário político de presença dos Parlamentares.

Eu penso nisso, Senador, porque o senhor, apesar de ser pantaneiro, mostrou que é um verdadeiro amazônida e trouxe para nós, primeiro, a visão do bioma e a visão de médico, que vê o papel fundamental da pessoa. Entendeu?

Então, eu só tenho essa colaboração. E eu vejo nesse papel do senhor, em relação ao Parlamaz, um paralelo muito grande ao papel do Prof. Seixas Lourenço, que durante dez anos foi Presidente da Unamaz. Graças a ele e graças ao senhor foram criados os fundamentos e a viabilidade dessas duas entidades. E eu vejo que é um campo enorme para trabalharem em conjunto, professor e Senador. Que o Parlamaz e a Unamaz podem e devem trabalhar em conjunto e não apenas nessa agenda específica da institucionalização, porque o pleito é o mesmo: é ter uma presença na Secretaria Permanente da OTCA, uma garantia de que você vai ter ali um apoio permanente aos futuros presidentes do Parlamaz e aos futuros presidentes da Unamaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu ficaria aqui, Senador, com essas reflexões e esse papel, agradecendo mais uma vez à gentileza e à honra da Plataforma Cipó de ter me convidado para ser o seu *senior fellow.* Eu nem sabia que existia esse título, mas o estou adorando, Senador.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Agradecemos, penhoradamente, as palavras do Embaixador Carlos Alfredo Lazary.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador João Marcelo Galvão de Queiroz.

O SR. JOÃO MARCELO GALVÃO DE QUEIROZ - Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente do Parlamento Amazônico, Senador Nelsinho Trad; a Deputada Socorro Neri, nossa Vice-Presidente do Grupo Parlamentar de Cooperação Amazônica; senhoras e senhores membros do Parlamaz; senhores embaixadores; demais colegas do corpo diplomático; senhoras e senhores.

É uma grande satisfação poder novamente, Senador, me dirigir a uma sessão do Parlamento Amazônico. Gostaria inicialmente de agradecer V. Exa. e sua equipe pela organização deste novo encontro do Parlamaz.

O relançamento da cooperação entre os países amazônicos, em particular, para a construção de uma nova agenda estratégica para a Amazônia tem sido uma das grandes prioridades do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da política externa brasileira nos últimos três anos, como comprova a organização da Cúpula da Amazônia, em agosto de 2023, e a adoção da Declaração de Belém.

Por sua vez, o processo de fortalização da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, entendida como braço principal para a implementação dessa agenda estratégica, reflete a convicção de que, apenas por meio da crescente coordenação entre os governos dos oito países e da implementação de políticas e ações conjuntas e coerentes, poderemos fazer frente ao desafio de preservar nossas florestas e promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico das populações indígenas e comunidades tradicionais que nela habitam, em bases sustentáveis e duradouras para todos.

Para isso, a Cúpula de Belém mostrou a importância de abrirmos espaço para maior participação de atores amazônicos nos debates que conduzimos em nível governamental: os povos indígenas, as comunidades locais e tradicionais, cientistas, universidades, defensores de direitos humanos e ambientais, mulheres, representantes das cidades amazônicas e também os integrantes amazônicos dos nossos Parlamentos nacionais por meio do Parlamaz.

Exatamente hoje, Senador, em reunião da OTCA, nós discutíamos a importância de sustentar esse esforço em prol de uma dimensão humana da cooperação amazônica, que coloque os 50 milhões de habitantes da grande Amazônia que compartilhamos - os oito países da OTCA - nesse esforço.

Nesse sentido, cumpre reconhecer que, desde 2020, Senador, o senhor tem se dedicado à retomada do Parlamento Amazônico com a preocupação de que isso seja feito em bases permanentes e mais sólidas que no passado, de forma a dar uma maior voz às sociedades amazônicas de nossos países e de contribuir para as soluções dos desafios que enfrentamos. O Itamaraty tem apoiado decididamente esses esforços.

Como recordará V. Exa., ainda em 2023, durante reunião de chanceleres da OTCA em Brasília, foi acordada a criação de um grupo de trabalho para avançar no exame de um vínculo formal entre o Parlamaz e a organização. Sob coordenação brasileira, realizamos quatro reuniões do grupo de trabalho, cujo resultado foi a resolução, que vemos aí na tela, aprovada em Bogotá em agosto passado, por meio da qual os países amazônicos decidiram institucionalizar um canal de diálogo periódico com o Parlamaz.

Solicita também, a resolução, à Secretaria Permanente da OTCA que apresente uma proposta de diretrizes para estabelecer esse canal de diálogo a ser discutida, primeiramente, entre os países-membros da organização e, depois, submetida a este Parlamento Amazônico.

Eu já compartilhei inclusive, Senador, o que me foi manifestado por V. Exa. e por sua equipe também: o interesse em apresentar também uma proposta de elementos que possam servir como parâmetros para esse esforço de conformação do canal de diálogo entre o Parlamaz e a organização.

Penso ser também importante reiterar a mensagem que nós transmitimos em Bogotá, na última sessão do Parlamaz, a respeito da conveniência de que os Parlamentares dos países amazônicos busquem conformar sessões nacionais do Parlamaz no âmbito dos seus Legislativos, a exemplo do que já fizemos, por exemplo, no Parlamento brasileiro. Essa maior institucionalização no plano legislativo contribuirá para a gradual consolidação de um canal de diálogo cada vez mais robusto entre o Parlamaz e a OTCA. Portanto, Senador, eu acho que a resolução que nós adotamos em Bogotá é apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um primeiro passo. Por enquanto, estabelece um canal de diálogo periódico que servirá para esse primeiro momento da institucionalização dessa interação entre estes dois órgãos: OTCA e Parlamaz.

A própria OTCA passa por uma fase de transição, na medida em que ela tem que se adaptar também ao grau de ambição e aos muitos desafios que os 113 parágrafos, que o Embaixador Lazary Teixeira mencionou, da Declaração de Belém. Então, a própria OTCA está numa fase de transformação, e nós esperamos que o estabelecimento desse canal de diálogo, como um primeiro passo, sirva para que, mais adiante, já com um maior amadurecimento não só do diálogo, mas também das duas instituições, nós possamos avançar para algo mais robusto e sólido como um vínculo institucional entre os dois órgãos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Agradecemos.

Com a palavra, Deputada Socorro Neri.

A SRA. SOCORRO NERI (Bloco/PP - AC) - Presidente Senador Nelson Trad, Embaixador Carlos Alfredo Lazary e Embaixador João Marcelo, não vou cometer o mesmo erro. *(Risos.)*

Boa tarde a todos os colegas Parlamentares, a todos os assessores e às autoridades aqui presentes.

A Declaração de Belém, de fato, nos trouxe uma expectativa muito grande de que, finalmente, já após 30 anos de criação desse movimento político, de criação do Parlamaz, pudéssemos ter esse processo de institucionalização do Parlamaz acontecendo, não é? Na sequência, os senhores criaram um grupo de trabalho, os ministros de relações exteriores criaram um grupo de trabalho para fazer esse exame do vínculo entre o Parlamaz e a OTCA, ainda em 2023. Agora, em 2025, sinalizam para esse canal de diálogo periódico entre o Parlamento e a OTCA.

É claro que me parece que o senhor realizou - e eu quero aqui agradecer esse esforço, e a gente acompanhou isso - um esforço muito grande para que esse primeiro passo, como o senhor menciona, pudesse estar acontecendo. Parece-me, de fato, que é o passo possível para este momento, mas eu quero, como amazônida e como Deputada da Amazônia brasileira, dizer que é frustrante a gente chegar a este momento, em que estamos discutindo vínculo entre o Parlamaz e a OTCA, sinalizando para esse canal de diálogo periódico, sem que, de fato, esteja sendo considerado, para valer, a institucionalização do Parlamaz.

Quer dizer, ele ainda não está institucionalizado. A gente não pode falar de Parlamaz e OTCA, buscar e examinar um vínculo e criar um vínculo, um canal de diálogo entre ambos, na medida em que o Parlamaz ainda não é uma instituição e ainda não está institucionalizado.

E a Declaração de Belém apontava a esse sentido, no sentido da institucionalização do Parlamento Amazônico. Então, esse é um ponto, assim, que eu considero fundamental, e que não percamos, de fato, qual é o grande objetivo, qual é a grande necessidade: claro, é institucionalizar o Parlamaz e fazer, evidentemente, esse vínculo do Parlamaz com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Como é que vai se dar esse canal de diálogo periódico? Como é que ele vai se dar? Como é que se garante a participação dos Parlamentares dos oito países, que hoje - não sei se tem alguma exceção - se dá por meio do apoio de uma cooperação internacional, de um instituto, que é a ICCF, que busca viabilizar a logística para garantir essas assembleias anuais, importantíssimas; e é importantíssimo o apoio, mas precisamos avançar e precisamos sair disso.

Há uma parceria, que foi mencionada hoje pela manhã, na sede da OTCA, do Banco Mundial com a OTCA, no montante de US$25 milhões para fazer o fortalecimento da OTCA. Nesse contexto de fortalecer a OTCA, não se poderia também já considerar o fortalecimento desse canal de diálogo, destinando recurso para isso, na medida em que esse diálogo será fundamental para a própria governança dessa cooperação entre os oito países?

Então, vem nesse sentido. Primeiro, como vai funcionar? Qual é a ideia? Não seria possível já incluir, nessa parceria com o Banco Mundial, recursos, para garantir pelo menos dois Parlamentares de cada um dos oito países, duas vezes por ano, realizando essas assembleias, dentro dessa parceria já firmada com o Banco Mundial?

Então, fica para o senhor, e eu gostaria de ouvir aqui suas considerações acerca disso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Nós vamos só ouvir a Parlamentar Jeny, do Peru.

A SRA. JENY LUZ LÓPEZ (*Tradução simultânea*.) - Obrigada, colegas do Parlamaz e Embaixadores presentes.

Eu gostaria de ressaltar o foco de multilateralidade que sustenta a Organização das Nações Unidas, servindo como plataforma de diálogo à cooperação e à ação coletiva e para abordar temas globais, como a paz, a segurança, a mudança climática, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos, no marco de um sistema democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesse aspecto, eu parabenizo o grupo de trabalho dos Ministros de Relações Exteriores, os quais recomendam e propõem a assinatura da resolução em que é estabelecido um canal de diálogo periódico entre o Parlamento Amazônico e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e por existir... a defesa e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Com a palavra o Embaixador João Marcelo, para responder aos comentários.

O SR. JOÃO MARCELO GALVÃO DE QUEIROZ - Obrigado, Senador.

Queria agradecer à Deputada Neri e à Congressista Jeny pelos comentários.

Tentando responder à Deputada, eu diria precisamente que, como delegado brasileiro, como representante brasileiro na Otca, eu compartilho a frustração, digamos, com a impossibilidade de avançar em alguma fórmula que promova uma maior institucionalização do Parlamaz. A senhora lembrará que, desde o início desse esforço que tem tido o Senador Nelsinho Trad à frente do resgate e da retomada do Parlamaz, nós vínhamos contemplando a ideia de um protocolo ao próprio Tratado de Cooperação Amazônica, em que nele nós buscássemos estabelecer a institucionalização do Parlamaz dentro da própria estrutura da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

O fato é que, ao longo das discussões, ficou evidente, sobretudo no próprio grupo de trabalho, que não havia consenso, que não havia unanimidade entre os países-membros. Os países-membros tendem a ver essa questão de maneiras distintas. Houve, inclusive, o próprio questionamento com relação à capacidade de a Otca estabelecer um vínculo formal com o Parlamaz, exatamente porque ele não tem personalidade jurídica internacional. Acho que, utilizando as próprias palavras da senhora, foi o que foi possível avançar nesse momento na institucionalização de um canal de diálogo periódico.

Mas eu acho que a questão da institucionalização do Parlamaz - se me permite, essa é uma avaliação pessoal - não precisa ser necessariamente travada no âmbito da própria Otca. Eu acho que há outras maneiras, outros caminhos para se buscar, inclusive pelas gestões que eu acho que são oportunas e devem ser perseguidas pelos membros do Parlamento que estão aqui, junto aos seus executivos, no sentido de buscar a negociação de um acordo entre os oito países-membros, não necessariamente vinculados à Otca, mas que crie o Parlamento Amazônico e que confira a ele, como em um acordo intergovernamental, essa personalidade jurídica.

Então, eu acho que esse trilho pode ser explorado dentro da Otca, fora da Otca, mas é evidente que ainda há trabalho a ser feito, e nós contamos com que essa frustração nossa não seja permanente. Contamos com o trabalho de todos os congressistas, dos oito países-membros, em prol desse objetivo.

Obrigado.

O SR. CARLOS ALFREDO LAZARY - Tenho um comentário rápido a respeito disso, uma coisa que foi levantada aqui na apresentação, que é a relação entre os capítulos nacionais do Parlamento Amazônico, que o Embaixador João Marcelo acaba de mencionar, e os capítulos e as Comissões Nacionais Permanentes de Cooperação Amazônica, que são a institucionalização pelo tratado dentro de cada país, da ação, da voz e da construção da posição de cada país.

Então, foi o que eu mencionei na minha apresentação, a CNP será mais forte à medida que inclua todas as forças vivas da sociedade. E quem melhor representa a sociedade do que o Parlamento? Então, eu gostaria que as CNPs do Brasil, por exemplo, que estão para ser reativadas, já incluíssem também a participação dos Parlamentares amazônicos, porque isso já seria, Deputada, um passo na direção da institucionalização, porque a CNP é uma entidade oficial dentro do Tratado de Cooperação Amazônica e quem participa da CNP terá voz ativa na construção da posição do país no contexto da cooperação amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Com a palavra, o Parlamentar Carlos Ardila, da Colômbia.

O SR. CARLOS ADOLFO ARDILA ESPINOSA (*Tradução simultânea*.) - Boa tarde. Faço uma saudação cordial a todos que fizeram possível esse encontro, Senadores, Embaixadores e todos os assistentes - este encontro do Parlamaz.

Eu quero insistir na intervenção da Deputada Socorro, porque é de grande importância que aqui, hoje no Brasil, no Senado da República, destaquemos a necessidade de poder contar com um canal de diálogo oficial e frequente.

Celebramos o encontro, claro. Celebramos, Embaixador Carlos, que depois de 36 anos, continuamos aqui compartilhando causas a favor da Amazônia. Sem dúvida nenhuma, esse passo que foi dado em Lima, neste momento, foi uma mensagem política poderosa, mas essa mensagem política, que foi muito poderosa, hoje deve ser ratificada em diferentes países.

Devemos avançar em matéria de institucionalização. Celebramos o que está se fazendo na Otca, claro, mas não podemos perder de vista que o que existe na Otca é a relação dos diferentes governos dos executivos. Por isso, resulta necessário que os congressos, representando os cidadãos dos diferentes países, possam institucionalizar o Parlamento Amazônico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É uma grande necessidade e deve ser protagonista em todas as agendas. Claro, cada país vai fazer o seu próprio. Alguns terão mais ou menos importância, mas estou convencido de que essa é uma causa que, nos oito países, nós podemos conseguir. Isso é um primeiro passo necessário para tudo o que propomos... Aqui falamos de quantidade de iniciativas para conservar, para restaurar, para proteger a Amazônia, mas nos esquecemos do primeiro passo, no meu julgamento, e que essa institucionalidade possa se materializar e possa também acontecer, caso contrário, terminamos em encontros, caso contrário vamos para muitas reuniões conjunturais, a grande maioria delas, mas não existe uma instituição que nos representa.

Nós que estamos aqui somos passageiros, temos que falar isso. Na Colômbia, falamos que somos funcionários de difícil eleição, mas de segura remoção, porque os períodos estão só por um tempo limitado. Então, aos países amigos, aos países com quem compartilhamos a Amazônia, eu rogo para que hoje a gente leve essa grande tarefa e que essa seja uma tarefa dos oito países da Amazônia: avançar e conseguir que o Parlamento Amazônico se torne uma instituição e assim possamos avançar nessa defesa da Amazônia.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Agradecemos ao Deputado Carlos Ardila.

Vamos ao último item da pauta.

Peço que os Embaixadores possam permanecer aqui. Logo depois...

Quem pediu? A Parlamentar é peruana?

Francis Paredes.

A SRA. FRANCIS PAREDES (*Tradução simultânea.*) - Muito obrigada, Senador Nelsinho.

Sinceramente, escutando cada um dos meus colegas, acredito que todos buscamos essa necessidade de seguir avançando frente à proteção do nosso mundo verde. Nessa linha de trabalho, nós também solicitamos, como Parlamaz, à Secretaria permanente que apresente, para esse diálogo, como estabelece a resolução, para que esse diálogo que nós vamos ter, que está gerando não somente os acordos, mas de que forma nós vamos participar, ter uma agenda que coincidamos, e não somente coincidamos, mas que nessa coincidência nós possamos proteger a humanidade, porque nós não vamos descansar enquanto estejamos em funções que se iniciem em Belém do Pará e que sigam para que nós possamos ver visível e tratar o possível de que essa proteção do aquecimento global retroceda, como vimos nos últimos anos. Esse é o único fim que nós temos, a única finalidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Agora, a Deputada Socorro Neri.

A SRA. SOCORRO NERI (Bloco/PP - AC) - Eu queria apenas fazer aqui uma complementação da minha fala para dizer porque é tão frustrante, porque me preocupa tanto. O Parlamaz estava desativado. O Senador Nelsinho Trad, que representa Mato Grosso do Sul, é que fez todo esse esforço de trazer o Parlamaz para atividade, e de fato ele tem tido atividade nesses anos, mas o Senador tem feito isso à custa do gabinete dele, colocando a equipe dele, assessores dele para fazer essa tarefa. A gente não pode contar que teremos isso no futuro, não pode colocar uma ação dessa tão importante, vinculada, dependente dessa boa vontade, desse compromisso, não é, Senador? Nós estamos hoje aqui, podemos não estar em 2027, então, é preciso de fato olhar para isso com a seriedade que se requer, com a urgência que se requer.

Eu olho para um outro aspecto, além desse - e aqui receba, Senador, o meu reconhecimento por todo o empenho que o senhor tem feito para garantir essas reuniões, garantir o funcionamento deste grupo parlamentar -, eu olho para este momento que nós estamos vivendo no Brasil como um momento tão ímpar, que a gente não sabe se vai repetir isso. A gente não tinha este momento há quatro anos, nós temos este momento hoje, não sabemos se teremos este momento a partir de 2027, quer dizer, é um momento ímpar e a gente está deixando, de 2023 para cá, eu diria que... Embora todo o esforço reconhecido por todos nós, mas é muito pequeno diante daquilo que tínhamos e desejamos ter como garantia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Agradeço à Deputada Socorro Neri.

Realmente não foi uma tarefa fácil. No meio de toda essa forma de intensificar as ações do Parlamento Amazônico, veio a pandemia, nós ficamos dois anos praticamente em isolamento e, mesmo assim, não pereceu o Parlamento Amazônico. Eu penso que os avanços que já tiveram precisam servir de inspiração para a gente terminar, falta pouco para terminar, e concretizar, de uma vez por todas, a tão sonhada institucionalização.

Com a palavra, Deputada Yenica Acosta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. YENICA ACOSTA (*Tradução simultânea*.) - Presidente Nelsinho e companheiros, aproveitando a conjuntura e a participação, não somente dos representantes dos membros de relações exteriores do Brasil, mas também da Colômbia, que se encontram aqui, como o nosso Ministro Conselheiro Dr. Ricardo Montenegro, também está o nosso Segundo-Secretário, o Sr. Raul, e o Leonardo Quintero, encarregado de negócios do nosso país, mas também pessoas da Embaixada do Peru estão presentes.

Seria muito importante buscar um cenário, Senador Nelsinho, em que os conselhos podem levar essa mensagem, não somente no espaço da COP 30, mas também aos nossos Governos de cada país, para que possamos, nós também, ser impulsionados por eles para poder conformar e regulamentar o Parlamento Amazônico. Eu acredito que deve ser fortalecido e esse acompanhamento deve ser contínuo por parte das diferentes partes de cada país. É de suma importância, porque os Congressistas, se bem... A parte dos tomadores de decisão, mas também um trabalho articulado é do que se necessita e as conclusões a que chegamos, em todos os eventos em que estivemos, é que tem que ser feito um trabalho coordenado, tanto na parte legislativa, com os diferentes Governos, e eu acredito que os senhores, de cada país, podem ser como esses articuladores entre as duas partes para que possam conformar.

Então, faço este convite para que possam liderar e possam tocar esse importante tema, tanto na COP 30, como em cada um desses Governos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Agradeço à Deputada.

Nas pastas dos Deputados está a minuta com as emendas das delegações do Brasil, Equador e Peru, que foram integralmente aceitas. Na tela será projetada a versão final, que será passada para assinatura de todos os Parlamentares aqui presentes. *(Pausa.)*

Todas as emendas estão marcadas em cores. *(Pausa.)*

Logo após as assinaturas, nós vamos convidar a todos para uma foto oficial aqui na frente - convido os Embaixadores, representantes das embaixadas dos países; o Professor da Universidades Amazônicas - e, logo depois, será servido aqui do lado um coquetel de encerramento.

Antes de encerrar esta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pelas notas taquigráficas e pela lista de presença.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Pausa.)*

Enquanto os Parlamentares assinam, lerei perguntas que chegaram por aqui. Porque tem a transmissão ao vivo pela TV Senado - para vocês que não são aqui do Brasil -, isso passa pela televisão brasileira, no canal legislativo, e as pessoas perguntam, têm uma participação. Então, eu vou mencionar algumas perguntas e vou passar para o Embaixador João Marcelo fazer alguns comentários.

Jakeline, do Pará - o senhor poderia anotar para não se perder -: "A Declaração incluirá metas específicas de redução do desmatamento e de proteção das populações indígenas e tradicionais?".

Fabiana, do Amazonas: "Quais mecanismos legislativos e de cooperação internacional podem fortalecer a preservação da biodiversidade amazônica?".

Raíssa, do Mato Grosso: "Como garantir que a Declaração do Parlamaz [...] [para a COP 30 resulte em ações efetivas]?".

Ronysi, do Espírito Santo: "Que penalidades [...] existem para gestores que não cumprirem ou deixarem de executar ações previstas na Declaração de Belém?".

Max, de Goiás: "Como cumprir metas de sustentabilidade se [...] os técnicos [...] do Ibama, mesmo doutores, recebem salários que não cobrem [...] o básico?".

E Theones, do Pará: "Como será assegurada a participação de indígenas, comunidades tradicionais e academia na Declaração do Parlamaz 2025?".

Eu pediria ao Embaixador Carlos Lazary que tomasse nota de alguns comentários - eu deixei as perguntas para o Embaixador João Marcelo e para V. Exa. os comentários, para a V. Exa. também tecer considerações.

Igor, do Amazonas: "A Comissão deverá levar ao debate medidas que beneficiem o acesso universal à educação na Amazônia em todos os níveis".

Raíssa, lá do Mato Grosso: "A Declaração do Parlamaz para a COP 30 deve ir além de discursos, com ações concretas para proteger a Amazônia e seus povos [originários]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Maria, do Amazonas: "É essencial que a declaração vá além de meras intenções e incorpore compromissos tangíveis, mensuráveis e com prazos claros".

Com a palavra o Embaixador João Marcelo.

O SR. JOÃO MARCELO GALVÃO DE QUEIROZ - Obrigado, Senador.

Eu vejo que algumas perguntas se referem à Declaração do Parlamaz, ou seja, que eu não cheguei a ler e tal, mas eu vou tentar talvez esboçar aqui alguns comentários gerais com relação, por exemplo, à ideia de metas específicas.

Eu queria dizer que a contribuição que os nossos Poderes Legislativos nos oito países dão, em toda a temática amazônica, que se refere tanto à preservação do meio ambiente, como também ao combate às mudanças climáticas, é muito bem-vinda.

No caso, respondendo à pergunta do telespectador, as metas específicas, no entanto, cabem aos Poderes Executivos. Então, por exemplo, a Alice Amorim, que nos precedeu aqui, mencionou as contribuições nacionalmente determinadas, que vão ser, digamos, um ponto da maior importância no âmbito da próxima COP 30. Então aguardamos que todos os países, todos os governos presentes, sobretudo os da região, estejam em capacidade de apresentar suas NDCs.

Quais são os mecanismos legislativos de cooperação internacional? Acho que o poder, a capacidade de fiscalização dos Legislativos, sobretudo, a que os nossos governos fazem, é de extrema importância. É importante que as declarações, como a Declaração de Belém, não fiquem apenas como mera retórica, mera carta de boas intenções a respeito dos governos.

Quero dizer que, do ponto de vista dos Poderes Executivos, nós, aqui no Brasil e em conjunto com os demais sete países, nós estamos elencando as prioridades entre esses 113 parágrafos que foram adotados na Declaração de Belém e procurando avançar naquilo que é considerado, digamos, primordial e mais urgente. Então há uma série de iniciativas, grupos de trabalho, programas que vêm sendo avançados nos últimos meses, no âmbito do Otca, exatamente com esse objetivo.

Penalidades para não execução, no caso, não haveria essas penalidades, mas é claro que todo governo espera poder cumprir com as suas responsabilidades perante seus eleitores. Então eu acho que é um desafio específico de cada um dos Poderes Executivos, com relação à Declaração de Belém, poder transmutá-la em realidade no menor prazo possível e com o maior grau de ambição possível.

Eu não me aventuraria em fazer outros comentários. Foram mencionados aqui temas como salários de funcionários do Ibama e tal. Quero apenas reforçar a importância que o Ibama tem no nosso esforço de proteção do bioma. Então é um órgão, uma entidade a que atribuímos, no Itamaraty, o mais alto valor e apreço.

E, com isso, talvez passaria para o Embaixador Lazary Teixeira para responder às outras questões. Muito obrigado, Senador.

O SR. CARLOS ALFREDO LAZARY - Não sei se estão me escutando.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone*.) - Sim.

O SR. CARLOS ALFREDO LAZARY - Então eu diria o seguinte, que, primeiro, é muito importante olhar para trás um pouco. Primeiro ver, desde que o Parlamento Amazônico foi reativado, os discursos, as apresentações, a presença, a voz dos Parlamentares, pelo canal do Senador Nelsinho Trad, foram escutados e muito bem escutados pelos Governos, tanto é assim que a Declaração de Belém mostrou isso, a Declaração de Belém incorpora o Parlamento Amazônico, a Declaração de Bogotá incorpora o Parlamento Amazônico.

Todas as negociações das quais eu pude participar quando eu ainda era Diretor Executivo da Otca e depois já como, agora, Senior Fellow da Plataforma Cipó... Eu só vi até agora que os Poderes Executivos escutam e muito o Parlamento Amazônico e a voz do Senador e do Senado, Deputada Socorro, e em cada um dos países dos Parlamentares que estão aqui hoje e os que participaram das assembleias.

Então, respondendo ao telespectador: sim, o que sairá dessa declaração vai ser lido, relido, examinado, analisado, parágrafo por parágrafo, garanto a vocês, pelos negociadores, pelo menos dos nossos países, que são os países amazônicos, que querem e se comprometeram, em Bogotá, a chegar a Belém do Pará, na COP 30, com uma só voz, sem mostrar e sem revelar fissuras no compromisso com a agenda e com o espírito da COP 30, que será a implementação de todos os compromissos já assumidos e negociados nas COPs anteriores, especialmente no Acordo de Paris.

Então, eu vejo que essa declaração vai ser escutada.

Sobre a pergunta sobre a educação, o Prof. Seixas Lourenço me inspira aqui para dizer o seguinte: há essa preocupação com a educação; sobretudo, a ambiental, na Amazônia, é um compromisso incluído na comissão especial de educação da Amazônia, que deve ser reativada em breve, e no papel e na missão específica da Associação de Universidades Amazônicas, que terá nisso um dos aspectos importantes naquilo que eu mencionei na minha fala anterior, que é a formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de professores e a geração, nas universidades, de um debate muito presente e muito atual sobre a agenda das mudanças do clima, a agenda da COP 30.

Agora, a Amazônia não termina na COP 30, a Amazônia seguirá como um grande desafio. A COP 30 é uma questão episódica, precisamos olhar de maneira estrutural e estruturante para o trabalho, o nosso compromisso, na cooperação amazônica.

E, quando se fala em institucionalização, nós não estamos olhando para a COP, em novembro, em Belém do Pará, apenas, que é uma enorme oportunidade para mostrar esse pensamento e o compromisso dos países amazônicos com a autonomia e a gestão autônoma da região, mas para mostrar que esse compromisso vai além do calendário das COPs: é um compromisso permanente, que nasceu em 1978 com a assinatura do tratado, que segue vivo e presente para o futuro e que conta hoje com o privilégio de ter, a bordo, os Parlamentares amazônicos nesse processo de reativação do Parlamaz sob liderança do Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Agradeço ao Embaixador Lazary.

Vamos, então, para a nossa foto oficial. Eu convido o Embaixador João Marcelo e o Embaixador Lazary para que possam já ficar defronte à mesa. Podem tirar os prismas deles. E convido as mulheres para se sentarem aqui à mesa, Deputada Socorro Neri, Deputada Jenny Luz, Deputada Francis Paredes, Deputada Yenica Acosta, Deputada Romina Giménez, Deputada Ruth Ibarra. Vocês podem se sentar aqui. *(Pausa.)*

Cumprida a finalidade da nossa reunião, sob a proteção de Deus, declaro-a encerrada, convidando todos para um lanche aqui ao lado e para o jantar, à noite, que a Bruna vai oferecer. Onde? *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Dezenove horas... Todo mundo sabe onde é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) - Então, está bom.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia
PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro
PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão
PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará
MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco
MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo
MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais
PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás
PSB - Jorge Kajuru*
MDB - Pedro Chaves* (S)
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso
UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - José Lacerda* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul
PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará
PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba
PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo
PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí
PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte
PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina
PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas
PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe
MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Amazonas
MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná
PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre
PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul
PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal
PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia
MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins
PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá
PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima
PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos
*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25
MDB-12 / UNIÃO-6 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick. . . . . UNIÃO / AC
Alessandro Vieira. . . . . MDB / SE
Carlos Viana. . . . . PODEMOS / MG
Confúcio Moura. . . . . MDB / RO
Davi Alcolumbre. . . . . UNIÃO / AP
Eduardo Braga. . . . . MDB / AM
Efraim Filho. . . . . UNIÃO / PB
Fernando Dueire. . . . . MDB / PE
Fernando Farias. . . . . MDB / AL
Giordano. . . . . MDB / SP
Ivete da Silveira. . . . . MDB / SC
Jader Barbalho. . . . . MDB / PA
Jayme Campos. . . . . UNIÃO / MT
Marcelo Castro. . . . . MDB / PI
Marcos do Val. . . . . PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães. . . . . PSDB / PR
Pedro Chaves. . . . . MDB / GO
Plínio Valério. . . . . PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra. . . . . UNIÃO / TO
Renan Calheiros. . . . . MDB / AL
Sergio Moro. . . . . UNIÃO / PR
Soraya Thronicke. . . . . PODEMOS / MS
Styvenson Valentim. . . . . PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo. . . . . MDB / PB
Zequinha Marinho. . . . . PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 17
PSD-13 / PSB-4

Angelo Coronel. . . . . PSD / BA
Chico Rodrigues. . . . . PSB / RR
Cid Gomes. . . . . PSB / CE
Eliziane Gama. . . . . PSD / MA
Flávio Arns. . . . . PSB / PR
Irajá. . . . . PSD / TO
Jorge Kajuru. . . . . PSB / GO
José Lacerda. . . . . PSD / MT
Jussara Lima. . . . . PSD / PI
Lucas Barreto. . . . . PSD / AP
Mara Gabrilli. . . . . PSD / SP
Nelsinho Trad. . . . . PSD / MS
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Rodrigo Pacheco. . . . . PSD / MG
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Zenaide Maia. . . . . PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16
PL-15 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes. . . . . PL / SP
Carlos Portinho. . . . . PL / RJ
Dra. Eudócia. . . . . PL / AL
Eduardo Girão. . . . . NOVO / CE
Eduardo Gomes. . . . . PL / TO
Flávio Bolsonaro. . . . . PL / RJ
Izalci Lucas. . . . . PL / DF
Jaime Bagattoli. . . . . PL / RO
Jorge Seif. . . . . PL / SC
Magno Malta. . . . . PL / ES
Marcio Bittar. . . . . PL / AC
Marcos Rogério. . . . . PL / RO
Rogerio Marinho. . . . . PL / RN
Romário. . . . . PL / RJ
Wellington Fagundes. . . . . PL / MT
Wilder Morais. . . . . PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12
PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato. . . . . PDT / MA
Augusta Brito. . . . . PT / CE
Beto Faro. . . . . PT / PA
Fabiano Contarato. . . . . PT / ES
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jaques Wagner. . . . . PT / BA
Leila Barros. . . . . PDT / DF
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Randolfe Rodrigues. . . . . PT / AP
Rogério Carvalho. . . . . PT / SE
Teresa Leitão. . . . . PT / PE
Weverton. . . . . PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 11
PP-7 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Cleitinho. . . . . REPUBLICANOS / MG
Damares Alves. . . . . REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro. . . . . PP / PB
Dr. Hiran. . . . . PP / RR
Esperidião Amin. . . . . PP / SC
Hamilton Mourão. . . . . REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira. . . . . PP / SE
Luis Carlos Heinze. . . . . PP / RS
Mecias de Jesus. . . . . REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina. . . . . PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	11
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)
Angelo Coronel* (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)
Augusta Brito** (PT-CE)
Beto Faro** (PT-PA)
Carlos Portinho* (PL-RJ)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)
Cid Gomes* (PSB-CE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)
Confúcio Moura* (MDB-RO)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)
Dr. Hiran** (PP-RR)
Dra. Eudócia* (PL-AL)
Eduardo Braga* (MDB-AM)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)
Fabiano Contarato* (PT-ES)
Fernando Dueire* (MDB-PE)
Fernando Farias** (MDB-AL)
Flávio Arns* (PSB-PR)
Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)
Giordano* (MDB-SP)
Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)
Humberto Costa* (PT-PE)
Irajá* (PSD-TO)
Ivete da Silveira* (MDB-SC)
Izalci Lucas* (PL-DF)
Jader Barbalho* (MDB-PA)
Jaime Bagattoli** (PL-RO)
Jaques Wagner* (PT-BA)
Jayme Campos* (UNIÃO-MT)
Jorge Kajuru* (PSB-GO)
Jorge Seif** (PL-SC)
José Lacerda* (PSD-MT)
Jussara Lima** (PSD-PI)
Laércio Oliveira** (PP-SE)
Leila Barros* (PDT-DF)
Lucas Barreto* (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze* (PP-RS)
Magno Malta** (PL-ES)
Mara Gabrilli* (PSD-SP)
Marcelo Castro* (MDB-PI)
Marcio Bittar* (PL-AC)
Marcos Rogério* (PL-RO)
Marcos do Val* (PODEMOS-ES)
Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Omar Aziz** (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Otto Alencar** (PSD-BA)
Paulo Paim* (PT-RS)
Pedro Chaves* (MDB-GO)
Plínio Valério* (PSDB-AM)
Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Renan Calheiros* (MDB-AL)
Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Rogério Carvalho* (PT-SE)
Rogerio Marinho** (PL-RN)
Romário** (PL-RJ)
Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Teresa Leitão** (PT-PE)
Tereza Cristina** (PP-MS)
Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Wellington Fagundes** (PL-MT)
Weverton* (PDT-MA)
Wilder Morais** (PL-GO)
Zenaide Maia* (PSD-RN)
Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25 **Líder** **Efraim Filho - UNIÃO** (4,10,42,43,49,63,75) ..... **Líder do MDB - 12** **Eduardo Braga** (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Giordano (86) **Líder do UNIÃO - 6** **Efraim Filho** (4,10,42,43,49,63,75) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93) **Líder do PODEMOS - 4** **Carlos Viana** (57) Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30) **Líder do PSDB - 3** **Plínio Valério** (33,61) Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)	**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 17** **Líder** **Eliziane Gama - PSD** (11,45,54) ..... **Líder do PSD - 13** **Omar Aziz** (13,53) Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67) **Líder do PSB - 4** **Cid Gomes** (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)	**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16** **Líder** **Wellington Fagundes - PL** (24,37,69) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77) ..... **Líder do PL - 15** **Carlos Portinho** (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90) **Líder do NOVO - 1** **Eduardo Girão** (9,38)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12 **Líder** **Weverton - PDT** (20,62,72) ..... **Líder do PT - 9** **Rogério Carvalho** (60,96,97,104) Vice-Líderes do PT Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Teresa Leitão (35,64,99,106) **Líder do PDT - 3** **Weverton** (20,62,72)	**Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11** **Líder** **Dr. Hiran - PP** (71) ..... **Líder do PP - 7** **Tereza Cristina** (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87) **Líder do REPUBLICANOS - 4** **Mecias de Jesus** (6,58) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)	**Maioria** **Líder** **Veneziano Vital do Rêgo - MDB** (76)
Minoria **Líder** **Ciro Nogueira - PP** (1,8)	**Bancada Feminina** **Líder** **Professora Dorinha Seabra - UNIÃO** (18,41,92,95,102)	**Governo** **Líder** **Jaques Wagner - PT** (2) **Líder em exercício** **Rogério Carvalho - PT** (60,96,97,104) Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Leila Barros (79)
Oposição		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Líder **Rogerio Marinho - PL** (50,70) Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		

Notas:
1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designdo Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG) .
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLID/GLREPUBL)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV.)
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)	1.
	2.

Notas:
1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL N° 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)

Leitura: 22/04/2025

MEMBROS
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (2)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (2)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)

Notas:
1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS n° 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS n°1/2025).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista
Telefone(s): 3303 3490
E-mail: gtmti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

Finalidade: Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)

RELATORA: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (3)

Instalação: 07/08/2025
Prazo final: 06/10/2025
Prazo prorrogado: 06/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (2)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)

Notas:
1. Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
2. Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
3. Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira
Telefone(s): 3303-3517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O PROJETO DE LEI N° 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".

ATS nº 19, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)
RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

Instalação: 24/09/2025
Apresentação de Emendas - prazo final: 22/10/2025
Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2025
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2025
Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2025
Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026
Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026
Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026
Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (1)	4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (1)	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1)	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Weverton (PDT-MA) (1)	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (1)	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)

Notas:
1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS n°19/2025).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins
Telefone(s): 6133033490
E-mail: ctcivil@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 17/06/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (17)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) (7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,14)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (9)	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (9)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (9)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (9)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (9)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (9)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (11)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2,20,21,22,23)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Romário (PL-RJ) (2)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (17)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (16)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (18)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Morais foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN). (DSF de 26/03/2025, p. 121)
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (3)	1.

Notas:
1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) (4)

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (5)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (3)	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (6)

Notas:
1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (4)	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,22)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (5)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) (5)	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6,11)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB)
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLID/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLID/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA)
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (17)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,10,11,14)	4. VAGO (3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,16)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) (2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	2. VAGO (6,18)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (12)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).
18. Em 1º.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
Telefone(s): 3303-3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (15)
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,17)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (11)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (13)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (16)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (6)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (6)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Stivenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
12. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
13. Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior
Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 33033519
E-mail: ctfc@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,10)
VAGO (3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6. VAGO (9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (13)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,24)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	3.
VAGO (20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (15)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (14)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (16)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (17)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). (DSF de 11/03/2025, p. 23)
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). (DSF de 13/03/2025, p. 85)
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). (DSF de 26/03/2025, p. 122)
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (1)	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1)	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (1)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1)

Notas:
1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh.haia@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (12)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (10)	6. (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (4)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (15)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	3. Senador Beto Faro (PT-PA) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) (7)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	4. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,19)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,20,21)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3. VAGO (6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (18)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (14)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
20. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) (3)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (9)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (5)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (5)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (5,17,18)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (5)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (15)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (5)	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (7)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (7)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (7)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEMO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLRESDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLRESDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).
17. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (1,11,12)
VAGO (1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,22,23)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,20)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. VAGO (6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). (DSF de 22/03/2025, p. 8)
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). (DSF de 26/03/2025, p. 122)
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). (DSF de 28/03/2025, p. 43)
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes
Reuniões: Quartas-feiras 14h -
Telefone(s): 3303 3506
E-mail: cra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)
RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (2)

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	3.

Notas:
1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes
Reuniões: Quartas-feiras 14h -
Telefone(s): 3303 3506
E-mail: cra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) (6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,10,11,15)	3. VAGO (2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (9,10)	4. (10)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)	5. VAGO (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (17)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (3)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (3,16)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (3)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (19)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (1)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (1)	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (18)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (4)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (4)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4,13)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (4,13)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. n° 17/2025-GABLID/BLALIAN).
14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM).
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA).
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA)

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (8)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11,12)	5. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,22,23)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	3. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,20)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (16)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (21)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (6)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)
RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) (4)

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (1)	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) (1)	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (1)	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	7.

Notas:
1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (13)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) (3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11)
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (10,11)	6. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,26,27)	2. VAGO (4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,20)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (14)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (14)
VAGO (12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). (DSF de 11/03/2025, p. 24)
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). (DSF de 26/03/2025, p. 122)
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). (DSF de 01/04/2025, p. 24)
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. n° 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): (61) 3303-2315
E-mail: csp@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1)	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	2.
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (4,9)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (11)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) (1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) (2)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (12)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)	1.

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
9. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
10. Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.n° 008/2025-BLDEM).
11. Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
12. Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.n° 33/2025-GLPDT).
13. Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. n° 41/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. n° 43/2025-BLVANG).
15. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. n° 43/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015
11ª Eleição Geral: 30/05/2017
12ª Eleição Geral: 18/09/2019
13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-713
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)
COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (1)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:
1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:
1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12) COMENDA REI PELÉ

(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES

(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA

(Resolução do Senado Federal n° 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO

(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal
José Edmar de Queiroz
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação
João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco
Rebeca Otero Gomes
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho
Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor
Bárbara Panseri - Fundação Lemann
Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum
Márcia Ferri - Instituto Natura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.201746/2025-77

33) COMENDA ZILDA ARNS

(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 5713
E-mail: npfg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CBB205A300715159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.